

Cabo dos Trabalhos

Nº12
2016

Coordenação editorial:
Martina Matozzi e Nuno Lopes

Patrimónios de Influência Portuguesa



Programa de Doutoramento

Editorial

O número 12 da revista *Cabo dos Trabalhos* apresenta uma seleção de artigos desenvolvidos pelos estudantes das primeira e segunda edições do Curso de Doutoramento em *Patrimónios de Influência Portuguesa* (CES-III/UC) iniciadas, respetivamente, nos anos letivos 2010-11 e 2012-13.

Estes trabalhos são fruto da participação dos alunos nos seminários interdisciplinares que o curso proporcionou ao longo dos dois primeiros anos da sua estrutura curricular. Nesse caso, se por um lado os autores/doutorandos apresentam diferentes áreas de formação base, também ao longo da estrutura curricular do Curso de Doutoramento puderam optar por diferentes áreas disciplinares, organizadas segundo dois ramos de especialização: Arquitetura e Urbanismo e Estudos Culturais. Enquanto editores, somos exemplo disso: uma formada em Línguas Modernas e Estudos Interculturais, o outro em Arquitetura.

Do Brasil ao Japão, passando por Marrocos, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia, Sri Lanka, Malásia, Macau e Timor, são abundantes as temáticas, teorias e metodologias adotadas na interpretação analítica destes *Patrimónios de Influência Portuguesa*, onde o binómio língua-território corresponde ao núcleo de um projeto maior. O substantivo *influência* funciona, assim, como um operador comum nesta multiplicidade de *patrimónios*, cuja “influência portuguesa” está presente, das mais variadas formas, nas dinâmicas inerentes às diversas fronteiras culturais.

Nesta linha, pela pluralidade de temas e métodos desenvolvidos, os artigos publicados neste volume destacam-se pela sua abordagem interdisciplinar, uma perspetiva critico-teórica que caracteriza o Centro de Estudos Sociais, bem como o Instituto de Investigação Interdisciplinar, onde se integra o nosso curso de Doutoramento. Acreditamos que, apenas seguindo uma estrutura de investigação inclusiva e sustentável, poderemos estudar, com seriedade e rigor, as temáticas envolvidas no Projeto *Patrimónios de Influência Portuguesa*.

Além dos ensaios, este número da revista disponibiliza ao leitor uma entrevista ao Professor Alcir Pecora (Unicamp), realizada em setembro de 2015, por ocasião do lançamento da obra *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar* (org. Walter Rossa; Margarida Calafate Ribeiro): um suplemento exemplificativo e estimulante que comenta e perluastra a abordagem inovadora deste Projeto, apresentando uma reflexão crítica sobre as metodologias, os conceitos, os discursos e os percursos dos *Patrimónios de Influência Portuguesa*, que sempre nos interrogam.

A acompanhar a disseminação territorial que os artigos propõem, foram publicados, na secção “Outras Escritas”, alguns dos relatórios de viagem, resultado de intensos trabalhos de campo que os doutorandos realizaram ao longo do desenvolvimento das suas investigações. Foram ainda disponibilizadas a “Agenda” e as “Notícias” do Curso, procurando contribuir para um conhecimento mais amplo sobre o que nos move neste Projeto.

Na qualidade de editores deste número da revista *Cabo dos Trabalhos*, agradecemos ao Professor Doutor Walter Rossa e à Professora Doutora Margarida Calafate Ribeiro, coordenadores do Curso *Patrimónios de Influência Portuguesa*, a absoluta confiança, assim como o imprescindível e persistente acompanhamento no percurso da edição.

Por fim, uma palavra de agradecimento a todo/as o/as nosso/as colegas pelos seus contributos que, para além de enriquecerem em qualidade o Projeto *Patrimónios de Influência Portuguesa*, tornaram possível esta edição da *Cabo dos Trabalhos*.

Martina Matozzi

Nuno Lopes

A cultura popular e as dinâmicas de patrimonialização: a festa do bumba meu boi

Maria da Conceição Salazar Cano¹

Resumo

Tendo a cultura popular como fio condutor, o presente trabalho busca analisar o bumba meu boi enquanto fenómeno carnavalesco, segundo a concepção bakhtiniana, destacando a transgressão, o riso grotesco e o baixo cómico inerentes a esta manifestação. Através de uma análise histórica, este artigo pretende ainda evidenciar os diferentes discursos pronunciados acerca desta manifestação cultural em meados do século XIX e XX, os quais, ora manifestaram um carácter preconceituoso, ora discutiram acerca de suas possíveis origens e influências. Ainda, considerando a marginalização do bumba meu boi até meados do século XX, discute o seu processo de valorização diante da busca por elementos representativos de uma brasilidade. Finalmente, tendo em conta a patrimonialização do bumba meu boi, em 2011, este estudo procura discutir a cooptação política do bumba meu boi e questionar os interesses que regem este processo de patrimonialização.

Palavras-chave: bumba meu boi; cultura popular; carnaval; patrimonialização.

Introdução

O bumba meu boi é uma manifestação da cultura popular fortemente vinculada ao catolicismo popular, realiza-se principalmente durante os festejos de São João ao longo do mês de junho e envolve performance, ritual, dramatização, música, dança, poesia e a cultura material produzida para estes fins. Em função de seu carácter festivo, os folcloristas da década de 1950 classificaram-no como um folguedo (Cavalcanti, 2000), i.e, uma “expressão de cultura popular ou fato folclórico dramático, estruturado e coletivo” (Borrvalho, 2006: 159). Desse modo, encontra-se o bumba meu boi em

¹ Doutoranda da 1ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

vários estados do território brasileiro, embora seja mais evidente nas regiões norte, nordeste e no sul, mais especificamente em Santa Catarina.

Denominado bumba meu boi no Maranhão, no Rio Grande do Norte, em Alagoas e no Piauí, também é conhecido como boi bumbá ou pavulagem no Pará e Amazonas; boi de reis, boi surubim ou boi zumbi no Ceará; boi calemba ou bumbá em Pernambuco; boi janeiro, boi estrela do mar, dromedário ou mulinha de ouro na Bahia; boi de reis no Espírito Santo; bumba ou folguedo do boi em Minas Gerais e Rio de Janeiro (neste último recebe ainda o nome de boi pintadinho); boi de jaca ou dança do boi em São Paulo; e, boi de mamão no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (Casculo, 1967; Queiroz, 1967; Cavalcanti, 2006a); ou ainda, bumba boi, simplesmente boi ou brincadeira, que acentua o seu caráter lúdico.

Com efeito, a terminologia bumba meu boi deriva da expressão “zabumba meu boi”, pela qual “o boi dançaria acompanhando o ritmo do zabumba²” (Borba Filho *apud* Cavalcanti, 2000: 1022). Segundo Câmara Casculo (1962: 140), bumba ou bumbá é uma interjeição usada para a “impressão de choque, batida, pancada”; assim, o termo bumba meu boi significa “Bate! Chifra, meu boi!” e revela os movimentos praticados pelo boi ao enfrentar os demais brincantes.³ Convém fazer ressaltar que esta manifestação não introduz o boi animal, mas sim o boi artefacto, cuja armação elaborada em madeira leve é coberta por um tecido bordado ou pintado, chamado couro do boi, e é animada por um indivíduo que se esconde em baixo desta armação para reproduzir a dança e os movimentos do boi e assim brincar com a população. Portanto, o boi é o elemento principal da manifestação e ocupa posição central e de destaque, pois toda a brincadeira gira ao seu redor.

De acordo com Casculo (1962, 1967), o bumba meu boi surgiu em meados do século XVIII nos engenhos de cana de açúcar, nas fazendas de gado e no litoral do nordeste brasileiro, onde era praticado por escravos, negros e mestiços subalternizados da sociedade brasileira. Do nordeste esta brincadeira teria se expandido às demais regiões (Casculo, 1962, 1967; Araújo, 1967), possivelmente através das migrações internas, e ao ser transportado no tempo e no espaço, o bumba meu boi adaptou-se a outros contextos e incorporou elementos diferenciados

² Espécie de tambor confeccionado em madeira e revestido em couro animal em ambos os lados.

³ Brincantes são os indivíduos que integram os grupos de bumba meu boi.

conforme as crenças e realidades locais, de modo a apresentar distinções significativas nas manifestações realizadas em cada região brasileira. Tais diferenças se evidenciam nas formas de apresentação, nos ritmos musicais, nos instrumentos utilizados, nos enredos apresentados, nos personagens, na dramatização, nas indumentárias, na confecção e ornamentação do boi, no período de realização e na própria nomenclatura.

No Maranhão, especificamente, o bumba meu boi apresenta um acentuado caráter religioso, o qual pode ser observado tanto na devoção a São João nas suas práticas do catolicismo popular quanto nos terreiros e rituais afro religiosos. Essa dimensão religiosa e ritualística relaciona-se diretamente com o universo místico e simbólico da brincadeira, pelo qual brinca-se boi em devoção a São João, seja para pagar uma promessa feita ao santo em virtude de uma graça ou cura alcançada, seja para cumprir uma obrigação⁴ nos rituais afro religiosos. Ou ainda, pode-se brincar boi por diversão e entretenimento, de modo a destacar, a dimensão lúdica, o baixo cômico, o riso grotesco e o sentido de carnaval, segundo a aceção bakhtiniana, conforme será posteriormente analisado neste estudo.

Ainda, o bumba meu boi do Maranhão obedece a um ciclo de vida que comporta quatro momentos distintos: os ensaios, o batizado do boi, as apresentações e a morte do boi. Normalmente, os ensaios começam no sábado de aleluia e têm a finalidade de ensaiar as coreografias, as músicas e as toadas que serão cantadas. O batizado costuma decorrer em 23 de junho, é marcado por orações, ladainhas em latim, conta com a participação dos padrinhos e, por vezes, com a presença de um padre católico para batizar o boi. As apresentações, ocorrem com maior intensidade entre junho e julho, mas podem se estender ao longo do ano em situações mais isoladas, sobretudo para atender demandas de promoção turística e da cultura local, seja de interesse público ou privado.

No entanto, há que se fazer distinção entre as formas de apresentação dos grupos. A primeira, chamada “brincada”, realiza-se na rua e na porta das casas para alegrar as festividades juninas comunitárias e particulares, mediante convites em troca de bebidas, comidas e favores futuros, manifesta um caráter mais espontâneo, a interação com o público é mais intensa e o sentimento de diversão existente entre os

⁴ O caráter de obrigação envolve uma relação de dependência e reciprocidade entre a entidade espiritual e o indivíduo que a incorpora.

brincantes é mais evidente. A segunda, por outro lado, refere-se às apresentações realizadas em praças públicas e palcos de arraiais⁵ organizados pelo poder público local e estadual, obedecem a uma lógica comercial, denotam um caráter mais formal mediado pelo contrato e remuneração, com tempo delimitado para a apresentação e atraem grandes contingentes. Finalmente, tem-se a morte do boi que costuma ocorrer entre agosto e outubro com uma grande festa para celebrar o encerramento do ciclo de vida da brincadeira. A ritualística da morte do boi varia de acordo com o costume de cada grupo, pelo qual o boi pode morrer, ser destruído, ter meia morte,⁶ “desmaiar” ou ser posto em liberdade, entretanto, em virtude das possíveis futuras demandas de apresentação, predomina a libertação do boi.

De acordo com os dados levantados no Inventário Nacional de Referências Culturais, foram identificados no estado do Maranhão 450 grupos de bumba meu boi em 70 municípios (IPHAN, 2011). Em São Luís, capital do estado, existem mais de 200 grupos dotados de personalidade jurídica e cadastrados nas instituições municipais e estaduais de cultura (Carvalho, 2004a, 2004b). Na atualidade, tanto os grupos da zona rural do Maranhão quanto os de São Luís devem estar registados nas respectivas secretarias municipais para poderem se apresentar na programação do Estado e de seus municípios e se beneficiarem de algum subsídio oferecido pelo poder público. Para além de possuírem o cadastro nos órgãos competentes, os grupos devem também estar em dias com o pagamento da quota anual de inscrição, efetivada junto às prefeituras locais, revelando assim o atual grau de institucionalização do bumba meu boi. Tendo em conta a dificuldade de inúmeros grupos em lidar com questões burocráticas, percebe-se que esta institucionalização vem promovendo a marginalização daqueles grupos carenciados de informação, apoio e auxílio jurídico e administrativo.

A partir de um processo de cooptação do bumba meu boi pelo Estado, iniciado na década 1960, desencadeou-se a mercantilização e a espetacularização da brincadeira,

⁵ Locais destinados às apresentações da cultura popular durante as festas juninas com o incentivo do poder público. Normalmente possuem barracas para a comercialização de comidas e bebidas típicas, produtos relacionados ao bumba meu boi e demais manifestações da cultura local, artesanato e souvenirs.

⁶ Conforme relatou-me, em conversa informal, Jandir Gonçalves, atual superintendente de cultura popular da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, no ritual de meia morte corta-se apenas a língua do boi para entregar ao indivíduo que fez a promessa.

voltada a atender demandas do turismo e da indústria cultural, consagrando-a como a festa popular mais emblemática do Maranhão. Visando preservar os aspetos tradicionais do bumba meu boi diante de um crescimento acelerado de versões mais espetaculares da brincadeira, o IPHAN (Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional), em 2011, reconheceu o bumba meu boi como património da cultura imaterial do Brasil. No entanto, convém destacar que este processo, para além de evidenciar uma forma de apropriação da cultura popular pelo Estado, sublinha a crescente articulação entre esta manifestação e as elites políticas e intelectuais do Maranhão. Neste sentido, tendo em conta a dinâmica das culturas populares, questiono neste estudo, a própria “objetificação” do bumba meu boi – entendida, conforme Richar Handler (1988), como a transformação da cultura popular em símbolo de identidade – e sua apropriação pelas elites políticas e intelectuais.

A trajetória do bumba meu boi: da subalternidade a símbolo de identidade nacional

Apesar de não comprovarem uma matriz nordestina do bumba meu boi, os registos mais antigos encontrados até o presente momento foram localizados na região nordeste do território brasileiro e datam da primeira metade do século XIX. Em 1828 um documento do Corpo de Polícia relatou a prisão de um soldado por “dar pancadas nos rapazes que estavam no divertimento do bumba com licença da polícia” (*apud* IPHAN, 2011: 36). No jornal *O Farol Maranhense*, de 7 de julho de 1829, um cidadão escreveu para exigir providências das autoridades competentes e denunciar a manifestação realizada durante as comemorações de São João, com grupos de 40 a 50 pessoas, nas ruas, a brincar com o boi e a soltar fogos de artifício (*apud* Cavalcanti, 2006a: 91). Em seguida, uma ocorrência policial de 1839 em São Luís, capital do estado do Maranhão, registou a prisão do “preto Fernando, escravo de José Maria Barreto, por andar com uma armação coberta vulgarmente conhecida por bumba meu boi, dando assim motivo a que se reunissem grupos de pretos fazendo motim pela rua” (*apud* IPHAN, 2011: 36). E o relato do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852), em 11 de janeiro de 1840 no periódico *O Carapuceiro*, em Recife, capital do estado de Pernambuco, cuja crónica intitula-se “A estultice do bumba meu boi”, na

qual o padre qualificou a brincadeira como “um agregado de disparates”, tecendo críticas intransigentes por atentar contra a moral e, sobretudo, por debochar dos padres através de encenações cômicas que envolvem um “sacerdote bufo”, interpretado por “um brejeirote despejado e escolhido para desempenhar a tarefa, até o mais nojento ridículo” (*apud* Cascudo, 1967: 34-35).

Já na região Norte, os documentos mais antigos datam de 1850, nos periódicos *A Voz Paraense* de Belém e *O Velho Brado do Amazonas* de Óbidos, ambos no estado do Pará, que acusaram a brincadeira de atentar contra a moral e a segurança pública (*apud* Braga, 2002). Em Manaus, capital do estado do Amazonas, pode-se apontar em 1859 o relato do médico alemão Robert Avé-Lallémant (1812-1884) que, ao realizar uma viagem de estudos pelo Rio Amazonas, presenciou o “bumba”, realizado por “gente de cor”, em homenagem a São Pedro e São Paulo, em frente à residência do chefe de polícia, e comparou os versos improvisados da cantoria a um “descante vienense”. Avé-Lallémant (1961 [1859]: 105-107) acentuou o caráter burlesco da brincadeira, admirou-se da forma como “introduzem nas festas católicas um cortejo pagão” argumentando que, para ele, o bumba “[...] representava, com seus coros e saltos cuidadosamente cadenciados, algo atraente, algo de lídima poesia selvagem”, pela qual “[...] mesmo o mais mal humorado dos solteirões não poderia ficar sério por muito tempo e indiferente ao ritmo do maracá e ao canto dos circunstantes”.

Desse modo, os diferentes discursos construídos entorno do bumba meu boi manifestaram majoritariamente uma visão depreciativa, discriminatória e racista. Com uma trajetória marcada pela violenta repressão policial e pelo preconceito social, o bumba meu boi foi proibido de circular no centro das cidades para não perturbar a ordem pública, ficando submetido à autorização da polícia⁷ até meados do século XX. Contudo, a partir da década de 1930, o bumba meu boi começou a despertar o interesse de intelectuais e estudiosos do folclore brasileiro, que promoveram uma mudança significativa na forma como esta manifestação passou a ser percebida e ressignificada no quadro simbólico da cultura e identidade nacional brasileira. Voltados aos ideais de nacionalidade, folcloristas como Mário de Andrade, Arthur Ramos e

⁷ Pela Lei Provincial de 4 de julho de 1866, o Código de Postura de São Luís proibia “[...] a realização de batuques fora dos lugares permitidos pelas autoridades competentes.” (*apud* IPHAN, 2011: 39). Batuque era o termo genérico usado para se referir à qualquer festa ou celebração dos escravos que envolvesse o uso de tambores (Assunção, 1999).

Câmara Cascudo incentivaram os estudos sobre o bumba meu boi e discutiram suas possíveis origens.

Assim, Mário de Andrade (2002: 36) afirmou uma procedência “ibérica e europeia” para o ritual por apresentar influência do “teatro religioso semipopular ibérico”. Arthur Ramos (1934: 259) defendeu a “incontestável origem afro bantu” ao apontar o bumba meu boi como “[...] o mais característico dentre as sobrevivências totêmicas no Brasil.⁸” E Câmara Cascudo (1962: 141), embora tenha aceitado a influência ibérica das touradas cômicas fingidas e das procissões católicas populares, afirmou ser o bumba meu boi uma “criação genial do mestiço”, caracterizando-o como “o primeiro auto nacional na legitimidade temática e lírica e no poder assimilador, constante e poderoso” (Cascudo, 1962: 143).

Neste contexto, deve-se fazer ressaltar que foi a partir de Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-grande & senzala*, editada em 1933, que a negatividade atribuída à mestiçagem e predominante no pensamento raciológico da época, transformou-se em positividade consagrando o mestiço como símbolo da identidade brasileira (Freyre, 2006). Com a valorização do negro enquanto elemento fundamental na formação da cultura, da identidade e da sociedade brasileira propagou-se a ideologia do mito das três raças, que prega a convivência pacífica e harmônica entre o índio, o negro e o branco. Entretanto, para além de ignorar a diversidade étnica existente nos grupos raciais ao restringir o negro, o branco e o índio, o mito das três raças oculta a violência física, sexual e simbólica destes contactos ao longo do processo de colonização e construção da sociedade brasileira, e “[...] não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos se reconhecerem como nacionais” (Ortiz, 2006: 44).

No âmbito dos estudos folclóricos brasileiros,⁹ Mário de Andrade, Arthur Ramos e Câmara Cascudo buscavam definir o caráter nacional através da cultura popular, pois defendiam que “as raízes autênticas” da identidade brasileira estariam no povo (Vilhena, 1997). Assim, reivindicaram a proteção das tradições populares que,

⁸ O totem do boi, de procedência bantu, “sobreviveu de maneira decisiva, no Brasil, reforçado por temas análogos do folclore caboclo dos vaqueiros, de influência ameríndia, em certos pontos do nordeste e centro brasileiros. O totemismo do boi é largamente disseminado entre vários povos bantus onde, em algumas tribos, toma um aspeto francamente religioso” (Ramos, 1935: 259).

⁹ Para uma análise mais aprofundada sobre o movimento folclórico (1947-1964) e a participação dos folcloristas no processo de construção da identidade nacional brasileira, consultar a obra de Vilhena (1997).

supostamente, estariam ameaçadas pelo processo de urbanização e modernização, aclamando o folclore como símbolo de nacionalidade (Handler, 1988; Cavalcanti [et al.], 1992; Vilhena, 1997). Sob inspiração romântica, os folcloristas valorizaram a diferença e a particularidade das populações rurais, e em alguns casos urbanas, apresentando uma visão idealizada do povo e da cultura popular (Vilhena, 1997; Cavalcanti, 2001). No entanto, o “modo etnográfico de tematização da cultura popular” implementado pelos estudos de folclore “[...] operou a partir de mecanismos generalizados de ‘objetificação da cultura’”, cujos processos de seleção e reinterpretação transformaram a cultura popular em signos de identidade nacional (Leal, 2010: 130).

Foi neste contexto, que os estudos sobre o bumba meu boi ganharam destaque na década de 1950, impulsionados pela busca da brasilidade, através de uma concepção da cultura popular enquanto “[...] modelo de autenticidade orientado por uma visão romântica e harmônica da vida social”, atribuindo ao mesmo um caráter ideológico (Cavalcanti, 2006a: 70-71). Portanto, os folcloristas foram fundamentais para o reconhecimento e a valorização do bumba meu boi em âmbito nacional. Ao elegerem o bumba meu boi como “[...] o folguedo brasileiro de maior significação estética e social” (Almeida *apud* Cascudo, 1962: 140), os folcloristas promoveram maior visibilização da brincadeira e contribuíram significativamente para a sua aclamação a símbolo de identidade nacional.

A narrativa do bumba meu boi na perspectiva bakhtiniana

A narrativa mais generalizada do bumba meu boi decorre no interior de uma fazenda e geralmente, gira em torno do roubo, seguido da morte e ressurreição do boi mais bonito, estimado e valioso. Tem como personagens centrais o boi, o escravo negro Pai Francisco, sua esposa Catirina, o fazendeiro, os vaqueiros e os indígenas. Resumidamente, o drama começa quando Catirina, por se encontrar grávida, deseja comer a língua do boi, levando Pai Francisco a roubá-lo e matá-lo para atender ao seu desejo. Temendo as represálias do fazendeiro, ambos fogem. Ao descobrir o crime do seu escravo, o fazendeiro ordena que os vaqueiros encontrem Pai Francisco para que este seja castigado. Entretanto, os vaqueiros fracassam em tal empreitada e solicitam

a colaboração dos indígenas, pelo facto destes deterem um conhecimento mais profundo sobre a região, sobretudo em relação às áreas de vegetação mais densa. Os indígenas capturam o escravo fugitivo e entregam-no ao fazendeiro. Este, por sua vez, castiga-o com chicotadas e impõe-lhe a seguinte condição: somente o perdoará caso consiga ressuscitar o boi. Depois de muito tentar, Pai Francisco, com o auxílio do pajé,¹⁰ consegue finalmente ressuscitar o boi e o drama termina em festa para celebrar o seu renascimento. Assim, esta narrativa aborda as relações estabelecidas entre atores sociais diferenciados numa encenação permeada de improvisos e de situações cómicas do quotidiano.

Convém entretanto destacar que esta versão da narrativa se cristalizou a partir da atuação dos folcloristas que intitularam-na convencionalmente de “auto”.¹¹ Embora autores como Câmara Cascudo (1962), Maria Isaura Queiroz (1967), dentre outros mais recentes, defendam a ideia de um auto originário relacionado à uma origem mítica do bumba meu boi, Luciana Carvalho (2011) e Maria Laura Cavalcanti (2006a, 2006b) questionam esse carácter matricial do auto e apontam para uma diversidade de narrativas que permeiam o universo do bumba meu boi. Carvalho (2011) em seus estudos sobre o bumba meu boi da zona rural do Maranhão aponta “o auto” como uma das diferentes possibilidades de narrativas e encenações relacionadas ao roubo ou à morte e ressurreição do boi, enfatiza o carácter espontâneo dessas dramatizações e argumenta que a versão geralmente aceite da história de Catirina e Pai Francisco representa uma narrativa “nativizada” através dos processos de “domesticação” da brincadeira viabilizados pelos órgãos de cultura municipais e estaduais.

De todo modo, tendo em consideração que a dramatização do auto demonstra a desestabilização da ordem social vigente a partir do ato transgressivo de Pai Francisco, que ao se apropriar de um bem que não lhe pertence, inverte as relações de poder para atender o desejo de Catirina e vislumbra a instauração de uma nova realidade utópica, é possível realizar um paralelo com as análises de Mikhail Bakhtin acerca da cultura cómica popular, do carnaval e do riso. Na obra *A cultura popular na Idade*

¹⁰ Os relatos do século XIX apontaram a figura de um padre na trama, todavia este foi proibido por ridicularizar publicamente os clérigos na encenação cómica e substituído pelo pajé, tal como pode ser comprovado na crônica do médico Robert Avé-Lallemant (1961) em 1859.

¹¹ No contexto do folclore e da cultura popular, auto “[...] designa uma forma tradicional de teatro popular alusiva às formas alegóricas do teatro medieval trazidas pelos jesuítas às terras brasileiras.” (Cavalcanti, 2006a: 62).

Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais, Bakhtin (2010 [¹1965]), destaca a importância da cultura cômica popular que opunha-se à cultura oficial e invertia as hierarquias vigentes da sociedade, com destaque aos festejos carnavalescos, às festas religiosas, agrícolas e demais cerimônias civis da vida quotidiana que apresentavam um caráter cômico, popular e público. O autor amplia o conceito de carnaval agregando estas variadas festas populares, pois argumenta que o carnaval agrupa “[...] sob o mesmo conceito numerosos folguedos de origens diversas”, realizados em diferentes datas, mas com características similares (Bakhtin, 2010: 189-190). Assim, nesta aceção mais ampla, o carnaval

[...] liberava a consciência do domínio da concepção oficial, permitia lançar um olhar novo sobre o mundo; um olhar destituído de medo, de piedade, perfeitamente crítico, mas ao mesmo tempo positivo e não niilista, pois descobria o princípio material e generoso do mundo, o devir e a mudança, a força invencível e o triunfo eterno do novo, a imortalidade do povo (Bakhtin, 2010: 239).

Darren Webb (2011) acrescenta que o conceito de carnaval relaciona-se aos elementos transgressivos existentes nas práticas populares culturais e sociais, todavia atenta para os usos da noção de carnavalesco que podem provir e servir para mascarar mais do que iluminar as dimensões utópicas da cultura popular.

Conforme Bakhtin (2010: 8-9), ao contrário das festas oficiais que consagravam e fortaleciam os cânones vigentes, o carnaval “[...] era o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus”. Assim, promovia-se uma fuga provisória das normas estabelecidas e criava-se uma “segunda vida”, na qual o “[...] ideal utópico e o real baseavam-se provisoriamente na percepção carnavalesca do mundo” (Bakhtin, 2010: 9). Do mesmo modo o bumba meu boi promove essa fuga provisória à ordem vigente e aos princípios morais, apelando à inversão ou abolição das relações hierárquicas, propõe uma “segunda vida” que permite penetrar “temporariamente no reino utópico da universalidade, liberdade, igualdade e abundância” (Bakhtin, 2010: 8).

Ainda, em seus estudos, Bakhtin (2010: 57) demonstra como o riso grotesco assume “[...] um profundo valor de concepção do mundo, é uma das formas capitais pelas quais

se exprime a verdade sobre o mundo na sua totalidade”. Desse modo, o riso é, primeiramente, um património do povo em função de seu carácter popular; segundo, universal, pois atinge todas as pessoas, fazendo o mundo parecer cómico diante dos aspetos jocosos da vida; e por último, “[...] é ambivalente: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente” (Bakhtin, 2010: 10). Portanto, o bumba meu boi utiliza-se da sátira, da comédia e do riso para denunciar os conflitos sociais e anunciar a possibilidade utópica de um novo mundo.

Na narrativa em questão, nota-se ainda a celebração do mito das três raças, por reunir o fazendeiro branco, o escravo negro e os indígenas, que convivem de forma “harmoniosa” e complementar na dramatização. Segundo esta abordagem, o bumba meu boi pode simbolizar a identidade nacional brasileira, uma vez que a ressurreição do boi, também entendida como renascimento, resulta da união e do esforço das três raças, representadas nas figuras do fazendeiro branco, do escravo negro e dos indígenas. Nesta perspetiva, a ressurreição representa metaforicamente a origem mítica do povo brasileiro, que emerge do contexto dos ciclos económicos¹² e do fim do período colonial, em busca da instauração de uma nova realidade miscigenada e multicultural. Através do auto – possivelmente originado no contexto colonial e que retrata as relações deste período – as vozes silenciadas das camadas marginalizadas tornam-se audíveis. Por meio da comédia, os brincantes manifestam as suas insatisfações e reivindicações e desmascaram a relação pacífica pregada nos discursos eurocêntricos do período colonial. Assim, esses mulatos e negros subalternizados e silenciados pelas imposições de poder, encontram uma forma de desestabilizar a ordem vigente através do cómico e do carnavalesco, sobrevivendo às repressões sociais e proibições policiais. E, após uma apropriação de intelectuais que buscavam a representação de uma brasilidade na cultura popular, esses sujeitos marginalizados da sociedade brasileira veem-se considerados enquanto símbolo de identidade nacional.

¹² Os ciclos económicos referem-se às flutuações de determinadas atividades económicas a longo prazo, envolvendo uma alternância de períodos de crescimento da produção com períodos de relativa estagnação ou declínio. No Brasil destacam-se os seguintes ciclos económicos: pau brasil (sec. XVI), cana de açúcar (sec. XVI-XVIII), tabaco (sec. XVII-XIX), drogas do sertão (sec. XVII), algodão (sec. XVIII), mineração (sec. XVIII), café (1800-1930) e borracha (1879-1912). Para uma análise profunda acerca do desenvolvimento da economia brasileira desde o período colonial, consultar Caio Prado Júnior (1945) e Celso Furtado (1959).

A patrimonialização do bumba meu boi: apropriações e ressignificação da cultura popular

Conforme apontado anteriormente, os estudos de folclore proporcionaram maior visibilidade ao bumba meu boi em cenário nacional apontando-o como símbolo de brasilidade. Ecoando uma leitura nacionalista, também os folcloristas, intelectuais e políticos maranhenses, através de processos de seleção e reinterpretação, desencadeados a partir da década de 1960, promoveram a “objetificação” (Handler, 1988) do bumba meu boi e sua institucionalização como signo da identidade regional. Observa-se, portanto, a cooptação do bumba meu boi e sua apropriação pelas elites políticas e intelectuais, que foram preponderantes no processo de legitimação do bumba meu boi do Maranhão que conduziu ao seu reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil.

Neste sentido, a patrimonialização do bumba meu boi do Maranhão decorreu devido à acentuada preocupação de estudiosos com a perda da essência e dos aspectos tradicionais na brincadeira que se encontrariam ameaçados diante das transformações observadas nos distintos grupos e formas de apresentação. Tais aspectos, impulsionaram a Comissão Interinstitucional de Trabalho¹³ a solicitar o registro do *Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão*¹⁴ como patrimônio cultural do Brasil. O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, órgão vinculado ao IPHAN, aprovou a solicitação em 2011 e inseriu o bumba meu boi do Maranhão no “Livro de Registro das Celebrações”, onde são “inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social” (Decreto 3.551/2000 de 4 de agosto).

Para justificar o pedido de patrimonialização, o dossiê baseia-se no multiculturalismo existente no Brasil em decorrência de sua formação sociocultural e aponta o bumba meu boi do Maranhão como “retrato da identidade brasileira” (IPHAN, 2011: 33) por articular elementos da cultura africana, indígena e europeia,

¹³ Esta Comissão é composta por diversos setores relacionados à cultura em âmbito estadual e municipal do Maranhão, dentre estes o IPHAN/MA, Secretaria de Estado de Cultura, Fundação Municipal de Cultura, Comissão Maranhense de Folclore, Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular da Universidade Federal do Maranhão, representantes da comunidade e de grupos de bumba meu boi.

¹⁴ “Complexo Cultural” envolve a cultura material, ofícios artesanais, personagens, universo místico-religioso, músicas, toadas, danças, calendário ritual e demais formas de expressão relacionadas ao bumba meu boi do Maranhão.

aludindo assim, à origem mítica do povo brasileiro. Entretanto, o argumento principal do dossiê de patrimonialização aborda o bumba meu boi como elemento de afirmação identitária, com forte sentimento de pertença entre os brincantes e os grupos de boi e ênfase na índole religiosa, relacionada tanto ao catolicismo popular quanto às religiões afro brasileiras. Portanto, percebe-se que a questão da autenticidade do bumba meu boi do Maranhão é reivindicada neste discurso de patrimonialização.

Neste contexto, Gordana Uzelac (2010: 1727) destaca a importância atribuída à questão do autêntico na atualidade e afirma que “o conceito de autenticidade é um produto da modernidade”; porém, mantém relações significativas com o passado histórico. Enfatiza ainda, que “a busca por uma cultura autêntica é uma busca pelas expressões da pura [e] incorrupta alma humana”, tornando-se parte integrante da ideologia nacionalista baseada na noção de que, no âmago de cada indivíduo, reside o pré existente *self*, seja individual ou coletivo (Uzelac, 2010: 1729). Segundo esta autora, para um indivíduo ser autêntico é necessário transformar a sociedade que o força a viver uma vida inautêntica, a fim de seguir as normas e papéis sociais dominantes, pois este sistema “destrói o *self*” (Berman *apud* Uzelac, 2010: 1730). Portanto, na percepção de Gordana Uzelac (2010), o nacionalismo é a forma dominante da política de autenticidade, entretanto as concepções sobre o autêntico, por vezes, não são coletivizadas.

Siân Jones (2010), por sua vez, aborda a complexidade do conceito de autenticidade e afirma que, normalmente, esta é estabelecida por sujeitos externos às práticas culturais que as qualificam conforme os seus próprios conhecimentos, de acordo com os contextos em que estas manifestações lhes são apresentadas. Dessa forma, esta autora enfatiza o uso da noção de autenticidade em trabalhos recentes para definir as culturas nacionais, populares, primitivas e não ocidentais. Apesar de reconhecer o caráter esclarecedor destes estudos, Siân Jones alega:

Por um lado, há a abordagem materialista, ainda amplamente empregada na conservação do património, que trata autenticidade como uma dimensão da “natureza” com características reais e imutáveis que podem ser identificadas e medidas. Por outro lado, há a posição construtivista, popular entre os acadêmicos e críticos culturais, que veem autenticidade como um produto da “cultura”, ou, para ser mais preciso, das muitas diferentes culturas através das quais ela é construída (Jones, 2010: 182).

Assim, a autenticidade está relacionada a práticas de definição da modernidade, tais como “a categorização, a produção da ordem e a purificação”, em associação à noção de original e verdadeiro presente nos discursos de conservação dos patrimônios (Jones, 2010: 183). Todavia, determinadas vertentes enfatizam a dinâmica social dos objetos, sobretudo a partir da Conferência de Nara (1994), a qual estabelece o seguinte: “Isto não é, portanto, possível embasar julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos. Pelo contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que o patrimônio cultural seja considerado e julgado nos contextos culturais a que este pertence” (*apud* Jones, 2011: 185). Percebe-se, desse modo, que as dinâmicas de patrimonialização representam geralmente iniciativas externas e alheias à comunidade. Apesar de manifestar interesse em tal processo, a participação das comunidades no processo de patrimonialização de bens culturais no Brasil é ainda relativamente pequena, ficando restrita à participação em reuniões, embora nem sempre as suas reivindicações sejam atendidas.

Contudo, convém destacar que a autenticidade do bumba meu boi tem sido uma preocupação constante perante a comunidade brincante, acadêmica e governamental, em função das transformações evidenciadas na espetacularização que envolve determinadas apresentações deste folguedo. Não obstante, conforme Gordana Uzelac (2010) a autenticidade é vista como um processo criativo, portanto, o caráter dinâmico desta brincadeira deve ser considerado. Por outro lado, cristalizar uma cultura em nome da preservação das tradições parece uma incoerência diante dos percursos culturais e identitários que são regidos livremente por dinâmicas próprias. Segundo Stuart Hall (1996), a identidade deve ser pensada como uma produção em processo contínuo, constituída dentro da representação e não fora desta. Visão esta que problematiza a autoridade e a autenticidade que a identidade cultural reivindica como sua.

Considerando a acentuada preocupação do IPHAN (2011) com a salvaguarda dos aspectos ditos tradicionais perante as transformações observadas na brincadeira, sobretudo em relação à supressão do auto e uma possível padronização estética – que parte de uma elite intelectual julga ameaçar a identidade cultural e a essência do bumba meu boi – questiono se tais transformações não são resultado do processo dinâmico da própria cultura popular. Ou ainda, se revelam os conflitos e processos da

“crise de identidade” que, segundo Stuart Hall (2006) é inerente às sociedades modernas que estão em constante mudança devido ao impacto causado pela globalização na identidade cultural. Tal como sugere Néstor García Canclini (1998: 218), “[...] o problema não se traduz, então, a conservar e resgatar tradições supostamente inalteradas. Trata-se de perguntar como estão se transformando, como interagem com as forças da modernidade”.

Inseridas em um processo de espetacularização e mercantilização da brincadeira voltado a atender aos interesses económicos da indústria cultural e do turismo, notam-se transformações significativas nas dinâmicas de apresentação, as quais, para além do enfraquecimento e eventual supressão do auto, envolvem também danças sensualizadas, ritmos musicais acelerados, instrumentos elétricos e sintéticos, e figurinos mais elaborados e, por vezes, mais apelativos. Neste sentido, diante das inúmeras transformações que podem ameaçar os aspetos tradicionais do bumba meu boi, as propostas de salvaguarda apresentadas no dossiê de patrimonialização buscam a promoção de “mini festivais” para resgatar o auto¹⁵, a realização de oficinas de confecção de indumentária com o objetivo de preservar as especificidades e qualificar a mão de obra local, e o incentivo às apresentações realizadas nas ruas e praças públicas para recuperar o caráter lúdico do bumba meu boi e a interação entre os grupos e o público (IPHAN, 2011).

Em virtude dessa preocupação com a preservação e/ou recuperação dos aspetos tradicionais que estariam ameaçados diante do processo de espetacularização do bumba meu boi, para argumentar que o património não recupera as funções do passado, mas sim atribui uma “segunda vida” que produz uma “coisa nova”, assumo a conceção de Bárbara Kirshenblatt-Gimblett (1998). Nesta perspetiva, ao tentar recuperar e/ou preservar as tradições, o património finda por atribuir-lhes novos significados que levam à sua exibição, seja em apresentações direcionadas a públicos específicos ou em museus. Assim, proponho uma análise da patrimonialização do boi como um “novo modo de produção cultural no presente que recorre ao passado” com base no discurso da conservação, preservação e recuperação (Kirshenblatt-Gimblett,

¹⁵ Carvalho (2004a: 90) destaca a tentativa de resgate do auto através da sua obrigatoriedade em algumas das apresentações contratadas pelas instâncias culturais, e aponta que essa busca enfática pela preservação do auto parece inclinar-se à manutenção de uma regularidade que restringe o espaço de criação à “mera repetição de uma história”.

1998: 149). Portanto, o bumba meu boi que em uma “primeira vida” está associado a grupos subalternizados como uma forma de diversão e resistência simbólica, é apropriado pelas elites políticas e intelectuais, e a partir da patrimonialização assume uma “segunda vida”, após a sua objetificação. Neste sentido, esta “segunda vida” do bumba meu boi promovida pelo património e “vívada nos discursos da identidade nacional moderna construídos pelos eruditos”, coexiste com uma primeira (Leal, 2010: 131), anterior e paralela à sua objetificação, que continua a refletir dinâmicas populares mais localistas.

Neste sentido, questiono quais as implicações da patrimonialização sobre a dinâmica das culturas populares, uma vez que estas estão em constante interação com os elementos da modernidade, manifestando as influências que trocam e negociam neste processo interativo, pois não estão cristalizadas nem obedecem a um modelo que determina os padrões de tradição. Esta tentativa de preservar uma identidade cultural ou formas mais tradicionais da brincadeira pode revelar aquilo que Hobsbawm e Ranger (1984: 9) definiram como “invenção da tradição”, pelo qual “[...] entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas [...]”, a fim de “[...] inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição [...]”, estabelecendo assim uma continuidade artificial com o passado.

Sobre a mercantilização da cultura, Philip Scher (2011) destaca a importância atribuída às estratégias de turismo na comercialização da cultura através da seleção e preservação de determinados aspetos, por vezes, resguardados por instâncias de poder que divulgam a identidade como forma de governamentalidade¹⁶ e ressaltam o valor económico da cultura e sua apropriação pelo turismo e pelo património. Para este autor, as estratégias neoliberais têm promovido a exportação de produtos locais, criando uma intensa concorrência no âmbito do mercado interno regional de maneira a produzir uma ênfase na cultura a partir de determinações de modelos hegemónicos. Desse modo, surge a necessidade de divulgar os produtos e práticas culturais para um público alvo, o turista nacional e estrangeiro, através de políticas de preservação do

¹⁶ Governamentalidade significa as práticas organizadas (estados de espírito, regimes de verdade e técnicas disciplinares) pelas quais os sujeitos são governados ou se autogovernam: a arte de governar (Foucault, 2003: 284 *apud* Scher, 2011: 9).

património cultural e de incentivo ao turismo que reivindicam um lugar no mercado económico global. Assim,

A mercantilização da cultura requer a regulação da atividade humana para moldá-la em formas reconhecíveis, repetíveis e vendáveis. Assim, vender cultura sempre carrega consigo regulação, ou talvez “controle de qualidade”, e porque a mercantilização da cultura tornou-se uma necessidade económica [...], os mercados globais que exigem performances Commodificadas produzem intervenções biopolíticas de modo a regularizar estas formas de mercados (Scher, 2011: 18).

Sobre a importância de se preservar a “tradição viva”, ou seja, os aspetos essenciais de uma prática cultural do passado ainda visíveis no presente e ameaçados de extinção, Philip Scher questiona como a preservação e proteção destes constituem a criação de uma habilidade económica, e afirma:

As agências estatais responsáveis por formas culturais nacionais estão envolvidas com pesquisa, desenvolvimento, promoção, autenticação e avaliação. A construção de tradição geralmente leva a sua incorporação em toda uma série de avaliações, autenticações, críticas, julgamentos e prêmios por autenticidade (Scher, 2011: 18).

Assim, a retórica que acompanha os projetos estaduais gerados ou organizados concebem as manifestações culturais nacionais como recursos ou bens na perspectiva económica do Estado, presente na indústria do turismo, a qual reproduz a ideia de cultura que o Estado necessita para assegurar a sua legitimidade (Scher, 2011). Neste sentido, deve-se atentar para os interesses que regem os processos de patrimonialização e qual a sua abrangência de atuação. Se o objetivo é buscar a preservação de um bem cultural, deve-se questionar: preservar para quê ou para quem? Quem se beneficia com este processo? Ou ainda, será que esta patrimonialização atinge a todos os grupos de bumba meu boi, tanto os da capital do estado quanto das zonas rurais? Estas, dentre outras questões, devem ser abordadas e relevadas neste contexto.

Por outro lado, Luciana Carvalho (2004b: 45) destaca que a partir da patrimonialização de bens imateriais, “[...] velhas práticas do povo brasileiro tem

alcançado visibilidade e importância crescentes no atual contexto das políticas públicas para a cultura e o património da nação, que reconstrói permanentemente sua identidade”. Assim, é fundamental compreender e respeitar as dinâmicas da cultura popular, pois “[...] sabemos que não é possível, por efeito de política alguma, imobilizar e condenar à mera repetição o património vivo representado pelos conhecimentos e práticas populares, sempre, ao mesmo tempo, costumeiras e inovadoras” (Carvalho, 2004b: 46). Portanto, embora exista um conjunto de elementos que busca definir as características essenciais do bumba meu boi, conduzindo a um suposto modelo de tradição, a população brincante parece transgredir tais determinações ao adaptar a brincadeira às suas próprias dinâmicas sociais e culturais. Neste sentido, o bumba meu boi joga com as ferramentas da patrimonialização, e se por um lado as políticas públicas e de incentivo à cultura podem representar uma forma de controlo ou mediação de poder, por outro possibilitam a sustentabilidade da brincadeira.

Considerações finais

Pode-se concluir que a cultura popular possui as suas próprias dinâmicas de transformação, adapta-se aos contextos socioeconómicos de acordo com o tempo e o espaço, uma vez que não consiste em um elemento estático, imutável e permanente: é moldada pelas comunidades, de acordo com os anseios e as tendências destas, na mesma proporção em que as molda conforme seu dinamismo. Assim, o carácter dinâmico inerente ao bumba meu boi permite a sua continuidade no constante jogo da história, da cultura e do poder. No entanto, acredita-se que os meios de patrimonialização detêm um papel fundamental neste processo, no que se refere à salvaguarda de uma memória do passado, não no sentido de cristalizar as manifestações culturais ou promovê-las enquanto representantes da tradição, mas de preservar uma memória coletiva acerca de suas próprias dinâmicas, de forma que permita uma análise mais profunda sobre os contextos onde se dão as transformações, bem como os processos de mudança e de identificação cultural.

Deve-se atentar para que esta busca pela preservação das origens e tradições não produza uma manifestação limitada e formatada para a indústria cultural a ser vendida

como um produto original, ou concretize a ideia reducionista de uma manifestação mais autêntica. Com efeito, assim deixaria ser uma prática da cultura cômica popular e, possivelmente, se transformaria numa espécie de representação imaginada, montada a partir de caracteres ditos tradicionais e obediente aos ditames do poder público, das elites letradas e das políticas de patrimonialização, perdendo, desse modo, a sua identidade cultural e silenciando, mais uma vez, a voz das camadas populares que, de fato, originaram este folguedo.

Por outro lado, uma possível cristalização desta prática eliminaria seu aspecto criativo e lúdico, afastando-a dos pressupostos estabelecidos por Mikhail Bakhtin que definem os fenômenos carnavalescos. Tal como o carnaval, a capoeira, o carimbó e outras manifestações da cultura popular brasileira, o bumba meu boi foi marginalizado e sofreu repressão policial, para ressurgir, podado e replantado às margens da sociedade até adquirir um aspecto espetacular voltado aos interesses do capital. Dessa forma, percebe-se uma perda considerável no caráter lúdico, carnavalesco, no real sentido da brincadeira enquanto divertimento e liberação do riso. Mas será que a patrimonialização muda realmente este fato?

Referências Bibliográficas

- Andrade, Mário de (1982), "Danças dramáticas do Brasil", in Oneida Alvarenga (org.), *Danças dramáticas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 31-84.
- Araújo, Alceu Maynard (1967), *Folclore nacional: festas, bailados, mitos e lendas*. São Paulo: Melhoramentos.
- Assunção, Mathias Röhrig (1999), "A formação da cultura popular maranhense: algumas reflexões preliminares", *Boletim da Comissão Maranhense de Folclore*, 14(1), s/p.
- Avé-Lallemant, Robert (1961), *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro: INL/MinC. [1859].
- Bakhtin, Mikhail (2010), *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec. [1965].
- Borrvalho, Tácito Freire (2006), "Os elementos animados no bumba meu boi do Maranhão", *Móin-Móin: Revista de estudos sobre teatro de formas animadas*, 2(2), 156-178.
- Braga, Sérgio Ivan Gil (2002), *Os bois bumbás de Parintins*. Rio de Janeiro: Funarte/EUA.
- Canclini, Néstor García (1998), *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.

- Carvalho, Luciana (2011), *A graça de contar: um pai Francisco no bumba meu boi do Maranhão*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Carvalho, Luciana (2004a), "O desejo de Betinho e o decreto do presidente ou a questão da autoria no bumba meu boi do Maranhão e as políticas para o patrimônio imaterial no Brasil", in Cecília Londres, et al. (org.), *Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*. Rio de Janeiro: Funart/IPHAN/CNFCP, 85-94.
- Carvalho, Luciana (2004b), "Inventariando saberes, criando patrimônios", *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Popular*, 1(1), 43-52.
- Cascudo, Luís Câmara (1967), *Folclore do Brasil: pesquisas e notas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Cascudo, Luís Câmara (1962), *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: INL/MinC. [¹1954].
- Cavalcanti, Maria Laura (2001), "Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica", *Revista Tempo Brasileiro: património imaterial*, 147(1), 69-78.
- (2006a), "Temas e variantes do mito: sobre a morte e a ressurreição do boi", *Mana*, 12(1), 69-104.
- (2006b), "Tempo e narrativa nos folguedos do boi", *Revista Pós Ciências Sociais*, 3(6), 61-88.
- (2001), "Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica", *Revista Tempo Brasileiro: património imaterial*, 147(1), 69-78.
- (2000), "O boi bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa", *Revista História, Ciências e Saúde: visões da Amazônia*, 6(1), 1019-1046.
- et al. (1992), "Os estudos de folclore no Brasil", in *Seminário Folclore e cultura popular: as várias faces de um debate*. Rio de Janeiro: Funarte/CNFCP, 101-112.
- Decreto 3.551/2000 de 4 de agosto. Presidência da República: Subchefia para assuntos jurídicos. Distrito Federal. Página consultada a 20/11/2012 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm
- Freyre, Gilberto (2006), *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global. [¹1933].
- Furtado, Celso (1959), *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Hall, Stuart (2006), *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- (1996), "Identidade cultural e diáspora", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24(1), 68-75.
- Handler, Richard (1988), *Nationalism and the politics of culture in Quebec*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence (1984), *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2011), *Complexo cultural do bumba meu boi do Maranhão: dossiê do registro como Patrimônio Cultural do Brasil*. São Luís: IPHAN/MA.
- Jones, Siân (2010), "Negotiating authentic objects and authentic selves", *Journal of Material Culture*, 15(2), 181-203.
- Kirshenblatt-Gimblett, Barbara (1998), *Destination culture: tourism, museums and heritage*. Berkeley: University of California Press.

- Leal, João (2010), "Usos da cultura popular" in José Neves (org.), *Como se faz um Povo*. Lisboa: Tinta da China, 125-137.
- Ortiz, Renato (2006), *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- Prado Júnior, Caio (1945), *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense.
- Queiroz, Maria Isaura (1967), "O bumba meu boi: manifestação de teatro popular no Brasil", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 2(1), 87-97.
- Ramos, Arthur (1934), *O negro brasileiro: ethnographia religiosa e psychanalyse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Scher, Philip W. (2011), "Heritage Tourism in the Caribbean: The Politics of Culture after Neoliberalism", *Bulletin of Latin American Research*, 30(1), 7-20.
- Vilhena, Luís (1997), *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte/FGV.
- Uzelac, Gordana (2010), "National ceremonies: the pursuit of authenticity", *Ethnic and Racial Studies*, 33(10), 1718-1736.
- Webb, Darren (2005), "Bakhtin at the Seaside: utopia, modernity and carnivalesque", *Theory, Culture & Society*, 22(3), 121-138.

Os processos de patrimonialização em Marrocos: a Praça *Jemaâ el Fna*, entre o real e o autêntico

Ana Neno¹

Resumo

A Praça *Jemaâ el Fna* está situada na medina de Marraquexe, na proximidade da mesquita da *Koutoubia* e dos *souks*, formando um triângulo entre a vida urbana, o espaço sagrado e o espaço comercial. A manifestação de expressões culturais tem lugar na praça pela voz de várias dezenas de pessoas que recorrem a uma diversidade de linguagens e de performances. A partir do caso particular da Praça *Jemaâ el Fna*, podemos analisar como se construiu a ideia deste património dito universal, com base numa produção colonial, reinventando tradições e criando um sentido de autenticidade cultural impresso no imaginário da identidade nacional marroquina. A classificação de *Jemaâ el Fna* como um património de tradições orais e culturais intangíveis pela UNESCO introduz um novo problema no relacionamento destas práticas, fortemente enraizadas no seu território, com o seu contexto local.

Palavras-chave: patrimonialização; identidade; pós-colonialismo; orientalismo; Marrocos.

Introdução

De acordo com um artigo publicado pelo *Guardian* (29 de novembro de 2002: 5), *Jemaâ el Fna* poderia ter sido o alvo, em Maio de 2002, de um ataque terrorista que poderia ter provocado um massacre e atrair a atenção da média internacional. O atentado foi aparentemente frustrado, mas permanece uma questão preocupante e intrigante, para todos aqueles que como nós fazem, desde há muito tempo, investigação sobre este lugar, de saber como este espaço aberto de Marraquexe se tornou um lugar de grande valor simbólico, a ponto de reunir os esforços de conservação das autoridades marroquinas,

¹ Doutoranda da 1ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

mas também de catalisar os desejos exóticos de milhões de turistas e, com eles, os pensamentos péfidos de terroristas. (Borghi e Minca, 2003: 155)

A Praça *Jemaâ el Fna* está situada na medina de Marraquexe, na proximidade da mesquita da *Koutoubia* e dos *souks*, formando um triângulo entre a vida urbana, o espaço sagrado e o espaço comercial. A manifestação de expressões culturais tem lugar na praça pela voz de várias dezenas de pessoas que recorrem a uma diversidade de idiomas – *tamazight*, árabe clássico, *darija*, introduzindo expressões de outras línguas como a francesa, a espanhola ou a inglesa – e através de várias manifestações performativas – tatuadoras de *henna*, cartomantes, curandeiros, herboristas, artistas ou *hlaiqia* que oferecem espetáculos musicais, pregadores, contadores de histórias, acrobatas, domadores de animais, etc.

A partir do caso particular da Praça *Jemaâ el Fna*, podemos então analisar como se construiu a ideia deste património dito universal, com base numa produção colonial, reinventando tradições e criando um sentido de autenticidade cultural impresso no imaginário da identidade nacional marroquina. Quando falamos de património não podemos ignorar a noção da identidade. Estes dois conceitos são indissociáveis. A identidade de um grupo fundamenta-se frequentemente num marco patrimonial ou numa construção histórica (Faria e Almeida, 2006: 124).

Jemaâ el Fna foi declarada património oral e intangível da humanidade pela UNESCO em 2001, sendo uma das primeiras classificações deste tipo de património. No entanto, o reconhecimento e a instauração de uma zona de salvaguarda da praça remontam ao período do protetorado francês, que introduziu pela primeira vez o conceito de patrimonialização em Marrocos, no sentido que hoje atribuímos. Apesar da sua caracterização enquanto produção colonial, não podemos compreender a construção da identidade fora do seu contexto relacional, como um processo de reconhecimento mútuo (Faria e Almeida, 2006: 118).

Com a instituição dos serviços culturais do protetorado, a administração francesa foi, através de missões científicas, classificando monumentos, recolhendo e identificando objetos e tradições para a criação dos primeiros museus etnográficos no território colonizado – Museu *Batha* em Fez e Museu dos *Oudaya* em Rabat, ambos fundados em 1915. A Praça *Jemaâ el Fna* em Marraquexe entrou para a lista dos locais

classificados como património nacional pelo Protetorado em 1922.² Este lugar é um exemplo claro do processo de identificação e reconhecimento de certos elementos culturais que constituem representações simbólicas quer para as comunidades locais, quer para o património da humanidade.

A origem da patrimonialização em Marrocos teve como base o discurso do poder colonial, em que os indígenas eram um objeto a identificar e sem uma voz ativa neste processo. A construção das identidades baseia-se frequentemente na ideia de representação do *Outro*. Ao construir identidades imaginadas é reforçado o papel dos grupos dominantes que se vão substituindo entre “os de dentro” e “os de fora”, *established* e *outsiders* (Faria e Almeida, 2006: 118). As tradições foram assim identificadas, classificadas e legitimadas pelos colonos, mas também inventadas ou descontextualizadas das suas raízes culturais. Quando Marrocos obteve a sua independência, em 1956, estes legados, classificados pelo colonizador, estavam já tão enraizados no imaginário marroquino que se transformaram, sem grande resistência ou oposição, numa apropriação da comunidade global, indissociáveis da representação da identidade marroquina.

O caso de *Jemaâ el Fna* é extraordinariamente relevante porque está na origem da distinção feita pela UNESCO quando definiu duas das maiores características do património oral e intangível da humanidade: o espaço cultural, por um lado, e a forma de expressão cultural, por outro (Skounti, 2009: 83). A fronteira que encontramos aqui entre realidade e autenticidade é uma fronteira difusa em que o real pode ser pouco autêntico e o autêntico é por vezes a manipulação de uma representação da realidade, uma “ilusão autêntica”, como afirma Ahmed Skounti (2009: 77).

A compreensão da construção das narrativas em torno da praça é portanto fundamental para perceber a dinâmica da sua evolução como representação coletiva da identidade nacional. Estas narrativas passam pelas conceções estratégicas do protetorado, nas suas opções políticas, mas também pela emancipação da voz dos indígenas, ou pela mediatização de um património de carácter universal.

² Classificada oficialmente pelo *dahir* (decreto) de 20 de julho de 1922 relativo à classificação. Boletim Oficial n.º 509 de 25 de julho 1922, p.1188.

A Praça *Jemaâ el Fna* nos processos de patrimonialização em Marrocos: de produto colonial a ícone da identidade nacional

Jemaâ el Fna é, em certos aspetos, uma «invenção» de Lyautey (Clément, 1994). Para o seu projeto de «preservação da cultura local» o Marechal comissionou um estudo sistemático da história marroquina, baseado em certos métodos e na tradição historiográfica Ocidental (Laroui, 1995). Esta pesquisa permitiria à administração francesa cartografar uma série de lugares fortemente simbólicos, capazes de representar a essência cultural de Marrocos. (Borghi e Minca, 2003: 158)

O que consideramos hoje património, apenas adquire este estatuto por um processo, uma construção, onde intervêm diferentes fatores. Qualquer processo de patrimonialização é uma produção para a qual contribuem vários agentes sociais, económicos e culturais, numa relação direta com os discursos dominantes das estruturas do poder. Estes discursos visam muitas vezes manipular determinados fatores culturais que permitam mobilizar as pessoas, no sentido de se identificarem com uma identidade homogénea, uma identidade cultural de dimensão nacional.

O património, antes de tudo, tem uma relação intrínseca com o território, o lugar e a comunidade que habita o lugar. Mas quando falamos de património intangível devemos considerar que a dimensão espacial deste tipo de património é bastante mais complexa, pois a sua relação com o lugar não é apenas material, mas também figurativa. No caso de *Jemaâ el Fna*, a recriação do património intangível, das tradições orais manifestas na praça, exercidas na sua origem pela comunidade local, é substituída parcialmente por uma comunidade virtual que depende economicamente desta representação e se desloca de diversos pontos, interagindo com redes distintas de agentes e espetadores.



Figura 1: Praça Jemaâ El Fna e Koutoubia, Marraquexe, © Kamal Wadifi 2011.

O caráter local desta manifestação cultural é posto em causa todos os dias pelo potencial de transformação de uma manifestação intangível. A relação direta entre património e território é posta em causa pela introdução desta nova classificação de património intangível. Para Ahmed Skounti:

A atribuição do estatuto de património intangível introduz uma distorção entre o património, a localização e a sociedade que esteve na sua origem. De algum modo, o património perde a sua identidade territorial, perde os seus laços materiais para poder sobreviver. (Skounti, 2009: 76)

Esta classificação, pela UNESCO, de *Jemaâ el Fna* como um património de tradições orais e culturais intangíveis introduz um novo problema no relacionamento destas práticas, fortemente enraizadas no seu território, com o seu contexto local. Na origem da classificação está uma preocupação com a delimitação e configuração do lugar de extrema importância, que legitimou o ato performativo assente numa representação ideológica marcada pelo discurso colonial.

A classificação desta praça e a sua identificação e inscrição como património cultural marroquino, remontam ao período do Protetorado Francês, encabeçada por

uma das suas figuras centrais, o Governador Geral, o Marechal Herbert Lyautey. Este último assinou a 26 de julho de 1921 o Despacho Vizirial, que instruiu o inquérito para a classificação da praça e de uma área de servidão para a proteção do lugar. A instrução do inquérito permitiu então delimitar o perímetro de *Jemaâ el Fna*. Um ano após o inquérito foram promulgados uma série de despachos como resultado desse processo determinando as zonas *non aedificandi*, o controlo obrigatório pelo Diretor Geral da Instrução Pública, das Belas Artes e das Antiguidades para a autorização de qualquer intervenção nas fachadas das construções que delimitam o perímetro da praça, e ainda a obrigatoriedade de concessão de exploração de determinadas parcelas, única e exclusivamente à população autóctone.

A ideia subjacente à conceção de salvaguarda do património, com estas diretivas, era precisamente a intenção de Lyautey em controlar uma possível contaminação do carácter pitoresco dos quarteirões e das populações locais pela modernidade europeia do colonizador. No entanto, a delimitação morfológica deste lugar enquanto “praça” está associada a uma classificação tipologicamente europeia. Até então, o lugar era um espaço aberto sem limites fixos.

A iniciativa de conter este espaço aberto conferindo-lhe limites físicos para a sua caracterização como “praça”, bem como a escolha deste lugar como um espaço fortemente representativo da cultura local, e por isso destinado à preservação e salvaguarda, foi assim construída com base na visão colonial de Lyautey. A própria ideia da riqueza da tradição oral a preservar foi impulsionada desde logo pelo Marechal Lyautey. Essa tradição era interpretada como uma espécie de matriz cultural, de mito de origem da *marroquinidade*, que deveria ser preservado da contaminação da modernidade, petrificado na sua autenticidade de expressão cultural pura.

Se por um lado a ideologia colonial e a literatura em língua francesa estão na origem da criação do mito e da aura mágica da praça, por outro lado não podemos ignorar que os mecanismos oficiais marroquinos, bem como algumas organizações não-governamentais, contribuíram também para esta construção atribuindo um lugar de destaque a *Jemaâ el Fna* na geografia simbólica da identidade nacional. A política de patrimonialização instituída no período colonial fomentava acima de tudo uma forte segregação dos ocupantes europeus e da cultura autóctone local, tentando preservar artificialmente as duas culturas, isoladas de qualquer contaminação.



Figura 2: Carta postal da Praça Jemaâ el Fna, lado Sul com a Koutoubia ao fundo, editores irmãos Levy, Collection Decailloz, início do século XX. Consultada a 11/11/2015 em <http://mangin2marrakech.canalblog.com/archives/2015/08/22/32521148.html>

A tentativa de *museificar* Marraquexe e *Jemaâ el Fna* pela sua patrimonialização levou à catalogação exaustiva dos espaços que foram neste período cartografados e classificados, determinando os estilos das construções e as atividades previstas em cada setor. A obsessão de Lyautey em manter a cidade de Marraquexe com o seu aspeto original levou-o a inscrever cada função, cada pessoa, cada cultura numa disposição performativa, como ornamentos de uma grande exposição colonial. A harmonia das partes era essencial para manter este quadro vivo da *marroquinidade* de Marraquexe.

O processo de patrimonialização e conservação foi então, talvez, o processo mais intrusivo e transformador que *Jemaâ el Fna* alguma vez sofreu. Era necessário restituir à praça uma imagem convincente, adequada à sua representação simbólica de mostruário cultural. Todo o lado sul da praça foi transformado, abrindo uma série de acessos que criam um eixo em direção à mesquita *Koutoubia* (cf. figura 2) – erguida em 1158, ícone da grande dinastia Almóada fundadora da cidade – estabelecendo uma relação física, mas também simbólica, que reforçava a legitimidade de uma cultura ancestral imortalizada.

A Praça *Jemaâ el Fna* tem sido assumida nas últimas décadas como uma das principais representações coletivas da identidade marroquina e das suas tradições e costumes, quer pelos milhares de visitantes que se deslocam a este lugar em busca de um Marrocos exoticamente autêntico, quer pelas populações locais que defendem a evidência das suas ancestrais raízes culturais.

A linguagem utilizada pelo colonizador e pelo colonizado é um fator essencial para compreender até que ponto esta mesma linguagem representa uma luta pelo poder de legitimação da comunidade, pelos seus valores e interesses: comuns, nacionais ou universais. Tranchant de Lunel, chefe do serviço de Antiguidades, das Belas Artes e dos Monumentos Históricos em Marrocos, durante o protetorado, enfatiza no seu discurso o papel paternalista do colonizador na salvaguarda do património marroquino:

[...] “sendo que a tradição é a base sólida sobre a qual repousa a arte marroquina nós nos faremos, nós servidores da arte, os guardiões da tradição. Mas na manutenção da paz necessária.” e ele acrescenta mais à frente “Confiante na vigilância das tropas que servem a frente marroquina, notemos os esforços da luta em desviar os olhares das tribos pacificadas para os esplendores do seu passado nacional.” (*apud Kafas, 2003: 43*)

O discurso oficial do protetorado visava uma política cultural em prol de um interesse comum de pacificação. O Protetorado francês procurou precisamente identificar as especificidades da cultura marroquina, como vimos na declaração de Tranchant de Lunel, com objetivos muito particulares, recorrendo a conceitos chave como a tradição.

Para Hobsbawm, o conceito de tradição distingue-se claramente do conceito de costume ou hábito que é o que frequentemente caracteriza aquilo que entendemos como sociedades tradicionais. O que caracteriza acima de tudo a tradição é a sua invariabilidade. Assim, o passado, seja ele real ou inventado, impõe práticas baseadas na repetição. Já os costumes não podem ser restritivamente fixos e invariantes, pois mesmo uma sociedade dita tradicional está em permanente evolução (Hobsbawm, 2000: 2). Bhabha destaca também a importância do conceito da *fixity*, a invariabilidade, como uma das principais características do discurso colonial na construção ideológica da *otherness*:

A invariabilidade [*fixity*], como sinal da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é uma forma de representação; é conotada com a rigidez e uma ordem invariável mas também com a desordem, degeneração e repetição sobrenatural. (Bhabha, 1994: 66)

Através de uma atitude paternalista refletida na política cultural e através da defesa de um tradicionalismo anacrônico, os colonizadores procuravam estabelecer um regime de controlo que garantisse um equilíbrio entre colonos e indígenas, apelando a um enriquecimento cultural da comunidade indígena pela preservação dos valores tradicionais e que conduziria ao desenvolvimento nacional. A estratégia discursiva colonial passava então por estereotipar a *otherness*³ dos indígenas nas suas práticas culturais e fixando-as como tradições pela repetição.

A partir do momento da independência da força colonial francesa, uma nova preocupação surgiu com a identificação das necessidades de desenvolvimento do país, o que relegou para segundo plano as políticas culturais e de patrimonialização, que passaram por um período de indefinição, com a minimização das intervenções ou até mesmo a ausência total em algumas regiões. A necessidade de encontrar uma linguagem própria que libertasse a identidade cultural marroquina do discurso do colonizador teve como reflexo esta negligência do setor que só voltaria a encontrar uma postura eficaz a partir dos anos oitenta do século vinte. O interesse *comum* do protetorado foi substituído pelo interesse *nacional* impulsionado pelos movimentos nacionalistas pró-independência. Moisés Martins, remetendo aos fundamentos de Pierre Bourdieu, destaca a importância do discurso sobre a identidade na legitimação de quem detém o poder:

Entendemos, com efeito, que todo o discurso sobre a identidade revela o campo de um combate por uma ordenação simbólica específica. O que se decide nesta luta é quem tem o poder de definir a identidade e o poder de impor a representação feita. Porque os discursos da identidade são classificações práticas (isto é, di/visões do mundo social), e nesse sentido estão subordinados a funções práticas e orientados para a produção de efeitos sociais (Bourdieu, 1980: 65). (Martins, 1996: 17)

³ Introduzo o conceito, no sentido utilizado por Homi Bhabha na obra *The location of culture* (1994) para descrever as relações de alteridade entre colonizado e colonizador.

As linguagens utilizadas nas representações coletivas, como é o caso da Praça *Jemaâ el Fna*, devem ser entendidas no âmbito da sua existência concreta, como tradução de uma realidade social e no seu relacionamento com o poder estruturante. Moisés Martins acrescenta ainda que, ao invocar uma identidade nacional, deve ter-se em conta uma relação dinâmica entre a sua dimensão institucional, individual e simbólica (Martins, 1996: 27). Assim, a representação coletiva da identidade nacional e a intenção de perpetuar essa representação revelam que a identidade é uma realidade dinâmica e que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros e pelo ato de adesão pessoal reiterado a uma comunidade.

A identidade é, deste modo, representação e vontade, segundo Bourdieu (*apud* Martins, 1996: 18). A comunidade interioriza, assim, esta representação legitimada da realidade tornando-a sua ou, por oposição, define um novo destino contra essa mesma representação, reivindicando uma outra legitimidade. Esta legitimidade é reiterada pela comunidade, de forma intencional, pela vontade da própria comunidade, que se revê numa estrutura simbólica, inspirando práticas significantes.

Deste modo, é interessante notar que as descrições da praça na literatura colonial do início do século XX são visões profundamente orientalistas, narradas com uma linguagem que representa *Jemaâ el Fna* como um lugar histórico idealizado a preservar, uma visão extremamente cénica que é referida por Rachele Borghi e Claudio Minca como:

[...] uma linguagem tipicamente colonial e orientalista na descrição da beleza e da magia da praça; e sobretudo porque elas utilizam uma perspectiva típica da antropologia e da geografia modernas, ou seja uma perspectiva que imagina o mundo como uma exposição, como um quadro para ser admirado (Mitchell 1988; Gregory 1994). (Borghi e Minca, 2003: 163)

Um dos fatores que contribui para esta visão é o facto de o narrador frequentemente se colocar, ou colocar o observador, de um ponto de vista dominante sobre a praça, uma característica que ainda hoje é utilizada nas representações e narrativas turísticas que se posicionam nos terraços dos cafés que circunscrevem a praça. Esta distanciação do observador permite-lhe uma visão de conjunto sobre as ações dos vários atores deste quadro/museu sem que seja visto, como se de um

espetador se tratasse, transformando os atores da praça numa imensa massa de cores, formas e movimentos, mas despojada de nomes, de subjetividade. A subjetividade do ator local é perdida em detrimento da individualidade do observador, do viajante, do Europeu. A figura romantizada do indígena é mais uma representação abstrata que figura neste imenso cenário do espaço de memória patrimonializado.

A atribuição a Marraquexe do estatuto de ícone representativo da *marroquinidade* perante a Europa e o Mundo Ocidental é uma imagem ainda hoje utilizada tanto na literatura contemporânea ocidental, como na literatura árabe. O que importa sobretudo destacar é a enorme ausência de referências à praça na literatura em língua árabe. A grande maioria das narrativas sobre a praça é escrita em francês (Borghi e Minca, 2003: 167).



Figura 3: Encantador de Serpentes na Praça Jemaâ el Fna – carta postal da primeira metade do séc. XX. Autor Roudnev. Consultada a 11/11/2015 em <http://mangin2marrakech.canalblog.com/archives/2011/05/30/21244932.html>

Todavia, devemos reconhecer que a comunidade marroquina interiorizou também as práticas e manifestações da Praça *Jemaâ el Fna* como uma representação legítima da sua realidade, reclamando estas práticas como simbólicas e significantes dessa mesma identidade. A função do simbolismo é a de organizar a comunidade e o papel de cada indivíduo perante a comunidade, estruturando assim as identidades ali

presentes. Sendo o espaço simbólico aquele em que se processam as relações entre os indivíduos e a comunidade, este será ao mesmo tempo um espaço conflitual, mas também o espaço de mediação de conflitos.

Para Ouidad Tebbaa, a praça encontra-se, no entanto, confrontada com uma contradição ainda maior, numa altura em que o património oral atinge uma visibilidade internacional. Como a autora argumenta, a passagem da tradição e sabedoria dos mestres às novas gerações parece bastante ameaçada:

A relutância, e mesmo a aversão, com as quais alguns atores da praça Jemaâ El Fna encaram a possibilidade dos seus filhos poderem suceder-lhes diz muito sobre o valor que eles conferem à sua própria arte e, sobretudo o valor que lhes é conferido pela sociedade. Reproduzindo o desprezo que sentem, alguns desencorajam a vocação crescente dos seus filhos e chegam mesmo a proibi-los de ir à praça, que consideram como um lugar de perdição. (Tebbaa, 2010: 54)

Os atores da praça, dignatários da *marroquinidade*, encontram-se atualmente em situação de precariedade e são alvo de desprezo e desconfiança, sentindo-se muitas vezes estrangeiros no seu próprio universo. A pressão e exigência do público atual contribuem para esta recusa na transmissão natural, geracional do conhecimento (Tebbaa, 2010: 54).

A tensão entre o interesse comum colonial e o interesse nacional pós-independência, bem como os valores universais contemporâneos, é transposta para o espaço simbólico de *Jemaâ el Fna* situando as representações e as práticas da comunidade frente a frente com o significado do lugar. Para o colonizador, este território representado na praça de Marraquexe traduzia a antiguidade às portas da Europa. A nação marroquina continua a alimentar uma certa resistência à modernidade, ao direito a uma identidade cultural moderna.

Abdallah Laroui, historiador marroquino e defensor de uma posição modernista que contribua para uma evolução positiva do pensamento árabe, escreveu um ensaio onde reflete sobre a modernidade e a tradição na sua relação com as estruturas do poder, intitulado “L’ideologie arabe contemporaine”, publicado em Paris, em 1967. Neste ensaio, Laroui expõe como a estrutura simbólica de dominação produz e reproduz a subordinação da comunidade. Para Laroui, o pensamento árabe encontrava-se, ainda

que inconscientemente, aprisionado, o que tornava impossível uma auto definição independente e a sua emancipação. Stefania Pandolfo explica também esta incapacidade de autodeterminação da consciência árabe através deste mesmo ensaio de Laroui:

Na visão de Laroui, a subserviência árabe tem uma dupla face. Por um lado, é a alienada identificação árabe com o seu Outro, o Ocidente. [...] Mas a subserviência está também relacionada com o laço afetivo que os Árabes mantêm com o seu passado – um passado há muito aniquilado e ainda assim tratado como presente pela identidade alienada. (Pandolfo, 2000: 122)

Para Laroui, a questão passa então por uma transformação na consciência da distância histórica, o que é um sintoma, ou mesmo um agente da subjugação a que se sujeita a identidade árabe, a uma balança externa do poder do Ocidente. Este mundo anacrónico em que vive a consciência nacional da comunidade marroquina é povoado pelos mitos, imagens ou fetiches que são representados em Marraquexe por todos diferentes veículos de transmissão, por todos os interlocutores da praça, os encantadores de serpentes, as tatuadoras de *henna*, os contadores de histórias, os curandeiros, os aguadeiros, os cartomantes, os saltimbancos.

Entre o real e o autêntico – A legitimação da tradição na Praça Jemaâ el Fna

Para explicar a arqueologia da intrincada situação da cultura Árabe moderna, ele [A. Laroui] recorre à prática do *al-gharîb* e ao sentimento melancólico da poesia clássica Árabe. Ibn Shyhayd, um poeta Andaluz do século quinto, vive numa sociedade urbana sofisticada, “ porém a sua alma, exilada do presente, está noutra lugar. ... A sua alma não vê os carregados céus Andaluzes; movimenta-se, em vez disso, num sonho, por uma tempestade de areia num mundo remoto que nunca conheceu.” Recusando ver esse exílio como um voo retórico e uma fonte de inspiração poética, Laroui condena-o como um artifício enganador, um escape às responsabilidades da vida real numa busca ilusória da autenticidade. (Pandolfo, 2000: 125)

O trauma do passado colonial impediu, de certa forma, a nação marroquina moderna de fazer o seu luto sobre o passado e de se identificar com novas formas de

expressão. Esta foi talvez a forma mais subversiva da dominação do Ocidente sobre o mundo estático da cultura árabe, que começou a reivindicar a sua própria modernidade de forma lenta. Driss Chraïbi, no seu romance *Le passé simple*, ilustra esta nostalgia da autenticidade do passado por oposição a uma modernidade traumatizada pelo fantasma da colonização:

Ao chegar aqui esta manhã, encontrei um Americano da Polícia Militar. Ele parou o meu jipe.

- Você Francês? Perguntou-me ele.

- Não, respondi. Árabe vestido de Francês.

- Então ... onde estão os Árabes vestidos como Árabes, falando como Árabes, e...

Ergui a minha mão em direção ao velho cemitério Muçulmano.

- Ali.

Ele partiu. (*apud* Pandolfo, 2000: 127)

À verdadeira identidade árabe, aquela considerada pelos outros como a autêntica, está associada a ideia de um passado defunto. A génese da identidade marroquina está no velho cemitério, por oposição à realidade do presente em que o personagem é apenas um árabe vestido de francês, destituído da sua identidade, relegado para um plano de desadequação.

O contato entre franceses e marroquinos já não pode ser entendido como o de duas culturas que existiram em duas realidades independentes, mas como o de duas sociedades humanas que tiveram uma história comum, interesses comuns com aproximações e obviamente tensões. O autêntico, situado no passado remoto que recusa a realidade, é assim uma representação idealizada face à negação de um passado traumático. O cemitério carrega nele próprio não apenas a carga do passado distante, mas o próprio misticismo do lugar, conferindo a esse lugar a dimensão simbólica da morte como lugar da origem. Encontram-se no romance temporalidades discrepantes e é esse mesmo anacronismo que seduz os milhares de turistas que passam por *Jemaâ el Fna* em busca da autenticidade da cultura imaterial marroquina.

O caráter de imaterialidade remete-nos para ideia do espectro do passado que paira sobre o presente, inviabilizando qualquer tentativa de modernidade. Mas como lidar então com a realidade e a materialidade evidente destas manifestações? O

espectro do passado incarna em cada dia na praça nos gestos e nas vozes dos seus atores. A identidade coletiva reitera esta evidência pela elevação da manifestação cultural aos valores universais patrimoniais, cataloga, identifica, representa-se. Ela constrói-se a partir do lugar da praça em formas múltiplas, em mutação face ao seu percurso histórico. Esta mesma identidade não é imune aos contatos e relações, tal como acontece com os personagens no romance de Driss Chraïbi, ela é um produto de uma contaminação recíproca de vários discursos que se desenvolvem em torno de um espaço e das associações que os indivíduos ou os grupos sociais estabelecem entre eles.

A Praça *Jemaâ el Fna* deve ser lida então como uma construção de um lugar fortemente simbólico, fomentado por uma visão europeia, colonial, que necessita de catalogar o *Outro* pela sua *marroquinidade*, mas também significativa pela projeção coletiva da ideia de identidade nacional marroquina. A praça é um bom exemplo da construção da identidade do *Outro* a partir de uma visão euro-centrista que define a *marroquinidade* por oposição ao Ocidente, caracterizando-a pelo exotismo e pela ideia de sedução e magia da praça, pela sua aura de uma cultura tradicional.

Esta classificação como *cultura tradicional* era uma visão ideologicamente colonial, em que tradicional era também sinónimo de uma intenção de uma certa cristalização das identidades indígenas e das suas sociedades através primeiramente da identificação e classificação e posteriormente pela preservação uma cultura anacrónica e imutável, reinventando e folclorizando tradições.

A patrimonialização de um bem, no entanto, seja ele material ou intangível, está associada à ideia de preservação de um valor em risco de desaparecimento. No que diz respeito ao património cultural intangível isso significa que as práticas a preservar não decorrem de acordo com a sua motivação original e vão assumindo outros propósitos. Para Skounti isso significa que os elementos do património cultural intangível nunca poderão ser os mesmos que estiveram na origem da sua prática, transformando-se noutra coisa, o que é evidente pelo facto dos seus atores não serem, desde logo, os originais (Skounti, 2009: 74).

A sobrevivência de uma expressão cultural está, então, sempre sujeita ao sacrifício de uma parte dos elementos que conferem a sua suposta autenticidade. O discurso oficial, porém, não coloca em questão a fidelidade destas manifestações culturais em

relação à sua autenticidade. A partir do momento em que foram praticadas, desde a sua origem, cada dia é uma reprodução fiel, autêntica, do espetáculo de *Jemaâ el Fna*. Ahmed Skounti apelida este fenómeno como a “ilusão autêntica”, produto do processo de criação de um património, como vimos anteriormente (Skounti, 2009: 77).

Todos os dias a praça é reinterpretada, representada e o tempo encarrega-se de legitimar a sua continuidade, mas também de lhe conferir novos sentidos e novos discursos. A ideia de “ilusão autêntica” de Skounti (2009) aproxima-se assim da ideia da “invenção da tradição” de Hobsbawm (2000). Os indivíduos, grupos ou comunidades encarregam-se de perpetuar a tradição na convicção da responsabilidade de lhes dar uma nova vida, a necessária continuidade. A tradição inventada consiste numa série de práticas, normalmente regidas por regras manifesta ou tacitamente aceites e de uma natureza ritual ou simbólica, como vemos nas manifestações de *Jemaâ el Fna* que se processam num rito diário controlado. A ritualização do espaço parece imprimir certos valores e normas de comportamento pela repetição, que automaticamente implicam uma continuidade com o passado. Sempre que possível, na tradição inventada, segundo Hobsbawm (2000: 1), tenta estabelecer-se uma continuidade histórica adequada com o passado.

Conclusões

A Praça de *Jemaâ el Fna* como representação da identidade nacional marroquina e das expressões culturais tradicionais é, de certa forma, uma hibridação daquilo que era de facto uma expressão local e do que a visão orientalista do colonizador entendeu eger como representante da cultura do *Outro*. A praça transformou-se numa zona de contacto de várias perspetivas culturais, embora as narrativas em torno do seu simbolismo a coloquem muitas vezes no patamar intocável da autenticidade cultural das tradições locais.

Jemaâ el Fna é o ponto em que se articulam espacialmente a antiga medina, o tecido urbano pré-colonial, e a cidade moderna, construída segundo os modelos europeus, – o Guéliz – assumindo-se geográfica e simbolicamente como ponto de mediação e fronteira entre a Marraquexe tradicional e a Marraquexe moderna. Para Ouidad Tebbaa, a perenidade de *Jemaâ el Fna* depende de duas premissas essenciais e

imperativas: “a re-sensibilização do público para essa cultura desacreditada e cada vez mais desprezada, e a regeneração do número de práticas consideradas hoje em dia pelos jovens como obsoletas e arcaicas.” (Tebbaa, 2010: 57).

Ainda assim, Borghi e Minca, como fomos vendo, consideram que a interação simbólica entre Ocidente e Oriente produzida na Praça *Jemaâ el Fna* se foi transformando até aos dias de hoje, reinventando-se num espetáculo diário em que os atores interagem com os espetadores, integrando-os na ação cénica da praça. A própria linguagem panfletista de atracção turística define o lugar como o encontro entre a tradição e a modernidade (Borghi e Minca, 2003: 172). Como argumenta Ahmed Skounti, a produção de um património cultural intangível, tal como nos é apresentada a Praça *Jemaâ el Fna*, requer o sacrifício de algo, o que permite transformar factos culturais em património. Estes factos são então transformados, principalmente pelos seus atores. Desta forma, o autor considera que uma espécie de “ilusão autêntica” é então criada e permanece na base do processo da criação de património (Skounti, 2009: 74).

Variadas proposições de análise e interpretação de *Jemaâ el Fna* foram lançadas ao longo deste texto. Mas como poderá, assim, algo de tão intangível e dinâmico persistir? Numa leitura extrema, a imaterialidade não passaria, então, de uma ficção. Voltamos à questão da materialidade e é na materialidade que reside talvez a capacidade de transformar esta “ilusão autêntica” em algo real. Para todos os fenómenos imateriais existe um determinado grau de materialidade, como vimos por exemplo na necessidade de Lyautey, desde logo, em delimitar fisicamente o espaço da praça de Marraquexe. Pela sua dualidade, o património imaterial tem a capacidade de resistir à erosão ou à destruição a que está sujeito o património material. A fragilidade da sua imaterialidade é, portanto, relativa.

Para Benedict Anderson, as comunidades não podem ser distinguidas por um princípio de falsidade ou autenticidade de uma invenção, mas pela forma como são imaginadas, o que nos remete para a necessidade de reler a continuidade histórica face às opções de memória das comunidades no seu processo de imaginação e identificação que é eminentemente histórico e ideológico em simultâneo (Anderson, 2005: 6).

A Praça *Jemaâ el Fna*, não pode assim ser caracterizada alienada da sua temporalidade e espacialidade. Este património engloba em si mesmo múltiplas narrativas e reescritas, a materialização de um repositório de representações e de tradições em mutação, aliado à continuidade dinâmica da temporalidade. O passado, projetado na autenticidade das tradições, é utilizado para sustentar os discursos da nacionalidade, como fundação da construção da identidade marroquina.

É esta dimensão simbólica da praça *Jemaâ el Fna*, fortemente modelada por uma visão euro-centrista, que encontra a sua identidade diferenciando-se do *Outro* e face à necessidade de definir uma *marroquinidade* em oposição ao Ocidente. A folclorização da cultura tradicional marroquina e a aura de exotismo e orientalismo que se criou em torno deste espaço são mecanismos que fazem parte do processo de patrimonialização de *Jemaâ el Fna*, como uma entidade dinâmica e em permanente mutação e reinvenção.

Referências Bibliográficas

- Anderson, Benedict (2005), *Comunidades imaginadas – Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- Bhabha, Homi (1994), *The location of culture*. London: Routledge.
- Boletim Oficial n.º 509 de 25 de julho 1922, 1188.
- Borghì, Rachele; Minca, Claudio (2003), “Le Lieu, la place, l’imaginaire: Discours colonial et littérature dans la description de Djemâa el-Fna, Marrakech”, *Expressions maghrébines*, 2(1), 155-173.
- Faria, Margarida Lima de; Almeida, Renata (2006), “A problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita”, *Comunicação & Cultura*, 1, 117-133.
- Hobsbawm, Eric (2000), *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kafas, Samir (2003), “De l’origine de musée au Maroc”, in Caroline Gaultier-Kurhan, *Patrimoine culturel marocain*. Paris: Maisonneuve et Larose, 39-56.
- Laroui, Abdallah (1967), *L’idéologie arabe contemporaine*. Paris: F. Maspero.
- Martins, Moisés de Lemos (1996), *Para uma inversa navegação. O discurso da identidade*. Porto: Afrontamento.
- Pandolfo, Stefania (2000), “The thin line of modernity: Some Moroccan debates on subjectivity”, in Timothy Mitchell (ed), *Questions of Modernity*. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 115-147.

Skounti, Ahmed (2009), "The Authentic Illusion: Humanity's intangible cultural heritage, the Moroccan experience", in Laurajane Smith & Nattsuko Akagawa (ed.), *Intangible Heritage*. London: Routledge, 74-92.

Tebbaa, Ouidad (2010), "Le patrimoine de la place Jemaâ El Fna de Marrakech: entre le matériel et l'immatériel", *Quaderns de la Mediterrània*, 13, 51-58.

Ribeira Grande de Santiago Património da Humanidade – O trajeto de uma candidatura

Fernando Pires¹

Resumo

Em junho de 2009, a cidade da Ribeira Grande de Santiago foi declarada pela UNESCO património da humanidade. O facto de terem sido os cabo-verdianos a sugerir esta nomeação revela a importância que este espaço representa para a sua identidade. A intenção do trabalho é refletir sobre a condição necessariamente problemática da discussão identitária das nações pós-coloniais. O que pretendo fazer é tentar uma aproximação a estas questões a partir da reivindicação, e da consagração, da Cidade Velha como património mundial.

Introdução

Em junho de 2009, a cidade da Ribeira Grande de Santiago foi declarada pela UNESCO património da humanidade. No entanto, longe de alcançar a escala de monumentalidade de outros núcleos da expansão, à primeira vista, a Cidade da Ribeira Grande pouco revela.

Os critérios utilizados pela UNESCO evocam os vestígios dos monumentos e a paisagem como testemunhos do papel que outrora a Ribeira Grande desempenhou nas primeiras trocas comerciais intercontinentais. Outro aspeto considerado relevante para a classificação foi o reconhecimento daquele espaço como o lugar de encontro de raças e culturas, berço da primeira sociedade crioula mestiça e lugar de partida para a difusão dessa cultura através do Atlântico, que se foi adaptando aos vários contextos coloniais da América e Caraíbas.

O facto de terem sido os cabo-verdianos a sugerir esta nomeação revela a importância que este espaço representa para a sua identidade. Um lugar como a Ribeira Grande – que abriu as suas portas para o início daquilo que seria a maior e a

¹ Doutorando da 1ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

mais dolorosa diáspora atlântica do homem negro, primeiro em relação à Europa e depois em direção às Américas – transporta em si um passado cheio de recordações amargas que são evidentes na violência do tráfico negreiro. Contudo, os cabo-verdianos não podem prescindir delas para descobrirem a sua própria identidade.

A intenção do trabalho é refletir sobre essa condição necessariamente problemática da discussão identitária das nações pós-coloniais. No caso de Cabo Verde existem, naturalmente, vários os aspetos a ter em conta. O que pretendo fazer é tentar uma aproximação a estas questões a partir da própria reivindicação e da consagração da Cidade Velha como património mundial. Ou seja, cabe questionar em que medida o Estado de Cabo Verde não fez uma espécie de superação do seu dilema interno transportando-o para a escala mundial, e vice-versa, até onde o discurso internacional precisa de se rever na consagração destes espaços que representam o dito encontro de culturas e as suas vicissitudes.

Importa ainda questionar as próprias resistências internas a este discurso. No caso específico da Ribeira Grande, a questão da sua aparente falta de escala monumental também é um aspeto a considerar, na medida em que exige uma maior insistência no carácter discursivo do enunciado, uma vez que, materialmente, pouco se vê. Neste sentido, cabe perguntar-se de que maneira a ideia da Cidade Velha como elemento da identidade nacional foi, ou é, apropriada pela sociedade.

O projeto e o processo de Candidatura

Quatro anos após a independência nacional, os cabo-verdianos começaram a dar os primeiros passos na tentativa de preservar o seu património nacional. No entanto, só em 1990 é que se iniciou o primeiro processo de candidatura da Ribeira Grande. Esta candidatura foi recusada em 1992, porque o dossier técnico não cumpria as condições exigidas. No entanto, no mesmo ano de 1990 declarou-se internamente a Ribeira Grande como património nacional de Cabo Verde. Os cabo-verdianos não desistiram e, em 1998, convidaram o arquiteto Álvaro Siza Vieira para, em conjunto, elaborarem um plano de reabilitação e salvaguarda da Ribeira Grande, tendo como objetivo a sua inscrição na lista do património da UNESCO, facto que acabaram por conseguir em junho de 2009.

Para que um sítio seja incluído na lista do património mundial, a primeira condição imposta pela UNESCO é o bem possuir um “valor excepcional”. Satisfazer o critério de “autenticidade” é outra condição. É preciso que o bem, ao longo do tempo, não tenha sofrido intervenções de forma a o descaracterizar. Cumprindo as duas primeiras condições, em seguida, o bem deverá integrar um dos dez critérios de seleção da UNESCO apontados na Convenção e satisfazer pelo menos um. Estas categorias e critérios encontram-se definidos na Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) e nas Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial (1972). Os critérios são regularmente revistos pela comissão em função da evolução do conceito de património mundial. Até ao final de 2004, os sítios candidatos a Património Mundial eram selecionados com base em seis critérios de ordem cultural e quatro critérios de ordem natural. Com a aprovação dessa revisão, estes dez critérios passaram a ser considerados num todo, extinguindo-se as divisões entre os culturais e naturais.²

Foram quatro os critérios invocados pelo governo cabo-verdiano na candidatura da Ribeira Grande a património da humanidade, que correspondem aos itens ii, iii, iv e vi.³ A base da candidatura assentou na invocação do passado da Ribeira Grande como tendo sido um espaço que, num determinado momento da História, representou uma etapa decisiva da expansão europeia e na ligação entre espaços a partir do século XV.

As palavras do diplomata José Duarte, que conduziu o processo na UNESCO, traduzem as razões da candidatura da Ribeira Grande, esta afirmação é importante e será comentada mais à frente: “A inscrição da Cidade Velha é um dever de memória e será também uma grande homenagem ao povo cabo-verdiano, porque, desde já, simboliza e simbolizou o cruzamento de culturas e de raças. É o berço da nossa cabo-verdianidade.”⁴

A UNESCO, na sua apreciação, acatou apenas três dos quatro critérios apresentados por Cabo Verde. Considerou que o centro histórico da Ribeira Grande demonstrava

²UNESCO (2009), “The Criteria for Selection”. Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/criteria/>

³ UNESCO (2009), “Cidade Velha, Historic Centre of Ribeira Grande”. Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/1310.%202011>

⁴ A Semana (2009), “Cidade Velha conhece a sua sorte enquanto património mundial esta semana”, 22 de junho. Consultado em 18 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article42709>

valor excepcional, reconhecendo que foi, efetivamente, a primeira cidade colonial a ser construída nos trópicos e que deu um passo decisivo na expansão europeia no final do século XV, tanto para a África quanto para a América. Considerou a autenticidade e a integridade do conjunto como aceitável e também enfatizou os perigos a que o bem estava sujeito devido à sua fragilidade. Contudo, e tendo em conta a apreciação feita pelo ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), achou não considerar o critério n.º iv, justificando que:

Criterion (iv). Furthermore, although the urban planning and the monuments of Ribeira Grande are at an early stage of the timeline of European colonisation, and although they have some notable architectural aspects, they are not sufficiently unique or in an appropriate state of conservation and authenticity/integrity to justify outstanding universal architectural and urban value⁵

É importante chamar a atenção para o facto de que Cabo Verde já tinha feito uma primeira candidatura que foi recusada, em 1992. Nesta ocasião, a deliberação da UNESCO apontava que, embora o sítio possuísse valor histórico indiscutível, não cumpria os critérios para inscrição na Lista do Património Mundial. Por três razões: em primeiro lugar, os monumentos históricos ou tinham sido excessivamente restaurados ou estavam em estado avançado de degradação; em segundo lugar, os monumentos históricos estavam em locais dispersos numa cidade moderna de qualidade arquitetónica medíocre. Por fim, a UNESCO chamava a atenção para o facto de não haver, por parte de Cabo Verde, nenhum plano de gestão para o lugar.

Esta situação é pertinente e leva a questionar os critérios de avaliação da UNESCO e o discurso institucional proferido para a classificação de sítios e objetos. A discussão remete para a reflexão de Ian Hodder, que põe em causa esse discurso, associando alguns aspetos relativos aos direitos humanos às questões patrimoniais ou de patrimonialização de sítios. Hodder considera que os critérios utilizados na classificação de sítios e monumentos e a forma como estes são aplicados por organizações como a UNESCO, não são, às vezes, muito favoráveis para as populações dos sítios. Critica o processo sobretudo pelo seu excessivo academismo. Chama a

⁵ UNESCO (2009), "The Criteria for Selection". Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/criteria/>

atenção para o discurso proferido por estas organizações, como as Nações Unidas e dos direitos humanos, no sentido de se poder encontrar outros mecanismos que ajudem na avaliação do património para além dos critérios até agora definidos. O autor frisa que outros critérios poderiam ser considerados na avaliação, tendo em conta a promoção de mais justiça social e bem-estar das pessoas. É verdade que, como já foi dito, os critérios são regularmente revistos e é precisamente neste sentido que Hodder alerta, tendo em conta que cada vez mais há sítios e monumentos que estão a contribuir para o desenvolvimento económico e bem-estar social das comunidades onde se encontram implantados e que por isso os critérios deveriam ser mais abrangentes. (Hodder, 2010: 861-882).

No entanto, cabe também acautelar os problemas. Se tomarmos, por exemplo, o caso de Cabo Verde, em particular da Ribeira Grande, onde existe uma população agrária e pobre, com certeza essa população vai ver a suas atividades limitadas, ou suspensas, devido ao facto da Cidade Velha se ter tornado património da humanidade.

Será que as limitações impostas pela patrimonialização do sítio poderão servir, não como uma limitação, mas sim como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida daquela população? A História o dirá. Mas não seria a primeira vez que Cabo Verde nos dá lições de gestão de poucos recursos ou em reverter situações desfavoráveis a seu favor. Esta eventual capacidade demonstrada pelos cabo-verdianos de transformar situações difíceis a seu favor, será tema de reflexão a seguir. Antes disso, cabe procurar ver a efetiva dimensão histórica da cidade que se declarou Património da Humanidade.

O Passado no passado – O tempo da Ribeira Grande, breve história

José Bacelar Bebiano (1929), nos seus estudos sobre a formação sedimentar das ilhas de Cabo Verde, concluiu que estas não fazem parte de um continente perdido, nem de qualquer um dos continentes conhecidos. Não existem evidências das relações que se pretendem estabelecer entre o continente africano e o arquipélago. Os arquipélagos de Cabo Verde, dos Açores, da Madeira, das Canárias e das Ilhas Selvagens integram a Macaronésia. São territórios, literalmente, atlânticos.

É essencialmente nas relações económicas com outras regiões que se podem encontrar explicações para o percurso histórico cabo-verdiano. Sendo Cabo Verde um arquipélago praticamente sem riquezas naturais significativas que lhe pudessem conferir algum protagonismo, o seu maior trunfo foi a sua capacidade para desempenhar um papel ativo na rede de trocas e de circulação entre diferentes áreas do globo, com climas e civilizações distintos, conforme sublinhou António Correia e Silva (1995: 1). Mas esse tipo de lugares, cujo valor histórico é constituído na base de relações com outros espaços, vivem, por natureza, em equilíbrio frágil. Qualquer mudança que se dê num dos pontos da rede, poderá vir a causar uma turbulência noutra ponto. Foi o que aconteceu com a Ribeira Grande.

A principal razão para a fixação naquele local foi de ordem geoestratégica. A proximidade da ilha de Santiago com a Costa Ocidental Africana potencializava o comércio que se intentava fazer com o continente. Para além do facto, deveras significativo, do arquipélago estar desabitado, a condição insular e a segurança relativa que oferecia, constituíram outras das razões para a instalação, ali, de um porto de escala e de armazenamento de mercadorias. Espaços com estas características, são geralmente apetecíveis para a instalação de estruturas de controle fiscal. Assim, logo após o achamento das ilhas, em 1460, o território foi integrado no património da coroa portuguesa, ficando submetido à sua soberania. Estabeleceu-se em seguida o sistema de capitánias, nomeando-se um capitão donatário para proceder às ações de povoamento e à criação de uma estrutura económica própria para o desenvolvimento da ilha. Este procedimento constituiu, de facto, o primeiro ato administrativo sobre Cabo Verde. Foram deslocadas para Santiago as primeiras famílias originárias do sul de Portugal, despoletando-se assim o processo de povoamento (Silva, 1995: 3).

O núcleo inicial da povoação desenvolveu-se a partir da zona portuária localizada junto à baía e dela faziam parte algumas instalações como o ancoradouro, o almoxarifado, o presídio, armazéns e mais a norte algumas casas de comerciantes moradores. Até ao final do século XV, pouco ou nada podemos avançar acerca das restantes edificações que constituíam o aglomerado. No entanto, sabemos que em 1495 se encontrava em fase de construção a capela que, mais tarde, viria a ser a igreja de N. Sr.^a do Rosário. Sucessivamente, em 1497, dava-se início à construção do hospital da Misericórdia. Até então ainda não tinha sido atribuído à Ribeira Grande o

estatuto de vila, embora tudo levasse a crer que já nesta altura tivesse condições de ser, algo que só viria a ser reconhecido em 1512.

A partir do século XVI, a intensificação do comércio de escravos em direção à América – que se transformou no elemento base da economia da Ilha de Santiago – fez com que a vila e o seu porto florescessem. Foi neste período que a povoação teve o seu maior crescimento urbano. No princípio do século XVII descreve-se a cidade com três bairros: o bairro de S. Pedro, o bairro de S. Brás e o bairro de S. Sebastião. A Ribeira Grande tinha o seu espaço urbano perfeitamente consolidado, ocupando praticamente toda a área disponível dentro do vale e com algum avanço para uma plataforma exterior.

No entanto, desde os finais do século XVI, uma série de acontecimentos abalaram profundamente a vivência da Ribeira Grande. O espaço que Espanha e Portugal julgavam pertencer-lhes em exclusividade (validado pelos acordos ibéricos de Alcáçovas, 1479 e Tordesilhas, 1494), foi invadido por outros atores e começou a sofrer as primeiras incursões exploratórias mercantis e de corsários, primeiro de franceses, depois de ingleses e holandeses.

Nesta conjuntura, a Ribeira Grande sofreu vários ataques de piratas e foi sucessivamente pilhada tendo sido destruídos grande parte dos seus edifícios principais. Em 1614, o tráfego, que até então passava obrigatoriamente pelo porto de Santiago, foi desviado para Cacheu, reduzindo assim os rendimentos do burgo. A somar a esta situação, os sucessivos anos de seca vieram contribuir para agravar o quadro, provocando o contínuo êxodo da população urbana com destino ao interior da ilha, que se processou desde a segunda metade do século XVII até ao século XVIII. Em 1754, a situação de decadência da Ribeira Grande era evidente. O bispo abandonou a cidade e cinco anos depois a sede do governo foi efetivamente transferida para a vila da Praia, situada a escassos quilómetros.

Dez anos após o abandono da cidade pelo Bispo, os oficiais da câmara relatavam da seguinte forma a situação da Ribeira Grande:

Pomos na Real presença da Vossa Majestade a última e total ruína em que se acha esta Cidade e Ilha, e para firmeza de sua decadência, basta dizermos à V. Majestade que não há nela cadeia, aonde se prendam os criminosos, por cuja razão se não pode administrar a

justiça, as casas da casa Câmara destruídas, o açougue por terra, as calçadas arruinadas, e finalmente, Senhor, é a segunda Troia destruída [...]⁶

Este quadro de ruína entra definitivamente no imaginário da cidade colocando-a, desde então, numa espécie de lugar fora do tempo. Um lugar que se via em perda, em desamparo. Houve algumas tentativas de reconstrução de alguns edifícios como forma de resgatar a cidade mas todas foram em vão. Em 1858, a Vila da Praia foi elevada à categoria de cidade e isso consumou definitivamente a ruína da Ribeira Grande. Talvez tenha sido a partir deste momento que a Ribeira Grande passou a ser referida como Cidade Velha, perdendo o seu nome e assumindo-se como um lugar do passado.

O Passado no presente – O discurso da recuperação do monumento

Embora esta leitura do espaço abandonado e arruinado tenha sido a imagem recorrente, seria injusto dizer-se que nada foi feito no sentido de preservar a Cidade Velha. Os primeiros discursos sobre a salvaguarda do património da Ribeira Grande começaram a surgir, em Cabo Verde, por volta da segunda metade do século XIX. Começou a questionar-se o destino a dar à cidade, uma vez que eram comuns os atos de retirada de alguns materiais de construção das ruínas, para servirem para outras construções. O próprio diretor das Obras Públicas de Cabo Verde sugeriu, em 1875, a demolição da Sé, para que com os seus materiais se fizessem novas construções na Cidade da Praia. Em 1938, o Governador Joaquim Pereira Marinho sugeria de novo que as pedras da Sé servissem para a construção de uma nova Sé no Mindelo onde, nesta altura, se pretendia erigir a capital de Cabo Verde. Outras depredações continuariam ainda a ocorrer por parte dos próprios habitantes da ilha, que se vieram somar à ação do tempo.

Partiu da iniciativa do governador Filipe de Carvalho um dos primeiros atos conhecidos para a proteção e salvaguarda da Cidade Velha. Trata-se da publicação, em 1922, de uma portaria que visava a conservação das ruínas da cidade.⁷ Mais iniciativas se juntaram a este ato do governador. Em novembro de 1938, o então delegado das

⁶ AHU, Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 25 doc. 46.

⁷ *Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde* n.º 14 de 8 de abril de 1922. Praia. Imprensa Nacional.

obras da Colónia Penal de Cabo Verde, escreveu à Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, denunciando as depredações e pedindo expressamente que fosse enviado um técnico a Cabo Verde para recolher elementos sobre a cidade, a qual descreve como:

[...] o entreposto de todas as nossas descobertas e conquistas e o último ponto de despedida das frotas que seguiam para as Terras de Santa Cruz e das que pela Costa da África procuravam o rei do Congo, do Preste João e as especiarias do Oriente, servindo no regresso de ponto de reunião.⁸

É importante registar os variados tipos de discurso que começam a brotar à volta da salvaguarda das ruínas. Neste caso, para justificar a necessidade de intervenção, o delegado enaltece aquilo que a Ribeira Grande foi. Adiante será retomado este ponto.

Em 1962, o arquiteto Luís Benavente foi destacado do Ministério do Ultramar para operar em várias colónias. Essa ação vinha ainda na sequência da revisão constitucional de 1951, quando se pode identificar uma viragem na política do Estado Novo em relação às colónias que visava, essencialmente, a melhoria da imagem de Portugal no contexto internacional. Para além da supressão de termos como “império” e “colónias”, que foram substituídos por “ultramar” e “províncias”, foram criados alguns organismos como o Ministério do Ultramar e o Gabinete de Urbanização do Ultramar que iria lidar com situações como a gestão das cidades e dos monumentos. Tudo leva a crer que foi neste âmbito que o arquiteto foi enviado para Cabo Verde com a tarefa de elaborar um plano de restauro com vista à salvaguarda do património português nas ditas províncias ultramarinas.

Importa realçar que Luís Benavente foi o delegado português que participou nos trabalhos da comissão que culminaria com a publicação da chamada “Carta de Veneza”, em 1964. Como se sabe, a publicação da Carta de Veneza trouxe mudanças importantes para o campo do património. Alargou-se o conceito de monumento histórico, que passou da criação arquitetónica isolada na obra para abranger conjuntos urbanos e rurais, assim como se procurou incluir os elementos mais modestos e não necessariamente monumentais. A especificidade civilizacional e a história eram os

⁸ Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Ordem de Serviço nº 07848 de 5 de novembro de 1938.

princípios orientadores da seleção. Agora não estavam em causa as grandes criações da humanidade, mas eram também contemplados os monumentos mais modestos que valiam pelo seu conjunto ou pela sua importância específica de cada caso.

Tendo em conta estes aspetos, Luís Benavente elaborou um plano para o restauro dos edifícios mais emblemáticos da Cidade Velha e mandou proceder a execução destes restauros. Em 1972, o arquiteto tinha praticamente concluído o trabalho a que se propôs, tendo realizado intervenções no pelourinho, em várias igrejas e na fortaleza de São Filipe. Além disso, estava a preparar um projeto de legislação para a proteção do património histórico artístico da província, para uma posterior classificação da Cidade da Ribeira Grande como monumento nacional, de Portugal, evidentemente.

Esta intervenção na Cidade Velha, vinda do Ministério do Ultramar, acabou por ser uma das mais significativas ações de salvaguarda do património em Cabo Verde durante o regime colonial. Mas convém esclarecer que a lógica da intervenção de Luís Benavente na Cidade Velha é uma lógica de restauro, objeto a objeto, tentando recriar e invocar um passado de glória, como o que estava implícito no discurso antes citado. Outro ponto a sublinhar é a própria posição da sociedade cabo-verdiana perante tal discurso. Lembremos que o período é conturbado. Entre 1962 e 1974, está-se em plena guerra de libertação nacional, que também coincide com o período de intervenção de Luís Benavente. No entanto, os cabo-verdianos parecem alinhar neste discurso de enaltecimento do lugar, talvez por outras razões, que mais adiante retomaremos.

Logo depois da independência deram-se os primeiros passos no sentido da preservação do património com a criação, em 1978, de uma comissão para a defesa e preservação dos monumentos nacionais. Em 1980, um consultor da UNESCO visitou o país com o objetivo de orientar a realização de um inventário dos bens e a definição de um plano de ação para a proteção do património. Em 1986, criou-se a Direção Geral do Património Cultural, depois integrada no atual Instituto de Investigação e do Património Cultural (IIPC). Em 1989, os governos de Cabo Verde e Portugal assinaram um protocolo de cooperação nesta área e coube à equipa do IIPC a tarefa das obras de consolidação das ruínas da Sé e a preservação de alguns túmulos no interior da igreja. No mesmo ano, as autoridades cabo-verdianas criaram um gabinete técnico local e estabeleceram uma zona tampão à volta da área da Cidade Velha a preservar.

Em 1990, após tentativa falhada na candidatura a património da humanidade, Cabo Verde declarou a Cidade Velha património nacional.

Nos anos seguintes houve algumas ações e intervenções realizadas no âmbito de protocolos de cooperação, sobretudo com Espanha. Mas, conforme já referido, terá sido a decisão de convidar, em 1998, o arquiteto Álvaro Siza Vieira para elaborar o plano de reabilitação e salvaguarda da Ribeira Grande, tendo como objetivo a sua inscrição na lista do património da UNESCO que, mais tarde, resultou na declaração da Cidade Velha como património da humanidade. Este aspeto parece ser significativo, e a ele se regressará neste texto, na medida em que denuncia o carácter estratégico da candidatura para Cabo Verde.

A questão da Identidade

Na primeira parte desta reflexão tentou-se fazer um enquadramento sobre o percurso histórico da Ribeira Grande. Sublinhou-se a preocupação com as questões de salvaguarda do património, tanto no discurso quanto na ação, antes e depois da independência. Cabe desde já notar que, em vários aspetos, elas implicam uma continuidade. No entanto, ainda não foram abordadas as questões relativas à formação da identidade cabo-verdiana e, sobretudo, o modo como estas manifestações de identidade se podem relacionar com os discursos relativos ao património.

Desde finais do século XIX e inícios do século XX que os ilhéus vinham a questionar a sua identidade dentro de um processo de afirmação regional. Cabe lembrar, neste processo, “O Mito Hesperitano” que serviu aos poetas cabo-verdianos da década de 1920-30 como lugar de identidade literária (Lopes, 1929). Note-se que o mito que identificava as ilhas com o jardim da Atlântida que os deuses costumavam usar para o seu repouso dota o arquipélago de uma existência autónoma, antes do próprio descobrimento, e inserida num passado clássico. O que é significativo, pois afirmaria uma espécie de paridade geográfica para as ilhas que não teriam surgido no mundo apenas pelo mérito dos Descobrimentos Portugueses, mas que partilhariam com Portugal o passado da cultura clássica.

No mesmo processo de afirmação da identidade regional cabe ver ainda a invocação de similaridades entre Cabo Verde e Brasil encontradas no movimento Claridade e nas vozes de vários poetas em busca de elementos de comparação que julgavam adequados para explicar a sua condição de sociedade intrinsecamente mestiça. Foi no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre que estes poetas encontraram a âncora para justificar tal discurso, pelo menos no começo, até a decepção (Lopes, 1956).

Mas foi na década de 1950, através do movimento Certeza, que o discurso identitário se encontrou diretamente com o discurso de libertação. Invocando o conceito de liberdade do homem e chamando a atenção do cabo-verdiano para as suas raízes africanas, Amílcar Cabral fundou, em 1959, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), exortando a ambos, ilhéus e nativos do continente, à resistência contra o colonialismo.

É importante realçar este projeto de mobilização identitária com a Guiné. Para além da invocação da raiz ancestral africana, a junção dos povos pretendia também recuperar a sua condição irmanada de submissão à mesma estrutura de dominação, remetendo para a organização administrativa colonial que ligava as duas áreas. Ou seja, o argumento histórico do processo colonial também foi utilizado pelo próprio movimento de libertação. No entanto, é especialmente significativo ver o quanto foi problemática, para ambos, esta mobilização conjunta que, como se sabe, foi desfeita depois da independência.⁹

De todos os modos, no cerne das reivindicações identitárias de Cabo Verde está sempre presente a questão dialética das suas relações com a Europa, por via dos colonizadores portugueses, e com África, por via dos escravos transportados para as

⁹ Sobre este aspeto é significativo ver o que o próprio Amílcar Cabral diz sobre as diferenças culturais, deixando claro que a base do discurso da união é o da resistência ao colonialismo e não numa mitificação de identidade única. “Numa análise mais profunda da realidade cultural, não se pode pretender que existem culturas continentais ou raciais. E isso porque, como a história, a cultura se desenvolve num processo desigual, ao nível de um continente, de uma “raça” ou mesmo de uma sociedade. As coordenadas da cultura, tal como as de qualquer fenómeno em evolução, variam no espaço e no tempo, quer sejam materiais (físicas) ou humanas (biológicas e sociais). O facto de reconhecer a existência de traços comuns e específicos nas culturas dos povos africanos, independentemente da cor da sua pele, não implica necessariamente que exista uma única no continente: da mesma forma que, do ponto de vista económico e político, se verifica a existência de várias Áfricas, há também várias culturas africanas” (Cabral, 1970. Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Syracuse, EUA – Programa de Estudos da África de Leste, em 20 de fevereiro de 1970). Consultado em 20 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.buala.org/pt/mukanda/libertacao-nacional-e-cultura>

ilhas. A junção dessas matrizes (africanas e europeias) foram fundamentais na formação nacional e são, naturalmente, reinvocadas para o discurso identitário. No entanto, nem sempre foi pacífica a aceitação desta condição, uma vez que através do tempo o discurso identitário foi-se alterando e ajustando, tanto de acordo com as circunstâncias históricas, como com os dilemas que se criaram quando ocorreram roturas sociais. Em várias circunstâncias, nas quais os cabo-verdianos tiveram que responder sobre a sua identidade, não deram sempre a mesma resposta. Ocasionalmente houve em que lhes pareceu estar mais próximos dos europeus, outras dos africanos, e outras ainda em que reivindicavam a sua condição híbrida.

Acerca das múltiplas identidades apresentadas pelo cabo-verdiano, Artur Monteiro Bento explica que:

[...] a identidade múltipla é uma estratégia de resistência à institucionalização de um mito fundador, baseada numa versão da história do país, como se os caboverdianos formassem uma coletividade hegemónica. [...] Apesar dessa multiplicidade de identidades, a disputa das elites pela memória oficial permanece como parâmetro para a reivindicação do nacional, a partir das demandas do passado. Enquanto essa demanda não for resolvida, a identidade plural mostra a sua força, sem que isso signifique conflitos de identidade, mas uma forma de luta contra a disputa das elites que tendem a construir um mito fundador baseado numa versão histórica. (Bento, 2010)

Com efeito, pode dizer-se que faz parte do projeto das “elites” cabo-verdianas a consolidação de um discurso identitário da nação. Não me parece, de todos os modos, que o discurso potencialmente produzido pelas elites (diga-se, os grupos sociais que tem detido o poder depois da independência) seja menos “múltiplo” que o que Artur Monteiro Bento aponta. A questão relativa à dialética entre a Europa e África, permanece basilar e, aparentemente, não se resolve pela negação ou afirmação, quer de um lado, quer de outro, mas pela própria relação entre ambos. Ou seja, o cerne do que se reivindica para a identidade cabo-verdiana é, precisamente, este encontro de culturas.

Podemos ver neste sentido, a estratégia de patrimonialização da Cidade Velha. Como afirma Stuart Hall (1999: 3-13), devemos pensar o património como uma prática discursiva. É uma das maneiras pelas quais a nação lentamente constrói para si uma

espécie de memória social coletiva. Assim como os indivíduos e as famílias constroem as suas identidades, em parte, pelo acumular de vários episódios da sua vida, também as nações constroem a sua identidade selecionando os seus vínculos, pontos altos e conquistas memoráveis numa “história nacional”.

Não é diferente a estratégia utilizada pelo Estado cabo-verdiano. Importa, no entanto, ver quais os aspetos específicos que são resgatados no caso da patrimonialização da Cidade Velha.

A cidade, a nação e a identidade – a estratégia de patrimonialização

Retomemos as palavras do embaixador de Cabo Verde na UNESCO quando entregou a candidatura e, naturalmente, ainda antes de saber os resultados: “A inscrição da Cidade Velha é um dever de memória e será também uma grande homenagem ao povo cabo-verdiano, porque, desde já, simboliza e simbolizou o cruzamento de culturas e de raças. É o berço da nossa caboverdianidade”¹⁰

Note-se as palavras-chaves utilizadas pelo Embaixador: “dever de memória” – o dever de memória não só dos cabo-verdianos, mas sobretudo do mundo, ou seja, de todos que por ali passaram. Aqui é evidente a estratégia de internacionalização utilizada no discurso dos governantes cabo-verdianos. Quando se dirige aos cabo-verdianos, o discurso aponta para o passado, mas imediatamente associado ao presente “[...] simboliza e simbolizou o cruzamento de culturas e de raças”, seguido de “É o berço da nossa caboverdianidade”, o que transforma a frase quase numa equação lógica: o cruzamento de culturas e raças igual a cabo-verdianidade. Logo após a atribuição do título de património da Humanidade pela UNESCO, o discurso do Ministro da Cultura retoma alguns destes aspetos e acrescenta outros:

Para nós, caboverdianos, Cidade Velha já é património da humanidade. As ruínas dos monumentos estão lá para provar a história secular deste sítio de memórias. Os documentos históricos estão lá para provar que Cidade Velha foi o centro do Atlântico Norte nos séculos 15,16 e 17; os factos estão lá para confirmarem que ela serviu de placa giratória e de ponte que ligou quatro continentes: África, Europa, América e Ásia.

¹⁰ Cf. nota 4.

Finalmente, o elemento que para nós é decisivo no processo de reconhecimento é o facto de a Cidade Velha ter sido o laboratório que formou e formatou uma cultura nova - a nossa criouldade -, incorporada pela língua, pela música, por hábitos e costumes, pela filosofia e pelo imaginário cabo-verdiano, em fim, por tudo o que constitui a nossa singularidade histórica e antropológica, a qual antes ao século XV não existia. Cidade Velha acrescentou mais valia ao património da humanidade e, por isso, o não reconhecimento desse estatuto contribuiria para o empobrecimento do património da humanidade.¹¹

Note-se que, neste discurso, a ênfase do primeiro parágrafo reside nas palavras “provar” e “confirmar”. A cidade é, ela própria, a prova dos factos que se passaram nela, as ruínas da cidade somam-se aos documentos e são um documento da história, e a história é a da importância da Cidade Velha para o comércio atlântico dos séculos XV, XVI e XVII. O que fica aqui subentendido é que este comércio era o tráfico negreiro que é referido, também de maneira sublimada, na frase seguinte, que diz que a cidade foi a “placa giratória” que ligou os quatro continentes. O discurso reforça que o reconhecimento da UNESCO apenas confirmou aquilo que já era evidente para os cabo-verdianos e que os “outros”, eventualmente, ainda não tinham entendido: “Para nós, caboverdianos, Cidade Velha já é património da humanidade”. O que é importante, porque projeta o sentido da responsabilidade deste reconhecimento para o mundo que, se não o tivesse feito, ficaria mais pobre.

Após o argumento das provas do passado confirmado, o ministro regressa ao presente e realça a modernidade de Cabo Verde. Destaca as singularidades dos cabo-verdianos, a sua “criouldade” que incorpora “língua, música, hábitos e costumes, filosofia e imaginário” e termina a frase dizendo que “antes do século XV não existia”. O argumento pode ser lido como um reforço da modernidade de Cabo Verde, que de facto surgiu no mundo na Idade Moderna, mas também pode ser lido como uma nova remissão para a própria história, querendo dizer que as “responsabilidades” da existência de Cabo Verde remetem para o quadro da expansão europeia.

¹¹ Governo de Cabo Verde (2009), “Intervenção MC por ocasião do Encerramento do Fórum Cidade Velha Património da Humanidade”, 26 de janeiro. Consultado em 23 de dezembro de 2015, disponível em http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=1260:intervencao-mc-por-ocasio-do-encerramento-do-forum-licidade-velha-patrimonio-da-humanidader&catid=13&Itemid=74&lang=pt. 2009

Mas é especialmente significativo seguir os argumentos do discurso proferido pelo presidente da República após o reconhecimento da Cidade Velha como património da Humanidade.

Para Nós, cabo-verdianos, a Cidade Velha sempre foi património da humanidade e a emanção da criouldade, do universalismo e da globalização, e em consequência, um lugar de memória a que urge preservar e valorizar. Traço de união entre povos de quatro continentes, Ribeira Grande de Santiago, melhor, Cidade Velha, foi a parteira de um caldo de culturas, engendrado por gentes de várias proveniências, que da sua síntese originou, na minha opinião, uma outra cultura e forjou um povo genuinamente crioulo que, entre outras coisas, inventou a nossa língua materna e teceu, igualmente, uma forma de estar otimista, alegre e esforçada. Por ser uma experiência pioneira, até podia ser um excelente laboratório de estudo para cientistas sociais.¹²

Note-se que a primeira frase é uma repetição, ainda mais enfática, do argumento utilizado pelo ministro, pois diz que, para os cabo-verdianos, a Cidade Velha “sempre foi” património da Humanidade, logo “lugar de memória” que deve ser preservado. Mas o melhor do discurso do presidente é quando se refere ao nome da cidade e diz “Ribeira Grande de Santiago, melhor, Cidade Velha”. Podemos ler esta frase como uma espécie de lapso freudiano. A Ribeira Grande de Santiago foi a cidade que existiu no passado, a cidade da qual hoje restam só ruínas. É melhor, de facto tratá-la como Cidade Velha, porque, ainda que se queira evocar a memória do passado, é prudente que este passado não ensombre o presente. A Cidade Velha coloca o passado no passado, o que de certo modo importa ao sentido da sua evocação que é recuperar a memória do passado, mas não o repetir.

Em qualquer destes discursos é visível o papel que a patrimonialização da Cidade Velha ocupa na agenda política de Cabo Verde. Torna-se evidente que o empenho no reconhecimento da Cidade Velha tem sido feito como um meio para também solidificar internacionalmente Cabo Verde como nação, reconhecendo o seu estatuto e a sua cultura. Tal intenção de internacionalização de Cabo Verde não tem sido escamoteada. Não o foi no processo de candidatura como quando, por exemplo, se

¹² A Semana (2009), “Mensagem de 5 de julho: PP preocupado com o impasse da Revisão Constitucional e com a crise mundial”, 6 de julho. Consultado em 18 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article43167>

contratou o arquiteto Álvaro Siza Vieira para dar um impulso internacional à campanha. Nem depois do reconhecimento, quando se apela para o discurso da dita “placa giratória” entre os quatro continentes. Mas, se o discurso foi assumidamente feito, em boa parte, para o exterior, é interessante ver como ele é lido internamente.

Tomemos como exemplo as observações feitas por uma personagem do romance histórico *A morte do Ouvidor*, de Germano de Almeida, recentemente publicado. A dada altura diz a personagem (que é no romance uma espécie de alter-ego do escritor):

[...] a Cidade Velha mereceu ser elevada à dignidade de património universal, assim uma espécie de memória da herança da humanidade, como aliás pelo menos um dos nossos historiadores terá sugerido, um espaço onde a multiracialidade atingiu um grau de perfeição até hoje não igualado no mundo, porém não já pelo património existente, porque das muitas e boas casas de pedra e cal que possuía, dizem que até muitas de cantaria de Portugal, casas acasteladas ao gosto da arquitetura do século XVI, resultado de combinações de elegantes arabescos e esbeltas e soberbas colunas com grandiosos maciços góticos, pois bem, do grosso de toda essa glória passada, sobrevivem poucos vestígios. (Almeida, 2010: 125)

O que me parece interessante nesta fala, para além de alguma eventual ironia, é o facto da personagem admitir que a Cidade Velha mereceu o título de património da humanidade, por razões que são similares às do discurso oficial, mas “não já pelo património existente”. Embora nos tenham chegado alguns relatos feitos por navegantes que passaram pela cidade e a descreveram, não parece provável que ela alguma vez tenha tido as “casas acasteladas” que a personagem refere. A ideia da suposta monumentalidade que a Ribeira Grande terá tido no passado faz parte dos mecanismos de mitificação que naturalmente estes processos engendram.

Mas é pertinente notar a relativização do discurso interno em contraste com o empenho externo. Convém lembrar que foi precisamente o critério (iv), que refere à excecionalidade do conjunto, que a UNESCO entendeu não aprovar na classificação da Cidade Velha.

A cidade, o mundo e a diáspora – considerações finais

Considerando que o discurso de patrimonialização da Cidade Velha terá investido sobretudo no reconhecimento internacional de Cabo Verde, cabe perguntar até onde este empenho, para além da óbvia agenda política de afirmação da nova nação, também não se poderá ligar a outro aspeto da questão identitária que é a leitura da(s) diáspora(s), históricas e contemporâneas.

Cabe aqui invocar o “Atlântico Negro” a que Gilroy se refere no seu artigo (2002), que representa metaforicamente a rede comercial que foi montada a partir do século XV, no Atlântico, que possibilitou o fluxo migratório de africanos em direção às Américas e Caraíbas. Para além de constituir um dos maiores deslocamentos populacionais de que se tem memória, esse fluxo também possibilitou às populações negras formarem uma nova cultura durante o próprio processo de diáspora. Segundo o autor, essa nova cultura não pode ser identificada exclusivamente com a cultura dos lugares de chegada, no caso, caribenha, americana ou britânica mas também não pode ser lida meramente como africana, mas sim, uma síntese de todas elas, em conjunto.

Gilroy alude à emergência de uma cultura híbrida que, pela sua natureza e característica, ultrapassa as fronteiras traçadas pelas linhas da etnicidade e nacionalidade. O autor coloca o foco da sua análise na noção de diáspora, baseando-se nos exemplos tirados das fontes judaicas e transportando-os para o entendimento da política e da história negra. A diáspora, para Gilroy, para além de romper com uma série de laços antes existentes entre o indivíduo e o lugar de origem, também rompe com o poder do território para determinar a identidade.

O modelo apresentado no “Atlântico Negro” aponta para a desterritorialização da cultura, centrando-se nas relações estabelecidas na sequência da diáspora que favoreceram a formação de um circuito comunicativo que extrapola as fronteiras étnicas do Estado-nação, permitindo às populações dispersas conversar, interagir e efetuar trocas culturais. O autor cita a teoria da dupla consciência elaborada por Du Bois, a partir da qual discute a construção e a plasticidade das identidades negras, propondo que a dupla consciência emerge das experiências de deslocamento e reterritorialização das populações negras que, de certo modo, redefinem o sentimento de pertença.

O livro coloca em primeiro plano a cultura vernacular negra, dando ênfase aos códigos de comunicação extra linguísticos definidos pela instituição escravidão. As expressões artísticas que emergiram dessa cultura encontraram na música e na dança um substituto para as liberdades políticas formais que lhes eram negadas.

Ao tentar projetar para Cabo Verde as teorias da diáspora desenvolvidas por Gilroy, encontrei alguns pontos comuns interessantes.

A formação da cabo-verdianidade deu-se a partir do século XV, quando a coroa autorizou que os portugueses residentes na Ribeira Grande pudessem adquirir africanos na costa da Guiné. Houve, naturalmente, da parte desta população deslocada um desenraizamento territorial e cultural e, ao mesmo tempo, uma secessão de laços de solidariedade entre eles e os seus locais de origem, aquilo que Gilroy designou de desterritorialização da cultura. Esse processo diaspórico terá possibilitado a emergência de uma nova cultura. Saber como se deu, em Cabo Verde, a emergência dessa nova cultura resultante da diáspora africana e dos processos de miscigenação, é uma pergunta estimulante que pode ter várias respostas, mas que também podem direcionar a reflexão para outros caminhos que não importam aqui (Gilroy, 2002: 273-278).

O que me ocorre, desde logo, é a possibilidade de conectar o conceito apresentado por Gilroy para o ver no contexto da patrimonialização da Cidade Velha. Considerando que uma das ideias fundamentais defendidas pelo autor é a emergência de uma cultura híbrida que ultrapassa as noções de fronteiras étnicas ou nacionais, é interessante ver quanto o discurso da patrimonialização da Cidade Velha investe neste aspeto. Lembremos que nos critérios apresentados para sustentar a candidatura está lá, reconhecido pela UNESCO, que a

Ribeira Grande was the cradle of the first fully fledged mixed-race Creole society. Creole culture then spread across the Atlantic, adapting to the different colonial contexts of the Caribbean and Americas. Its forms affected many fields including the arts, social customs, beliefs, the pharmacopoeia, and cooking techniques. Ribeira Grande is an important initial link in an intangible heritage shared by Africa, the Americas and Europe.¹³

¹³ UNESCO (2009), "Cultural properties - New Nominations - Cidade Velha, Historic Centre of Ribeira Grande (Cape Verde)" Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/decision/1952>.

Como já vimos, nos discursos dos políticos cabo-verdianos repetem-se estes mesmos argumentos, reforçados com expressões que situam Cabo Verde como “placa giratória” entre os quatro continentes. O que me parece é que Cabo Verde (ou melhor, a Cidade Velha) propõe-se como um lugar simbólico deste não-lugar da cultura diaspórica. Insistindo na linha que remete para a própria identidade múltipla de Cabo Verde, que por vezes se vira para África, por vezes para Europa e por vezes ainda reafirma a sua condição atlântica por excelência e, por isso, se situa, legitimamente, entre os continentes.

Esta legitimidade geológica serve bem ao caráter diaspórico, pois representa, por um lado, esta “placa giratória” natural e, por outro, reafirma a multiplicidade pois faz os cabo-verdianos serem de toda a parte, quer das que vieram (África e Europa), quer das que foram (América e Mundo). Esta questão universaliza o discurso e, ao mesmo tempo, ajuda a sublimar a questão mais traumática, que é a da condição violenta da primeira diáspora africana para e a partir das ilhas. Além disso, reforça também o sentido de identificação das próprias comunidades cabo-verdianas que continuam a diáspora contemporaneamente. Mas o que é talvez mais significativo é poder fornecer um lugar simbólico para o discurso da diáspora à escala universal.

Referências Bibliográficas

- Arquivo Histórico Ultramarino, Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 25 doc. 46. Lisboa
- Almeida, Germano (2010), *A Morte do Ouvidor*. Lisboa: Caminho.
- Andrade, Mário de (1976), *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral*. Lisboa: Seara Nova.
- A Semana (2009), “Cidade Velha conhece a sua sorte enquanto património mundial esta semana”, 22 de junho. Consultado em 18 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article42709>
- (2009), “Mensagem de 5 de julho: PP preocupado com o impasse da Revisão Constitucional e com a crise mundial”, 6 de julho. Consultado em 18 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article43167>
- Bebiano, José Bacelar (1929), “A Situação Científica do Arquipélago de Cabo Verde : O Vulcão do Fogo: Uma das Maiores Belezas Geológicas do Mundo”, *Boletim Geral das Colónias*, Ano V(45), 3-13.
- Bento, Artur Monteiro (2010), “A Identidade Caboverdiana: História, Espaço e Deslocamentos”. *Pró-África*, 9 de novembro. Consultado em 2 de abril de 2011, disponível em <http://pro-africa.org/identidade-caboverdiana-historia-espaco-deslocamentos/>.

- Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde* n.º 14, 8 de abril de 1922. Praia: Imprensa Nacional.
- Cabral, Amílcar. (1970), “Libertação nacional e Cultura”. (Conferência pronunciada no primeiro Memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, Universidade de Syracuse, EUA – Programa de Estudos da África de Leste, em 20 de fevereiro de 1970). Consultado em 20 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.buala.org/pt/mukanda/libertacao-nacional-e-cultura>
- Governo de Cabo Verde (2009), “Intervenção MC por ocasião do Encerramento do Fórum Cidade Velha Património da Humanidade”, 26 de janeiro. Consultado em 23 de dezembro de 2015, disponível em http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=1260:intervencao-mc-por-ocasio-do-encerramento-do-forum-licidade-velha-patrimonio-da-humanidad&catid=13&Itemid=74&lang=pt. 2009
- Gilroy, Paul (2002), “O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência”, *Revista de Antropologia*, 45(1), 273-278.
- Hall, Stuart (1999), “Un-settling ‘the Heritage’, Re-imagining the post-nation Whose Heritage?”, *Third Text*, 13(49), 3-13.
- Hodder, Ian (2010), “Cultural Heritage Rights: From Ownership and Descent to Justice and Well-Being”. *Anthropological Quarterly*, 83(4), 861-882.
- Lopes, Baltasar (1956), “Cabo Verde visto por Gilberto Freyre”, *Cabo Verde*, Ano 8, n.º. 85. 3-13.
- Lopes, José (1929), *Jardim das Hespéridas; Sonetos do Livro Hesperitanas*. Lisboa: J. Rodrigues.
- Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Ordem de Serviço nº 07848 de 5 de novembro de 1938.
- Silva, António Correia e (1995), “Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico”, in Maria Emília Madeira Santos (coord.) *Historia Geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: IICT/INCC, vol. 2, 1-16.
- UNESCO (2009), “Cidade Velha, Historic Centre of Ribeira Grande”. Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/1310.%202011>
- UNESCO (2009), “The Criteria for Selection”. Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/criteria/>
- UNESCO (2009), “Cultural properties - New Nominations - Cidade Velha, Historic Centre of Ribeira Grande (Cape Verde)” Consultado em 19 de dezembro de 2015, disponível em <http://whc.unesco.org/en/decisions/1952>

Das missões científicas/botânicas às vilas do café no Cuanza Norte. O caso de Golungo Alto e de Ndalatando na urbanização de Angola.

António José Sequeira Afonso de Deus¹

Resumo

De que cidade, ou *ciudades*, se trata quando refletimos sobre a estrutura urbana, edificada e social, que resultou da urbanização nas colónias portuguesas, em África? O presente estudo, que parte desta questão nuclear, analisa os processos de ocupação, tendo como referência histórica a expansão de cultivo do café, no Cuanza-Norte, no final do século XIX, e a construção da Linha de Ambaca. A conjugação destes fatores, que favorecem a formação de aglomerados urbanos, de *ciudades*, no sertão, revela a natureza do projeto colonial, da influência das linhas no ordenamento do território e no desenho urbano, como se demonstra a partir de Golungo Alto e de Ndalatando.

Palavras-chave: missões científicas; agricultura colonial – café; urbanização; Angola.

A Natureza é coisa de grande fortaleza e efeito [...] mas por certo as instituições e a boa criação podem muito mais, pois podem melhorar, reformar e fortalecer uma natureza mal concertada e vil e transformar a mesma numa natureza boa.²

Introdução

No final do século XIX, a modernidade em curso, no Ocidente, tem como denominador comum a industrialização, com a proliferação dos transportes movidos a vapor. Novos elementos de composição do espaço urbano, como as estações de caminho de ferro, ou os portos, bem como o alojamento para a classe operária, colocam em confronto, pela simultaneidade das ações e pela rapidez das alterações, os territórios apartados, das *metrópoles* e das *colónias*, que os transportes aproximam.

¹ Doutorando da 2ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

² Richard Taverner (1539), *Garden of Wysdome Conteynyng Pleasant Floures, that is to say, Propre and Quycke Sayinges of Princes, Philosophers and other Sortes of Men*. Londres: Drawe Forth of Good Authours. *apud* Ferguson, 2014: 35.

A procura de recursos energéticos, bem como de géneros alimentares, devido a um aumento da população, consequência da 2ª Revolução Industrial, promove a procura de territórios “disponíveis”, com o objetivo de alcançar esses recursos. A conquista d’África, na região Central e Austral, a partir da segunda metade do século XIX, tem implícita a procura desses recursos, disputando-se os territórios numa *partilha* que reflete a competição em curso, entre os impérios coloniais europeus. O discurso político e diplomático comum aos impérios que participam na conquista dos territórios, converge na *missão civilizadora*, princípio que legitima o livre acesso ao comércio de produtos, e à ocupação de “territórios que constituem a Bacia do Congo”, conforme enunciado no Capítulo 1, 1º artigo, do Acto Geral da Conferência de Berlim, de 1885, e que desenha um mapa político, económico e cultural, até à data inexistente em África.

Na afirmação do domínio colonial revela-se determinante o conhecimento do território, da geografia física e humana, dirigindo-se missões de exploração partilhadas por militares, missionários, naturalistas, jornalistas, entre outros exploradores, numa competição que favorece os respetivos programas políticos dos impérios. Neste contexto, emerge a importância do conhecimento científico e da capacidade técnica, que participa na factualidade das descobertas. Este demonstra-se através de mapas, na representação do relevo, nos tipos de solos e espécies vegetais existentes, favoráveis para exploração agrícola, genericamente os locais aptos para colonização.

Em 1877, a “Expedição Portuguesa ao interior de África”³ promovida pela Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em 1875 por J. Luciano Cordeiro (1834-1914) e H. Barros Gomes (1843-1898), e pelo ministro do governo de Fontes Pereira de Melo, J. Andrade Corvo (1824-1890), na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1871-77), aos militares-exploradores H. Brito Capello, Roberto Ivens e Serpa Pinto, confirma as missões de descoberta do território em curso. Neste caso, do litoral ao sertão de Angola, de *Benguela às Terras de Iácca*, (Capello; Ivens, 1881) ou na travessia costa-a-costa, *Como Serpa Pinto atravessou a África* (Dias, 1944).

³ Sobre a Expedição ver: Verde, 2013: 159.

O estudo da linha do caminho de ferro, projetada para Ambaca, encomendado por Andrade Corvo a Ângelo Sarrea Souza Prado, já revela um conhecimento que resulta das expedições. Este traduz-se na *Planta do Território entre Loanda a Ambaca*, publicada em 1876, ou na *Carta das Terras de Luanda a Ambaca* (Imagem 1), cujo traçado liga dois importantes centros de poder coloniais, o cais do Dondo e Ambaca.

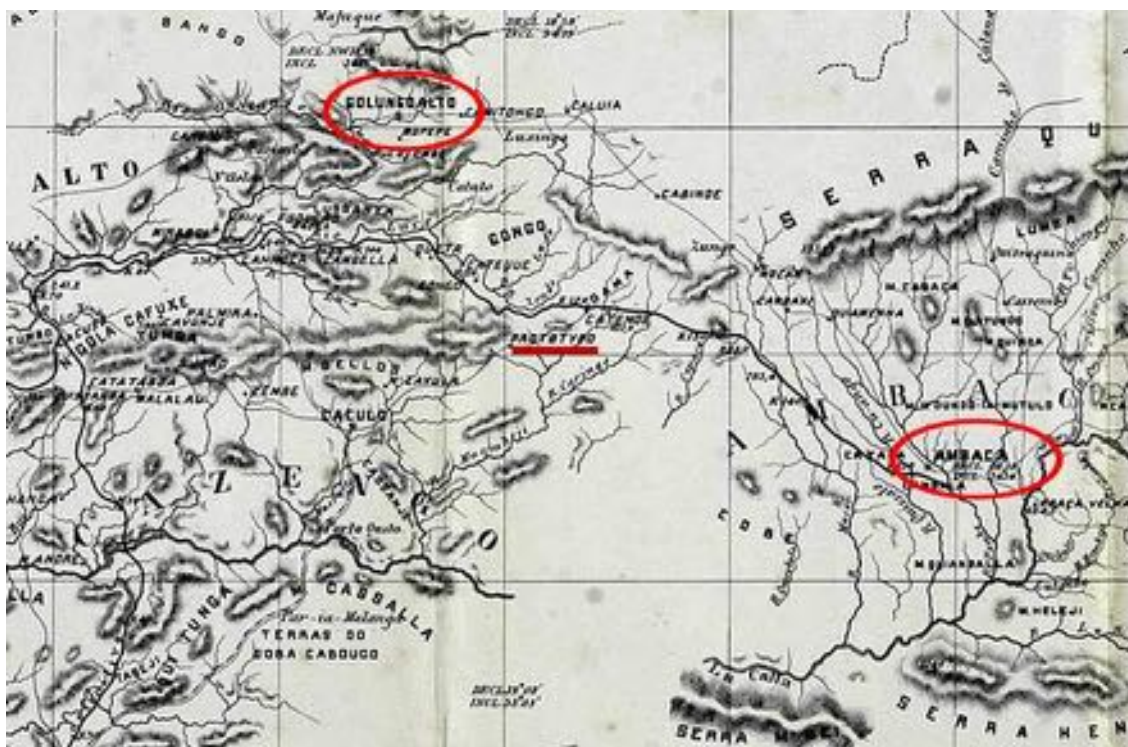


Imagem 1: Extrato da Carta das Terras entre Luanda e Ambaca e do Curso do Rio Cuanza, do Dondo ao Oceano. Por Capello e Ivens, compreendendo o traçado definitivo do caminho de ferro. A Comissão de 1877 a 1880. BNP, <http://purl.pt/22525>. Na Carta observa-se o caminho pedestre que liga Golungo Alto a Ambaca, acima do qual pouco é representado. A linha de caminho de ferro projetada, que substitui esse caminho, afirma a marca do poder colonial, na ligação do Dondo a Ambaca.

No momento em que se discute na metrópole o alcance das *vias férreas económicas* (Corvo 1883: 211), com a obra em curso da Linha do Douro (1875-1887) a construção do dispendioso empreendimento colonial impõe-se em benefício da afirmação territorial, e da economia, como alternativa aos caminhos gentílicos,⁴ cujos condicionamentos, no atravessamento dos territórios, sob domínio dos sobas, e ao elevado número de carregadores, limitavam a expansão territorial.

A construção de uma linha férrea, com o objetivo de se substituir o caminho gentílico, é uma das principais reclamações dos *Barões do Café de Cazengo* (Birmingham, 2003), que se fixaram na região de Ambaca, nas terras de Kazengu, e do

⁴ Sobre os caminhos no acesso ao centro de poder, ver: Santos, 2003.

soba Ngulungu, Golungo Alto após apropriação colonial, no sentido de não dependerem dos arbítrios dos sobas. Para além deste aspeto, são vários os testemunhos que confirmam a existência de um comércio interno, de produtos agrícolas, que reafirma a importância de Ambaca como centro de poder, como observa Henrique Dias Carvalho, na *Descrição da viagem à Mussumba do Muatiânvua*,⁵ que faz entre 1884 e 1888.

A construção da Linha de Ambaca, iniciada em 1886, concessão atribuída à Companhia Real dos Caminhos de Ferro Atravez d'África, cumpre o desígnio de melhorar o transporte das mercadorias, em particular as que têm interesse para exportação, como o café, assegurando, simultaneamente, o controlo político desta parcela do território da colónia, cujos limites estavam ainda por definir, aproximando a capital do *Reino de Angola*, Luanda, e a metrópole, ao interior do continente africano.

As missões no controlo do território

A permanência portuguesa no continente africano, desde os primeiros acordos de vassalagem, no Reino do Congo, relaciona diferentes etapas de instalação, e de ocupação, que conformam uma organização do território. Entre os documentos que permitem conhecer a transformação que ocorre, sobre domínio colonial, destaca-se a cartografia, produzida no decurso dessas etapas.

O *Mappa dos Reinos de Angola e Benguela*,⁶ impresso em 1860, revela-nos a organização que se consumou até essa data, com a localização dos fortes e das feiras, cuja proximidade remete para a proteção do comércio, das caravanas que transportam os produtos recolhidos no interior do continente. Deduz-se o predomínio das ações militares, no controlo do território, através da distribuição dos fortes ao longo das principais vias de comunicação, como é o caso do rio Cuanza.

As missões que se incrementam no final do século XIX, numa estratégia partilhada entre *Sociedades* que comungam do interesse político na ocupação do território e de *Companhias*, com interesses privados na exploração dos recursos, nomeadamente

⁵ “Também Henrique Augusto Dias Carvalho, ao referir-se a Cazengo, afirmou que a sua importância resultava da produção de café, ali desenvolvida por João Guilherme Pereira Barbosa «que conhecia praticamente a cultura do café do Brasil» [...]”. (Lourenço, 1992: 88).

⁶ Disponível para consulta na BNP.

para a exportação de produtos agrícolas, consagram os agentes que efetivam a presença na colonização, cuja atuação reforça o Império Colonial Português, perante os impérios competidores. Destacam-se, entre os agentes que cumprem essas missões, cuja ação tem impacto na organização do território e na formação de estruturas urbanas, os militares, os missionários e os comerciantes. O resultado material da ação destes agentes, com implicações distintas na ocupação do território revela-se nos locais de implantação e nas construções que edificam, próprios à sua organização.

A preponderância da atuação de cada um destes agentes, a qual converge numa leitura abrangente sobre a história da colonização, tem sido objeto de investigações dirigidas para cada um dos temas, as quais permitem ter uma percepção sobre o seu impacto na organização do território. Entre os trabalhos de investigação destaca-se, na ação dos militares, *As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941* (Pélissier, 2006); para a presença da Igreja, dos missionários, *As Missões do Império. Política e Religião no Império* (Jerónimo; Dores, 2013); na economia do império *O Terceiro Império Português (1825-1875)* (Clarence-Smith, 1990); e no impacto do comércio, a partir da produção do café, *Os Barões do Café de Cazengo* (Birmingham, 2003), entre outros estudos que se podem reconhecer, dentro da mesma linha de investigação.

As missões botânicas no Cuanza Norte

No início do século XIX Ambaca, ou Mbaca, era o principal centro de poder africano, localizado a norte do Cuanza, “um dos primeiros centros da escravatura portuguesa (e os seus habitantes) eram especialmente notados pelo desenvolvimento da sua agricultura” (Dias, 1994: 51). Para além do interesse próprio que a região de Ambaca revela, pela sua geografia física e humana, quando comparada nos processos de ocupação, de colonização, com os outros territórios ultramarinos, remete para a leitura de persistências, nomeadamente dos verificados no Brasil, quando se relaciona a etapa de instalação à produção de géneros agrícolas exportáveis. A divulgação da existência do cafeeiro como planta nativa, num momento em que o café tem uma elevada cotação nos mercados internacionais, com o Brasil como principal produtor, numa “[...] crescente procura do café, amendoim ou óleo de palma, que eram

cultivados” (Dias, 1994: 52), atrai investidores, fazendeiros, sobretudo emigrantes luso-brasileiros revendo-se assim um “novo Brasil” (Alexandre, 2000: 181), em África, numa idealizada concepção de afirmação da colónia que substitui o Brasil nas rendas, e nos capitais, que servem os interesses comerciais da burguesia comercial instalada na metrópole, bem como das Companhias internacionais.

A missão botânica, contratada pelo governo português, em meados do século XIX, insere-se na estratégia difundida a partir da colonização do Brasil, das *viagens científicas e filosóficas*,⁷ onde o *poder* promove o conhecimento científico, o *saber*, enquanto estratégia de afirmação do domínio colonial. A presença de *naturalistas*⁸ em Angola, na mesma data em que estão em curso as viagens filosóficas no Brasil, bem como nas outras colónias (Felismino, 2014: ii), no final do século XVIII, reflete o princípio de afirmação da pose, através da descoberta da biodiversidade, da *Natureza*.

O contrato efetuado entre o governo português e o botânico austríaco Friedrich Welwitsch (1806-1872) insere-se nessa concepção de conhecimento do território. A sua estadia em Angola, entre 1853 e 1860, permite o reconhecimento de milhares de espécies de flora, numa continuidade territorial, de norte ao sul, desde as mais exóticas, no deserto do Namibe, pelas quais ficará conhecido, até às espécies que têm interesse agrícola, que favorecem a colonização. É o que se verifica através das amostras que recolhe no Golungo Alto, “ao tempo designada por Sange” (Lourenço, 1992: 91), entre 1854 e 1856, onde fixa residência. Entre as espécies de flora que classifica, na floresta de tipo Laurissilva, encontra-se a rubiácea *coffea canéfora*, na origem do café robusta.

O afloramento espontâneo do arbusto, a partir do qual se recolhem as bagas que produzem o café, é referenciado no início do século XIX, desde os Dembos, a norte de Golungo Alto, até às margens do rio Lucala, na região de Cazengo. A abundância do cafeeiro, que permite uma regular recolha das bagas, antes do seu cultivo, proporciona o comércio com os marinheiros, que as populações praticam na costa, desde a foz dos rios Bengo e Dande até ao porto de Ambriz (Lourenço, 1992: 94).

⁷ Sobre este tema ver Felismino, 2014.

⁸ “Correspondência de Joaquim José da Silva, naturalista. Correspondência de 7 cartas de Joaquim José da Silva a Júlio Mattiazi sobre a viagem científica a Angola (...), agosto de 1785-1787.” (Felismino, 2014).

No prosseguimento das prospeções realizadas por Welwitsch, em 1899 é contratado o botânico alemão John Gossweiler (1873-1952). O motivo inicial do contrato, de instalar um Jardim de Aclimatização (Lourenço, 1992: 86), em Luanda, é cumprido somente em 1907, ao deslocar para Cazengo, para a proximidade de Ndalatando, da linha de caminho de ferro, esse objetivo, para promover o cultivo do café, criando-se para esse efeito o Horto Experimental de Cazengo.⁹ Entre a diversidade de tarefas que vai desempenhar, numa ação intensa no fomento agrícola, destaca-se a participação na *Carta Fitogeográfica de Angola*.¹⁰ Publicada em 1939, participa na sua realização o botânico da Universidade de Coimbra, Luis Carriso (1886-1937), nas missões científicas e botânicas que dirige a Angola (Freitas, 2005).

Um dos fatores que favorece a colonização futura desta região, captando para os interesses coloniais o comércio de café que as populações locais já praticam, é o reconhecimento da presença duma população numerosa que pode ser contratada para os trabalhos agrícolas, considerando o novo quadro legal, após a abolição da escravatura e da extinção da condição de Liberto, em 1875. A demografia da região é referida por Andrade Corvo, nos *Estudos Sobre as Províncias Ultramarinas*, onde informa que:

[...] a população indígena é, nesta zona, mais densa e naturalmente mais laboriosa do que a zona inferior, o que predispõe ainda mais as coisas, para que venha a ser esta zona montanhosa o principal centro de produção de Angola. Compreende esta região norte da província, os concelhos de Cazengo, de Golungo Alto e o concelho não avassalado dos Dembos. (Corvo, 1883).

A fixação de colonos nesta região, com o objetivo de desenvolverem o comércio dos produtos agrícolas, tendo como referência o cultivo do café em benefício da economia colonial, conduz ao aumento do “comércio legítimo” (Dias, 1994:63), o que introduz uma alteração na ordem social e na economia das populações Mbunu. Esta tem

⁹ “Em 1907, e após opinião de John Gossweiler [...] começa a ocupação da fazenda denominada «Granja S. Luis», para servir de Estação Experimental, nomeadamente para café. [...]. Adquirida definitivamente em 1908 passa a denominar-se em 1909 por Horto Experimental (...).” (Lourenço, 1992: 86).

¹⁰ Gossweiler, John; Mendonça, F. A. (1939). *Carta fitogeográfica de Angola : Memória descritiva dos principais tipos de vegetação da colónia determinados pelos seus aspetos fisiográficos e caracteres ecológicos segundo a nomenclatura de Rübel* (in Portuguese). Ed. do Governo Geral de Angola.

pressuposições futuras no acesso às terras, a partir de contratos que a administração colonial impõe (Dias, 1994:63), no registo das terras, implicando numa maior exigência nos trabalhos agrícolas, própria à agricultura intensiva, colonial.

Para além das questões sociais e sociológicas que a colonização implica, em particular nas disputas sobre o legítimo direito no acesso às terras, que conduzem a futuras contendas, relaciona-se a problemática da contratação da mão de obra, para as obras do caminho de ferro, em face da exigência de um maior contingente de trabalhadores. Reconhecem-se, assim, dois fatores que relacionam a fixação de colonos no Cuanza Norte, e que refletem uma transformação social comum à industrialização: a demografia significativa da população [nativa]; um produto com valor *exportável*.

A urbanização do território - a formação da cidade

Da breve leitura histórica da *efetiva* colonização na região a norte do Cuanza, depreende-se uma constante, na ocupação do território, enquanto resultado da interação entre a população africana e os colonos, com expressão na estrutura urbana. Esta reflete-se da troca de produtos, no comércio, configurando uma característica comum a ambos os povos, *indígenas* e *colonos*, que molda a sociedade africana.

A afirmação de posições defensivas no interior do continente, numa gradual penetração a partir dos *Reinos de Angola e Benguela*, como a construção de fortes pelos colonos na proximidade das povoações africanas, revela a importância dos aglomerados preexistentes, a partir dos quais se inicia uma pré-colonização, numa *reurbanização*,¹¹ impondo uma ordem que se sobrepõe à dos vários poderes existentes, numa diversidade de reinos e de sobados, que importa unificar. Questiona-se, a partir dos aglomerados preexistentes, por vezes numerosos e concentrados, a sua consistência, enquanto núcleos que asseguram uma atividade económica dominante, após a abolição do comércio de escravos e da proibição do serviço de carregadores.

Na verificação do processo de urbanização/colonização, que se imprime no fim do século XIX após a Conferência de Berlim, observa-se a persistência de um modelo de apropriação do território, através da atuação dos [mesmos] agentes, como se verifica

¹¹ Segundo expressão extraída de Silva, Rosa Cruz (2001).

na ação dos militares e dos comerciantes, cujas ações, numa evolução temporal, confirmam a importância das posições coloniais, como se verifica em Ambaca.

Na interpretação dos fatores históricos, na ocupação do território, a partir das construções que marcam os respetivos períodos, confirmam-se essas persistências, através dos fortes e das feiras, de um tipo organização que se afirma no sertão. A partir desta referência, com expressão gráfica, reconhecem-se binómios funcionais para cada um dos períodos significativos de ocupação. Estes binómios, sintetizados por pares, têm como referência a presença do Estado, e como denominador comum o comércio:

Forte/presídio : Feira

Posto administrativo : Estação de caminho de ferro

Câmara Municipal : Mercado municipal

Em qualquer uma das unidades funcionais está subjacente a presença da administração colonial (no lado esquerdo), cujas estruturas evoluem para uma gradual afirmação do controlo social, com implicações na segregação racial, como por exemplo nas políticas de alojamento e na cobrança de impostos, por um lado e, por outro (no lado direito), a atividade que prevalece, que relaciona os colonos com os indígenas, através do comércio, e que está implícita na produção do espaço urbano, à sua estrutura.

Na colonização dirigida para as terras de Ambaca, para os concelhos Golungo Alto e de Cazengo, reconhece-se a presença destes binómios funcionais, presentes nos diferentes momentos de ocupação, remetendo para a estratégia de consolidação do poder colonial. Confirma-se a estabilidade desta presença, de um desígnio político a preservar, desde a conquista do forte de Mbaca, ou Ambaca, em 1617, na mesma data de fundação de Benguela, até à definição do traçado da primeira linha de caminho de ferro, com o emergir de um comércio que depende da agricultura, da fixação ao solo.

A construção do caminho de ferro, enquanto via de comunicação que potencia a atividade económica no transporte de mercadorias, favorece a economia de exportação, gera uma organização própria, captando o comércio que era praticado pelas populações africanas. A relação entre demografia – comércio – vias de comunicação, introduz um critério de periodização de cidades (Coquery-Vidrovitch,

1998), que distingue diferentes momentos de instalação, como referido a partir dos binómios funcionais, critério que se considera na formação de cidades no sertão de Angola:

- A cidade é um centro de concentração (humana) e de difusão (cultural);
- As condições da sua existência são condições simultaneamente económicas e políticas de organização de produção e de trocas. (Coquery-Vidrovitch, 1986: 271)

A linha de Ambaca no ordenamento do território

No contexto da geografia da ocupação da colónia, a vila de Golungo Alto define um limite, na progressão da colonização, a norte desta localidade, desde a Independência dos Dembos, numa revolta que ocorre entre 1871 e 1872 (Pélissier, 2003:134). A condição geoestratégica de Golungo Alto até à inclusão dos Dembos na administração da colónia, é reforçada com a atividade comercial, de base agrícola, a partir de meados do século XIX, numa conjugação de fatores que conduzem à abertura de casas comerciais, para venda/compra de vários produtos, ente os quais o café, reforçando a rota comercial que parte de Ambaca em direção a Luanda. Na verificação das causas que estão na origem da promoção do investimento colonial na construção da Linha de Ambaca, reconhecem-se os seguintes fatores: preservar as posições defensivas dos interesses coloniais; captar o comércio que os nativos praticam; estender os limites da soberania portuguesa, num período de definição das fronteiras.

O caminho que liga Ambaca ao cais fluvial no Dondo, no rio Cuanza, que está na origem do primeiro traçado da via férrea, reflete a intenção de captar o comércio local através do transporte de mercadorias, promovendo a instalação de fazendas, como a Prototypo, no concelho de Cazengo. Esta é fundada por Albino Joze Soares Mahalhaes, em 1855 (Lourenço, 1992:88) e confirma a expansão da agroindústria no sertão de Angola.

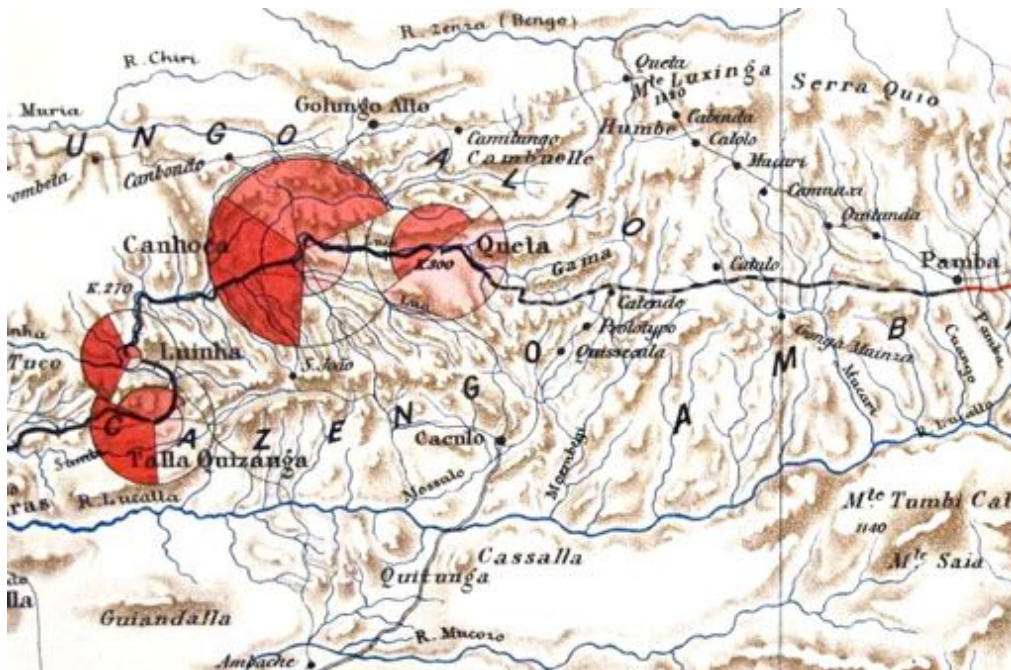


Imagem 2: Álbum de Estatística Gráfica, Companhia dos Caminho de Ferro Atravez d'África, 1894-96. Informação quantitativa dos produtos embarcados na estação da Canhoca, com relevo para o café proveniente do concelho de Golungo Alto, principal área de produção. No ano de 1896 constam 4.508 toneladas de café transportadas, correspondendo a 1/4 de todas mercadorias. A linha terminava na estação de Queta

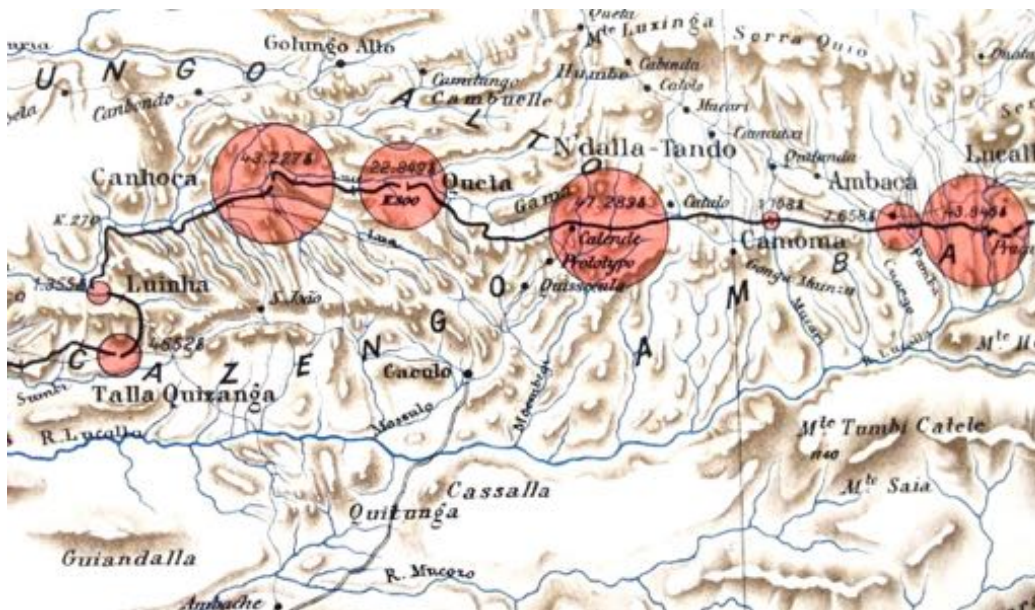


Imagem 3: Álbum de Estatística Gráfica, Companhia dos Caminho de Ferro Atravez d'África, 1903. A distribuição de produtos ao longo da linha confirma a formação dos aglomerados urbanos, como se verifica com N'dalla-Tando quando a este topónimo estava associada uma fazenda. Canhoca, N'dalla Tando e Lucalla, são as estações com maior rendimento.

As dinâmicas territoriais, como a formação de núcleos urbanos a partir das estações que são construídas para receber os produtos agrícolas, são capturadas pelo dinamismo da economia capitalista, implicando doravante com os destinos da região de Cazengo. É o que se verifica com as variações de preço a que está sujeito um dos principais produtos que conta na balança comercial da colónia, o café, nos mercados

internacionais, ficando sujeito às contínuas desvalorizações que o principal produtor mundial, o Brasil, impõe. Esta situação conduz à formação de companhias, como a Companhia Agrícola de Cazengo, constituída em 1900. Esta integra os capitais dos proprietários das fazendas de maiores dimensões e do Banco Nacional Ultramarino. Segundo *Acta dos fundadores da Companhia, referente à 1ª Fase*, constam as seguintes propriedades no concelho de Cazengo: *Prototypo, Colónia de S. João, Palmira, N'Dalla Tando e Cagica*. No concelho de Golungo Alto consta a *Montalegre*. A prevalência de fazendas no concelho de Cazengo, aliada a um relevo favorável para a construção da via férrea, revela-se fator preponderante na expansão da atividade agrícola, mantendo Ambaca como destino principal, no apeadeiro de Pemba, detendo-se em 1899 no limite intransponível na margem direita do rio Lucala.

O prolongamento da linha até Malanje, numa 2ª etapa de construção, por iniciativa do governo português, com Paiva Couceiro como governador (1907-1909), numa extensão que se deseja “para-além Malanje”, constitui uma oportunidade para reforçar a atividade agrícola, promovendo a formação de aglomerados populacionais no curso da linha, que beneficiam Malanje como centro administrativo.

No decurso do século XX, a produção de café surge como o produto de referência das exportações, ascendendo a um 4º lugar na produção mundial (Sousa, 1958) em meados do século, estando a atividade agrícola associada ao incremento da colonização dirigida, como se verifica no Cuanza Norte e Sul. O mapa publicado em 1958, no *Ensaio de Análise Económica do Café* (Imagem 4), que informa sobre as *Zonas de Produção de Café*, os tipos de café por região, relaciona o predomínio dessa cultura nas respetivas áreas de cultivo, com a localização dos principais aglomerados formados por colonos numa dependência com a ferrovia.

Na análise da demografia da colónia, tema constante na propaganda sobre a presença portuguesa, como se infere do estudo *Aspetos do povoamento branco de Angola*, (Amaral, 1960) (Imagem 5), confirma a prevalência da urbanização na dependência das linhas, cujo traçado, perpendicular à linha de costa, promove o ordenamento do território na estreita dependência das linhas de caminho de ferro.

A relação entre a linha e a formação dos aglomerados populacionais, no sertão, onde se incluem as principais cidades, como Malanje, Huambo e Lubango, as quais centralizam as principais atividades económicas, define-se como uma característica do

ordenamento do território, numa relação linear, na qual a via férrea imprime uma marca no território. Para além da escala do território, a condição linear da progressão da colonização, ao longo da linha, surge também na composição do espaço urbano, como uma força dominante na infraestrutura da cidade, de uma linha que relaciona um domínio espacial-territorial com um domínio espacial-urbano.

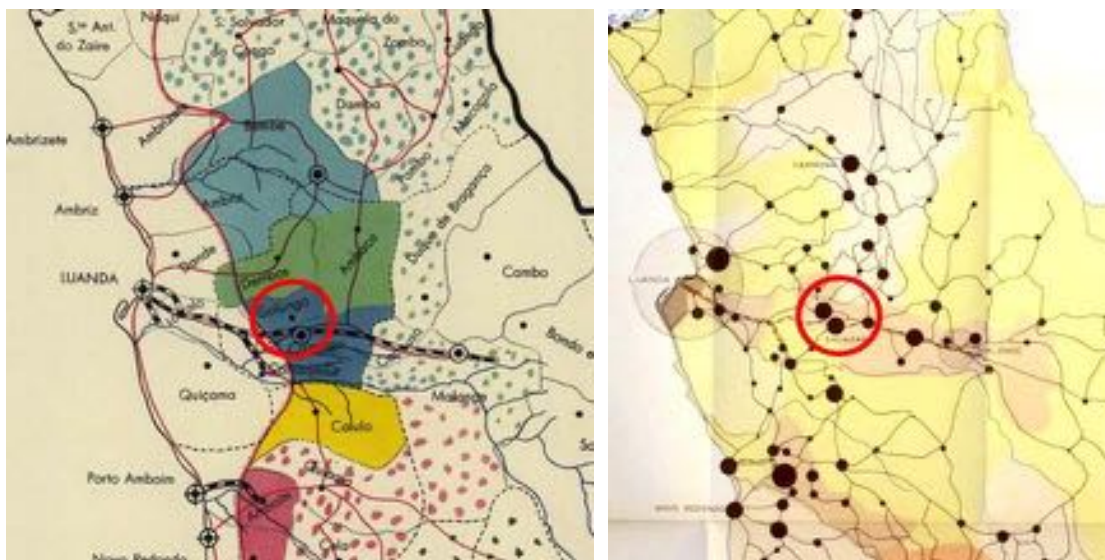


Imagem 4: (à esquerda) – Extrato do mapa de Angola que informa sobre as *Zonas de Produção de Café*, 1958
Imagem 5: (à direita) – Extrato do mapa que informa sobre *Aspectos do Povoamento branco em Angola*, 1960.

A linha na organização da estrutura urbana

A ausência de um plano regulador, que estabelece critérios de edificação, e/ou de arruamentos, é uma característica da formação dos aglomerados urbanos no final do século XIX. Nesse sentido, a construção da linha impõe-se como um elemento do desenho urbano, ao estar dependente do planeamento da atividade ferroviária, servindo os propósitos de estabelecer limites, no sentido de definir o núcleo central colonial. Nesta divisão emerge a Estação, na organização do espaço, na composição funcional, com o edifício e espaço fronteiro, a praça a definir a centralidade do espaço urbano.

Da análise da planta que corresponde ao levantamento de Golungo Alto, observa-se a presença dominante de um arruamento, na estrutura urbana, onde se concentram as principais casas comerciais e as habitações dos colonos. Com a construção do Ramal de Golungo Alto, iniciado em 1914 e concluído em 1915, que entronca na estação da Canhoca, na linha principal, reforça-se a atividade comercial da vila com a construção da estação no centro do núcleo urbano.

O incremento do transporte de mercadorias na linha principal, com a ligação a Malanje concluída em 1909, a atividade económica da vila perde importância, cedendo à linha principal, a N´Dalatando, futura sede de distrito do Cuanza Norte.

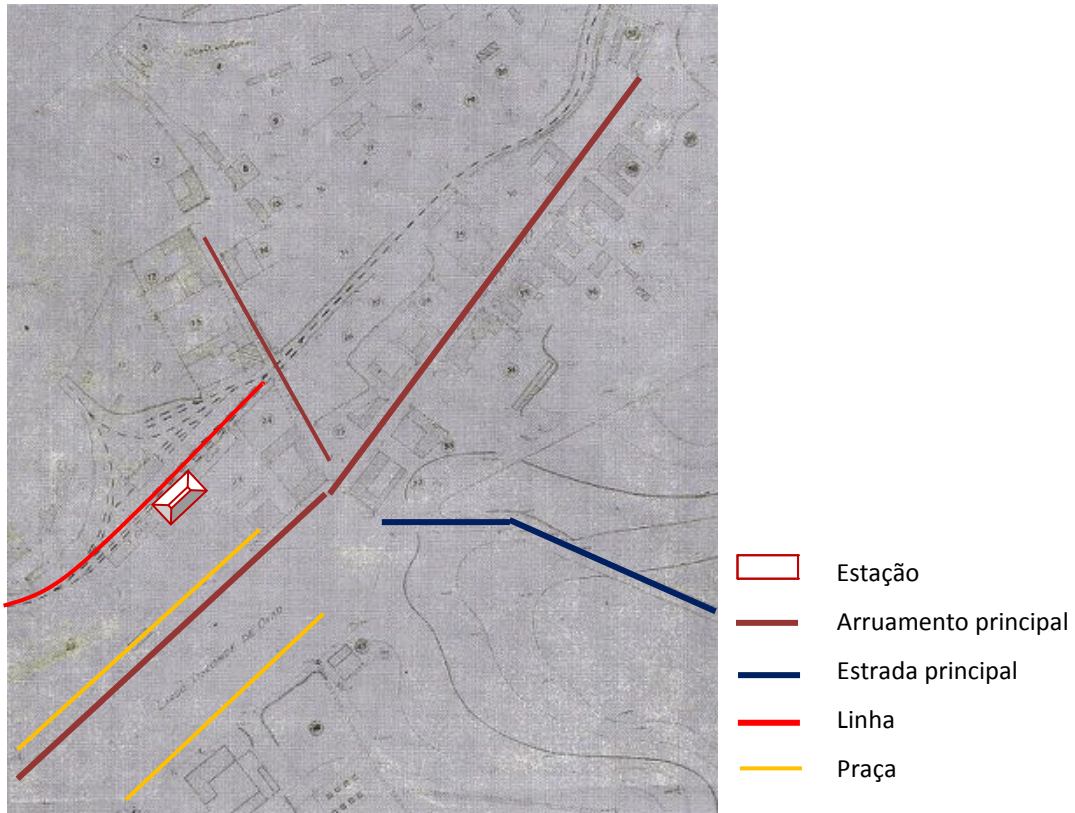


Imagem 6: Levantamento de Golungo Alto, Batalha, Fernando (1950), A Urbanização de Angola.

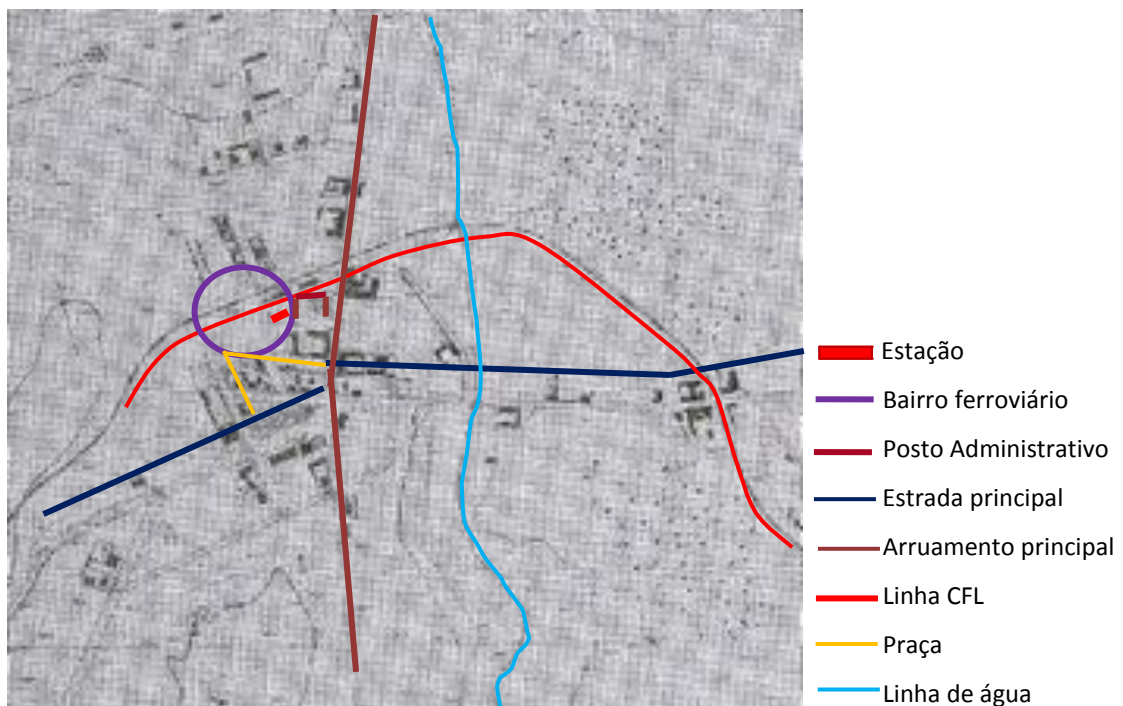


Imagem 7: Levantamento de Ndalatando, Batalha, Fernando (1950), A Urbanização de Angola.

A centralidade que a linha define, enquanto marca de uma *origem*, na estrutura urbana, está patente em N'Dalatando. A implantação da plataforma da linha, e da estação, não está relacionada com pré-existências urbanas, estando antes condicionada pela topografia. A partir da implantação da linha define-se o núcleo central, a sul desta, com a localização dos principais serviços públicos, como o Posto de Circunscrição, e a futura sede do município de Cazengo, e pelas principais casas comerciais, na proximidade da estação. A orografia que caracteriza a área de implantação do núcleo urbano, com uma linha de água no sentido norte-sul, também participa na distribuição funcional. Esta favorece uma separação *natural* entre os espaços vocacionados para as habitações dos colonos construídas numa elevação do terreno, ficando os espaços a norte da linha, numa cota inferior, e na proximidade da linha de água em área de inundação, na época das chuvas, destinados às habitações dos *indígenas*, que gradualmente se aproximam deste centro urbano, ou dos colonos de baixos rendimentos.

Síntese conclusiva

A transferência da centralidade económica, agrícola e comercial que Golungo Alto deteve durante um certo período de tempo – desde meados do século XIX, para N'Dalatando – confirma a importância que as linhas têm, enquanto vias que proporcionam o transporte de grandes quantidades de bens, polarizando as atividades económicas e, através destas, a concentração de pessoas.

No período que antecede a construção da linha, a proximidade aos aldeamentos indígenas é um dos requisitos na instalação de colonos, em face da necessidade de mão de obra, de braços, para as tarefas agrícolas, bem como para incrementarem o comércio legítimo numa dinâmica interna, própria à região, aos povos que nela habitam.

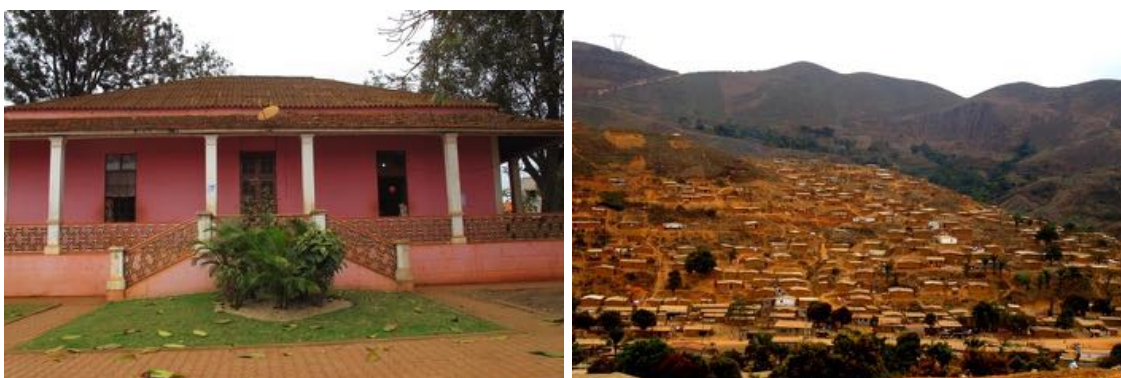
Após a construção da linha e decorrido um período de tempo que garante a expansão das atividades agrícolas, revela-se o seu impacto nos aglomerados coloniais, cujo sentido do traçado induz uma regularidade definida pela infraestrutura ferroviária. O sentido de expansão das linhas, na direção Este-Oeste, define uma marca

no crescimento da estrutura urbana, de *atravessamento*, impondo uma divisão devido à plataforma da linha que limita a sua transposição, que se impõe no espaço urbano.

Esta divisão que a linha materializa na cidade invoca outras reflexões. Tendo como referência uma leitura funcionalista, comum às concepções do urbanismo no início do século XX, a organização do espaço em construção reflete uma compartimentação das funções, que a cidade vai incorporar, como sejam a comercial, residencial, religiosa, dos equipamentos públicos, entre outros, observa-se ausência de representação do espaço do Outro, confirmando um limite que materializa uma forma de pensar o espaço urbano, nas relações entre colonos e indígenas, portanto, de uma “linha abissal”¹² (Santos, 2007). Esta concepção, que consagrou a cidade colonial, na sua estrutura base, como *segregadora e racial* (Freund, 2006: 78), mantém-se na atualidade, pela estabilidade que a organização da estrutura urbana colonial impôs.



Imagens 8 e 9: Núcleo central de Golungo Alto com o arruamento - formação espontânea ao longo da estrada.¹³



Imagens 10: (à esquerda) Casa de Posto, no centro de Ndalatando.

Imagem 11: (à direita) Periferia urbana, delimitada pela linha do C.F.L.

Manutenção de dois planos na estrutura urbana, enquanto herança do passado colonial.

¹² Sobre este conceito ver Santos, Boaventura Sousa (2007).

¹³ Imagens 8-13: Fotografias recolhidas na viagem efetuada a Angola, em agosto de 2014, na descoberta local dos conceitos e da problemática presente no trabalho de investigação.

A cidade construída a partir do que a diretriz da linha define apresenta os vetores de desenvolvimento económico impressos na estrutura urbana, de linhas paralelas, como os arruamentos onde se localizam as principais casas comerciais, ficando para lá do arruamento principal as áreas residenciais, numa hierarquia que reflete a estrutura social e racial. Estes vetores antecipam uma hierarquia funcional que será posteriormente captada no desenho dos urbanistas, que vão participar na elaboração dos Planos de Urbanização, ao serviço do Gabinete de Urbanização Colonial (1944).

Numa vertente da reflexão sobre o impacto dessas estruturas no desenho da cidade atual e futura, importa verificar em que sentido o desenvolvimento da estrutura urbana no período colonial, onde se consumou uma discriminação racial, expressa na organização e distribuição dos equipamentos e das áreas residenciais, condiciona novas opções. Tendo como referência da estrutura urbana a centralidade que converge na estação do caminho de ferro, em que sentido esta organização se adapta, pela sua força material, para a sociedade que ocupa o lugar dos colonos, que expressa os valores da sua identidade através da governação da Cidade?



Imagem 12: Estação de Golungo Alto, em ruína.



Imagem 13: Estação de Ndalatando, no lado direito, após renovação da plataforma da linha.

Referências bibliográficas

- Alexandre, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amaral, Ilídio do (1960), *Aspectos do Povoamento Branco de Angola*, Estudos Ensaios e Documentos, n.º 74, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Batalha, Fernando (1950), *A Urbanização de Angola, Luanda*. Edição Museu de Angola.
- Birmingham, David (2003), *Portugal e África*. Lisboa: Vega.
- Clarence-Smith, Gervase (1990), *O Terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine (1986), “As cidades pré-coloniais: Tentativa de definição e periodização”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 4-5, 265-279.
- Corvo, João de Andrade (1883), *Estudos sobre As Províncias Ultramarinas*. Vol. I, Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.
- Dias, Jill (1994), “Mudanças nos Padrões de Poder no «Hinterland» de Luanda. O Impacto da colonização entre os Mbundu (c.1845-1920)”, *Penélope, Revista de História e Ciências Sociais*, 14, 42-94.
- Felismino, David (2014), *Saberes, Natureza e Poder. Coleções científicas da antiga Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Ferguson, Niall (2014), *O Declínio do Ocidente*. Lisboa: D. Quixote.
- Freitas, Helena de et. al. (coord.) (2005), *Missão Botânica. Angola (1927-1937)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Freund, Bill (2007), *The African City, A History. New approaches to African History*. Cambridge, www.cambridge.org/9780521821094
- Jerónimo, Miguel Bandeira; Dores, Hugo Gonçalves (2012), “As Missões do Império. Política e Religião no Império Colonial Português” in Miguel Bandeira Jerónimo (org.) *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): Poderes, Saberes e Instituições*. Lisboa: Edições 70.
- Lourenço, Fausto Martins (1992), “História do Café Robusta em Angola”, *Revista de Ciências Agrárias*, XV, 3, 89-109.
- Pélissier, René (2006), *As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosa, Frederico Delgado; Verde, Filipe (2013), *Exploradores Portugueses e Reis Africanos. Viagens ao coração de África no século XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Santos, Boaventura Sousa (2007), “Para Além do Pensamento Abissal, Das linhas abissais a uma ecologia de saberes”, *Novos Estudos*, 79.
- Santos, Maria Emília Madeira (2003), Em Busca dos Sítios do Poder na África Centro Ocidental. Homens e Caminhos, Exércitos e Estradas (1483-1915), *International symposium Angola on the Move: Transport, Rutes, Communication, and Hstory*, Berlin, página consultada a 20/07/2014 em http://www.zmo.de/angola/Papers/Maria_Santos%20
- Silva, Rosa Cruz (2001), “O corredor do Kwanza: A reurbanização dos espaços – Makunde, Kalumbo, Massangano, Muxima, Dondo e Kambambe, Sec. XIX”, in Maria Emília Madeira Santos (dir.), *A África*

e a instalação do sistema colonial – c.1885-c.1930: III reunião internacional de história de África: actas. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 123-156. [12000].

Sousa, Alfredo de (1958), “Ensaio de Análise Económica do Café” in *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, 17, Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva.

Fontes Impressas

Álbum de Estatística Graphica dos Caminhos de Ferro Portuguezes das Provincias Ultramarinas (1896).
Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino.

Álbum de Estatística Graphica dos Caminhos de Ferro Portuguezes das Provincias Ultramarinas (1903).
Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino.

Atlas de Escritura Pública da Companhia Agrícola de Cazengo. Lisboa: Arquivo do Banco Nacional Ultramarina – Caixa Geral de Depósitos.

Da transformação do território (1945 / 1975). O fenómeno urbano em Angola na obra de Maria Manuela da Fonte por Luís Pedro Crisóstomo

Luís Pedro Crisóstomo¹



Vista panorâmica de Luanda, composta por fotomontagem de cinco fotografias (uma em falta), por Henrique Augusto Dias de Carvalho (1843-1909), durante a expedição a Angola em 1884. É provavelmente o registo fotográfico mais antigo que se conhece da baía de Luanda. Coleção da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Resumo

Maria Manuela Da Fonte nasce em Trás-os-Montes, em 1962. Arquitecta pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica (1987) e doutorada em Planeamento Urbanístico pela FA/UTL (2008), é docente desde 1990 (FA/UTL) das disciplinas de Projeto e Urbanismo. Como Professora Auxiliar do Departamento de Projeto – Área Científica de Urbanismo (FA/UTL) – e membro efetivo do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD), desenvolve atividade de docência e de investigação. Participa em diversas obras sobre o tema da Arquitectura e Urbanismo português em contexto angolano. Praticou atividade profissional liberal em arquitetura e urbanismo. Entre várias publicações, é autora do livro *Urbanismo e Arquitectura em Angola* (2012), a partir do qual se propõe apresentar, em jeito de súpula reescrita, um resumo do seu pensamento, com o propósito de expor o seu entendimento do fenómeno urbano em território angolano. Como interpreta e organiza as principais formas e marcas portuguesas da malha urbana inscritas no território. Como analisa o processo da sua ocupação, através da implementação sucessiva das estruturas organizacionais urbanísticas e de produção arquitetónica, e como estas se realizam e desenvolvem sobretudo entre as décadas de 40 e 70 do Século XX.

¹ Doutorando da 2ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

Palavras-chave: Angola; território; paisagem urbana; arquitetura; património; identidade.

Introdução

A análise territorial e urbana em Angola em questão, compreende principalmente o período entre duas guerras: o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e o ano em que se desencadeia a guerra civil em Angola, em 1975, após a independência do país.

A partir do estudo dos modelos e tipologias coloniais de urbanização em Angola, revelados no âmbito do exercício de pesquisa da arquitetura e urbanismo portugueses efetuada por Maria Manuela da Fonte, procuram-se sintetizar lógicas concretas de apropriação do território.

A entrada em cena das decisões das políticas territoriais do regime do Estado Novo para as colónias ultramarinas, vincadamente centralizadas em Lisboa, transportam consigo as emergentes e incontornáveis necessidades, também de política externa, ligadas a um povoamento efetivo das colónias e à sua estabilização demográfica. Para assegurar essa lógica de atuação surge, em 1944, o Gabinete de Urbanização Colonial, estabelecido em Lisboa, na metrópole e capital do Império. É a partir dele que se despoleta o processo de elaboração sistemática de planos diretores de urbanização para todas as colónias portuguesas. Começa assim um processo de transformação do território angolano, com particular impacto nas cidades, sem quaisquer precedentes comparáveis em todos os períodos anteriores. Este processo desenvolve-se na metrópole, por técnicos do Gabinete até final dos anos 50, posteriormente é trabalhado em território angolano. Esses técnicos repensam, redesenham, reestruturam e, de uma forma cada vez mais célere, constroem a realidade urbana angolana, até 1975.

Contextualização

Após a independência do Brasil, em 1822, “[...] o país não podia sobreviver sem império [...]” (Valentim, 2000: 181). África constitui-se como o polo de interesse nuclear e efetivo do Império. Na grande corrida africana, Portugal organiza várias expedições exploratórias de reconhecimento ao interior do território angolano, até

então conhecido. A primeira realiza-se sob a alçada de Silva Porto, entre 1853 e 1856. Serpa Pinto comanda a segunda expedição, entre 1877 e 1879. Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens realizam duas expedições. Serpa Pinto faz, entre 1877 e 1879, a ligação entre Benguela, em Angola, e Durban, na costa Leste da África do Sul. Os segundos partem de Moçâmedes (atual Namibe), em Angola, em 1884, e atingem Quelimane, em Moçambique, em 1885. São estas as expedições militares organizadas com o intuito de reclamar território de acordo com o que, em 1885, na Conferência de Berlim, foi denominado – princípio da ocupação efetiva. É exatamente a disputa entre os interesses dos impérios de Inglaterra, França, Bélgica e Portugal que levam à organização da conferência, entre 1884 e 1885, onde ficam estabelecidas as bases de partilha de África.

Portugal elabora uma proposta que passa pela união das suas duas colónias em África, resultando como prova documental o conhecido Mapa Cor-de-Rosa. O Ultimato britânico² rejeita esta solução. Estes acontecimentos vêm dividir claramente uma fase anterior de exploração colonial caracterizada, no caso português, por uma ocupação detentora de uma rede territorial mais ou menos orgânica com pontos estratégicos, distribuídos pelo denominado “mundo português” de acordo com conveniências, sobretudo de cariz comercial e militar e só mais tarde por uma conjuntura política efetiva de ocupação.

No final do século XIX constrói-se um novo sistema de colonização que se intensifica no século XX, como garante da existência da nacionalidade e continuidade da herança imperial portuguesa (Fonte, 2012: 21). A colonização como parte integrante do processo de ocupação espacial e construtiva no território fica caracterizada no caso inglês, francês e alemão por ser fundamentalmente uma ocupação militar, nos casos belga e holandês por serem ocupações administrativas. No caso português a colonização é de uma forma progressiva, militar, administrativa e finalmente comercial.

O período da procura de uma identidade colonial é fortemente marcado pela governação de Norton de Matos, entre 1912 e 1915, pela entrada num regime

² Ultimato do governo britânico - chefiado pelo primeiro ministro Lord Salisbury - entregue a 11 de janeiro de 1890 na forma de um “Memorando” que exigia a Portugal a retirada das forças militares chefiadas pelo Major Serpa Pinto do território compreendido entre as colónias de Moçambique e Angola (nos atuais Zimbabwe e Zâmbia).

ditatorial em 1926, pelo Acto Colonial de 1930 (Lei Constitucional que define as formas de relacionamento entre a metrópole e as colónias portuguesas, homologando o Império Colonial Português), consolidado pela constituição de 11 de abril de 1933 e pelo início da Segunda Guerra Mundial em 1939.

Norton de Matos como governador-geral de Angola, promove a construção de uma rede de estradas, transformando a paisagem urbana e tornando o território como o melhor guarnecido de vias de comunicação em toda a África, naquele período. Estratégia encontrada para intensificar a corrida à colonização surgindo ainda como resposta ao resultado gorado da Conferência de Berlim.

Norton de Matos mantém a convicção de que Angola seria autossustentável e que conseguiria, assim, pagar o seu desenvolvimento económico recorrendo apenas à exploração agrícola dos solos. Como ideólogo e mentor d'*A Nação Una* (Matos, 1953) é obreiro de escolas e missões, com o intuito de fomentar o crescimento da aprendizagem da língua portuguesa, melhora os princípios de seleção de funcionários públicos e funda a primeira colónia de pescadores portugueses em Porto Alexandre (atual Tômbua), no extremo sul de Angola. Até à sua demissão, em 1915, são construídos cerca de 459 edifícios, 15 estações radiotelegráficas e deixa preparado material para a construção de novas linhas de caminho de ferro. Norton de Matos torna-se no “homem que sonhou o Império” (Serrão, 2007: 350-360).

Se os anos '20 são um período de grande incremento para o desenvolvimento de Angola com o aparecimento das primeiras companhias, como a Cotonang em Malanje, a década de '30 vive extrema dificuldade económica resultado da crise mundial dos anos '30 e '31. Iniciado de forma artesanal e familiar, o processo de produção colonial agrícola de grande mercado, rapidamente passa a ser controlado por grandes produtores privados e estatais (Fonte, 2012: 29). No caminho do desenvolvimento agrícola surgem assim novos processos de povoamento que se vão tornando cada vez mais sistemáticos.

A partir do início dos anos '40 verifica-se um novo acréscimo de colonos portugueses em Angola. Para muitas famílias é a alternativa possível para escapar às condições miserabilistas instaladas nas classes mais baixas e sobretudo nas zonas mais interiores de Portugal. A partir da década de '40 Angola em geral e Luanda em particular, passa a ocupar um novo lugar. Após uma fase de abrandamento económico

causado pela Segunda Guerra Mundial, a sistematização da produção agrícola ganha novo fôlego. Devido à inflação o café torna-se no maior produto angolano no mercado internacional. A exploração destas plantações traz para Angola grandes investimentos que se refletem no crescimento e modernização de algumas cidades, como Luanda e Carmona (atual Uíge).

Num período de vinte anos a população de Luanda quadruplica³ (Fonte, 2012: 30). É nesta fase que se desenvolvem os portos das cidades costeiras e aumentam as redes viárias. É também na década de '40 que surge a aviação comercial, inicialmente com três linhas, a do Norte: Luanda-Cabinda-Ponta Negra; Leste: Lobito-Nova Lisboa; Sul: Luanda-Lobito-Moçâmedes. Esta rede urbana aumenta gradualmente nas décadas seguintes, com o crescimento e importância do sistema de rotas de suporte.

A partir da década de '50, ao mesmo tempo que concorrem para Angola pessoas que procuram melhores condições de vida que o país metropolitano não oferece, intensifica-se o estabelecimento de colonatos. Casais são recrutados pelo estado, em todo o país. Estas ações estão diretamente relacionadas com o incremento dos planos de Fomento, em 1953, e previstos até 1973. Em traços gerais, numa primeira fase, os planos de Fomento lançam linhas de crédito para infraestruturar o país com estradas, pontes, vias férreas e portos, e incentivar a construção. Numa segunda fase, com investimentos sociais orientados principalmente para o apoio à criação de colonatos. Fábricas como a Cassequel (fábrica de transformação de cana de açúcar), que se desenvolve em Catumbela-Benguela e a Companhia de Açúcares de Angola, a sul, (fundada em 1920), ganham novo fôlego. A pesca, outra atividade associada à população branca, existe repartida por três núcleos urbanos: Luanda, no binómio Benguela/Lobito e Moçâmedes. Neste período “As cidades mais importantes de Angola ficam no litoral, voltadas para o mar, e abrigam quase 50% da população branca” (Fonte, 2012: 32).

A década de '50 fica marcada pela riqueza gerada pelo empreendedorismo destas empresas, mantendo-se uma distinção clara entre colonizadores e colonizados. É também no início desta mesma década, em 1951, que se clarifica juridicamente a relação entre metrópole e colónias. Até aqui a presença portuguesa em África tal como acontecia com os demais países europeus imperiais justifica-se por si só, pelo

² Entre 1940 e 1960 a cidade passou de 61.028 para 224.240 habitantes.

seu caráter de missão histórica civilizadora, justificando teoricamente o colonialismo. No entanto, e devido a pressões políticas de descolonização internacional, Portugal na revisão constitucional de 1951 reage abolindo o Ato Colonial. As palavras Império e Colónias desaparecem do vocabulário político e são substituídas por Ultramar e Províncias Ultramarinas. Em termos jurídicos os espaços ultramarinos passam a extensões de um mesmo país com características pluricontinentais e multirraciais. Claramente numa manobra de maquiagem política, Portugal deixa de possuir colónias, não alterando no entanto todo o sistema instituído. É também durante este período que a teoria do luso-tropicalismo difundida pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre⁴ é aproveitada para servir o estado e reafirmar a sua presença nas “novas” províncias ultramarinas.

Em 1954, Marcelo Caetano continua a referir-se aos negros como tendo que ser dirigidos por europeus. Em 1958, as Nações Unidas reconhecem o direito de todos os países à autodeterminação. Em 1960, Amílcar Cabral apresenta um estudo em Londres sobre Portugal e as colónias, onde refere que Portugal é um país subdesenvolvido, com o nível de vida mais baixo da Europa e se conseguisse ter uma influência civilizadora sobre qualquer povo seria um milagre (Andrade, 1978: 61). Nesse mesmo ano, 17 países africanos tornam-se independentes. Em 1961 a União Indiana ocupa Goa, Damão e Diu. Internacionalmente começa a construir-se um contexto favorável à autonomia. No caso de Portugal parece verificar-se um movimento em sentido contrário, caracterizado primeiro pela negação e, mais tarde, pela intensificação do domínio, da repressão e violência, fato que conduziria à guerra colonial, com início em fevereiro de 1961. Durante este ano é criada a junta autónoma das estradas de Angola (JAEA). Até então as estradas de asfalto apenas ligavam Carmona (Uíge) e Salazar (N'Dalatando) a Luanda (Fonte, 2012: 37).

À conturbada e contrapontística década de '60 está também associada a intensificação do investimento através do Estado, tendo em vista o desenvolvimento económico de Angola. Este, através da promoção de um investimento continuado, pretende criar condições para a fixação da população branca. Extinguem-se o trabalho

⁴ Gilberto Freyre, defendia que o povo português demonstrava uma rara capacidade de adaptação às regiões tropicais. Pelo seu caráter, desprovido de convicções racistas, os portugueses entregavam-se à miscigenação e sabiam como conviver num sistema de fusão intercultural.

do contratado e dos estatutos do assimilado e do indígena. É aplicado o terceiro Plano de Fomento de 1968 a 1973, que incide no domínio das indústrias extrativas (ferro, petróleo e diamantes) e das indústrias transformadoras (têxteis, químicos, papel e borracha). Em resumo, o caráter colonizador acentua-se, o Estado fortalece os incentivos ao povoamento, acompanhando em paralelo a reestruturação das cidades e aglomerados existentes.

Devido a um rápido aumento demográfico, surge um grande *boom* construtivo que provoca algumas discrepâncias de escala ao nível do desenho urbano, por sua vez provoca desajustes na construção e na gestão das cidades. É o período em que mais aglomerados urbanos ganham o estatuto de cidades. Verificam-se situações de rotura, nomeadamente na construção de novas tipologias de habitação plurifamiliar e edifícios de construção em altura. Acentua-se uma descida na produção agrícola compensada pela exploração mineira, sobretudo de diamantes na região da Lunda, a Diamang. O Dundo transforma-se na cidade de apoio à companhia de exploração de diamantes.

[...] apenas havia duas (Luanda e Benguela, fundadas em 1576 e em 1617) eram oito em 1940, dezasseis em 1960 e, mais vinte na década de 70. De igual modo aumentara o número de aglomerados de categoria intermédia, que entre as pequenas concentrações rurais e vilas tinham subido à categoria de cidade.” (Amaral, 1978: 44)

Com o rápido desenvolvimento das redes viárias e aliado à construção de unidades hoteleiras, o turismo fortalece a sua presença no território. Neste período já existe ligação aérea que une a metrópole-Angola-Moçambique. Encurtam-se os tempos de acesso que até então haviam sido maioritariamente assegurados por via marítima, com ligação aos principais portos litorais. As redes de comunicação aéreas podem agora multiplicar os destinos transcontinentais. Paralelamente, e devido às contingências da guerra, algumas pequenas cidades são infraestruturadas com grandes aeroportos e geram assimetria de escalas. A 25 de abril de 1974 acontece a revolução. São muitos os portugueses, em Portugal e nas províncias ultramarinas, que não têm conhecimento do que se passa ou sequer do seu significado. Para a população menos

avisada, a desinformação em Portugal continental e a falta de informação em Angola eram uma constante.

Estruturação do território (1945-1975)

Em 1573 Paulo Dias de Novais lançou as bases para a criação da futura capital do território: uma capela a S. Sebastião e um forte de taipa, tendo sido instalada ao seu redor a povoação de S. Paulo, mais tarde chamada de Luanda. Posteriormente, em 1617, nasceu Benguela e em 1786, Moçâmedes. (Ribeiro, 1981: 119)

De acordo com Maria Manuela da Fonte estão assim criados, até ao século XVIII, os três pontos urbanos que de norte a sul dinamizam todo o litoral costeiro e, a partir destes, asseguram a ligação com o interior através dos presídios (campos fortificados com ocupação de índole militar/comercial/cristã). Geograficamente, a autora identifica o berço da ocupação portuguesa em Angola na bacia hidrográfica do Cuanza, onde são construídos os primeiros presídios constituídos como núcleos populacionais com base na ação militar (Dias, 1944: 46). “Os presídios foram até ao Séc. XX os centros do sistema colonial que garantiam aos portugueses em Angola, senão a posse, pelo menos o controlo de frações do território.” (Henriques, 1997: 114).

Do início do século XVI até meados do XVIII as cidades, para além dos princípios defensivos construtivos inerentes, criam-se com base na intuição, em valores de ordem geográfica, política e económica. No século XIX, Catumbela, Asseiceira, Ambriz, Ambrizete, Moçâmedes e Porto Alexandre, todas situadas no litoral, para além das influências já referidas, recebem também influências pombalinas de Eugénio dos Santos e posteriormente do Brasil (influências de ordem compositiva e de saneamento). Estas cidades contam já com a aplicação de um método geométrico rigoroso e adaptado às preexistências do lugar (Batalha, 1950: 16-22). Mas é só a partir dos meados do século XIX, com a entrada em cena do Marquês de Sá da Bandeira (obreiro da abolição da escravatura em todos os territórios portugueses em 1869), que o desenvolvimento dos aglomerados se faz de forma mais intensa e sistematizada. Marca o primeiro grande período de desenvolvimento urbano em Angola e antecede já no século XX o segundo grande período protagonizado por Norton de Matos. Este

relança as bases do desenvolvimento urbano, cria cidades de raiz como Huambo e faz crescer as existentes seguindo o modelo de cidade assente numa estrutura reticulada e ortogonal. O terceiro grande momento de transformação urbana e último sob jurisdição portuguesa em território angolano acontece em 1944, com a criação da máquina que representa o Gabinete de Urbanização Colonial.

De acordo com as palavras da autora (Fonte, 2012: 245) admite-se que a formação dos aglomerados urbanos em Angola acontece de uma forma fundamentalmente espontânea. Encontra-se baseada no conhecimento empírico do espaço urbano, embora com uma ideia subjacente de regra associada ao método decorrente do ato de fazer cidade. Deveremos também considerar que este processo acarreta a consideração de alguns aspetos, como as condições geográficas, económicas e políticas que se apresentam como o resultado de uma atitude consciente da primeira colonização, condicionando a escolha dos locais para a criação dos novos aglomerados, que se revela uma constante ao longo do tempo. Se, por um lado, denotamos uma ocupação espontânea dos territórios, por outro lado, a ação do próprio Estado, que decorre da intervenção política na gestão e materialização dos aglomerados urbanos, nomeadamente através de produção legislativa, procura sempre deixar a sua marca no tempo que protagoniza. É com esse intuito e aliado à necessidade política de centralizar em Lisboa as decisões do Império (associada a uma ideia de continuidade ao implementado em Portugal continental no Período dos Planos de Urbanização de Duarte Pacheco, em 1934), que assistimos à criação do Gabinete de Urbanização Colonial, em 1944, que passa a promover e a assegurar a sistematização da elaboração dos planos de urbanização, em todas as colónias portuguesas.

Até ao final da década de 40, os planos marcam de modo determinante uma viragem na construção da paisagem urbana em Angola. De um ponto de vista genérico e globalizante, pode afirmar-se que seguem o modelo da cidade-jardim e o urbanismo formal da Escola Francesa. Na verdade, apenas usam a fórmula colocada em prática, uma década antes, às cidades no Portugal continental, ampliada posteriormente em território angolano. No entanto, o desenho da ocupação prevista pelo traçado dos planos, quanto à sua apropriação e implementação revela-se parcial, traduzindo-se apenas na proposta de edifícios de tipologias várias, sempre de habitação unifamiliar com jardim. Numa alusão clara ao modelo da casa com jardim, aplicada a todas as

áreas de expansão urbana consideradas para propósitos residenciais, numa estratégia setorial funcionalista.

No entanto, durante este período, os planos encerram uma outra crua dualidade: por um lado, são o resultado pragmático da submissão ao modelo; por outro, procuram adaptar-se a uma nova realidade, nomeadamente à escala e às formas específicas de um habitar e viver numa geografia tropical como é a de Angola, bem diversa das europeias, melhor conhecidas. Segundo a autora, o modelo europeu da cidade jardim adapta-se, mais tarde, ao universo tropical. Apesar das semelhanças reconhecíveis entre os planos traçados para Portugal e Angola, ao nível do desenho das formas e edifícios implantados, conseguem-se ler importantes adaptações de escala e das linguagens, utilizadas em território angolano (Fonte, 2012: 245).

A partir dos anos '50, assistimos a um outro registo quanto à forma de intervenção nas áreas de expansão urbanas. As zonas residenciais de habitação unifamiliar complementam-se com outros tipos de edificação que constituem referências mais claras aos modelos da cidade moderna, preconizados na carta de Atenas, quer ao nível do urbanismo quer de forma mais explícita ao nível da arquitetura.

Foi o modelo da cidade moderna a base de grande parte dos planos feitos para o território, adaptado às situações sempre com grande sentido prático, e enfatizado pelas obras de arquitetura que claramente traduziam em si os mesmos princípios, num ajuste entre a escala urbana e a escala arquitetónica. (Fonte, 2012: 246)

Na Europa dos anos '60 procuram-se novas formas de fazer cidade em busca de uma renovação crítica de regresso a uma essencialidade alicerçada na espontaneidade, porventura perdidas na voragem da reconstrução do pós-guerra. Critica-se o urbanismo moderno de Le Corbusier com as suas unidades de habitação e os consequentes zonamentos funcionais e racionalistas, entre o desenho das vias rodoviárias e o percurso pedonal (Fonte, 2012: 246). Retorna-se à ideia de uma cidade articulada, assente numa retícula ou malha à semelhança do plano de Ensanche, da Barcelona de Cerdá ou do seu modelo precursor pombalino, em Lisboa. É uma década marcadamente contraditória em que se faz simultaneamente a apologia da cidade

tradicional mediterrânica, procurando integrar ideias baseadas nas soluções construídas das soluções urbanas mais modernas.

A década de '60 dissemina o uso do conceito de fluidez do espaço urbano, ao nível da distribuição dos vários equipamentos como o centro cívico e até as novas tipologias habitacionais, provocando uma nova maneira de habitar e viver a cidade. De certa forma, o moderno reinventa-se e recria-se em Angola, em última análise, adapta-se. Tal situação ocorre unicamente porque os princípios urbanos e arquitetónicos subjacentes têm elasticidade suficiente para suportar essa adaptação, quase natural ao clima tropical. São mesmo explorados plasticamente, do ponto de vista compositivo e formal. A fórmula do modelo moderno de fazer cidade aplica-se e reinterpreta-se de acordo com as premissas de cada situação geográfica e climática ao longo de todo o vasto território angolano. Paralelamente, em situações particulares, continua a pensar-se a cidade de uma forma expedita e convencional.

Nos finais dos anos '50, durante a década de '60 e ainda no início dos anos '70, Angola transforma-se num exemplo de concretização prática de intervenções urbanas e arquitetónicas baseadas num referencial dos modelos modernos de fazer cidade. O conceito da unidade de vizinhança passa a constituir-se como um elemento definidor das cidades, tanto ao nível da expansão dos aglomerados existentes como em novos aglomerados. A ideia de "cidade moderna" preconizada pela carta de Atenas é também reinterpretada e readaptada ao lugar. Não sendo executados a régua e esquadro os modelos, adaptam-se às características do modo de fazer cidade em Angola. Devido à clareza concetual do modelo de unidade de vizinhança (mais tarde abandonado), a sua implementação serve muitas vezes como bitola e alavanca para o crescimento de determinados aglomerados ou cidades, garantindo-se assim a sua expansão num formato estruturado, criando uma regra. Os modelos base são progressivamente adaptados às características e ao modo de fazer cidade em Angola.

Até 1975, coexistem as aplicações modernas do entendimento da cidade com as formas mais simples de resolução dos problemas, sobretudo nos aglomerados de pequena dimensão, onde se aplicam soluções pragmáticas para a resolução das situações que aí se apresentam. Tendo por base as preexistências e a partir de um léxico extremamente simples, baseado no entendimento da cidade tradicional mediterrânica de planta hipodâmica, estabelece-se uma estrutura em quadrícula, onde

a malha criada assenta no envolvimento de uma rua principal, normalmente preexistente. Esta via é pontuada afirmativamente por uma praça, largo ou jardim que enforma o núcleo da malha urbana propriamente dita. Nestas situações, a habitação e o comércio desenvolvem-se a partir do centro nuclear do pequeno aglomerado, em direção à periferia, definindo quarteirões quadrangulares ou retangulares, como ocorre nos casos de Teixeira de Sousa (Luau), Vila Luso (Luena), ou Silva Porto (Kuító). Na rede assim tecida introduzem-se, por ordem hierárquica, os equipamentos base da urbanidade – administrativo, educativo e religioso, mas também de saúde e comércio (mercado), pontuado por vezes por programas menores ligados ao lazer e ao desporto.

Em Angola o objetivo é o de implementar um processo rápido de fazer “cidade”, responder aos números crescentes da demografia ultramarina, e resolver os problemas infraestruturais e urbanos de maneira eficaz. A necessidade de urbanizar e dar respostas a casos menos fáceis quanto à natureza das ocupações dos aglomerados é resolvida com alguma singularidade, mas sempre numa relação de compromisso entre uma forma moderna de fazer cidade e a agilidade espacial que gere as condicionantes naturais de cada lugar (Fonte, 2012: 246). Desta ocupação urbana no território resultaram, em certa medida, aglomerados simples, mas com uma preocupação harmónica e de respeito para com os lugares.

De uma forma ou de outra, as sucessivas gerações de habitantes encontram, até hoje, formas particulares no modo de ocupação do território angolano. Maria Manuela da Fonte sintetiza este modo de ocupação territorial e identifica cinco tipologias de ocupação urbana formais e uma de características informais (Fonte, 2012: 248-249):

Ocupação Litorânea – Localizados no litoral. A sua génese urbana é de cariz espontâneo. Serve como porta de entrada para o sertão através dos rios normalmente existentes. O barco é o veículo privilegiado como meio de chegada. O seu desenvolvimento normalmente é feito através de adição de planos de expansão. Os seus limites estão claramente definidos.

Ocupação Ferroviária – Aglomerados localizados ao longo dos percursos das linhas de Caminho de ferro. O comboio é o meio de transporte por excelência. Com desenvolvimento sempre sob influência da rede ferroviária. O crescimento reticulado é estruturado a partir da estação e da linha ferroviária, fundamentalmente para um dos lados da linha. Os seus limites estão claramente definidos.

Ocupação Rodoviária – Aglomerados de dimensão reduzida, localizados e desenvolvidos a partir das vias de comunicação rodoviária, têm no automóvel o veículo como meio de comunicação (fortemente comercial) prioritário. O seu aparecimento, com um carácter maioritariamente espontâneo, tem como pré-existência “a picada” (caminho estreito aberto no mato). Os limites destes aglomerados estão definidos de uma forma clara.

Ocupação em Colonato – Aglomerados localizados no interior do território, isolados e à margem das cidades, são estruturas autossuficientes do ponto de vista económico e social. São uma espécie de conjunto de vilas e aldeias, estruturas urbanas planificadas de raiz e desenho de raiz formal. Têm como objetivo específico acolher pessoas vindas de aldeias portuguesas. Os seus limites estão claramente definidos.

Os Bairros Indígenas – Situados nas imediações da cidade branca sem fazer parte dela. São bairros formados por pequenos núcleos planificados de raiz. O desenho urbano remete para a origem do desenho das sanzalas dos seus habitantes. Os seus habitantes transitam a pé. O seu crescimento é gradual a partir de um eixo mais ou menos orgânico. Os seus limites estão claramente definidos.

Os Musseques – Localizados sempre na periferia da cidade branca. A sua génese é de cariz espontâneo e casual. Adotam os modelos de ruralidade da origem. O seu crescimento é “orgânico” e os seus limites variáveis.

Deste modo, e a partir da análise dos modelos e tipologias coloniais de urbanização em Angola, inseridos no âmbito do exercício da arquitetura e urbanismo portugueses, concluímos lógicas concretas de apropriação do território. Este território não serviu apenas para colocar em prática experiências urbanas de vanguarda. Mais do que isso, o traçado dos planos, de uma forma mais ou menos arrojada, denota uma preocupação maior, a de urbanizar os aglomerados habitacionais. Num sentido mais lato, os agentes dessa transformação eram conhecedores de que a cidade, como espaço plural, dinâmico, inovador e em constante evolução, é também ela detentora de uma enorme capacidade de transformação, com as suas próprias premissas, não desenháveis e com situações impossíveis de pré-controlar. Maria Manuela da Fonte conclui:

A emergência de novas cidades onde tudo estava por fazer, terreno fértil da aplicação da leveza da linguagem e do estar, da libertação do gesto na concepção urbanística e arquitectónica pela mão dos vários actores (onde os arquitectos tiveram papel determinante), traduziu-se numa arquitectura e urbanismo tropicais angolanos de expressão portuguesa. (Fonte, 2012: c/capa)

Considerações finais

Angola forma-se como estado independente em 1975 dando início ao denominado período da primeira república angolana. Nesse mesmo ano o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) forma um Estado de partido único, baseado numa economia planificada, alicerçado nas correntes marxistas-leninistas.

Entre 1975 e 2002 Angola vive sob um clima conturbado de guerra civil. No final dos anos '90, o MPLA abandona as influências marxistas-leninistas e redireciona o regime para um sistema de democracia multipartidária associado a uma economia de mercado. UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) aceitam participar no novo sistema e concorreram às primeiras eleições realizadas em 1992, das quais o MPLA sai vencedor. A UNITA recusa os resultados obtidos e reinicia a guerra de guerrilha, colaborando simultaneamente no novo sistema político, aparentemente mais aberto. Em 2002, a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi marca o início de paz e estabilidade da sociedade civil nacional.

Doze anos passados Angola é hoje um país possuidor de uma vontade de afirmação identitária forte. Assume um papel político e económico preponderante e uma posição representativa de destaque, não só no seio dos países africanos de expressão portuguesa, mas também no âmbito do continente africano e no plano mundial. Pouco a pouco, depois das convulsas guerras internas, o país renasce.

História e memória-social são pilares fundamentais sobre os quais se constrói a sua identidade. Identidade de um território que, num período longo, mas sobretudo num momento final, precedido pela independência, é marcado por uma importante impressão portuguesa. Essa impressão indelével é indubitavelmente uma parte indissociável da sua identidade histórica, que uma excisão, a acontecer, apenas torna mais pobre.

Ao pensar memória-social como um fator ou elemento matricial na construção de identidade, conseqüentemente ela será um elemento fundamental no processo de sedimentação da identidade da jovem nação angolana. Esta identidade em processo de sedimentação deve ser entendida como um devir em constante transformação e crescimento, será tão mais rico quanto menos o seu passado for votado ao esquecimento deliberado.

Tal como a formação geológica do planeta, reconhecível por extratos nem sempre visíveis, Angola pode construir a sua identidade sem obliterar, para o bem ou para o mal, a sua memória-social mais ou menos recente, inscrita num período histórico comum. De igual modo, património cultural material e imaterial em que o exercício do urbanismo, da arquitetura e o esforço dos seus inúmeros agentes concorreram e participaram, para materializar uma parte substancial dessa memória-social, devem ser solicitados, questionada a sua persistência e permanência futuras como pedras de toque na sedimentação da identidade nacional.

Antevendo os anos subsequentes do *Urbanismo e Arquitectura em Angola* de Maria Manuela da Fonte em território angolano, Ilídio do Amaral escreve em março de 1978:

Naturalmente o desenvolvimento económico terá por efeito acentuar os progressos da urbanização; a criação de novos empregos provocará, todavia, a intensificação das correntes de imigração urbana de gente que trocará o meio rural pela mira de empregos e de remunerações que dificilmente encontrará. O ritmo de urbanização será sempre muito mais rápido que o do desenvolvimento económico em geral. E assim se fechará um ciclo vicioso, de abertura difícil. O fenómeno que é geral seguirá processo dinâmico de grande envergadura, inevitável e irreversível, idêntico em todos os territórios subdesenvolvidos em relação aos seus recursos potenciais, humanos e físicos. (Amaral, 1978: 78)

Referências bibliográficas

- Amaral, Ilídio do (1978), "Contribuição para o conhecimento do fenómeno de urbanização em Angola", Separata de *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XIII(25).
- Andrade, Mário de (1978), *A Arma da Teoria: Unidade e Luta I*, in *Obras escolhidas de Amílcar Cabral*. Lisboa: Seara Nova.
- Batalha, Fernando (1950), *A Urbanização de Angola*. Luanda: Edição do Museu de Angola.

- Dias, Gastão Sousa (1944), *A Ocupação de Angola (Exploração Conquista e Povoamento)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 46.
- Fonte, Maria Manuela Afonso da (2012), *Arquitetura e Urbanismo em Angola*. Lisboa: Caleidoscópio.
- (2007), *Urbanismo e Arquitectura em Angola - de Norton de Matos à Revolução*. Dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Henriques, Isabel de Castro (1997), *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical-Instituto da Cooperação Portuguesa.
- Matos, Norton de (1953), *A Nação Una: organização política e administrativa dos territórios do ultramar português*. Lisboa: Paulino Ferreira Filhos.
- Ribeiro, Orlando (1981), *A Colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (2007), *História de Portugal. 1935-1941*. Lisboa: Editorial Verbo, Vol. XIV.
- Valentim, Alexandre (2000), *Velho Brasil Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808/1975)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Parecer da Câmara Corporativa nº35/V, *in Nova Legislação Ultramarina*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Vol. I.
- Decreto-Lei n.º 239/97 de 9 de setembro. Diário da República nº 208/97 – I Série A. Lisboa: Ministério do Ambiente.

A construção de uma ideia de território: a cartografia de Angola na segunda metade do século XVIII

Sara Ventura da Cruz^{1 2}

Resumo

Do ponto de vista dos europeus do século XVIII, a África era ainda um continente por descobrir. As penetrações eram esporádicas e tinham em vista a captura de escravos para o comércio. Apesar disso, e por causa disso, na segunda metade desse século foi elaborado a partir do centro do Império um novo projeto político para Angola, com uma forte componente territorial. Para tal, foi necessário ocorrer um processo de (re)conhecimento e apropriação do território e da sua realidade por diversos meios, entre os quais a cartografia. A cartografia produzida neste período funciona assim, enquanto representação, como projeção de um sistema de valores, vontades e interesses, mas sobretudo como elemento fundamental na construção de uma ideia de território. Assim, este trabalho visa analisar a produção cartográfica deste período, com especial relevo para a *Carta Topográfica da Provincia, q. fornece Agoas, Lenhas, e Serventes á Fabrica do Ferro da nova Oeiras*, de 1769.

Palavras-chave: Angola; cartografia; império; século XVIII.

Contexto

Já é hoje claro que, na segunda metade do século XVIII, existiu um projeto político³ de cariz iluminista para Portugal e demais territórios controlados pela Coroa

¹ Doutoranda da 2ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

² Este trabalho é cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/89005/2012.

³ Referência fundamental sobre este tema é o trabalho de José da Silva Dias: *Pombalismo e Projecto Político* (1984). A partir dos escritos de Sebastião José de Carvalho e Melo, o autor conclui “[...] que Pombal levava consigo, quando subiu ao poder, um diversificado e aprofundado projecto político. Um projecto político alternativo em relação ao «status quo» preexistente – um projecto de mudança, como tantos desejavam” (1983: 181). Nesse projeto “Navegação, comércio e indústria figuram [...] como actividades complementares e que devem ser promovidas em simultâneo. [...] A política de comércio e navegação, a política industrial e a política ultramarina formam um só bloco no seu pensamento.” (Dias,

Portuguesa. Consubstanciou-se num olhar global sobre o império, com uma visão que, apesar das diferenças decorrentes das particularidades dos diferentes espaços, corresponderia a um mesmo programa (Santos, 2005: 35). No fundo, pretendeu-se na época passar do império politicamente plural e territorialmente descontínuo que Luís Filipe Thomaz descreveu (1998: 207-245), para uma política ultramarina que, pelo menos do ponto de vista programático, seria “[...] percorrida por linhas comuns, medidas convergentes, para a integração ativa no e do Império” (Santos, 2005: 35).

Neste contexto, foi procurado o envolvimento de Angola numa dinâmica intercontinental de complementaridade. Foram gizadas e implementadas reformas que refletem um novo entendimento desta colónia, tendo em vista a concretização do projeto político pombalino para Angola, cuja existência se tornou evidente através de estudos recentes, designadamente de Catarina Madeira Santos (2005).

Até então, para os Portugueses, Angola era um território por descobrir e, sobretudo, por ocupar. No interior do sertão, longe das cidades de São Paulo de Assunção de Luanda e Benguela, o domínio da Coroa Portuguesa era mais virtual que efetivo (Santos, 2005: 18). A colonização, se assim se pode chamar, era assente numa rede de Presídios, quase todos junto à costa ou ao longo da linha do Cuanza (via preferencial de penetração no território até então). Os seus Capitães-mores eram representantes do poder militar e administrativo, com jurisdição sobre os Sobas mediante os tratados de vassalagem. Contudo, o controle do espaço intermédio era diminuto (Santos, 2010: 540).

No contexto do Império português, Angola era encarada como uma “mina” de escravos e toda a progressão para o interior do território tinha como objetivo último a captura de africanos para o comércio de escravos. Como coloca Maria Adelina Amorim:

Perante um comércio tão lucrativo, cujas «peças» não requeriam grande investimento, qualquer actividade ao nível primário era apenas de subsistência. [...] A maioria dos povoadores brancos era constituída por degredados, comerciantes sem escrúpulos e soldados involuntários. (Amorim, 2003: 190)

1983: 28–29). Também Catarina Madeira Santos dedicou algum espaço à abordagem deste conceito (2005: 26 ss.).

Não havia, portanto, uma verdadeira colonização do território e as poucas estruturas administrativas existentes estavam muitas vezes “corrompidas” pelo contrabando com estrangeiros e pelo comércio escravo.

Um projeto para Angola

Só na segunda metade do século XVIII, sob esta nova política colonial, foram implementadas reformas que procuraram verdadeiramente ocupar o território. O objetivo era alterar o entendimento de Angola como mero reservatório de mão de obra escrava, diversificando a base da sua economia, reforçando o poder central, procurando o povoamento e a territorialização e consolidação do Estado (Santos, 2005: 84). O inovador projeto para este território foi, não só concebido e delineado pelo Marquês de Pombal, mas foi também por ele preparado ao longo da década de 50, em articulação com o governador na época em Angola, D. António Álvares da Cunha (gov. 1753-1758) (Santos, 2005: 44-59). Podemos distinguir, assim, três momentos: o reconhecimento do território e da realidade, a idealização do projeto, sintetizado no Parecer que o Marquês de Pombal, então Conde de Oeiras, produziu⁴ e, por fim, a aplicação destas reformas no terreno.

A centralidade de poder, e em particular de poder de decisão e de administração, dependeu sempre em larga medida do conhecimento e da capacidade de apreender a realidade que se estava a abordar, sobretudo porque distante. De facto, para ser possível gizar e agilizar um projeto político à escala do império a partir do seu centro, houve sempre a constante necessidade de apropriação desse(s) território(s) e dessa(s) realidade(s). Esta *apropriação intelectual* fez-se através das representações e descrições cartográficas, quantitativas e textuais, nomeadamente de relatos de viagens de exploração⁵ (Santos, 2005: 20 e 244). Nesse sentido, os agentes do governo

⁴ Parecer que o Conde de Oeiras apresentou a Sua Magestade sobre o que ainda falta para se restituir a Agricultura, Navegação, e o Commercio de Angola contra os monopólios vexações e dezordens que fizeram os objectos das leis de onze e vinte e cinco de Janeiro de mil setecentos e cinquenta e oito (AHU, Códice 555, fl. 36-61v).

⁵ Viagem ao Cuango de Manuel Correia Leitão e António Francisco Grizante, em 1755-1756, por ordem do então governador D. António Álvares da Cunha (Albuquerque e Santos, 1989: 15-32).

no território que elaboraram essas bases e que aí se comunicavam com a Coroa, foram de grande importância.

Dentro deste grupo de agentes do Reino em Angola encontram-se os governadores,⁶ pessoas ligadas ao Marquês de Pombal e de sua confiança, como ilustram bem os casos de D. António Alvares da Cunha, sobrinho do iluminista português D. Luís da Cunha, e D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (gov. 1764-1772), mas também os engenheiros militares. Estes últimos vieram, numa fase inicial, de outras partes do império, em várias ocasiões acompanhando os recém-nomeados governadores.⁷ Mais tarde, foram formados na própria colónia, após o estabelecimento em Luanda da Aula de Geometria e Fortificação (em 1764) (Santos, 2005: 430-437), com a vantagem de, por um lado, não estarem dependentes de remessas de engenheiros a partir da metrópole e, por outro, porque ao serem recrutados filhos da terra (brancos, mulatos e africanos destribalizados), adaptados ao clima, estariam aptos para servir em todo o Sertão.⁸

As suas funções incluíam a caracterização do território, mas tinham um papel ativo também no desenho de fortificações, no planeamento de sistemas de defesa, na fundação de cidades e no acompanhamento de diversas outras obras. Esta atividade fica patente na produção cartográfica e ainda nas trocas de correspondência da época, que incluíam muitas vezes desenhos a descrever o andamento de obras, dando a entender que seriam os “olhos” do governador no terreno.⁹ A sua presença foi ainda determinante enquanto elite que, pela sua própria formação académica, incorporou noções de civilização, simetria e ordem que depois serão transpostas para os diversos campos de atuação, como Roberta Marx Delson salientou no seu trabalho (1998: 216).

⁶ Roberta Marx Delson apontou para o Brasil: “Nessas regiões, o êxito ou o fracasso das novas povoações muitas vezes dependiam da personalidade e da energia dos governadores que as administravam” (1997: 69), conclusão que julgamos poder ser aplicada também ao caso de Angola.

⁷ Guilherme Joaquim Paes de Menezes vai para Angola com D. António Alvares da Cunha (g. 1753-1758) (Viterbo, 1988: II, 229-230); Cláudio António da Silveira e Joaquim José Cipriano dos Santos com D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (g. 1764-1772) (AHU, CU, Angola, Cx. 50, Doc. 64).

⁸ Preocupação que é expressa na Carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 16 de Dezembro de 1766 (AHU, CU, Angola, Cx. 50, Doc. 64).

⁹ “Hoje terça feira, que se contám 27 do corrente, cheguei á esta Fabrica de Oeyras [...] donde admirado o augmento da [Povoação] [...], cazas extabalecidas, e tudo o mais em boa ordem, fiquei inteiramente satisfeito [...]” (Carta de Joaquim de Beça Teixeira ao Governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, de 27 de Dezembro de 1768, AHU, CU, Angola, Cx.53, Doc. 8).

Por essa razão, procurou-se através deles formar também uma nova geração de capitães-mores e administradores do território (Santos, 2005: 244).

Os engenheiros militares, já identificados pela historiografia do urbanismo como os “protagonistas da gestão do espaço português” (Araujo *et al.*, 2002), foram um verdadeiro instrumento de governo, concretizando no terreno as reformas projetadas pela Coroa. De entre os elementos que permitiram a apropriação do território, e que serviram de base de comunicação, assumem especial relevância os cartográficos e iconográficos, instrumentais durante o processo. Por terem uma profunda relação com a administração do território permitem perceber, ou antever, as preocupações e intenções que guiavam o processo. Dessa forma, é possível *ler* na produção cartográfica e iconográfica os diferentes passos e objetivos do projeto iluminista para Angola, numa interpretação que vai além da mera representação.

Uma leitura do processo através da produção cartográfica

Em 1754, o estado da cidade de Luanda, bem como de todas as fortalezas e regimentos, era de total degradação e abandono, como relata em correspondência para Lisboa D. António Álvares da Cunha.¹⁰ A autoridade do Reino estava, segundo ele, ameaçada por esta situação de falta de segurança e de vulnerabilidade da cidade a ataques. Neste espírito de procura de afirmação do poder colonial, compreende-se o vasto conjunto de estudos elaborados para a construção de fortalezas na costa de Luanda, testemunho da preocupação em salvaguardar e proteger a capital deste Reino. O desenho de fortalezas é, aliás, uma constante na produção cartográfica e iconográfica de Angola na segunda metade do século XVIII, o que pode ser também entendido como um processo de apropriação e delimitação do território, ou seja, como o reforço de uma fronteira.

É interessante verificar como os próprios projetos dão conta da qualidade da formação dos engenheiros militares,¹¹ cuja ação é igualmente fundamental nos

¹⁰ A desestruturação e caos que imperavam em Angola foram retratados na avaliação que o governador D. António Álvares da Cunha fez à chegada a Luanda, relatando o estado de degradação das fortalezas, dos regimentos e da própria cidade (AHU, CU, Angola, Cx.38, Docs. 78 e 82).

¹¹ Numa carta de D. António Álvares da Cunha a Diogo de Mendonça – Corte Real, de 8 de dezembro de 1754 (AHU, CU, Angola, Cx. 39, Doc. 96-A), tomamos conhecimento de uma encomenda de três “riscos” para a fortaleza junto a S. Filipe do Penedo, três projetos segundo modelos diferentes, para depois ser escolhido o mais adequado: “Entendo taobem que a Fortaleza q. deve haver na ponta da terra firme ao

estudos de defesa das posições estratégicas ao longo da costa, que dependeria da integração das fortalezas num sistema defensivo. Uma carta ao Conselho Ultramarino do governador de Angola, em 1754, acompanhada por um conjunto de desenhos, mostra claramente que o conhecimento obtido no terreno, pelos engenheiros, expresso tanto nos mapas como nos relatórios que os acompanhavam, serviam de base às decisões tomadas centralmente.¹²

Do início da segunda metade do século XVIII, existe uma vista (Figura 1) e uma planta topográfica da cidade de Luanda, assinada pelo engenheiro militar Guilherme Joaquim Paes de Menezes. Trata-se de um registo de levantamento da cidade, sob o qual se poderia conceber o pretendido projeto de reestruturação e modernização de Luanda. As reformas urbanas na capital compreenderam intervenções ao nível dos equipamentos urbanos (quartéis, palácio do governador, alfândega e terreiro público), podendo assim encontrar-se uma tradução ao nível da produção cartográfica e iconográfica.

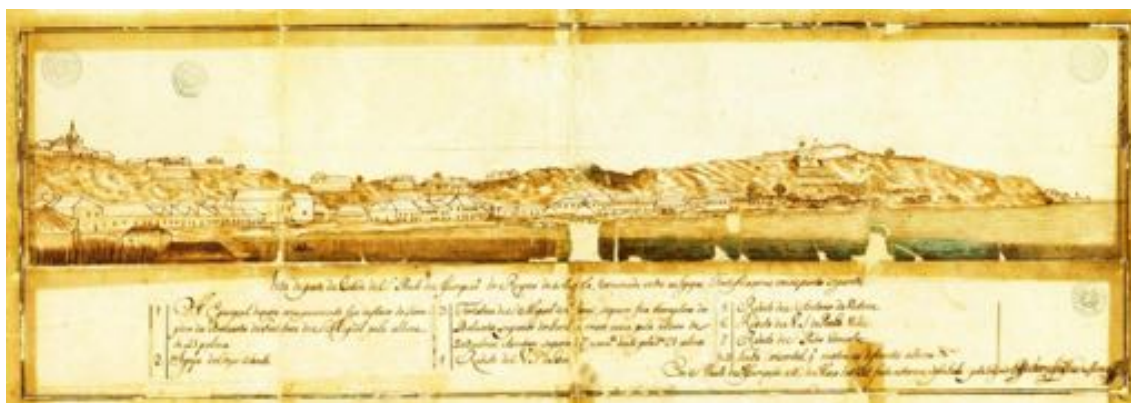


Figura 1: “Vista de parte da cidade de S. Paulo de Assunção do Reyno de Angola, terminada entre as Igrejas, Fortificaçoens e mais partes seguintes”, Guilherme Joaquim Paes de Menezes, 1755.

Duas leituras podem ser feitas desta extensa produção centrada em Luanda. Por um lado, a vontade de formalizar e reforçar a imagem do Estado e do seu aparelho de poder. Por outro, os ideais de ordem, simetria e beleza que foram transportados para o território. A mesma lógica e princípios percorrem os edifícios, fortalezas e cidades, que têm origem na própria formação dos engenheiros, como acima foi referido.

pé de São Felippe do Penedo, deve ser a de mayor força [...], e p.^a poder haver rezolução de S. Mag.^{de} neste p.^o ordeney aos dous Enginhr.^{os} que tirassem planta do terreno, e que cada hum delles fizesse trez riscos com diferentes metodos p.^a entre elles se poder escolher o que melhor parecer [...].”

¹² Ver nota anterior.

O reconhecimento do território com o intuito expresso de realizar um Mapa Geral do Reino, iniciou-se logo a partir de 1753/54, com a chegada do governador D. António Álvares da Cunha. O próprio refere-se a isso numa carta ao Conselho Ultramarino, comentando que a costa marítima estaria acabada, mas o que pertencia ao interior do reino ia seguindo devagar, pela muita dificuldade que era o poder perceber-se com certeza um sertão tão grande e tão pouco conhecido dos homens brancos.¹³

As Viagens Filosóficas ofereceram um contributo para o conhecimento do interior de Angola, apesar da informação cartográfica que chegou até nós ser reduzida (Figura 2). Contudo, foi dos esforços empreendidos neste sentido, de penetração e descrição do território, com o desenho das rotas, que surgiram as informações que permitiram a construção de cartas, e o início do desbravar do interior.

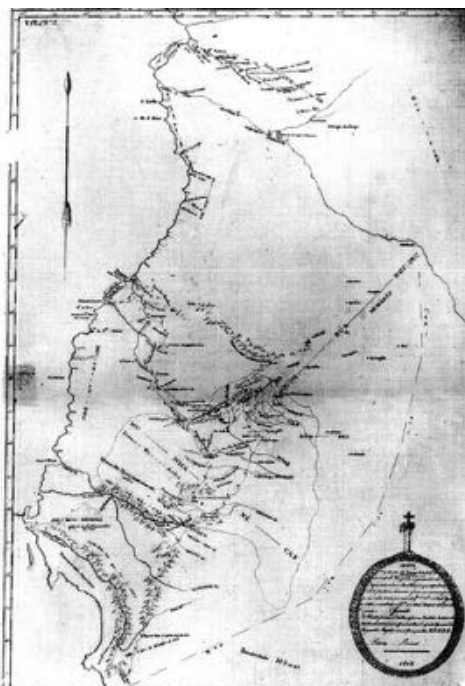


Figura 2: “Mapa da derróta do Naturalista Joaq.^m. Joje da Silva, da Cid.^e de Benguela às praias de Cábo Negro”, J. M. C. Calheiros (grav.), 1809.

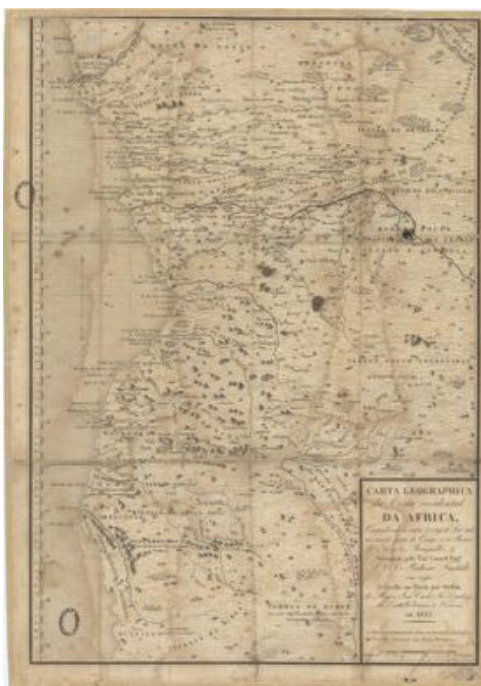


Figura 3: “Carta Geographica da Costa Occidental da Africa [...] Desenhada pelo Ten.e Coronel Eng.º. L.C.C. Pinheiro Furtado em 1790. Grávada em Pariz por Ordem do Major João Carlos Feo Cardozo de Castello Branco e Torres em 1825.”

¹³ “No Mappa geral deste Reyno trabalho afetivam.te, e a Costa Maritima está acabada, e pelo que pertence ao interior do Reyno, o vou continuando com vagar, pela m.a dificuldade que tem o podere compreender com serteza um sertão tão dilatado e tão pouco conhecido dos homenz brancos”, Carta do Governador de Angola, D. António Álvares da Cunha, ao Conselho Ultramarino, de 8 de dezembro de 1754 (AHU, CU, Angola Cx.39, Doc. 96-A).

Somente em 1790 se alcança uma carta de síntese do conhecimento do território, elaborada por Pinheiro Furtado (Figura 3). Como o próprio indica na legenda do mapa original, esta foi feita a partir da correção de posições de cartas anteriores, das notícias de sertanejos e das observações do próprio e do resultado de expedições e novas descobertas: daí a indicação das rotas das expedições na carta. Um dos aspetos a salientar, neste mapa é a inexistência de fronteira oriental. Idealmente essa seria a *contracosta*, reflexo da ideia de união das duas costas. Por isso, o que se oferece não é uma carta final, mas sim o *estado atual dos Reinos de Angola e Benguela*.

A procura de acesso ao Índico, a partir de Angola, não estava baseada apenas no estabelecimento de rotas comerciais e da descoberta de um caminho fluvial para a Índia, que tinha informado as pesquisas em tempos anteriores. Reflete também a procura de territorialização do Estado e de colonização do espaço intermédio, através do estabelecimento de povoações que garantissem um domínio mais permanente, e não feito dos avanços e recuos inerentes à conquista militar.

Deste excerto de uma carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho ao Conselho Ultramarino fica patente o quanto estava informada pelo projeto político a penetração do interior:

[...] sobre as providencias q dei para que vivessem em paz, em sujeição ás Leis, em Agricultura, e industria, levava eu o grande projecto de unir as duas costas [...]

Porém eu não adoptáva este meyo [da guerra] queria o do Comércio porque ainda que mais lento, hé mais seguro; e na inconstancia dos Negros, o mesmo seria abandonar pelas Tropas a Conquista, que ficár ella como antes estáva: para este fim, situei as nóvas pequenas Povoaçõens em todos os pássos importantes; e hindo Cazáis, que as multiplicássem, em poucos annos estaria feita a unniáo [...]: as conveniencias, que se seguirião, serão sem duvida:

1ª A de evitar, que os Olandezes venham com o tempo a prejudicár os Reáis Dominios de S. Mag^{de}; pois que por Tafel Bai se tem internádo muito com Povoaçõens, que levantam em caminho dos Rios de Sena.

2ª A de abrir hum novo e utilissimo Comércio em huma Regiáo muito fertil, muito Rica em Minas de Ouro, e Prata, Cera, Cobre, e Marfim encaminhando pª Portugal aqueles riquissimos Tezouros, sem o trabalho de Minerár, e só por via do mesmo Comércio.

3ª A de dár grandez, e necessárias forças aos Pórtos de Már, principalmente de Benguella que sem este acrescentamento de defesa está m^{to} pouco segura em tempo de guerra da Európa.

4ª A de ter com muita brevidade, noticias importantes da India, e de Mossambique, podendo por este meyo reduzir-se ao melhor governo todas aquelas uteis Regiões.

[...] Para se conseguirem estes importantíssimos fiñs, devem unicamente intervir dous facilíssimos meyos: 1º O de mandar p^a. Benguella hum Governador hábil, dezinteressádo, e fiel, que governe todos os Certoens adjacentes, e o mesmo Prezidio de Caconda; e ordenar-lhe caminhe sempre para diante com as Povoaçãoẽs a facilitar, e abrir nóvos Ramos de Comércio, até encanár o do Ouro daquelas Regiões [...]; 2º o de introduzir Cazáis das Ilhas, e outros Estrangeiros da mesma Religiám, e de todas as Artes, officios, e Profissoeñs, para que descubráo, e aproveitem tantos, e tam bons Terrenos.¹⁴

O que aqui fica patente é um programa para a ocupação do território, ou seja, um projeto em que a fundação de novas povoações, ainda que mais ou menos dispersas no sertão, obedecia a um plano para assegurar o domínio deste espaço. O reforço da rede de povoações não só afastaria as pretensões de estrangeiros (de contrabando ou territoriais), como formaria uma rede de feiras associadas às povoações, diversificaria o comércio e as produções, com o reforço da Agricultura e Indústria e permitiria abrir uma linha de comunicação com o Índico. Por essa razão é lançado um programa de fundação de povoações, que vai ter expressão apenas no final da década de 60, durante o governo de Sousa Coutinho. O maior número de fundações ocorreu no sertão de Benguela (onde, em 1769, o governador afirmava ter reduzido à ordem 40 províncias),¹⁵ por ser essa a via de penetração preferencial rumo a Moçambique.

Nova Oeiras

A importância da fundação de povoações e de fomento da indústria e da agricultura, enquanto projeto de planeamento espacial e social,¹⁶ fica bem ilustrada pelo caso da Fábrica de Ferro de Nova Oeiras, um grande e ambicioso

¹⁴ “Memória. A Cidade, Provincia de Benguella”, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, 1768 (AHU, CU, Angola, Cx. 52, Doc. 45).

¹⁵ Memória de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho sobre Benguela, 20 de Novembro de 1768 (AHU, CU, Angola, Cx. 52, Doc. 45).

¹⁶ Numa clara referência ao trabalho de Roberta Marx Delson, *Novas Vilas para o Brasil Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*, (Delson, 1997).

empreendimento, símbolo do governo iluminista em Angola. O estabelecimento da *Real Fábrica do Ferro de Nova Oeiras*, em 1766, era a concretização das principais linhas de ação do novo projeto colonial. Com a exploração do ferro pretendeu-se dar uma nova base à economia de Angola, através da qual se pudesse dispensar o tráfico de escravos, criando meios de trabalho e rendimento locais.¹⁷ O projeto era grandioso, implicando muitos meios e grandes intervenções:

Entaó foi preciso dár forma de Fabrica Real ao que eraó pequenos trabalhos volantes: mandei abrir Caminhos, fiz romper os matos e no lugar mais proprio, e mais vezinho das Minas creei a grande Povoação da Nova Oeyras, estabelecendo-lhe Fabricas de Serrár Madeiras, Fórnos e Cal, Telha, e Tejolo, que servissem ás obras da grande Fabrica, sem cujos meynos ella seria ou impraticável, ou m.^{to} despendióza [...].¹⁸

Foi fundada uma povoação junto ao local da futura fábrica do ferro, Nova Oeiras, para alojar o pessoal empregue nas construções e posteriormente para o que fosse empregue na laboração do Ferro (Batalha, 1973: 2). Contava com diversos edifícios públicos: igreja, casas de intendência, ferrarias, tesourarias, prisões e habitações para os mestres de todos os ofícios e engenheiros (Amorim, 2003: 199). Aí também se estabeleceu uma serralharia, fornos de cal, telha e tijolo para a construção da Fábrica.



Figura 4: Planta da povoação de Nova Oeiras, Manuel António Tavares, [ca. 1769].

¹⁷ Instruções de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho ao Intendente geral da Fábrica do Ferro em 1767 (BNP, Códice 8742, fl. 120).

¹⁸ Memória de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho sobre Benguela, 20 de Novembro de 1768 (AHU, CU, Angola, Cx. 52, Doc. 45).

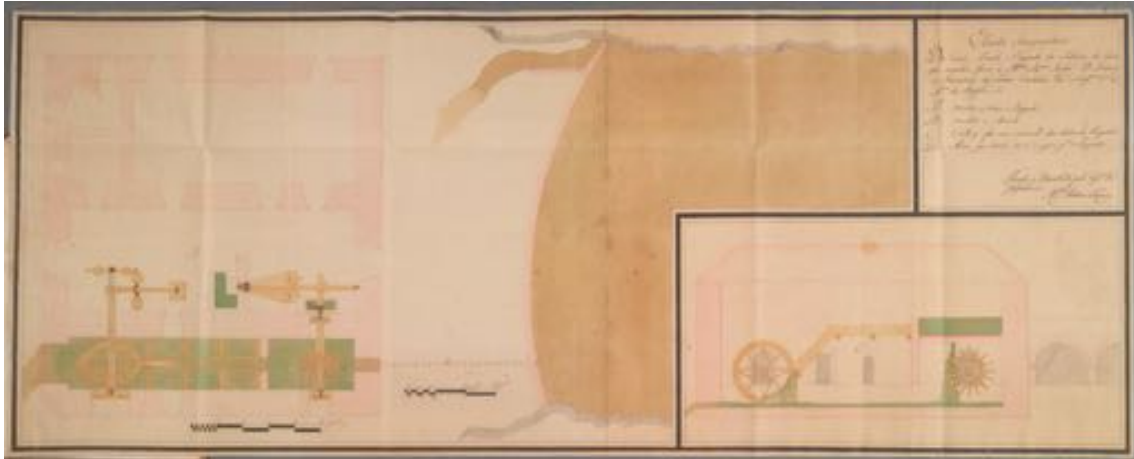


Figura 5: Planta da casa, açude e engenho da fábrica de ferro, Manuel António Tavares, [ca. 1769].

A construção das instalações da Fábrica propriamente dita iniciou em 1768, compreendendo todas as instalações e oficinas associadas necessárias para a laboração, bem como um açude e um aqueduto para a condução das águas necessárias para mover os engenhos. Pelos registos cartográficos conhecidos, percebe-se claramente a importância dos engenheiros na realização e acompanhamento destas obras, bem como a forma como a cartografia serviu para registar o andamento das obras, isto é, como esta foi o veículo de informação do terreno para o local da tomada de decisão.¹⁹

Feito o enquadramento geral da produção cartográfica em Angola na segunda metade do século XVIII, importa agora analisar em maior detalhe uma dessas produções.

¹⁹ “Das desgraçadas cinzas dos M.^{es} [Mestres] tirei humas rudissimas, e entre si discordes Plantas, fis calculo não do q hera mas do q devia ser, e reduzido a hum perfeito conhecim.^{to} descubri hum hábil Carpint.^{to}, q com os Engenheiros fossem executar as Plantas, q agora remeto a V. Ex.^a por hum dos q mais as trabalhou [...]”, Carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 4 de dezembro de 1769 (AHU, CU, Angola, Cx. 53, Doc. 83). Mais evidências do envolvimento dos engenheiros no projeto, neste caso do açude e da fábrica na Carta do Intendente Geral da Fábrica de Ferro ao Governador, de 25 de janeiro de 1769 (AHU, CU, Angola, Cx. 53, Doc. 11).

A Carta Topográfica da Província, q. Fornece Agoas, Lenhas e Serventes   Fabrica do Ferro da Nova Oeiras.



Figura 6: “Carta Topográfica da Província, q. fornece Agoas, Lenhas, e Serventes   Fabrica do Ferro da nova Oeiras , q. mandou fazer o Ill.mo Ex.mo Senhor D. Fran.co Inn.co de Souza Coutinho G.or e Cap.am General do Reyno de Angola, anno 1769.”, Manuel António Tavares.

Inserida na produ o cartográfica e iconográfica relacionada com a constru o da Fábrica de Ferro, a *Carta Topográfica da Província que fornece  guas, Lenhas, e Serventes   Fabrica do Ferro da Nova Oeiras*,²⁰ de 1769, apresenta-se como um interessante caso de estudo por se situar numa escala de leitura e de interven o do território diferente, intermédia. Para esta análise importa, em primeiro lugar, situar a sua produ o.

Na própria legenda somos informados que a sua realiza o se fez a pedido do governador, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Fontes escritas corroboram e complementam a informa o constante da legenda. Numa carta de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 4 de dezembro de 1769, este refere: “[...] mandei, q os mesmos Engenheiros levantassem as Costas do Pais p.^a q S. Mag.^e pudesse examinar os Terrenos; as Lenhas, as Agoas, a Povoa o e os Engenhos, e sobre estas individuais nottas orden sse [...] o q fosse mais

²⁰ Manuel António Tavares. Carta Topográfica da Província, q. fornece Agoas, Lenhas, e Serventes   Fabrica do Ferro da nova Oeiras, q. mandou fazer o Ill.^{mo} Ex.^{mo} Senhor D. Fran.^{co} Inn.^{co} de Souza Coutinho G.^{or} e Cap.^{am} General do Reyno de Angola, anno 1769. [Angola], 1769. 1 mapa ms.: papel, color.: 66x117 cm. (Fonte: AHM).

conforme ao seu Real Serv.^o.²¹ Tratava-se, portanto, de um mapa que procurava a descrição do território, para que sobre ela se tomassem decisões.

A planta encontra-se assinada pelo engenheiro militar, capitão da infantaria, Manuel António Tavares. Nascido em Lisboa, assentou praça de soldado voluntariamente em 1764; fez parte do conjunto de engenheiros formados na Aula de Geometria e Fortificação de Luanda, 1767,²² e, mais tarde, chegou mesmo a Lente de Geometria (Santos, 2005: 504-505).

Os outros engenheiros mencionados na carta de D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho que, com Manuel António Tavares, trabalharam nas obras da Fábrica de Ferro e “[...] na medição e redução a cartas todos os terrenos rios e matos que a serviam” (Santos, 2005: 504), são António Máximo de Sousa Magalhães e Joaquim de Bessa Teixeira, dois brancos nascidos em Luanda, formados engenheiros através da Aula de Geometria e Fortificação da mesma cidade, em 1765 e 1767, respetivamente (Santos, 2005: 494).

A Carta Topográfica da Província que fornece Águas, Lenhas, e Serventes à Fabrica do Ferro da Nova Oeiras, com alguma dimensão, representa o território desde Calumbo, que se situa um pouco a sul de Luanda na entrada do Rio Cuanza, até ao conjunto da Fábrica de Ferro de Nova Oeiras. Tem na parte superior, ao centro, um retângulo contendo a legenda, disposta nos dois lados, e, no meio deste, uma cartela onde figuram dois animais. Contorna e emoldura o desenho um friso duplo com a indicação de duas escalas (em léguas e em graus). A métrica e regularidade da moldura remete para um gosto pela geometria e pelo rigor.

A carta encontra-se estruturada pelo desenho dos rios, o Cuanza, o Lucala e o Luinha. Pontuando o território surgem os elementos que constituem o tema da planta, ou seja, os lagos que, em conjunto com os rios, fornecem a água; os matos onde se vai buscar a lenha; e as povoações que forneceriam os serventes. Dentro desta última categoria surgem várias tipologias: povoações, sítios, presídios, aldeias e sobados.

²¹ Carta de D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 4 de dezembro de 1769 (AHU, CU, Angola, Cx. 53, Doc. 83).

²² “declaro, q os q se acham capazes de poderem entrar a servir na proficam de Engenheyro; e de q.^m já se pode fiar qualquer deligencia pertencente a dira proficção, sam, O Alferes Manoel Ant.^o Tavares [...], o Alferes de cavallos Joaq.^m de Bessa Teixeira” Certificado de Joaquim Jozé Cipriano dos Santos, Sargento Mor de Infantaria, de 17 de Fevereiro de 1767 (AHU, CU, Angola, Cx. 50, Doc. 64).



Figura 7: Elementos representados: rios e lagos; povoações; matas e sobados.

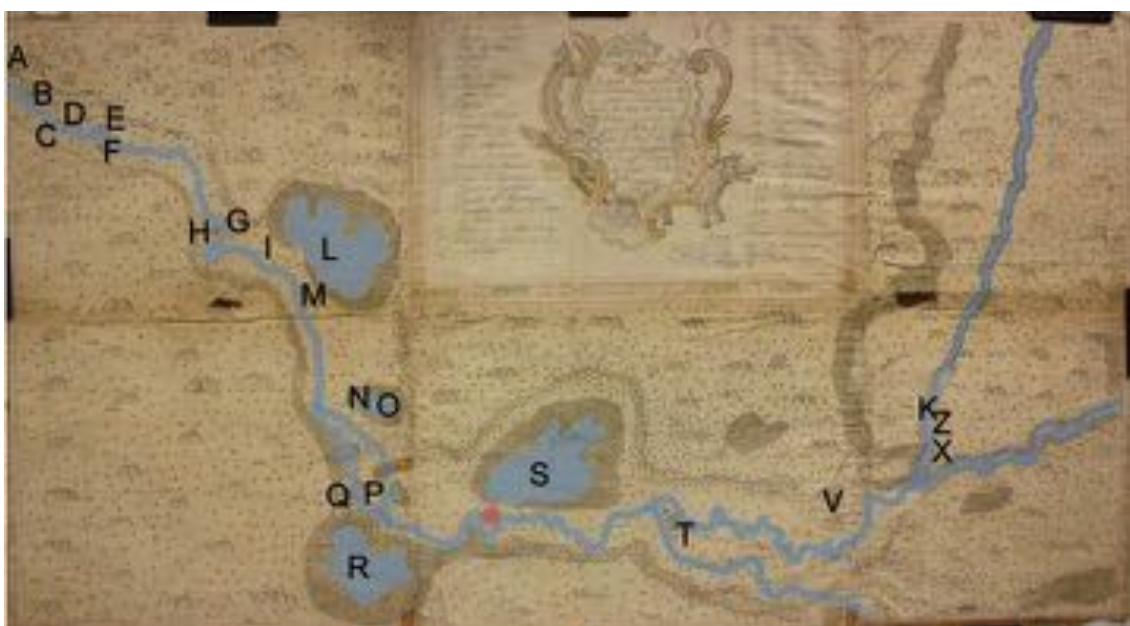


Figura 8: Identificação dos elementos assinalados na legenda (parte 1): A. Sítio de Calumbo; B. Sítio de S. Joze; C. Sítio da Quanza; D. Zambela; E. Bruto; F. Sítio do Guedes; G. Molamba; H. Sova Cacoba; I. Catenga; L. Lagoa de Cabemba; M. Cabemba; N. Lagoa de Tôa; O. Lagoa Salacata; P. Sítio de Muchacaço; Q. Presídio de Muxima; R. Lagoa do Quizua; S. Lagoa do Engolome; T. Presídio de Massangano; V. Cacoalâla. Fabrica de Telha e Tijolo; X. Povoação da Nova Oeiras; Z. Caza da Fabrica de Ferro; K. Assude.

Identificados com letras do abecedário, e seguindo a ordem da legenda que figura à esquerda da cartela surgem: Sítio de Calumbo; Sítio de S. José; Sítio da Quanza; Zambela; Bruto; Sítio do Guedes; Molamba; Sova Cacoba; Catenga; Lagoa de Cabemba; Cabemba; Lagoa de Tôa; Lagoa Salacata; Sítio de Muchacaço; Presídio de Muxima;

Lagoa do Quizua; Lagoa do Engolome (no interior da qual figura a Rosa dos Ventos e Rumos); Presídio de Massangano; Cacoalâla (Fábrica de Telha e Tijolo); Povoação da Nova Oeiras; Casa da Fábrica de Ferro; e, finalmente, o Açude, construído para o funcionamento da fábrica. A ordem da legenda aparece, pois, a descrever os sítios e os pontos de referência que surgem ao longo do curso de água, no sentido Luanda-Nova Oeiras, ou seja no sentido da penetração. Contudo, na entrada da Lagoa do Engolome, aparece um núcleo cujo nome não é indicado.

Na legenda que figura à direita da cartela, os itens aparecem identificados por números, a saber: Montes do Ferro, Sova Guengue, Sova Guindala, Rio Quanza, Rio Lucala, Rio Luinha, Sova Moene Capexe, Sova Guinza, Caculo Cazongo, Quionzo, Caculo Cahango, Empacaça, Zambiaquela, Macoche, Sova Quizua, Mato de Calaquele, Mato de Caçalacata, e Mato de Casanha. Estes pontos, aparentemente mais dispersos no território, são ligados, e estruturados, por uma rede de caminhos, que tem como ponto central, na carta, a Fábrica do Ferro. Mais três núcleos não surgem legendados, sendo que o mais curioso é serem precisamente os que se encontram mais perto da Fábrica de Ferro de Nova Oeiras, ou seja, aqueles que poderiam estabelecer uma relação mais próxima com esta.



Figura 9: Identificação dos elementos assinalados na legenda (parte 2): 1. Montes do Ferro; 2. Sova Guengue; 3. Sova Guindala; 4. Rio Quanza; 5. Rio Lucala; 6. Rio Luinha; 7. Sova Moene Capexe; 8. Sova Guinza; 9. Caculo Cazongo; 10. Quionzo; 11. Caculo Cahango; 12. Empacaça; 13. Zambiaquela; 14. Macoche; 15. Sova Quizua; 16. Mato de Calaquele; 17. Mato de Caçalacata; 18. Mato de Casanha; 19. Mato do Hougo.

Da análise destes elementos da carta, passa a ideia de um funcionamento em rede, interdependente. Os pontos são as povoações, lagos e zonas de mato, as linhas que os unem, são os caminhos e os rios. Em conjunto compõem um sistema quase estratégico, uma rede de comunidades.²³ É interessante perceber que esta rede era composta por povoações, presídios, sítios menores, mas também por povoações africanas.

Apesar da variedade de ocupações, os diferentes núcleos estão representados quase sem distinção. Apresentam coberturas idênticas e semelhantes padrões de aberturas, com clara influência do padrão do colonizador. Somente os presídios têm a indicação do forte e há uma distinção cromática de alguns edifícios, apontando para que os desenhados a vermelho representem equipamentos públicos ligados à administração e igrejas, uma vez que alguns deles apresentam cruces no topo. Apesar desta distinção, os tipos habitacionais são os mesmos, havendo apenas, entre os edifícios desenhados a preto, quatro tipologias diferentes em todo o desenho. A homogeneidade na representação dos edifícios pode dever-se a uma não preocupação em individualizá-los, por se estar a abordar uma escala regional, ou simplesmente por se utilizar um padrão de representação. Contudo, por tal facto dar uma impressão de regularidade e de domínio do território, é de supor igualmente que haja uma leitura política a fazer.

²³ O que abre uma porta para fazer o paralelo com o que Roberta Marx Delson identifica no programa de fundação de povoações no Brasil como uma dimensão de planeamento regional pela criação de redes de comunidades: umas orientadas para aglomerações urbanas tradicionais, que estas redes abasteciam com um fluxo contínuo de produtos agrícolas; outras, em zonas escassamente povoadas, que proporcionavam o desenvolvimento de uma autarcia, ou seja, uma sociedade que do ponto de vista económico se bastava a si própria (Delson, 1997: 69).



Figura 10: Representação das povoações

Resta observar um último dado do desenho que, apesar de não estar expresso de uma forma evidente, constitui um elemento importante para esta análise que é a ideia de barreiras, que circundam os rios, lagos e caminhos. É barreira que não é assumida, mas é implícita, e que retrata o limite do (re)conhecimento do território. No exterior o desenho é pontuado por elementos soltos que não fazem mais do que preencher. O espaço desta forma, é lido de dentro (do centro da carta) para fora, mas simultaneamente de fora para dentro, a partir do rio, o ponto de contacto com o exterior. O preenchimento do espaço vazio pode ser encarado num sentido literal e figurativo, ou seja, o espaço da folha que é preenchido, mas também veicula uma unidade de espaço e de controlo que, no fundo, não existe, mas pretende ser, apesar de tudo, comunicada.



Figura 11: Esquema ilustrativo da existência de barreiras na representação.

Notas finais

A representação do território de Angola, na cartografia da segunda metade do século XVIII, e sobretudo no exemplo analisado, transmite uma ideia de procura de controlo e domínio do espaço. Este domínio tem uma dupla aceção, como domínio do conhecimento do território, mas também como domínio cultural e de poder. Numa análise mais aprofundada, denota-se que o território é lido de fora para dentro: pela disposição dos elementos na carta, pela sua orientação, mas também pelas barreiras representadas, que são também, literalmente e figurativamente, as dificuldades de conhecimento do território.

A tentativa de ler o território por inteiro foi, contudo, uma das marcas de inovação do projeto pombalino para Angola. A procura da territorialização do Estado, e de uma ocupação efetiva desta colónia influenciou, naturalmente, a forma de representação, mostrando uma homogeneidade e coerência que não existiam. Trata-se de uma leitura de unidade que, apesar de tudo, fica patente na produção cartográfica. Ao contrário de outras plantas, em que se assume o desconhecimento ou a presença de comunidades nativas hostis, a ideia do território que é apresentada na *Carta Topográfica da Província que fornece Águas, Lenhas, e Serventes à Fabrica do Ferro da Nova Oeiras* é a de um espaço regularizado, pacífico e, portanto, passível de ser apropriado, o que servia os interesses da Coroa para Angola.

Percebe-se assim que a cartografia foi na época um instrumento fundamental, para veiculação de informação e apropriação do território, e é-o também agora, pelo que pode informar sobre os processos históricos e políticos por detrás da sua realização. Fica claro a forma como esta pode fornecer dados, não tanto sobre a realidade construída ou existente, mas sobre os processos de intenções de representação que estão por detrás da construção dessas cartas. Ou seja, mais do que a fidedignidade dos elementos constantes nos desenhos e a sua relação com a evolução urbana ou a ocupação territorial, é possível, através da sua leitura e da conexão com os processos inerentes à sua realização, trazer pistas para um olhar novo e atual da cartografia.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, Luís de; Santos, Maria Emília Madeira (orgs.) (1989), *Textos para a história da África Austral: século XVIII*. Lisboa: Alfa.
- Amorim, Maria Adelina (2003), "A Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras: Angola, séc. XVIII", *Clio: revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, (9), 189-216.
- Araujo, Renata Malcher de; Carita, Helder; Rossa, Walter (orgs.) (2002), *Universo Urbanístico Português 1415-1822, Fac-similæ da Exposição*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Batalha, Fernando (1973), *Nova Oeiras*. Luanda: Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes-Monumentos Nacionais.
- Delson, Roberta Marx (1997), *Novas Vilas para o Brasil-Colônia. Planeamento Espacial e Social no Século XVIII*. Brasília: Ed. ALVA-CIORD. [1979].
- Delson, Roberta Marx (1998), "O Início da Profissionalização no Exército Brasileiro: Os Corpos de Engenheiros do Século XVII", in Helder Carita e Renata Araujo (orgs.), *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 205-223.
- Dias, José S. da Silva (1984), *Pombalismo e Projecto Político*. Lisboa: [s.n.].
- Santos, Catarina Madeira (2005), *Um governo polido para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)* (tese de doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- (2010), "Administrative knowledge in a colonial context: Angola in the eighteenth century", *The British Journal for the History of Science*, 43(04), 539–556.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. (1998), *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel. [2ª ed.].
- Viterbo, Sousa (1988), *Dicionário histórico e documental dos arquitectos engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Referências de figuras

Figura 1 – “Vista de parte da cidade de S. Paulo de Assunção do Reyno de Angola, terminada entre as Igrejas, Fortificaçoens e mais partes seguintes”, Guilherme Joaquim Paes de Menezes, 1755. Obtido a 28.11.2015, de

http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=517.

Figura 2 – “Mapa da derróta do Naturalista Joaq.^m. Joeh da Silva, da Cid^e. de Benguela às praias de Cábo Negro”, J. M. C. Calheiros (grav.), 1809. Obtido a 14.12.2015 de <http://afmata-tropicalia.blogspot.pt/2014/09/evolucao-mapa-de-angola-desde-1483.html>.

Figura 3 – “Carta Geographica da Costa Occidental da Africa [...] Desenhada pelo Ten.e Coronel Eng^o. L.C.C. Pinheiro Furtado em 1790. Grávada em Pariz por Ordem do Major João Carlos Feo Cardozo de Castellobranco e Torres em 1825.” Obtido a 18.6.2013 em

<http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI-0872-1825>.

Figura 4 – Planta da povoação de Nova Oeiras, Manuel António Tavares, [ca. 1769]. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Figura 5 – Planta da casa, açude e engenho da fábrica de ferro, Manuel António Tavares, [ca. 1769]. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Figuras 6 a 11 – “Carta Topográphica da Provincia, q. fornece Agoas, Lenhas, e Serventes á Fabrica do Ferro da nova Oeiras , q. mandou fazer o Ill.mo Ex.mo Senhor D. Fran.co Inn.co de Souza Coutinho G.or e Cap.am General do Reyno de Angola, anno 1769.”, Manuel António Tavares. Fonte: Arquivo Histórico Militar.

***Da inconstância da fortuna.*¹ A teoria e a metodologia da conservação em ambiente europeu**

Lisandra Franco de Mendonça²

Resumo

O restauro do património edificado, na Europa ocidental, evoluiu de um entendimento inicial agarrado à marca da reconstrução estilística e ao da conservação a qualquer custo, para políticas de tutela e estratégias de gestão patrimonial que implicam um julgamento equilibrado de diversos valores e recursos. Este texto pretende explorar aspetos históricos e conceptuais do restauro e do aparecimento e desenvolvimento da tutela do património tal como a entendemos hoje, percorrendo vários contributos teóricos, de forma a delinear variações significativas do suporte teórico e das metodologias de intervenção correlacionadas. O formato do texto impõe uma escolha limitada de atores e textos, forçosamente arbitrária.

Palavras-chave: história do restauro; teoria do restauro; conservação do património em contexto europeu; património edificado.

Nota: Todas as traduções das citações para português são da responsabilidade da autora.

Natureza e âmbito do restauro

Nas várias modalidades de aproximação aos vestígios materiais do passado, ao longo do tempo, evidenciaram-se em primeiro lugar razões prático-utilitárias de reaproveitamento dos materiais disponíveis, a que se seguiram razões de ordem religiosa (como a profanação das antigas presenças de culto pagão, ou a *interpretatio christiana* de reapropriação do objeto antigo num novo sistema de valores (Sette, 1996: 120)). Seguiram-se razões de legitimação política (Harvey, 2001: 330-332) – “[...]”

¹ Título da obra tardia (1443-1446) de Poggio Bracciolini (1380-1459) consagrada a Roma. Figura maior da primeira geração de humanistas italianos, deve-se a Poggio a descoberta de um grande número de manuscritos antigos em abadias como Cluny, Saint-Gall ou Montecassino, entre as quais, e no domínio que me proponho tratar, a obra de Vitruvius (Saint-Gall, 1414). Sobre a biografia de Poggio veja-se Choay, 2011: 73-77.

² Doutoranda da 1.ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra em regime de Cotutela entre a Universidade de Coimbra e a Universidade de Roma “La Sapienza”: http://www.ces.uc.pt/doutoramentos/patrimonios/?action=info&id_investigador=482.

a recuperação do antigo como sinal de continuidade com o passado e por isso com a autoridade dos antigos” (Carbonara, 1997: 52) – e por fim, de apreciação estética (Carbonara, 1997: 52; Di Stefano, 1969: 60-61).

Na gênese da salvaguarda de vestígios antigos, a cidade de Roma aparece como uma referência essencial (Choay, 2011: 79). Esta referência justifica-se não só pela dimensão e riqueza dos vestígios da Antiguidade, muitos dos quais permaneciam intactos no fim da Idade Média (Choay, 2011: 22), mas em função de dois processos que conferiram estatuto às “antiguidades” (Choay, 2011: 79).³ A partir do século V⁴ foi atribuído aos edifícios pagãos um valor memorial (Choay, 2000: 37). Num segundo momento, a partir do *Quattrocento*, os papas passam a promover o estudo e a valorização dos vestígios da Antiguidade romana, pelo “saber histórico” (Choay, 2000: 43). De 1462 data a bula *Cum aliam nostram urbem*, do papa Pio II (Enea Silvio Piccolomini, 1458-1464), para a proteção dos vestígios da antiga Roma⁵ (Choay, 2000: 80; Carbonara, 1997: 53-54), distinguindo “monumentos” e “antiguidades”. Outros interesses, para além dos utilitários, passaram a investir a reutilização das construções e a preservação dos vestígios antigos. Foi sobretudo a partir do *Quattrocento* que o observador estabeleceu pela primeira vez distância histórica entre a Antiguidade, da qual estuda os vestígios (Sette, 1996: 122 ss.; Carbonara, 1997: 60-61), e o seu mundo contemporâneo.⁶ A perspetivação histórica e artística e o discurso da conservação (cingido às antiguidades), fizeram nascer um objeto novo, uma forma primitiva de

³ Na Itália do *Quattrocento*, os edifícios ou outras categorias de objetos da Antiguidade apareciam sob a nomenclatura global de “antiguidades”, termo derivado do substantivo plural *antiquitates* forjado por Varrão (116-26 a.C.), para designar o conjunto de produções antigas da romanidade (Choay, 2011: 23). Os estudiosos de antiguidades, de sequência, passam a designar-se “antiquários” (Choay, 2011: 23; Carbonara, 1997: 18).

⁴ No Egito, na Pérsia, na Grécia e mesmo em Roma, foi comum a reutilização de materiais na edificação, no entanto só a partir do século IV da nossa era se verifica uma intenção e escolha artística mais evidente na reutilização de elementos ornamentais, como se pode observar em inúmeras basílicas proto-cristãs (Carbonara, 1997: 52-53). Esta atenção relativamente aos espólios do passado é uma ação distinta da do restauro, mesmo representando uma novidade de natureza cultural e artística. Trata-se, em parte, de um problema de *convenientia et cohaerentia antiqui et novi operis* — que em sentido moderno pode ser entendido como a procura de coerência figurativa e linguística entre as várias partes de uma construção, antigas e novas (Carbonara, 1997: 53; Sette, 1996: 128-130) —, segundo a expressão do Abade Suger (1081-1151), que na primeira metade do século XII, para as obras de ampliação da abadia de Saint-Denis, projetava a aquisição, que não chegou a concretizar, de espólios de Roma (Carbonara, 1997: 53; Choay, 2011: 59-71).

⁵ Na verdade, tal como os seus predecessores e sucessores, continuou a mandar saquear mármore e travertino das ruínas romanas para a construção e remodelação de palácios e templos e outras obras civis (Choay, 2011: 80).

⁶ Diversos autores identificaram várias renascenças a partir do século XII na Europa central e o interesse pelo estudo e a valorização de obras da Antiguidade. Sobre as diferenças entre os proto-humanistas da Antiguidade Tardia e da Idade Média e os humanistas do século XV, na sua relação com a alteridade de uma cultura distinta, veja-se Panofsky, 1981; Choay, 2000: 32-37.

“monumento histórico”, tal como apareceu delineado no início do século XX por Alois Riegl (1858-1905) (Choay, 2011: 15; Cunha, 2010: 22-23).

A mudança essencial que emergiu na Itália do século XV, entre a comunidade dos letrados, e que permitiu um novo olhar sobre os objetos da produção humana, consistiu num fenómeno a que Eugénio Garin chamou de “relaxamento” do teocentrismo (*apud* Choay, 2011: 21) “[...] então partilhado pelo conjunto das sociedades cristãs da Europa ocidental” (Choay, 2011: 21). Este processo, que não deve ser entendido como enfraquecimento da fé religiosa, permitiu a emergência de um novo olhar sobre o homem, “[...] até então confinado ao papel de criatura e doravante investido de um poder criador” (Choay, 2011: 21). Daqui partiu um novo interesse pelo campo vasto da produção humana (passada e contemporânea), mas também uma nova conceção da história como disciplina autónoma e um novo estatuto “[...] da atividade estética atribuído ao que nós chamamos artes plásticas”⁷ (Choay, 2011: 21).

A partir do século XVI esta revolução cultural prosseguiu nos países vizinhos de Itália “[...] nos quais o estudo dos vestígios da Antiguidade clássica motiva a viagem a Roma e por Itália antes de suscitar a exploração dos territórios nacionais, em busca de traços da colonização romana” (Choay, 2011: 23). De meados do século XVI em diante, o interesse dos antiquários europeus começou a orientar-se progressivamente para os vestígios das respetivas heranças nacionais.⁸

A conceção moderna de restauro,⁹ surgiu e desenvolveu-se primeiramente ao longo dos séculos XVI e XVII no ambiente literário, com o contributo consciente de eruditos e antiquários (Carbonara, 1997: 18). Foram esses estudiosos, especialmente aqueles dedicados às antiguidades cristãs, que individuaram razões de cultura e memória para

⁷ Sobre esta mudança no entendimento da relação entre as várias artes e sua influência nos mais variados setores da sociedade, fomentada pela cultura humanística entre o final do século XIV e XV, veja-se Benevolo, 2001: 150 ss.; 163.

⁸ Entre o século XVI e as primeiras décadas do século XIX, as sociedades de antiquários desenvolveram um trabalho singular na Europa com o estudo e o inventário de todas as categorias de antiguidades, mas foram sobretudo os antiquários ingleses que primeiramente pugnaram pela preservação das suas heranças nacionais (Choay, 2011: 23-25).

⁹ O restauro arquitetónico constitui uma aceção particular do restauro comumente entendido, que se distingue deste, não em termos de princípios teóricos mas, na operabilidade prática, pela consistência, dimensão e *especialidade* dos objetos que atende (Carbonara, 1997: 11; Brandi, 2000: 77), indissociavelmente ligados a um ‘sítio histórico’ e a um ambiente próprio (Zevi, 2004: 57-64; Cabral e Andrade, 2012: 106). Para a evolução dos conceitos de restauro, de monumento, de património, das várias correntes de interpretação dentro da Europa da tutela do património edificado, e a contextualização do debate atual, veja-se Ceschi, 1970; Carbonara, 1996; 1997; Dezzi Bardeschi, 2006; Jokilehto, 1999; 2003; Casiello, 1996; 2008.

a conservação; num primeiro momento, de caráter religioso e celebrativo, logo seguidas de razões de documentação – de testemunhos histórico-artísticos –, possivelmente, ainda, a partir de reflexões em gestação sobre a relevância do estudo e conservação de vestígios do passado, mas já com um interesse muito distinto do das razões utilitárias e de gosto que orientaram a reutilização e a modificação dos “monumentos” durante a Antiguidade, a época medieval e o Renascimento (Carbonara, 1997: 18).

Apenas com o surgimento da consciência histórica moderna, com o desenvolvimento da arqueologia e da história da arte (Sette, 1996: 139-142; Carbonara, 1997: 51; Choay, 2011: 27-28), que seguiu o trabalho de preparação que se serviu, entre o século XVI e XVII, do auxílio determinante da atenção “contrarreformista” pelas *antiquitates christianae* (Sette, 1996: 126; 130-134) e mais precisamente, do culto preservacionista das relíquias da igreja primitiva “[...] (verdadeiras e eficazes somente se ‘materialmente’ autênticas)¹⁰ se pôde superar o *impasse* renascentista, de estudo sem uma conseqüente tutela do antigo” (Carbonara, 1997: 51) e chegar a um comportamento propriamente entendido de restauro, entre o final de Setecentos e inícios de Oitocentos (Sette, 1996: 111).

Após a Revolução Francesa – face à destruição de numerosos monumentos arquitetônicos e outros documentos –, os relatórios da Comissão de instrução pública (*Rapport sur les destructions opérées par le Vandalisme et sur les moyens de les réprimer*, 1793 e 1794), defendiam a riqueza científica dos monumentos e o papel social da arte. A salvaguarda dos monumentos aparece associada a uma ideia de civilização prevalecente no mundo ocidental nos séculos seguintes, alterando-se sobretudo as metodologias de conservação e a interpretação dos valores a conservar: “Os bárbaros e os escravos detestam as ciências e destroem os monumentos artísticos; os homens livres amam-nos e conservam-nos” (Henri Grégoire, *Rapport*, I, 37 *apud* Sette, 1996: 145).

Sucessivamente, John Ruskin (1819-1900) intuía a relação direta entre as “coisas” e a “memória”, reconhecendo que as coisas “[...] são mais úteis à memória do que a

¹⁰ Sobre a relevância das relíquias cristãs neste processo e o aflorar de uma noção moderna, peculiar ao mundo ocidental, relativamente à autenticidade, com ampla incidência na validação do património e, conseqüentemente, no entendimento da sua conservação, veja-se Jones, 2010: 186 ss.

memória no renovar-se a si mesma [...]” (Ruskin, 2007: 211). O autor estava ciente das consequências nefastas da perda do património monumental, muito do qual encontrava-se arruinado, essencialmente, pela falta de manutenção adequada e pelo abandono (Di Stefano, 1969: 85-86). Não era alheio, também, às questões arbitrárias que moviam as grandes campanhas contemporâneas de restauro nos monumentos nacionais, sujeitos, as mais das vezes, a operações de adaptação ao gosto vigente, como aquelas que decorreram ao serviço do *gothic revival* por toda a Inglaterra, durante uma boa parte do século XIX (Sette, 1996: 172-174; Carbonara, 1997: 127 ss.; Choay, 2011: 22).

Foi essencialmente no sexto capítulo de *The Seven Lamps of Architecture* (1.^a ed. 1849) – “The Lamp of Memory” –, que Ruskin intuiu as motivações culturais que, com ajustes sucessivos, a cultura do restauro moderna desenvolveu e afirmou (a partir do final do século XIX) (Di Stefano, 2007: 17; Sette, 1996: 180 ss.). Assume particular relevância, no seu pensamento, a defesa de princípios comuns para a construção *ex novo* e antiga, e para a chamada arquitetura menor (Ruskin, 1907: 240-243; Di Stefano, 1969: 97 ss.), considerando os edifícios e a sua relação com a natureza, elementos vitais para o equilíbrio (espiritual e físico), a educação e o progresso do homem (Di Stefano, 2007: 17; 68; 86-87).

Ruskin alargou o conceito de monumento – à época, cingido ao objeto singular isolado – ao conjunto histórico-artístico do ambiente urbano, à urbanística dos centros antigos e à relação com o ambiente paisagístico circundante, reflexão retomada e levada além no trabalho de Roberto Pane¹¹ (1897-1987) a partir do segundo pós-guerra e com forte impacto na Carta de Veneza (*Carta de Veneza*, 1964, Art.º 1; Kühl, 2010: 287-320; Cabral e Andrade, 2012: 105-106). Num claro ataque às condições de urbanização e proletarização aceleradas da nação mais industrializada do mundo, Ruskin criticou as consequências alienadoras e repressivas que os novos centros urbanos e as condições (de profunda desigualdade) em que se produzia riqueza material procuravam ao equilíbrio do homem e da natureza.¹²

¹¹ Sobre este assunto, veja-se Pane, 1967.

¹² O seu empenho nesta causa, levou-o a proferir inúmeras palestras e a publicar artigos com críticas severas à economia política e vícios da sociedade vitoriana (Ruskin, 1894: 50-71, 82-86, 186-200; 1905: 17-114; 147-283).

Ruskin, foi intransigente, justamente, na exigência de manutenção conservativa no património arquitetónico como único garante de uma vida longa, íntegra e autêntica do mesmo, preservando as suas estratificações históricas, os seus defeitos formais, a pátina – manifestação material do curso natural do tempo sobre o organismo, ou nas palavras de Paul Philippot (1925-), “o efeito 'normal' do tempo sobre a matéria” (*apud* Carbonara, 1997: 332) – como expressão de *pietas* pelo que sobreviveu dos antepassados e reconhecimento da evidência da transitoriedade de tudo o que é terreno.

A posição de Ruskin, relativamente às obras do passado, é distinta mas complementar às dos antiquários do humanismo renascentista, mesmo considerando que esses privilegiaram primeiramente as obras da Antiguidade e que Ruskin e os seus contemporâneos colocaram o foco no estudo, registo, conservação e recriação do gótico, associado sobretudo à construção de um repertório patrimonial que, aos seus olhos, constituía a própria expressão da cultura nacional (Ruskin, 1906; Sette, 1996: 146 ss., 177 ss.; Carbonara, 1997: 102 ss.). Foi uma conceção comum de valor de memória dos monumentos – noção reformulada por Alois Riegl, nas definições de “valor de antiguidade” e de “valor histórico”¹³ – que os levou a considerar os vestígios (de um determinado período) do passado como “intocáveis” (Choay, 2011).

Em linhas gerais, como refere Françoise Choay (1925-), o pensamento sobre o monumento e o restauro, durante o século XIX foi dominado pelo confronto entre dois campos: intervencionista e não intervencionista (Choay, 2011: 32). E esse debate, pode ser revisto na ação do restauro estilístico,¹⁴ defendida por Eugène-Emmanuel Viollet-

¹³ Riegl refere não um valor unitário, mas uma pluralidade de valores investidos aos monumentos pela contemporaneidade, conceito que deve ser enquadrado no contexto geral epistemológico da cultura vienense e da produção da Escola de Viena de história da arte contemporâneas (Scarrocchia, 2011: 84). Para a análise dos vários *valores* enunciados na teoria da conservação de Riegl, veja-se Riegl, 2011; Sette, 1996: 223-227; Carbonara, 1997: 218-227; Cunha e Kodaira, 2009: 4-5; Scarrocchia, 2011: 85-86.

¹⁴ A linha cultural que assumiu o protagonismo na Europa a partir do último quarto do século XIX e parte do século XX, foi a do restauro estilístico (Sette, 1996: 154), apesar de a crítica e argumentos exacerbados anti-restauro terem deslocado progressivamente a atenção primeiramente para a Inglaterra, para figuras como William Morris (1834-1896), John James Stevenson (1831-1908) e sobretudo John Ruskin, ou para associações como a *Society for the Protection of Ancient Buildings* (Spab) (Pevsner, 1969: 41-42; Di Stefano, 1969: 22), e de seguida para Itália, para as posições “intermédias” de Camillo Boito e Gustavo Giovannoni (Sette, 1996: 185, 187; Carbonara, 1997: 139). Para os conceitos de “unidade de estilo”, de restauro entendido como restituição estilística, e suas conformações na chamada Europa central, veja-se Sette, 1996: 154 ss.; Carbonara, 1997: 101-139.

le-Duc (1814-1879), “símbolo do progressismo francês”; e na reação antirrestauro de Ruskin, “incarnação do conservadorismo inglês” (Choay, 2011: 32).

As reflexões de Viollet-le-Duc apareceram bem enquadradas pelo desenvolvimento pioneiro em França de um serviço público de catalogação, tutela e restauro dos monumentos históricos (apressado pela destruição de monumentos e outros documentos deixada pela Revolução (1789)), fortemente baseado no inventário, na análise histórica e arqueológica, no levantamento arquitetónico e no estudo das técnicas construtivas da arquitetura do passado – das formas devidas a cada estilo, do seu significado tipológico, como património de formas próprias de um determinado contexto figurativo –, e com o contributo que a criação paralela da figura do *architecte des monuments historiques* também permitiu (Sette, 1996: 145, 148 e 155-176; Carbonara, 1997: 104-106).

Fora da Europa, onde as interpretações do património e da sua conservação tomaram formas muito distintas, Giovanni Carbonara (1942-) (1997: 6) e Françoise Choay (2011: 17), referem a reconstituição cíclica que decorre no santuário xintoísta de Ise (dito Jingu) no Japão, edificado entre o III e o IV século d.C.. Por volta de 690, estabeleceu-se que o templo principal passaria a ser reconstruído a cada 20 anos, por razões que se prendiam tanto com a perecibilidade dos materiais de construção, como simbólicas e de culto. Desde então, o templo foi reedificado regularmente, sempre de forma idêntica, segundo uma operação que entretanto ganhou contornos de verdadeiro ritual (com a recriação continuada de um processo construtivo ancestral). O intento da reconstrução cíclica é o de suprimir a historicidade, mantendo o espaço arquitetónico, da casa da divindade, imutável. Trata-se de uma operação que pressupõe uma conceção cíclica e não linear do tempo, prevalecente no mundo antigo e, ainda hoje, na tradição oriental (Carbonara, 1997: 6). Esta conceção privilegia a transmissão de uma forma ideal, ligada à própria essência do divino, em detrimento da transmissão da matéria autêntica, mas antiga e deteriorada (Carbonara, 1997: 6, 326). Na Europa e na cultura ocidental, a tradição cristã (Jones, 2010: 187; Amaral, 2010: 159-161), seguida daquela do Renascimento, tornaram esse procedimento incompreensível, porque a perceção do tempo e o papel da memória tomaram outras referências (Carbonara, 1997: 6). Que valor se reconhece e se quer perpetuar? De entre os vários valores nomeados no passado, quais interessa hoje considerar? E se

alargarmos a análise a territórios externos (ao contexto europeu), considerando que organismos supranacionais detêm o poder de reconhecer e atribuir valor à longa produção material humana, e que essa seleção determina sobremaneira o que é protegido e como é protegido (Grementieri, 2003; Joy, 2007: 145 ss.), que valores devem ser considerados?

A questão dos valores e do seu reconhecimento através do estudo da natureza e das qualidades da obra torna-se recorrente na discussão da preservação do património nas suas várias aceções – material, imaterial ou intangível, ambiental, cultural, etc.. Valores figurativos, emocionais e nostálgicos, celebrativos e religiosos, estéticos, históricos, ou mesmo simplesmente de testemunho de ordem tecnológica e construtiva, orientam de forma distinta a operação de restauro. Como se pode ler na *Carta de Cracóvia*:

Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património.

Os monumentos, considerados como elementos individuais desse património, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património, ao longo da História. Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns. (*Carta de Cracóvia*, 2000)

A conservação é pois, em última análise, motivada pelos valores que a sociedade reconhece ou projeta no objeto, e esse “ato de cultura” observa também uma componente subjetiva. Já Alois Riegl, na sua elaboração sobre a “construção” cultural moderna do conceito de monumento e dos “valores” que lhe são investidos, chamou a atenção para a subjetividade do “valor artístico”, entendido como um “valor contemporâneo” (Sette, 1996: 224; Carbonara, 1997: 219 e 225; Riegl, 2011: 14). Segundo Riegl, o “valor artístico” atribuído pela contemporaneidade a um monumento, está diretamente relacionado com a capacidade de essa obra responder às exigências da *Kunstwollen* (“vontade da arte”) – ou aos ideais figurativos da contemporaneidade (Riegl, 2011: 14-15). Indiferentemente, os monumentos portam um valor de memória (sejam monumentos intencionais, sejam involuntários, aos quais

se reconheceu caráter histórico e artístico) e interessam integralmente a contemporaneidade – como documento do processo de evolução contínuo e irrepetível da humanidade –, e postulam tutela.

O contributo de Riegl, sobre o qual se fundou grande parte da teoria do restauro contemporâneo (Scarrocchia, 2011: 92), teve o mérito de realinhar o campo da conservação do património – na teoria e na organização da tutela pública – com os êxitos e o nível da reflexão contemporânea estética e crítica (que vinha a desenrolar-se de forma complexa e articulada na Europa e em particular nos países de língua alemã). Riegl desenvolveu um pensamento radical de refundação concetual das razões da conservação com consequências claras no campo operativo, antecipando a “conservação-pura” fundada na estabilidade do valor histórico-documental do monumento (Carbonara, 1997: 304; Scarrocchia, 2003: 96-98). A sua teoria da conservação, no entanto, só ganhou impacto internacional a partir da década de 1980, com as primeiras traduções para italiano, inglês, francês e espanhol (nesta sequência) da sua obra de referência *Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung* (1.ª ed. 1903) [*O culto moderno dos monumentos: O seu caráter e a sua génese*] texto de introdução teórica ao projeto de reorganização legislativa da tutela dos monumentos austríaca; e sequeentemente, já a meados da década de 1990, com a tradução do corpus normativo do qual fazia parte,¹⁵ (Saccarrocchia, 2006: 35-36). Este importante contributo, hoje incontornável para a historiografia e a teoria do restauro, seria apropriado e reformulado, nomeadamente na reflexão italiana, já após a promulgação dos preceitos de Cesare Brandi (1906-1988) para a conservação dos bens culturais – na *Carta del Restauro* de 1972 –, num maior distanciamento crítico relativamente ao protagonismo reivindicado pelo restauro e cedências à “instância estética” entrevistas no cerne da *Teoria do Restauro* (1.ª ed. 1963) de Brandi (Scarrocchia, 2006: 41-42).

Até ao último vinténio do século XIX, a tendência prevalecente no campo do restauro era ainda largamente influenciada pela tradição estilística. Por outro lado, tornou-se cada vez mais evidente o reconhecimento do valor documental das várias estratificações históricas que conformavam os monumentos, e a importância de

¹⁵ O documento foi publicado contemporaneamente na Áustria e em Itália somente em 1995. Para a versão italiana, veja-se Riegl, 2003: 171-236.

garantir que as intervenções de restauro respeitassem coerentemente as especificidades históricas próprias de cada monumento (em detrimento dos princípios da “unidade de estilo”), e validassem, de forma equivalente, adições de períodos sucessivos (Sette, 1996: 188). Os princípios gerais enunciados por Camillo Boito (1836-1914) (Kuhl, 2009a: 97 nota 124) que constituíram o manifesto do chamado “restauro filológico” ou “científico”,¹⁶ defendiam que se operasse com a mesma coerência em todos os monumentos (dos vários períodos da história) (Boito, 1893: 15-24); distinguindo claramente a matéria da intervenção (de restauro/reconstituição/ampliação) da restante matéria antiga do monumento, procedendo a uma investigação documental/histórica preliminar acurada, suporte da operação (já defendida pelos protagonistas do restauro estilístico). E – tal como vinha sendo reivindicação corrente, pelo menos desde o início do século XIX, em Itália e em França –, que a cada monumento assistisse um registo das fases de intervenção de restauro; pontos firmes na normativa sucessiva da matéria.

É necessário acentuar que a existência de documentação histórica abrangente e fidedigna sobre a obra objeto de restauro (mesmo tratando-se, no caso da arquitetura recente, dos desenhos e memória descritiva do projeto de arquitetura e de documentação iconográfica do estado de origem da obra), não garantem a objetividade da intervenção de restauro, nem validade ao resultado. Mesmo os operadores do chamado restauro filológico tiveram que procurar soluções de compromisso para integrar informação histórica correta, seguindo a fantasia ou a dedução por analogia (princípio defendido pelos expoentes da “unidade de estilo”); em parte devido à ausência de um quadro conceptual de referência — ligado diretamente à falta de adequação da historiografia e da crítica arquitetónica contemporâneas —, e à dificuldade em avaliar a relevância das valências históricas,

¹⁶ Sobre o enquadramento, teoria, metodologia e atores do restauro filológico, a primeira doutrina moderna de restauro, elaborada em contexto italiano a partir das formulações precedentes na matéria de Antoine C. Quatremère-de-Quincy (1755-1849) a John Ruskin, mas sobretudo pela influência dos desenvolvimentos na pesquisa histórica, filologia literária, arqueologia e história da arte antiga, que permitiram olhar o monumento não como um modelo/tipo, mas como um documento singular que é conservado pela perpetuação da matéria antiga e não da forma, veja-se Sette, 1996: 187 ss., 221; Carbonara, 1997: 201-230. O chamado restauro científico tem na sua base a teoria formulada para o restauro filológico, “completada” ulteriormente pelas reflexões de Gustavo Giovannoni, tendo dominado em Itália, pelo menos teoricamente, durante a primeira metade do século XX (Carbonara, 1997: 231). O caráter principal do restauro científico é o interesse pelo monumento como documento “artístico e histórico”, veja-se Carbonara, 1997: 231-268.

estéticas ou simbólicas nas várias estratificações históricas do monumento, de forma objetiva – relacionada com a dificuldade de definir e individuar os valores da obra (Sette, 1996: 221) –, o que levava a operar (demolições e reconstituições) de forma, sobretudo, intuitiva. Aliada a essas dificuldades, não devemos esquecer também, a dificuldade projetual de responder simultaneamente às exigências da contemporaneidade, nomeadamente em termos de funcionalidade e atribuição de uso adequado, considerando que a conservação do monumento arquitetónico aparecia diretamente relacionada com a função utilitária (que assegurava a manutenção conservativa), relação – conservação/função –, que acompanha o debate conservativo desde a emergência do restauro moderno (Sette, 1996: 222-223; Carbonara, 1997: 15-16, 21-22).

É no “reconhecimento” dos valores da obra (de testemunho histórico e de valor artístico) que se desenvolve o primeiro exercício da operação de restauro, enquanto modalidade técnico-projetual contemporânea (Scarrocchia, 2011: 92). A constância deste pressuposto ao longo de todo o século XX — nas várias reelaborações sobre a teoria e a praxis do restauro —, sintetiza-se na máxima de Cesare Brandi: “[...] qualquer comportamento em relação à obra de arte, intervenção de restauro incluída, depende exclusivamente de ter havido ou não o reconhecimento da obra de arte como obra de arte”¹⁷ (Brandi, 2000: 5).

A primeira dificuldade de atuação apresenta-se na escolha do sistema, da escola de pensamento mediante a qual verificar a “historicidade” e a “artisticidade”¹⁸ da obra. No campo estrito do restauro nas últimas décadas do século XX, observam-se duas tendências opostas: a primeira atribui à disciplina uma tarefa de defesa do dado figurativo e artístico da obra, sempre que presente; a outra reconhece-lhe, outras valências, de ordem documental, social e antropológica (Carbonara, 1997: 8). Refiro-me ao “restauro crítico”¹⁹ (ou “criativo”, com fundamento na história, na crítica e na

¹⁷ Brandi refere-se indiferentemente a obras de arte móveis e imóveis (monumentos arquitetónicos).

¹⁸ Neologismo da teoria *brandiana*.

¹⁹ Sobre a teoria e metodologia que caracteriza o restauro crítico, veja-se Carbonara, 1997: 285-301. O “restauro crítico” parte do entendimento de que cada intervenção de restauro constitui um caso *per se*, que não pode ser sistematizado numa dada categoria (como as que foram criteriosamente definidas pelos teóricos do chamado restauro “científico”: recomposição, inovação, acabamento etc.), nem responder a regras predefinidas, mas deve ser exercido com originalidade, caso a caso (Carbonara, 1997: 285), originalidade que não deve ser confundida com *arbitrariedade* concetual e criativa, veja-se Kühl, 2009a: 1.

reflexão estética) (Carbonara, 1997: 291-292) com a Teoria *brandiana* de um lado; e a “conservação integral” ou “conservação pura” (fundada na estabilidade do valor histórico-documental, em oposição à subjetividade e inconstância da apreciação estética) (Bonelli, 1985; Carbonara, 1997: 294; 296; 298; Scarrocchia, 2003: 91-98), do outro. Ambos os comportamentos correspondem a dois sistemas paralelos, historicamente legítimos e concomitantes à nossa contemporaneidade. No entanto, segundo Giovanni Carbonara, atualmente parece legítimo declinar as preposições do restauro crítico, aproveitando algumas sugestões implícitas no pensamento de Brandi e de Bonelli, i.e., abertos à tutela dos objetos “de história” e “de arte” e às exigências da máxima conservação, segundo um entendimento que se pode definir “crítico-conservativo” (Carbonara, 1997: 8). A expressão (restauro crítico-conservativo), e orientação teórico-operativa, cunhada por Giovanni Carbonara, descende da sua apreciação da reflexão *brandiana* e da integração de contributos inéditos de autores como Roberto Pane, Paul Philippot ou Renato Bonelli (1911-2004), num comportamento profundamente reflexivo, orientado à máxima conservação que exige a interrogação aturada direta histórico-crítica do manufacto – prolongado na prática operativa.²⁰

De forma resumida, as várias etapas fundamentais do longo processo concetual que levou ao aparecimento do restauro como é entendido nos nossos dias, podem ser seguidas a partir da viragem do século XIX para o século XX, com a formulação e difusão dos princípios do “restauro filológico” e “científico” associado a pensadores italianos como Camillo Boito e Gustavo Giovannoni (1873-1947), não esquecendo as contribuições teóricas de John Ruskin, Alois Riegl e Max Dvořák (1874-1921); seguidamente, das formulações do “restauro crítico”, com Roberto Pane, Agnoldomenico Pica (1907-1990) e Renato Bonelli como protagonistas; da *Teoria do Restauro* de Cesare Brandi (Carbonara, 1997: 9); e do chamado “restauro crítico-conservativo” (Carbonara, 1997: 298; 322-323), associado à escola de pensamento de Giovanni Carbonara.

²⁰ O autor defende como conceitos orientadores do restauro: (i) a intervenção mínima; (ii) a reversibilidade (pelo menos potencial); (iii) a legibilidade da intervenção; (iv) a compatibilidade químico-física; e (v) a atualidade – considerado o restauro, ato do nosso tempo e manifestação da cultura histórica, figurativa e expressiva hodierna.

Podemos encontrar as primeiras definições do conceito moderno de restauro na obra de Viollet-le-Duc, *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle* 10 vols. (1854-68), no início do longo verbete da entrada *Restauration*: “[...] restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento [...]” (1869: vol. VIII, 14). O restauro, segundo aquele entendimento, reivindicava o poder de remeter o monumento à sua unidade e pureza estilística original (depurando-o de (de)formações sucessivas), e arrogava-se mesmo a faculdade de reconstruir e renovar partes degradadas ou inexistentes com base em documentação histórica, ou, na falta dela, mediante princípios de estilo e critérios de analogia.

Se excetuarmos a definição antirrestauro enunciada por Ruskin (2007: 226-227) – como a mais total destruição e falsificação do edifício –, encontramos uma outra definição em meados do século XX, por Cesare Brandi, em muitos aspetos insuperada: “[...] o restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vista à sua transmissão ao futuro” (Brandi, 2000: 6, sublinhado no orig.). Para Brandi “O restauro é restauro pelo facto de reconstituir o texto crítico da obra e não pela operação prática em si e *per se*” (Brandi, 2000: 51), o que faz com que a própria intervenção de restauro reentre no tempo histórico da obra, como evento histórico, demarcado no tempo, registo de uma consciência crítica e científica própria do presente atuado (Carbonara, 1997). Da definição de restauro, descenderam os princípios que orientam a atuação prática, segundo a Teoria *brandiana*: a composição física da obra assume a precedência sobre o seu carácter artístico, por ser na “[...] matéria que se manifesta a imagem e se assegura a sua transmissão ao futuro”, garantindo a sua receção na consciência humana (Brandi, 2000: 6)

A relevância da matéria da obra e foco como objeto da intervenção de restauro define o primeiro axioma da Teoria *brandiana*: “[...] só se restaura a matéria da obra de arte”²¹ (Brandi, 2000: 7, sublinhado no orig.). Este postulado rompe de forma evidente e definitiva com formulações teóricas que marcaram a progressão do

²¹ No contexto da *Teoria*, a matéria é definida como a representação concomitante do *sítio* e do *tempo* da intervenção de restauro (Brandi, 2000: 9). Segundo Brandi este conceito deve ser encarado do ponto de vista fenomenológico, entendendo-se a matéria “como aquilo que serve à epifania da imagem” (2000).

conceito de restauro ao longo do século XIX e início do século XX. O restauro passava a focar o seu campo de ação na matéria da obra (devidamente interpretada segundo “instância estética” e “histórica”), reconhecendo-se objetivamente a inibição operativa, estética e histórica de reportar a matéria a uma fase precedente, através da repriminção, i.e., a ação do restauro é encarada como “evento histórico” que “[...] se insere no processo de transmissão da obra ao futuro” e que “[...] não deve presumir o tempo como reversível, nem a abolição da história” (Brandi, 2000: 26-27).

Da dialética do restauro no diálogo das duas instâncias da obra (estética e histórica), surge o segundo princípio da Teoria *brandiana*: “[...] o restauro deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que tal seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem apagar nenhum sinal da passagem da obra de arte no tempo” (Brandi, 2000: 8, sublinhado no orig.).

A distinção dos vários tempos da obra (Brandi, 2000: 11, 21-27) permite a “perspetivação histórica” e a colocação da ação de restauro num momento preciso: o do presente contemporâneo da consciência operante, i.e., como expressão de cultura do próprio tempo.

Praticamente cem anos separam as definições de Ruskin e de Brandi e nesse intervalo verificaram-se grandes alterações na metodologia de intervenção conservativa das obras do passado. Essas alterações continuam a processar-se, mas efetivamente não podemos falar de uma teoria nova, a tendência que se verifica no contexto europeu é para a reelaboração a partir de definições pré-existentes.²²

Conclusão: restauro como “ato de cultura”

Desenrolei este argumento acentuando o carácter temporalmente e socialmente determinado da disciplina do restauro e da tutela do património no contexto europeu. Pude sugerir que a atribuição de valor a determinados vestígios do passado encontrou-se diretamente correlacionada com a noção de autenticidade e tendeu progressivamente ao estudo e posteriormente à conservação da matéria (física). A perspetivação histórica e estética das obras, bem como a discussão sobre a pertinência

²² Várias definições de vários representantes de diferentes endereçamentos teóricos do restauro podem ser seguidas em Bellini *et al.* (2005).

da sua conservação, integra-se num processo cultural de longa maturação em contínua evolução.

As intervenções de restauro nos monumentos a partir dos finais do século XVIII trouxeram desenvolvimentos que marcaram definitivamente uma rutura com a prática de renovação e manutenção precedentes. A reflexão sobre a pertinência e responsabilidade da perpetuação de testemunhos histórico-artísticos, até então exclusiva de uma cultura eminentemente erudita e literária, alarga-se ao restauro arquitetónico (pela mão de artistas e arquitetos) constituindo um laboratório privilegiado, ao longo do século XIX e grande parte da primeira metade do século XX, para a reformulação teórica, fundamentação e experimentação prática (Carbonara, 1997). Esse longo processo contou com o contributo de inúmeras matrizes do pensamento filosófico e literário, de âmbito científico, tecnológico e operativo, e a que não foram indiferentes motivações políticas, de identificação e de legitimação de poder.

Pode-se acrescentar que independentemente da evolução conceptual relativamente à qualificação da matéria patrimonial e sua emergência como documento vivo em perpétua transformação, a grande dificuldade na objetivação do respeito pela matéria (física), no âmbito do restauro, reside na conformação entre conceito e atuação prática. Verifica-se uma distinção dramática (que acompanha o debate desde a emergência do restauro moderno) entre a qualidade da produção teórica e o restauro de facto (com algumas exceções) perpetuado pelos mais diversos atores.

Referências Bibliográficas

- Amaral, Ronaldo (jun.-dez. 2010), "O fim do(s) tempo(s) como o fim da História. Uma discussão sobre as mutações da concepção e percepção do Tempo entre o último período antigo e o advento do Cristianismo", *Mirabilia. Revista Eletrônica da Antiguidade e Idade Média*. Consultado a 30.06.2011, em <http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num11/8.%20Ronaldo.pdf>.
- Bellini, Andrea *et al.* (2005), *Che cos'è il restauro? Nove studiosi a confronto*. Venezia: Marsilio [3.ª ed.].
- Benevolo, Leonardo (2001), *Introduzione all'architettura*. Bari: Universale Laterza [20.ª ed.].
- Boito, Camillo (1893), *Questioni pratiche di belle arti: Restauri, Concorsi, legislazione, professione, insegnamento*. Milano: U. Hoepli.

- Bonelli, Renato (1985), "Restauro anni '80: tra restauro critico e conservazione integrale", in Sandro Benedetti e Gaetano Miarelli Mariani (a cura di), *Saggi in onore di Guglielmo De Angelis d'Ossat*. Roma: Multigrafica Ed. (*Quaderni dell'Istituto di Storia dell'Architettura*, n.º 1/10, 1983/87), 511-516.
- Brandi, Cesare (2000), *Teoria del restauro*. Torino: Einaudi Editore [2.ª ed.; orig. 1963].
- Cabral, Renata Campello; Andrade, Carlos Roberto Monteiro (2012), "Roberto Pane, entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem", *Risco* [revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo IAU-USP], 15(1), 105-111.
- Carbonara, Giovanni (1996), "Teoria e Metodi del Restauro", in Giovanni Carbonara (diretto da), *Trattato di Restauro Architettonico*. Torino: UTET, 1-107.
- (1997), *Avvicinamento al restauro: Teoria, storia, monumenti*. Napoli: Liguori Editore [1.ª ed.].
- (2006), "Il restauro del moderno come problema di metodo", *Parametro Rivista Internazionale di Architettura e Urbanistica*, XXXVI(266), 21-25.
- Carta de Cracóvia* (2000), *Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. Consultado a 06.06.2011, em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>.
- Carta de Veneza* (1964), *Carta Internacional para a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios*, ICOMOS. Consultado a 06.06.2011, em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>.
- Casiello, Stella (1996), *La cultura del restauro : Teorie e fondatori*. Venezia: Saggi Marsilio [1.ª ed.].
- (a cura di) (2008), *Verso una storia del restauro. Dall'età classica al primo Ottocento*. Firenze: Alinea.
- Ceschi, Carlo (1970), *Teoria e storia del restauro*. Roma: Mario Bulzoni Editore.
- Choay, Françoise (2000), *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70 [1.ª ed.]. Tradução de Teresa Castro.
- (2011), *AS QUESTÕES DO PATRIMÓNIO*. Lisboa: Edições 70 [1.ª ed.]. Tradução de Luís Filipe Sarmiento.
- Cunha, Claudia dos Reis e (2010), *Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN*. São Paulo: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Consultado a 13.05.2011, em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26052010-090302/pt-br.php>.
- Cunha, Claudia dos Reis e; Kodaira, Karina Terumi (set. 2009), "O legado moderno na cidade contemporânea: restauração e uso", *Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes*, 8.º Seminário Docomomo Brasil. Consultado em 03.05.2011, em <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/147.pdf>.
- Dezzi Bardeschi, Marco (2006), *Restauro: due punti e da capo*. Milano: Franco Angeli [2.ª ed.].
- Di Stefano, Roberto (1969), *John Ruskin: Interprete dell'architettura e del restauro*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.
- (2007), "Presentazione", in John Ruskin, *Le Sette Lampade dell'Architettura*. Milano: Jaca Book, 11-29.

- Grementieri, Fabio (2003), "The preservation of nineteenth and twentieth century heritage", in Ron van OERS e S. Haraguchi (eds.), *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage*. Paris: UNESCO/WHC, 81-89.
- Harvey, C. David (2001), "Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies", *International Journal of Heritage Studies*, 7(4), 319-338.
- Jokilehto, Jukka (1999), *A history of architectural conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- (2003), "Continuity and Change in Recent Heritage", in Ron van Oers e S. Haraguchi (eds.), *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage*. Paris: UNESCO /WHC, 102-109.
- Jones, Siân (2010), "Negotiating authentic objects and authentic selves: beyond the deconstruction of authenticity", *Journal of Material Culture*, 15(2), 181-203.
- Joy, Charlotte (2007), "'Enchanting Town of Mud': Djenné, A World Heritage Site in Mali", in Michael Rowlands e Ferdinand de Jong (eds.), *RECLAIMING HERITAGE: ALTERNATIVE IMAGINARIES OF MEMORY IN WEST AFRICA*. University College London: Left Coast Press, 145–160.
- Kühl, Beatriz Mugayar (2009a), "Ética e responsabilidade social na preservação do património cultural", in *XIII Congresso da ABRACOR*, 13 a 17 de abril, Porto Alegre. Consultado a 03.05.2011, em <http://www.abracor.com.br/novosite/downloads/textobeatrizmk.pdf>.
- (2009b), *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. São Paulo: Ateliê editorial.
- (jul.-dez. 2010), "Notas sobre a Carta de Veneza", *Anais do Museu Paulista*, 18(2), 287-320.
- Pane, Roberto (1967), "Passaggio dall'idea del monumento isolato a quella dell'insieme storico-artistico", *Attualità dell'ambiente antico*. Firenze: La nuova Italia.
- Panofsky, Erwin (1981), *Renascimentos e Renascimentos na Arte Ocidental*. Lisboa: Editorial Presença. Tradução de Fernando Neves.
- Pevsner, Nikolaus (1969). *RUSKIN AND VIOLLET-LE-DUC: ENGLISHNESS AND FRENCHNESS IN THE APPRECIATION OF GOTHIC ARCHITECTURE*. London: Thames and Hudson.
- Riegl, Alois (2003), "Progetto di un'organizzazione legislativa della tutela dei monumenti in Austria", in Sandro Scarrocchia (a cura di), *Alois Riegl: Teoria e prassi della conservazione dei monumenti: Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici*. Bologna: Gedit, 171-236 [2.ª ed.; orig. 1903]. Tradução de Ursula Layr, Sandro Scarrocchia e Renate Trost.
- (2011), *Il culto moderno dei monumenti. Il suo carattere e i suoi inizi*, in Sandro Scarrocchia (a cura di). Milano: Abscondita. Tradução de Renate Trost e Sandro Scarrocchia de *Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung* [orig. 1903].
- Ruskin, John (1894), *Sesame and Lilies*. London: George Allen, Sunnyside, Orpington [9.ª ed].
- (1905), *UNTO THIS LAST, MUNERA PULVERIS, TIME AND TIDE, with other writings on Political Economy, 1860-1873*, in E. T. Cook e Alexander Wedderburn (eds.), *THE COMPLETE WORKS OF JOHN RUSKIN*. London: George Allen, vol. VII.
- (1906), *The Stones of Venice*. Leipzig: Bernhard Tauchnitz [orig. 1851-1853, 3 vols.].

- (1907), *The Seven Lamps of Architecture*. Leipzig: Bernhard Tauchnitz [orig. 1849].
 - (2007), *Le Sette Lampade Dell'Architettura*. Milano: Jaca Book [6.ª ed.]. Tradução de Renzo Massimo Pivetti.
- Sette, Maria Piera (1996), “Profilo Storico”, in Giovanni Carbonara (diretto da), *Trattato di Restauro Architettonico*. Torino: UTET, 109-299.
- Scarrocchia, Sandro (a cura di) (2003), *Alois Riegl: Teoria e prassi della conservazione dei monumenti: Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici*. Bologna: Gedit [2.ª ed.].
- (2006), “La Ricezione della Teoria della Conservazione di Riegl Fino all'Apparizione della Teoria di Brandi”, Maria Andaloro (a cura di), *La teoria del restauro del Novecento da Riegl a Brandi: Atti del Convegno Internazionale di Studi (Viterbo, 12-15 novembre 2003)*. Firenze: Nardini Editore, 35-50.
 - (a cura di) (2011), “LA TEORIA DEI VALORI CONFLIGGENTI DEI MONUMENTI DI ALOIS RIEGL”, in Alois Riegl, *Il culto moderno dei monumenti. Il suo carattere e i suoi inizi*. Milano: Abscondita, 75-141.
- Viollet-le-Duc, Eugène-Emmanuel (1869), entrada "RESTAURATION", *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle*, vol. VIII, 14–34.
- Zevi, Bruno (2004), *A linguagem Moderna da Arquitectura*. Lisboa: Publicações Dom Quixote [3.ª ed., orig. 1973]. Tradução de Luis Pignatelli.

Políticas de gestão (sub)urbana de Lourenço Marques (1875-1975)

Nuno Simão Gonçalves¹

Resumo

Os subúrbios de Lourenço Marques, também conhecidos por *caniço*, cresceram com a cidade desde a sua génese. A partir de 1875, os invasores europeus proibiram os indígenas de construir as suas casas dentro do perímetro urbano, marcando desta forma o início da segregação urbana perpetrada pelos colonizadores, através de um conjunto de tramas legais que se iriam manter até à independência, em 1975. Durante um século, os subúrbios da capital de Moçambique cresceram desmesuradamente, à margem das políticas de gestão urbana da administração colonial, que sempre priorizaram a “cidade dos brancos”, *xilunguine*, em detrimento das zonas suburbanas, o *caniço*, onde se acumularam, de forma espontânea e precária, os povos colonizados. Os resultados da negligência e incompetência da administração colonial para resolver os imensos problemas urbanos e habitacionais que foram surgindo no *caniço*, ainda hoje tem inúmeras implicações negativas no quotidiano de quem vive e gere essas zonas.

Palavras-chave: colonialismo; subúrbio; urbanismo; segregação urbana; Moçambique; Lourenço Marques.

A génese do *caniço*

Até ao final do século XIX os povos que habitavam a zona oriental da África Austral, organizavam-se essencialmente em reinos/clãs com características culturais, económicas e políticas diversas, delimitando os seus territórios segundo as regras específicas que variavam de reino para reino. Com a criação das novas fronteiras na região, delineadas pelos invasores europeus a partir da segunda metade de

¹ Doutorando da 2ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

novecentos,² os naturais tiveram de aprender a coexistir à força dentro de limites até então desconhecidos. Estas limitações foram não só territoriais, como também socioculturais.

Compelidos para as cidades emergentes em busca de melhores condições de vida, fugindo ao trabalho forçado³ e mal remunerado e ao “imposto de palhota”⁴ a que eram sujeitos no meio rural (Frescura, 2001: 67-68), trouxeram para os subúrbios das cidades coloniais, principalmente as capitais, como Lourenço Marques, os hábitos rurais, culturais e religiosos que foram ajustando à nova realidade urbana (Rita-Ferreira, 1968: 106-107, 145-152).

O surgimento e crescimento destes subúrbios são, em certos aspetos, idênticos a cidades de outros continentes, com maior incidência nas que sofreram grandes transformações causadas pela Revolução Industrial.⁵ Esta, no caso europeu, causou enormes fluxos de migrantes provenientes das zonas rurais ao longo de períodos relativamente curtos, originando zonas de fixação espontâneas, precárias, insalubres e de altas densidades demográficas, onde os habitantes sofriam a exclusão social e a marginalização económica, criando inúmeras dificuldades às autoridades municipais no controlo do processo (Voth, 2004: 284).

Apesar das semelhanças com os arrabaldes dos aglomerados urbanos coloniais em África, havia algo que as distinguiu profundamente. A segregação racial e a discriminação cultural impostas às populações africanas pelo dualismo da situação colonial, que as impelia para as periferias através de complexas barreiras sociais, económicas e legislativas (Cabaço, 2007: 198; Meneses, 2010: 68-71).

A segregação urbana em África, imposta pelos invasores europeus, teve várias nuances conforme a época de fundação das cidades e da política de ocupação de cada

² Altura em que se intensificou a ocupação efetiva dos territórios africanos por parte das potências coloniais da altura, que, aquando da Conferência de Berlim, em 1885. Consultar Hedges (1993: 1-3), Pélissier (1994: 136-147), Cabaço (2007: 33) e Meneses (2010: 74).

³ No caso de Moçambique, o trabalho compelido era conhecido localmente por *chibalo*. Consultar Penvenne (1993: 15-20).

⁴ Consultar a obra “O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias”, de José Capela, editada em 1977 pelas Edições Afrontamento.

⁵ As nomenclaturas dadas a estas zonas suburbanas são normalmente conotadas como negativas ou pejorativas, sendo exemplo as “villas miséria” de Buenos Aires, as “favelas” do Rio de Janeiro, os “kompongs” de Jacarta, os “bustees” de Calcutá, os “shantytowns” de Mumbai, os “bidonvilles” de Paris, os “bairros da lata” de Lisboa, os “slums” de Londres, as “tonwships” ou “native tows” de Joanesburgo, os “musseques” de Luanda, os “caniços” de Lourenço Marques/Maputo, entre outros. Consultar United Nations Human Settlements Programme (2003: 9-10).

país colonizador. Em cidades fundadas nos primeiros séculos da expansão europeia em África, como Luanda ou Cape Town, as populações indígenas⁶ africanas ocupavam geralmente os interstícios urbanos, toleradas pelos alienígenas⁷ europeus em favor das trocas comerciais. Esta forma de ocupação alterou-se drasticamente com a gentrificação urbana criada pela nova ordem colonial do século XIX, movida pela intenção dos colonizadores de ocupar os territórios africanos, explorar as suas matérias primas e populações nativas, passando estas últimas a serem marginalizadas para as periferias. Desta forma, a generalidade das cidades fundadas a partir dessa época, como Lourenço Marques ou Johannesburg, tiveram praticamente desde o seu início malhas urbanas mais rígidas e segregantes, fortemente influenciadas pelas novas doutrinas urbanísticas pós Revolução Industrial, onde dominavam os preceitos higienistas e de controlo laboral (Gros, 1982: 8-9). No caso da “metrópole” portuguesa de novecentos, as irregularidades urbanas e habitacionais eram “interpretadas à luz dos problemas sanitários”, tendo inclusive sido legislada “a possibilidade de expropriar e destruir casas de bairros insalubres”, como as “ilhas” da cidade do Porto (*ibidem* 1982: 10-11). Apesar de controverso na “metrópole”, este modelo de regeneração urbana rapidamente se estendeu às cidades coloniais, conforme se denota nas palavras de Augusto de Castilho,⁸ sobre o incêndio que destruiu quase metade da povoação de Lourenço Marques em 1875, onde afirma que “as palhotas que eram mais densamente numerosas e mesmo muito mais infetas do que os preceitos da boa hygiene o permitiam, foram para sempre banidas do recinto das muralhas” (1880: 8). Este ato marcou o início da segregação urbana dos povos africanos para as periferias da capital moçambicana.

Apesar deste exemplo, em geral, os referidos modelos urbanos foram aplicados com mais celeridade e rigor em cidades coloniais africanas dominadas por países norte europeus, como a França, a Holanda e a Inglaterra, mais familiarizados com os efeitos

⁶ Indígena (latim *indigena*, -ae, natural do país): 1. Que ou aquele que é natural da região em que habita. = ABORÍGENE, AUTÓCTONE, NATIVO; 2. Que ou quem pertence a um povo que habitava originalmente um local ou uma região antes da chegada dos europeus. = ABORÍGENE. *In* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

⁷ Alienígena (latim *alienigena*, -ae, estranho, estrangeiro): 1. Que ou quem é de outro país. = ESTRANGEIRO, FORASTEIRO ≠ AUTÓCTONE, INDÍGENA, NATIVO. *In* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

⁸ Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha, foi Governador Geral de Moçambique, de julho de 1885 a março de 1889 (Pélissier, 1994: 149).

urbanos da industrialização. Em Johannesburg, por exemplo, a administração municipal cedo segmentou a cidade segundo grupos somáticos, reservando para os não europeus, na sua maioria de origem africana⁹, os locais mais insalubres e distantes do centro, onde iam viver os que não eram acomodados nos *compounds*¹⁰ das minas, no caso dos mineiros, ou nas traseiras das residências de europeus, no caso dos que trabalhavam como domésticos(as) (Frescura, 2001: 67-68).

Devido à influência que as cidades do *hinterland* sul-africano tiveram na capital moçambicana, esta ensaiou uma segmentação urbana idêntica no plano que viria a marcar a estrutura central da cidade. O Plano Araújo,¹¹ como ficou conhecido, contemplou um Bairro Indígena excêntrico e a oeste do centro urbano, onde se pretendia alojar as populações africanas. A sua localização seria na atual zona da Malanga, no encontro das avenidas da Tanzânia e 24 de julho, onde ainda hoje é perceptível parte do traçado original.¹² Contudo o Bairro Indígena propriamente dito não viria a ser construído, em parte devido à fragilidade económica e administrativa da cidade, reflexo da inoperância do projeto colonial português no país (Alexandre, 2004: 960).

Em termos comparativos, Johannesburg tinha um investimento privado mais robusto, essencialmente suportado pela exploração aurífera e por metrópoles economicamente mais sólidas,¹³ que fomentavam e asseguravam grande parte das *locations* onde, em conjunto com os *compounds*, alojavam a mão de obra africana. Já Lourenço Marques não era uma cidade industrializada, funcionando desde o início como um *hub* comercial, onde a burguesia portuguesa local, mais ligada ao comércio e

⁹ Mas também outros povos de origem malaia, indiana e chinesa (Frescura, 2001: 68).

¹⁰ Segundo Frescura (2001: 68), o termo provem do malaio *kampong*, que significa recinto, estaleiro. Caracterizavam-se por serem espaços habitacionais confinados e insalubres onde as empresas de mineração sul-africanas alojavam os seus mineiros africanos. O modelo foi adaptado para Lourenço Marques pelos empregadores de mão de obra, como a *Witwatersrand Native Labour Association* [WNLA], que aí mantinham os seus trabalhadores, alguns em trânsito para as minas do Transvaal e outros para o *chibalo* da capital (Penvenne, 1993: 158).

¹¹ Também conhecido por “Projeto de Ampliação da Cidade de Lourenço Marques”, foi elaborado em 1887 pelo Major António José de Araújo, mas só seria oficialmente aprovado cinco anos mais tarde, devido às negociações com os proprietários dos terrenos onde a malha ortogonal foi projetada e implantada (Liesegang, 1987: 40).

¹² As três paralelas no sentido SE-NO, que começam na atual Avenida do Rio Limpopo (chamada no Plano Araújo por Avenida Norte), são, a SO, a Rua Comandante Baeta Neves e parte da Avenida Josina Machel (chamada no Plano Araújo por Avenida da Matola); ao centro, a Rua UDENAMO; e a NE, a Avenida do Rio Tembe. Das transversais a estas, ainda são perceptíveis no topo NO a Rua Gito Baloi; a Rua Dr. Amaral; e Rua do Timulhu (chamada no Plano Araújo por Rua da Coucini).

¹³ A Inglaterra e a Holanda.

aos serviços, não tinha nem capacidade económica (Costa, 1987: 11 e 12) nem interesse em financiar bairros específicos para alojar indígenas,¹⁴ apesar destes últimos serem fundamentais para a economia da urbe.

Por consequência, as populações africanas, que continuavam a afluir em massa para a capital moçambicana, foram-se acumulando em terrenos baldios dos arrabaldes, gerando aglomerados habitacionais espontâneos colaterais à cidade dita “formal”, que ia crescendo dentro do arco da nova circunvalação.¹⁵ Residir perto desse arco, que se impunha como uma linha de fronteira entre a urbe e o subúrbio, tinha enormes vantagens para as comunidades africanas, devido à proximidade com o posto de trabalho em *xilungúine*.¹⁶ Isto fez com que a geografia laboral fosse um dos fatores diferenciadores na agregação dessas comunidades nos arrabaldes da capital (Mendes, 1985: 451), acabando por contribuir para caracterização urbana, cultural, social e até mesmo política de cada um dos bairros que aí surgiram. Este fator não vai ser tão importante na distribuição dos habitantes naturais daquele território, os Mpfumu, tendo sido a sua presença transversal a todos os subúrbios, onde, mesmo depois do esbulho colonial das suas terras, uma minoria ainda conseguiu preservar a posse “legal”¹⁷ de pequenas parcelas (Penvenne, 1993: 102-107). Já os habitantes de outras proveniências que migraram para os subúrbios da capital, tiveram tendência de se fixar e concentrar em zonas específicas conforme o emprego para onde iam trabalhar (Rita-Ferreira, 1968: 244). Uma maior percentagem de determinada profissão gerava redes e sinapses socioculturais que acabavam por caracterizar cada zona suburbana.

A caracterização dessas zonas foi também influenciada por outros fatores, como as regiões de proveniência de cada comunidade, os seus laços e redes familiares, a religião que praticavam, as cantinas e os fontenários onde se abasteciam de bens essenciais, etc. Estes fatores de agregação das populações suburbanas vão interagir com a fixação destas em parcelas a cujo os donos passavam a ter de pagar renda pela

¹⁴ Á semelhança do que acontecia, na mesma época, na “metrópole” em relação aos operários portugueses (Gros, 1982: 22).

¹⁵ O Decreto de 9 de julho de 1909 iria fixar os limites da cidade, dando origem ao arco da circunvalação implantado segundo um raio de “2:017 metros [com] centro num ponto [...] situado no cruzamento das Avenidas Pinheiro Chagas e Castilho” (Ministério da Marinha e Ultramar, 1910: 412).

¹⁶ Antiga designação (xi)ronga para referir a “cidade dos brancos”, ou “onde esses viviam”. Lobato (1967: 13), ao citar “um documento de 1830”, afirma que “já nos mais remotos matos os negros a chamavam *Xilungúine*, [...] que significa o sítio dos brancos”.

¹⁷ “Legal” perante a Lei de Terras colonial imposta pelos invasores europeus, e não pelas regras fundiárias que os Mpfumu ali praticavam há séculos.

ocupação do solo e/ou habitação (Cartaxana, 1971: 29-34). Conforme iam chegando mais contrêrrâneos, mais a parcela se ia preenchendo com uma determinada comunidade, muitas vezes diferente, em termos socioculturais, das parcelas confinantes (Rita-Ferreira, 1968: 239). O *caniço* tornou-se assim num *melting pot* sociocultural, onde povos culturalmente diferenciados tiveram de coexistir sob o jugo colonial, em espaços precários e eternamente provisórios. Eram comunidades maioritariamente animistas (com influências muçulmanas, católicas e/ou protestantes), com estruturas familiares diversas (matriarcais, patriarcais, monogâmicas, poligâmicas) (Rita-Ferreira, 1968: 283 e 443) e uma grande mobilidade, resultante do fluxo de mão de obra para a África do Sul,¹⁸ de onde recebiam uma enorme influência cultural e política.

Da preponderância destes fatores para a caracterização da estrutura suburbana da capital moçambicana, há a reter a forma como os povos africanos de diferentes proveniências ai se auto organizaram, em áreas que não foram preparadas para os receber, reagindo às condicionantes acima descritas, em especial às coloniais, e daí construírem uma outra cidade, com dinâmicas próprias, geradoras de novas sinapses socioculturais de onde provém grande parte do *adn* moçambicano.

Políticas de gestão (sub)urbana em Lourenço Marques

Dos Bairros Indígenas aos Bairros Populares (1887-1961)

Até à queda da monarquia, em 1910, a incapacidade, passividade e desinteresse da administração colonial em travar e solucionar os evidentes problemas urbanos e habitacionais do *caniço*, contribuíram para a sua rápida densificação e agravamento da sua precariedade e salubridade. Salvo a intenção, não concretizada e referida anteriormente, de construir um Bairro Indígena na zona da Malanga,¹⁹ não houve mais nenhuma iniciativa do género. Isto deve-se, em parte, ao facto das autoridades coloniais priorizarem as “bem feitorias” urbanas para zonas habitadas pela minoria não africana, em particular a europeia, no intuito de tornar as cidades mais atrativas, segundo os padrões sanitários da “metrópole”, e desta forma cativarem o investimento

¹⁸ Conhecidos localmente por *magaízas*, eram na sua maioria provenientes do sul do Save. Consultar Rita-Ferreira (1963) e Mungoi (2010).

¹⁹ Previsto no Plano Araújo de 1887.

e a colonização de europeus. Esta política de gestão urbana, que reforçou a macrocefalia dos centros urbanos do país, com maior incidência na capital, teve cobertura legal desde o final da monarquia,²⁰ passando pela Primeira República,²¹ sendo reforçada e mantida pelo Estado Novo²² até à independência, em 1975.

Desta forma, os espaços suburbanos, onde vivia a maioria africana, eram renegados para segundo plano nas prioridades da administração municipal. Esta só se consciencializava dos problemas urbanos e habitacionais aí existentes, quando pairava o espectro de epidemias²³ vindas das cidades do *hinterland* sul-africano.²⁴ Para o efeito foram esboçados vários argumentos legais, inspirados nas políticas urbanas dos países vizinhos, como testemunha o relatório sobre o “problema da habitação indígena”, elaborado em 1909 pelo Serviço de Saúde de Lourenço Marques.²⁵

[...] A acumulação em que vivem pretos, índios e chineses, em casas que são verdadeiros antros, com os hábitos de imundície que os caracterizam, constitui um dos mais poderosos elementos de insalubridade urbana e é um perigo permanente sob o ponto de vista do alastramento de qualquer epidemia. [...] Aqueles que ficam agora sem casa,²⁶ procurarão em breve [...] instalar-se nos terrenos suburbanos, disseminando sem ordem e sem critério as suas moradias, de modo a cingirem a cidade de focos de infeção, dificilmente policiáveis.²⁷ Seria de uma grande conveniência para a higiene de Lourenço Marques que nos subúrbios da cidade fosse escolhido um local conveniente para o estabelecimento de uma povoação para indígenas e outra para asiáticos.

Nessas povoações, que deveriam obedecer a um plano previamente estudado,²⁸

²⁰ Consultar as páginas 423-426 da *Collecção Official da Legislação Portuguesa: Anno de 1904*, publicada em 1905.

²¹ Consultar as páginas 23-24, das *Bases Orgânicas das Províncias Ultramarinas*, publicada em 1914.

²² Consultar a página 1311, do *Decreto n.º 18570, de 8 de julho de 1930, que aprovou o Ato Colonial*, e a página 1906, do *Decreto-Lei n.º 23228, de 15 de novembro de 1933, que promulgou a Carta Orgânica do Império Colonial*.

²³ Como a peste bubónica, que assolou a metrópole em 1889, em particular as “ilhas” da cidade do Porto, estimulando a administração municipal a tentar resolver, pela primeira vez, o problema da habitação precária das classes sociais economicamente mais vulneráveis (Gros, 1982: 80).

²⁴ Consultar o “Report from Lourenço Marquez. Danger of Importation of Plague from Johannesburg”, que consta na página 1225, do vol. 19, n.º 25, da *Public Health Reports*, impressa em 19 de junho de 1904.

²⁵ Publicado no periódico *Lourenço Marques Guardian*, em 14 de junho de 1909. (Agradeço a António Sopa esta referência).

²⁶ Os não europeus que ainda viviam intra circunvalação e que foram obrigados a ir viver para o exterior desse arco.

²⁷ Algo que acabou por acontecer nos subúrbios de Lourenço Marques.

²⁸ À semelhança dos “native towns” ou “townships” das cidades coloniais sul-africanas.

permitir-se-ia a construção de palhotas ou de casas rudimentares de madeira e zinco, sendo proibidas as edificações de alvenaria. Esta proibição teria por fim o poder-se destruir facilmente a povoação, ou parte dela rapidamente, sem grandes prejuízos, quando disso houvesse uma imperiosa necessidade.²⁹ [...] A indígenas, a proibição de habitarem dentro da cidade estender-se-ia a todos, com exceção dos que, pelas suas condições sociais e modo de vida, merecessem especial tratamento³⁰, e dos serviçais que vivessem na casa dos seus patrões em alojamentos convenientes.³¹

No relatório é evidente a intenção de isolar os povos não europeus para os subúrbios através de argumentos higienistas, propondo a construção de bairros específicos separados do centro, à semelhança das *locations* de cidades como Johannesburg. Para reforçar o cerco legislativo aos indígenas foi oportunamente aprovado, em julho do mesmo ano, o “Regime provisório para a concessão de terrenos do Estado na província de Moçambique” (Ministério da Marinha e Ultramar, 1910; Rita-Ferreira, 1968: 142 e 143), que os excluía dos direitos de posse da terra (Zamparoni, 1998: 60). Apesar de alguma contestação local (Mendonça e Pinto, 2015: 228) ao Diretor da Agrimensura,³² os lesados, como os Mpfumu, passaram de legítimos e ancestrais proprietários das suas terras, a clandestinos sujeitos às imposições dos invasores europeus. Este facto, em conjunto com a proibição de residirem em *xilunguine*, expressa no relatório referido anteriormente, criou a trama “legal” que esteve na génese do *caniço*.

A mudança política ocorrida na metrópole em 1910 não irá reverter esta situação, já que os valores defendidos pelos republicanos³³ não foram extensivos aos povos africanos colonizados, sobre quem se endureceu a repressão e exploração (Isaacman e Isaacman, 1983: 29-38; Serra, 2000: 211), continuando-lhes a vedar o acesso a direitos básicos de cidadania (Henriques, 2010: 149). Por outro lado, a Primeira República

²⁹ Esta proibição iria manter-se praticamente até à independência, sendo uma das causas da precariedade habitacional nos subúrbios.

³⁰ Referindo-se aos ditos “assimilados” que, apesar do suposto “tratamento especial”, também sofreram com o jugo colonial. Consultar a obra “Os Assimilados, João Albasini e as Eleições, 1900-1922”, de José Moreira, editada em 1997 pelo Arquivo Histórico de Moçambique.

³¹ Até à independência, a mão de obra africana que prestava serviços domésticos aos não africanos, teve, de alguma forma, alguns privilégios, em especial numa maior mobilidade pelas ruas de *xilunguine*. Consultar Zamparoni (1999, 2012: 222-230).

³² Coronel Pedro Luiz Bellegarde da Silva. Foi o responsável pela implementação do referido “regime”, e acumulou os cargos de Governador Geral e Topógrafo Mor de Moçambique. Consultar a sua obra “Agrimensura e cadastro predial na Província de Moçambique”, editada no Porto em 1911.

³³ “Liberdade, igualdade e fraternidade”.

aumentou o investimento nas colónias com recurso ao capital estrangeiro, maioritariamente britânico (Gros, 1982: 34), que, no caso de Moçambique, teve maior enfoque na infraestrutura ferroviária (Ferraz, 1975: 468). Este facto vai-se materializar num ascendente na economia local (Ferreira, 2010: 113), em particular na capital, que vai aumentar a necessidade de mão de obra (Penvenne, 1993: 58-59) e, conseqüentemente, atrair mais (e/i)migrantes africanos.³⁴

A maioria foi trabalhar para o grande empregador da cidade, o Porto e Caminho de Ferro de Lourenço Marques [PCFLM], o que provocou uma rápida densificação demográfica nos subúrbios contíguos, onde se irão concentrar os principais *compounds* dos empregadores de mão de obra africana.³⁵ Será essa zona suburbana, conhecida por Chamanculo, a escolhida para a construção do Bairro Indígena do Xipamanine (de 1918 a 1921), o primeiro do género na cidade. Ai foram alojadas cerca de uma centena de pessoas,³⁶ nas trinta e três casas de alvenaria com cobertura de zinco que foram projetadas e construídas, das quais dezassete tinham somente dois compartimentos (quartos) e dezasseis apenas um, tendo cada lote “um pequeno quintal e cozinha e casa de banho exteriores” (Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1952: 48). Numa população suburbana que, no final da década de [19]20, rondava os 20.000 habitantes (Azevedo, 1969a: 58), a iniciativa viria a revelar-se inconsequente na resolução dos problemas urbanos do *caniço*, valendo mais pela construção do Mercado Indígena contemplado pelo projeto e que se tornou no maior da cidade por servir a sua população predominante, a africana.

A inoperância da administração colonial em resolver os problemas urbanos e habitacionais das classes desfavorecidas, neste caso, as de origem africana, não se cingia só às colónias, já que na metrópole as dificuldades eram idênticas. Ai, só com o Decreto n.º 4137, de 24 de abril de 1918,³⁷ é que o Governo metropolitano se propôs a erradicar os bairros «infectos e lúgubres» de Lisboa e Porto (Gros, 1982: 80). A

³⁴ Em particular swahilis da costa oriental africana, com maior predominância os da Ilha de Moçambique (Makhuwas que, na sua maioria, migraram com a mudança da capital) e das Ilhas Comores (que ficaram conhecidos como os “Comoreanos” da Mafalala). Do sul do Save vieram essencialmente os bi-tongas, os ngunis e os machopes, a maioria para trabalhar nas minas do Transvaal. Consultar Harries (1994: 141-191) e Sopa (2014: 35).

³⁵ Como o WNLA.

³⁶ Na sua maioria eram funcionários indígenas do PCFLM, possivelmente pertencentes à elite emergente entre os africanos locais.

³⁷ A menos de um mês do início da construção do Xipamanine.

iniciativa revelou-se inconsequente, apesar de, mesmo assim, se ter conseguido construir o Bairro Sidónio Pais³⁸ que, à semelhança do Xipamanine, não teve outros congéneres devido ao desinteresse dos investidores privados e à fragilidade económica do Estado para enfrentar o problema (Matos, 1994: 685).

Depois da ineficácia destas tentativas, a questão da precariedade habitacional só voltaria a ser priorizada no Estado Novo, tanto na metrópole como nas colónias. Na primeira, conseguiu-se implementar com algum sucesso, a partir de 1933, “a solução da moradia de propriedade resolúvel”, que se materializou na construção de “milhares de casas económicas construídas por todo o país”, a que se juntaram “as casas para pescadores, as moradias para famílias pobres e as habitações de renda económica e de renda limitada” (Gros, 1982: 80). Nas colónias, em particular no caso aqui em estudo, o sucesso ficou muito aquém do esperado, já que a dimensão do problema era esmagadoramente maior em comparação com a metrópole e a vontade local de o resolver bastante menor. Contudo tentou-se por via legal³⁹ “fixar as áreas dos subúrbios da cidade destinadas a bairros indígenas”, no intuito de controlar “a construção e implantação” das suas habitações, para, desta forma, evitar que continuassem “à margem de toda a regulamentação” pois, segundo a administração colonial, era um “grave inconveniente para a saúde, ordem e moral públicas” (Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1952: 49).

Estas intenções cedo se demonstraram inexecutáveis, em grande parte devido à trama burocrática existente e à debilidade económica da colónia e, não menos importante, aos interesses locais instituídos. Destes últimos destaca-se o corporativismo dos terratenentes do *caniço*, que viam assim ameaçados os enormes lucros provenientes das rendas ilícitas (livres de impostos e deveres) cobradas aos habitantes do *caniço*, sob a passividade e, muitas vezes, cumplicidade, da administração urbana da cidade (Cartaxana, 1971: 29-34; Rita-Ferreira, 1968: 198-201). Apesar dos entraves, acabou por ser construído o Bairro Indígena da Munhuana,⁴⁰ com

³⁸ Atualmente o Bairro da Arrábida, no Porto. Foram construídas “35 habitações individuais geminadas 4 a 4” (Matos, 1994: 685), uma quantidade semelhante à do Xipamanine.

³⁹ Através do Diploma Legislativo n.º 616, publicado em 1938.

⁴⁰ As obras iniciaram-se em 20 de fevereiro de 1940 tendo a primeira série de casas ficado concluídas em abril de 1942 (Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1952: 49). Os fundos para parte da primeira fase de construção vieram de um *deferred pay* que a Câmara de Minas da África do Sul devia ao Governo da Colónia de Moçambique, de salários em atraso a *magaízas* (Magaia, 1973).

o intuito de realojar a elite africana emergente que, supostamente, já conseguiria suportar as rendas das casas a coletar pelo município (CESSDC 1964: 11-12; Mendes, 1985: 95; Oliveira, 1939). O projeto teria sido encomendado pelo PCFLM, em 1934, para albergar o pessoal ferroviário, estando previsto a sua construção inicial a 12km do centro da cidade.⁴¹ Este projeto inicial viria a ser alterado, não só ao nível dos edifícios, como na escolha do local, acabando por ser implantado onde se encontra atualmente. O bairro foi amplamente publicitado pelo regime colonial como um modelo a replicar, mas acabou por redundar num fracasso, tendo sido muito contestado pelos seus habitantes, nada satisfeitos com as pequenas dimensões das casas e, acima de tudo, pelo facto de terem sido implantadas numa zona pantanosa, quase sempre alagada na época chuvosa (CESSDC 1964: 57, 97 e 103).

Esta situação de precariedade habitacional no *caniço* vai-se agravar com o final da Segunda Guerra Mundial, gerando um descontentamento cada vez maior entre as elites africanas que ali viviam e iam unindo esforços com movimentos nacionalistas emergentes em outros países africanos, com o intuito de se libertarem do colonialismo europeu. A aparente *pax lusitana* que se vivia no país, promovida pelo regime colonial, criava um clima de aparente harmonia entre a comunidade colonizadora, que não tinha reflexo na dos colonizados (Cabaço, 2007: 218 e 332). Enquanto a maior parte das potências colónias negociavam a independência das suas colónias, o regime salazarista mantinha-se firme nas suas convicções colonialistas, reforçando a presença colonial nos territórios ocupados.

A partir dos anos 50, a pressão da comunidade internacional para que Portugal libertasse as recém nomeadas Províncias Ultramarinas era cada vez maior, o que faz, por um lado, endurecer o regime e, por outro, refinar a retórica *luso-tropical* (Cabaço, 2007: 282-291). Ao nível da gestão (sub)urbana, esta política colonial portuguesa acentuou a linha de fronteira entre a *cidade de cimento* e a *do caniço*, promovendo cada vez mais o esplendor da primeira, para atrair mais colonos da metrópole e turistas das colónias vizinhas, em detrimento da segunda, que ia ignorando, reprimindo e escondendo do exterior (Mitchell, 1975: xii).

Para fazer face à contestação interna movida, em grande parte, pelas crescentes

⁴¹ No seguimento da atual Avenida Karl Marx em direção a Marracuene, aproximadamente na atual zona de Magoanine (Andrade, 1935: 187-189).

assimetrias socioeconómicas e habitacionais sentidas no *caniço*, a administração colonial ensaiou, em 1948, a criação de um *Fundo para a Construção de Casas Económicas*, direccionado aos funcionários municipais africanos (Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1952: 43). Mais uma vez esta iniciativa não iria passar das intenções, sendo necessário esperar uma década até ser criado o *Fundo para Construção de Casas Destinadas à População Indígena*, baseado nos dogmas assimilacionistas da Lei do Indigenato.⁴² Foi um plano ambicioso e idealista, que, tal como os seus antecessores, deparou, na sua realização prática, com sérias dificuldades financeiras, jurídicas e administrativas (Rita-Ferreira, 1968: 201), evidenciando novamente a precariedade, incapacidade e, de alguma forma, pouca vontade da administração colonial em resolver “o problema habitacional das classes economicamente débeis”⁴³ que rodeavam a, cada vez mais, radiosa “cidade das acácias vermelhas”.⁴⁴

O impacto da Guerra Colonial na gestão dos subúrbios

O fosso da “fronteira de asfalto”, vincado pela circunvalação, continuava a aumentar e será aí onde irão ocorrer as grandes sínteses das diferentes culturas da cidade, bantu e euro-asiática, num sentido predominantemente unilateral, ou seja, do colonizado a adaptar-se ao colonizador. Destas zonas de contacto sociocultural irão emergir grande parte das elites africanas precursoras dos chamados “movimentos de libertação”, que intensificavam a sua contestação ao poder colonial, de uma forma cada vez mais politizada e organizada, algo menos provável de acontecer nos meios rurais, onde a população era mais dispersa, iletrada, etnicamente fragmentada e com maior resistência a valores não tradicionais (Cabaço, 2007: 193). Será em cidades como Lourenço Marques, que os colonizados urbanos terão maior contacto com o poder colonial, sendo dessa forma mais fácil de o entender, contestar e criar estratégias para o combater (Mondlane, 1995: 89-97).

⁴² Decreto-Lei n.º 39666, de 20 de maio de 1954, baseada na Lei Orgânica do Ultramar (Lei n.º 2066, de 27 de julho de 1953). Consultar também Mondlane (1995: 43) e Hedges (1993: 182-183).

⁴³ Expressão muito em voga no início dos anos [19]60, na linha retórica luso-tropical, para descrever os colonizados em Moçambique. A ideia foi apresentada na Assembleia Nacional em Lisboa, pelo médico da terra (um mestiço de Quelimane), Manuel Henriques Nazaré (Nazaré, 1989).

⁴⁴ Designação elogiosa de Lourenço Marques, popularizada por um artigo de Alexandre Lobato (1961: 147-163).

Quando num ambiente urbano idêntico, se iniciou a Guerra Colonial⁴⁵ a partir dos *musseques* de Luanda, em fevereiro de 1961, disparou o alarme em Moçambique para a possibilidade de algo semelhante vir a surgir no *caniço* da capital. O regime colonial português consciencializou-se então de que poderia ter às portas de *xilunguine*, um potencial inimigo que, até então, julgava dominado. Aperceberam-se então que o ambiente hostil dos subúrbios era propenso a um fenómeno de “mutação e assimilação que gerava um processo de inculturação a que a ação da política direta dos colonizadores era alheia. As autoridades portuguesas, não controlando esse fenómeno social, não o compreendiam e, portanto, temiam-no” (Cabaço, 2007: 197). Receando a formação de focos subversivos nos subúrbios, a PIDE-DGS, em conjunto com as forças militares, optaram por recorrer a estratégias de ação psicossocial para, por um lado, aliciarem os colonizados “a identificarem-se com os valores coloniais e a comprometer-se ativamente na sua defesa” (Coelho, 2012: 307) e, por outro, poderem vigiar de perto, no seu habitat suburbano, potenciais “agitadores ou mentores de ideologias emancipalistas” (PIDE-DGS, 1971).

A *Junta dos Bairros e Casas Populares* [JBCP]⁴⁶ foi criada neste âmbito, tendo uma ação mais ativa que a sua antecessora⁴⁷ mas, ainda assim, insuficiente para resolver os enormes problemas urbanos dos *caniços* moçambicanos, acumulados ao longo de décadas de desleixo e desinteresse da administração colonial (Nazaré, 1989: 13-16). Devido à resposta deficiente da JBCP ao caso excepcional de Lourenço Marques, o respetivo município resolveu contratar o gabinete do engenheiro civil e urbanista, Mário de Azevedo, para projetar um novo *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques* [PDULM] para a capital (Azevedo, 1969b). Será um dos planos mais bem conseguidos da cidade, com especial sensibilidade para os problemas urbanos do *caniço*, onde elaborou um estudo bastante aprofundado, no qual, pela primeira vez, se contou com a participação e opinião das comunidades suburbanas (Bruschy, 2014). O PDULM irá revelar finalmente a real dimensão socioeconómica, habitacional e urbanística do *caniço*, o que levou a administração colonial a criar um gabinete específico só para tratar das zonas suburbanas da capital, o Gabinete de Urbanização e

⁴⁵ Conhecida entre os moçambicanos por “Guerra de Libertação Nacional”.

⁴⁶ Ao abrigo do D.L. nº. 2297, de 13.10.1962 e do regulamento da Portaria nº. 16999, de 6.7.1963.

⁴⁷ O *Fundo para Construção de Casas Destinadas à População Indígena*, descrito anteriormente.

Habitação da Região de Lourenço Marques [GUHARLM].

O GUHARLM: da ação psicossocial à realidade social (1969-1974)

O GUHARLM,⁴⁸ foi a iniciativa mais substantiva da administração colonial para tentar resolver os problemas urbanos do *caniço*. Uma das chaves do seu sucesso foi a vontade política que lhe estava subjacente, ou mesmo oculta, ou seja, a ação psicossocial com um intuito antissubversivo da população africana dos subúrbios. Para tal o gabinete gozava de autonomia económica e administrativa, tendo sido instituído de poderes supramunicipais, reportando diretamente ao Governo Geral da Província, o que habilitava a equipa técnica, liderada pelo engenheiro Canha e Sá, de uma maior autonomia e imunidade perante os poderes instituídos⁴⁹ que tantas vezes minaram outras iniciativas descritas anteriormente.

O GUHARLM irá herdar o trabalho iniciado pela equipa do PDULM para o *caniço* (Bruschy, 2014) e o pouco que havia sido feito pela JBCP (Paixão, 2014). Esse legado será potenciado por um trabalho em estreito contacto com as comunidades suburbanas, onde implantaram as suas instalações,⁵⁰ fizeram recenseamentos, projetaram e construíram infraestruturas básicas⁵¹ e equipamentos,⁵² entre outras importantes melhorias para os subúrbios e seus habitantes. Em apenas em 5 anos de atividade a instituição consegue obter mais e melhores resultados do que em décadas de iniciativas goradas, descritas anteriormente.

O que começou por ser uma ação de estratégia psicossocial, com motivações político-militares dos colonizadores, acabou por um efeito inverso semelhante ao que aconteceu com os militares, conforme testemunha o Coronel Manuel Duran Clemente:

A ação psicossocial dirigida ao dito inimigo e às populações naturais acabou por se

⁴⁸ Foi oficialmente criado pelo Decreto-Lei n.º 48.860, de 8 de fevereiro de 1969.

⁴⁹ Como os muitos terratenentes dos subúrbios, que lucravam imenso com a cobrança de rendas aos africanos, isentas de impostos (Cartaxana, 1971: 29-34), e viam com relutância as iniciativas para regularizar os problemas urbanos e habitacionais dessas zonas. Muitos destes latifundiários fizeram imensa resistência ao trabalho do GUHARLM (Paixão, 2014).

⁵⁰ Que atualmente são as instalações do MICOA na Avenida Acordos de Lusaka (antiga Craveiro Lopes).

⁵¹ Em particular valas de drenagem, que sempre foram um dos principais problemas para os bairros suburbanos.

⁵² Como a Escola Básica da Mafalala, projetada pela arquiteta Assunção Paixão no início dos anos [19]70 (Paixão, 2014).

tornar num “boomerang” que se virou contra a própria política colonial. Os militares para desempenharem esta missão tiveram de contactar cada vez mais intimamente a realidade das sociedades indígenas. Facilmente se aperceberam das gritantes injustiças das relações coloniais e da violência e da enorme mentira que estava escondida atrás da propaganda oficial do regime. Os militares ter-se-ão convencido que estavam a combater na guerra errada.⁵³

Devido a este efeito *boomerang*, alguns técnicos europeus do GUHARLM, em particular a arquiteta Maria da Assunção Paixão e o arquiteto Norberto Barroca,⁵⁴ contribuíram para que a instituição passasse a ser mais sensível à realidade do meio milhão de pessoas que, à época, viviam nos subúrbios da capital (Mazembe, s.d.; Barroca, 2014; Carrilho, 2014; Paixão, 2014). Os resultados foram tão positivos para a administração colonial que se chegou a debater na Sessão de 19 de abril de 1974 da Assembleia Geral na metrópole, a possibilidade de se criar um “Plano Estadual de Habitação e Urbanismo para Angola e Moçambique”, baseado na experiência adquirida pelo GUHARLM, em particular no “Plano das Lagoas – malha 1”, produzido pelo gabinete e que foi considerado “como o primeiro grande passo para a solução do problema habitacional em Lourenço Marques”.⁵⁵

A intenção revelar-se-ia tardia, já que passados cinco dias dava-se a “Revolução dos Cravos” na metrópole, que rapidamente se disseminou pelos restantes “territórios ultramarinos”, ditando o fim do colonialismo português. Apesar da conturbada mudança política que se seguiu, o legado do GUHARLM na gestão (sub)urbana da capital, agora Maputo, foi enorme, tendo sido aplicado grande parte do trabalho realizado pelo gabinete, com os respetivos ajustes ao novo cenário político, social, cultural e económico (Mazembe, s.d.; Carrilho, 2014; Paixão, 2014). A arquiteta “São” Paixão, foi a única funcionária de origem europeia que ficou na recém criada República Popular de Moçambique, dando continuidade ao trabalho do gabinete, com a ajuda dos funcionários africanos que se mantiveram na instituição. Das suas ações mais

⁵³ Em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th7>, acedido em 12 de fevereiro de 2015.

⁵⁴ Formado na ESBAL, foi contratado em Lisboa por Canha e Sá para ingressar no GUHARLM em finais de 1969. Paralelo ao seu trabalho na instituição, promoveu muitas peças de teatro nos subúrbios de Lourenço Marques, em conjunto com atores amadores locais, tendo alguns deles singrado no Teatro pós independência (Barroca, 2014).

⁵⁵ Consultar o n.º Diário das Sessões da Assembleia Geral Portuguesa, n.º 52, de 19 de abril de 1974-04-19.

relevantes durante a transição política, destacam-se a adaptação das “cantinas” em Lojas do Povo e a contribuição técnica para as muitas intervenções urbanísticas que se fizeram nos “bairros suburbanos” da cidade como, por exemplo, a do bairro da Malhangalene.

Em resumo, só nos últimos cinco anos da administração colonial é que esta conseguiu demonstrar vontade política, apesar das intenções dúbias, com alguns resultados concretos, para tentar solucionar os problemas habitacionais dos subúrbios. Só que estes, acumulados ao longo de um século (1875-1975) de fragilidade económica e administrativa colonial, foram demasiado grandes para se poderem resolver em tão pouco tempo, tendo-se tornado um dos patrimónios de influência portuguesa mais sombrios e difíceis de solucionar pela administração urbana pós-independência, sendo ainda bem presentes nos (outrora) subúrbios, muitos dos problemas do tempo colonial.

Referências Bibliográficas

- Alexandre, Valentim (2004), “O Império Português (1825-1890): ideologia e economia”. *Análise Social*, (169), 959-979.
- Andrade, Abel de Noronha e (1935), “Projecto de Bairro para habitação do pessoal dos serviços de portos e caminhos-de-ferro nos subúrbios de Lourenço Marques”. *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, 66(718), 137-160.
- Azevedo, Mário de (1969a), “Estudo Demográfico”, in *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Câmara Municipal de Lourenço Marques, Vol. VII.
- Azevedo, Mário de (1969b), *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques* (Vols. I-XXIII). Lourenço Marques: Câmara Municipal de Lourenço Marques.
- Barroca, Norberto (06.11.2014), Entrevista ao arquiteto Norberto Barroca, em Lisboa [Áudio].
- Bruschy, José (abril 2014), Entrevista ao arquiteto José Bruschy, no seu atelier em Lisboa [Áudio].
- Cabaço, José Luís (2007), *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação* (PhD). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Câmara Municipal de Lourenço Marques (ed.) (1952), *Anais da Câmara Municipal de Lourenço Marques: 1950*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Carrilho, Júlio (03.01.2014), Entrevista ao arquiteto Júlio Carrilho, na Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico em Maputo [Áudio].
- Cartaxana, Rui (1971), *Eu, um homem «a liquidar»*. Lourenço Marques: Tempográfica.
- Castilho, Augusto de (1880), *O districto de Lourenço Marques, no presente e no futuro*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa.

- CESSDC (1964), *Inquérito habitacional realizado no Bairro da Munhuana*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Coelho, João Paulo Borges (2012), “Tropas negras na Guerra Colonial em Moçambique”, in Cláudia Castelo (ed.), *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 303-314.
- Costa, Inês Nogueira da (1987), *Contribuição para o estudo do colonial-fascismo em Moçambique*. Arquivo Histórico de Moçambique.
- Ferraz, José Manuel (1975), “O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26)”. *Análise Social*, XI(42-43), 454-471.
- Ferreira, Manuel Ennes (2010), “Economia e império: o comércio colonial durante a Primeira República”, in José Miguel Sardica (ed.), *A primeira República e as colónias portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa. Universidade Católica Portuguesa: EPAL, 108-128.
- Frescura, Franco (2001), “The Spatial Geography of Urban Apartheid”, in Abebe Zegeye e Robert Kriger (eds.), *Culture in the New South Africa: After Apartheid*. Roggebaai: Kwela Books, Vol. 2, 65-90.
- Gros, Marielle Christine (1982), *O alojamento social sob o fascismo*. Porto: Afrontamento.
- Harries, Patrick (1994), *Work, Culture, and Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa, C.1860-1910*. Johannesburg: Witwatersrand Univ. Press.
- Hedges, David, et al. (1993), *História de Moçambique, Vol. 3, Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento da História.
- Henriques, Isabel Castro (2010), “A África e a Primeira república: paradoxos, estratégias e práticas coloniais” in José Miguel Sardica (ed.), *A primeira República e as colónias portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa. Universidade Católica Portuguesa : EPAL, 146-187.
- Isaacman, Allen; Barbara Isaacman (1983), *Mozambique: from colonialism to revolution, 1900-1982*. Boulder: Aldershot: Westview; Gower.
- Liesegang, Gerhard (1987), “Lourenço Marques Antes de 1895”, *Arquivo. Centenário da Cidade de Maputo: 1887-1987*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique e Universidade Eduardo Mondlane, 19-75.
- Lobato, Alexandre (1961), *Quatro estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Lobato, Alexandre (novembro 1967), “Lourenço Marques, 1830”. *Boletim Municipal Lourenço Marques*. Lourenço Marques, 8-18.
- Magaia, Albino (18.02.1973), “Bairro da Munhuana de 1935 a 1973”. *Revista Tempo*, (127).
- Matos, Fátima Loureiro de (1994), “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956”. *Análise Social*, XXIX(127), 677-695.
- Mazembe, Albino (s.d.), *GUHARLM*.
- Mendes, Maria Clara Teles (1985), *Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial*.

- Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Mendonça, Fátima; Pinto, César Braga (2015), *João Albasini e as luzes de Nwanzengele: Jornalismo e política em Moçambique 1908-1922*. Maputo: Alcance.
- Meneses, Maria Paula (2010), "O «indígena» africano e o colono «europeu»: a construção da diferença por processos legais". *E-cadernos CES*, (7), 68-93.
- Ministério da Marinha e Ultramar (1910), "Decreto 9 de julho de 1909", *Collecção de legislação relativa às colónias portuguesas em África: Anno de 1909*. Lisboa: Imprensa Nacional, 412-447.
- Mitchell, Hilary Flegg (1975), *Aspects of urbanisation and age structure in Lourenço Marques (Maputo)*. Lusaka: NECZAM, University of Zambia, Institute for African Studies.
- Mondlane, Eduardo (1995), *Lutar por Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- Mungoi, Dulce Maria Domingos Chale João (2010), *Identidades viajeiras: família e transnacionalismo no contexto da experiência migratória de moçambicanos para as minas da terra do Rand, África do Sul* (PhD). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Nazaré, Manuel Henriques (1989), "O problema habitacional das classes economicamente débeis no Ultramar (1967)", *Temas ultramarinos*. Lisboa: Manuel Henriques Nazaré.
- Oliveira, J. Nunes (1939), "Bairros indígenas de Lourenço Marques". *Boletim Geral das Colónias*, XV(165), 91-92.
- Paixão, Maria da Assunção (04.01.2014), Entrevista à arquiteta Maria da Assunção Paixão, na sua residência em Maputo [Áudio].
- Pélissier, René (1994), *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*. Manuel Ruas (trad.). Lisboa: Estampa. Vol. 1.
- Penvenne, Jeanne Marie (1993), *Trabalhadores de Lourenço Marques: 1870-1974: antologia de artigos*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- PIDE/DGS (1971), *Região das áreas urbana e suburbana de Lourenço Marques* (Secreto No. PT-TT-PIDE-D-F-001-00001N). Lourenço Marques: PIDE/DGS.
- Rita-Ferreira, António (1963), *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- Rita-Ferreira, António (1968), "Os africanos de Lourenço Marques". *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, 9, 95-491.
- Serra, Carlos (2000), "O Estado Colonial português em Moçambique", in Carlos Serra (ed.), *História de Moçambique. Vol.1*. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, vol. 1, 201-221.
- Sopa, António (2014). *A alegria é uma coisa rara: subsídios para a história da música popular urbana em Lourenço Marques (1920-1975)*. Maputo: Marimbique, Conteúdos e Publicações.
- United Nations Human Settlements Programme (2003), *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements*. UN-HABITAT.
- Voth, Hans-Joachim (2004), "Living standards and the urban environment", in Roderick Floud, et al. (eds.), *The Cambridge Economic History of Modern Britain*. Cambridge: Cambridge University Press,

268-294.

Zamparoni, Valdemir Donizette (1999), "Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940". *Afro-Ásia*, (23), 145-172.

Zamparoni, Valdemir Donizette (2012), *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA/CEAO. [¹2007].

De D. João de Castro à imagem de satélite: testemunhas da transformação territorial de Goa

Nuno Miguel de Pinho Lopes¹

Resumo

O presente ensaio tenciona demonstrar como o (re)conhecimento da cartografia e iconografia disponíveis e relevantes de Goa, na Índia, se poderá traduzir numa base de trabalho essencial para a compreensão e (re)interpretação das realidades históricas coloniais ocorridas neste território, com destaque para os primeiros dois séculos de ocupação portuguesa. A investigação tem como principal objeto de estudo o sistema defensivo de Goa e como metodologia a sobreposição de dados relativos a esse objeto, obtidos entre o trabalho de campo e a coleção das representações mais significativas ao longo dos tempos – de D. João de Castro à imagem de satélite. O interesse em conhecer as bases teóricas disponíveis, cruzando-as com as representações gráficas recolhidas, lendo-os, sobrepondo-os e desenhando sobre os mesmos, reside no apuramento das realidades históricas ao longo da presença portuguesa na região. Dedicar-me-ei tanto a exemplares de reconhecida relevância, como a pequenos fragmentos de representações aparentemente pouco significativas, consoante o que o desenvolvimento da investigação evidenciar como determinante. A apresentação de dados que se segue corresponde a uma amostra de uma fase embrionária de um estudo maior.

Palavras-chave: Goa; realidades históricas; representações gráficas; sistema defensivo.

Introdução

O sistema defensivo de Goa – considerando o período de investigação entre o início da ocupação portuguesa (1510) e, ainda a precisar, a cronologia correspondente a um conjunto de processos que determinaram a perda das posições em praticamente toda a Costa do Malabar – define o principal conjunto de estudos que desenvolvi ao longo

¹ Doutorando da 2ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

do Programa de Doutoramento *Patrimónios de Influência Portuguesa*. Este ensaio propõe uma (re)leitura do território de Goa, dedicando especial atenção à organização desse sistema defensivo, instalado e desenvolvido pelos portugueses durante a sua presença.

Foi desenvolvida uma investigação, tendo como base os elementos cartográficos e iconográficos conhecidos e disponíveis, com natural destaque para os que considero fundamentais na compreensão deste objeto de estudo. Foi realizado um levantamento e articulação desse material – o qual, no cômputo geral, tem origem em motivações militares –, através do qual pretendo demonstrar como as novas tecnologias – em especial as ligadas ao desenho e à geografia – se poderão tornar relevantes para um melhor (re)conhecimento da realidade colonial desse território em diversas épocas. Estas ferramentas permitem redesenhar e reinterpretar os processos de evolução ao longo do tempo, sobrepondo e interpretando os vários tipos de representação territorial e, por natural extensão, aproximação às estruturas das formas dos núcleos urbanos e elementos que os compõem.

A contribuir decisivamente para os objetivos anunciados, não poderei deixar de fazer referência a Walter Rossa – revelador de superior capacidade da análise urbanística e territorial, histórica e contemporânea, desafiando novos investigadores à continuidade desta aprendizagem – ambicionando um superior grau de conhecimento, que privilegie bases comparativas com outros territórios e/ou núcleos urbanos. São disso exemplo os estudos: *Universo Urbanístico Português 1415-1822: caderno de resumos* (1998); *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português* (2002); “A Cerca Adormecida: Recuperação Histórico - Cartográfica da Muralha Portuguesa de Goa” (com Sidh Mendiratta, 2012); ou *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico* (2015), entre outros.

Esta aprendizagem permite-me identificar ferramentas essenciais de trabalho para a compreensão da evolução morfológica ao longo da História da Urbanística de Goa.

Entre 1510 e o abandono premeditado

Goa, zona de fronteira entre o império hindu de Vijayanagar e o sultanato de Bijapur,² era fortemente cobiçada: à sua importância estratégica juntava-se o facto de se tratar de um dos principais apoios do comércio transoceânico, já que era o maior mercado de venda de cavalos árabes e persas na costa ocidental indiana (Bouchon, 1999: 77-94). Este território, com centro na ilha de Tiswadi, estava delimitado pelos rios Mandovi – que a norte fazia a ligação a Bardez – e o Zuari – que a sul ligava a ilha a Salcete, para além de contar com a cordilheira dos Gates – que, a este, isolava Goa do interior – e com o Mar Árábico – que, a oeste, e em conjunto com os pântanos que se formavam principalmente no período das chuvas – muito colaboraram com as habituais estratégias militares portuguesas (Rodrigues: 2001: 3).

Na falta de um polo administrativo com um *hinterland* significativo para além da área da fortaleza e identificada a importância estratégica deste território – aparentemente bem defensável, em virtude das características geoclimáticas – Afonso de Albuquerque partiu à sua conquista, celebrada a 25 de novembro de 1510. Esta posição terá sido reforçada nas décadas seguintes, momento em que se inicia a mudança do paradigma imperial: de numa lógica de hegemonia marítima à inclusão de estratégias de ocupação territorial.³ Esta foi, de resto, a primeira instalação em todo o Oriente com expressão territorial, reforçada a partir de 1530: altura em que Nuno da Cunha para ali se muda e, com ele, as instituições centrais.⁴ Por via de um processo interativo entre organização naval, estruturas fortificadas, sistemas de comunicações e o seu armamento, desenvolveu-se um complexo sistema defensivo.

Este território de controlo português, que em 1543 se estendeu a Bardez e Salcete – embora em constante expansão, cujos limites se foram alargando ao longo de várias

² Para conhecimento detalhado acerca destes potentados locais, assim como os principais episódios de avanços e recuos relativos à conquista deste território, veja-se a obra de Vítor Luís Gaspar Rodrigues e João Paulo Oliveira e Costa, (2008), *Conquista de Goa 1510-1512 – Campanhas de Afonso de Albuquerque, Volume I*. Lisboa: Tribuna da História, 9.

³ Na Ásia, vieram a ser exemplo disso a ocupação da Província do Norte (com centro político em Baçaim, em 1534, e uma extensão territorial a Damão, cinco anos mais tarde), para além de Goa, cujo território de controlo português venceu os limites da Ilha de Tiswadi, anexando as regiões de Bardez e Salcete, uns anos mais tarde, correspondendo às chamadas “Velhas Conquistas”.

⁴ Sobre este processo de mudança das instituições centrais para Goa, veja-se o trabalho de Catarina Madeira Santos (2001), *Entre Velha Goa e Pangim: a Capital do Estado da Índia e as reformulações da Política Ultramarina*, Série separatas nº 243. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia – Instituto de Investigação Científica Tropical, 4.

décadas – viria a corresponder ao principal centro administrativo, económico, militar, político e religioso onde, de uma maneira geral, se espalhavam os portugueses para diversos pontos da Ásia e da África Oriental.

Da organização defensiva preexistente, identificam-se baluartes e torres colocados pontualmente e estrategicamente no território, complementados pela muralha islâmica que circunscrevia a cidade. Dada a importância deste núcleo e a dependência da ténue situação insular, os portugueses reforçaram algumas destas estruturas e ergueram outras – como terá sido o caso do novo perímetro amuralhado iniciado em 1560 que, na sua versão final terá contado com mais de 18 quilómetros⁵ –, distribuindo ainda milhares de homens entre o terreno e as armadas de costa e de alto mar. Paralelamente foram postas em prática medidas que assegurassem a fidelidade das populações, sendo exemplos a substituição da anterior moeda muçulmana, ou a conhecida política de casamentos com mulheres locais, independentemente se eram hindus ou muçulmanas, já que passariam a ser cristãs (Rodrigues e Costa, 2008: 64). Nesse enlace, os “casados” viriam a herdar parte significativa dos bens fundiários dos muçulmanos, recebendo ainda, de acordo com a sua categoria social e instrução, determinados cargos da estrutura militar e civil de Goa.

Para além dos tribunais superiores, dos organismos ligados às forças militares e à gestão financeira da soberania, a presença da jurisdição eclesiástica superior manifestava-se não apenas nos edifícios, como também através de rituais como as procissões ou os batismos. De resto, a sumptuosidade das estruturas que caracterizavam a cidade, (palácios vice régios e eclesiásticos, conventos, igrejas, casas de grandes mercadores, entre outros) distribuía-se numa malha urbana hierarquizada segundo esses poderes.⁶

Apesar das várias estratégias de consolidação da posição em Goa, esta instalação terá sido numa zona contrária aos elementares princípios habitualmente seguidos pelos portugueses, revelando um equívoco. Tal situação terá sido agravada pelas

⁵ Para saber mais acerca da evolução desta muralha periférica e a sua importância no plano estratégico de defesa de Goa, consultar o artigo de Walter Rossa e Sidh Mendiratta (2012), “A Cerca Adormecida: Recuperação Histórico-Cartográfica da Muralha Portuguesa de Goa”, in Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha (coords.), *Goa: Passado e Presente*, Tomo 1. Lisboa: CEPCEP e CHAM, 413-423.

⁶ Sobre a presença destes poderes em Goa durante os primeiros anos de ocupação portuguesa, veja-se Santos, Catarina Madeira (2001), *Entre Velha Goa e Pangim: a Capital do Estado da Índia e as reformulações da Política Ultramarina*, Série separatas nº 243. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia – Instituto de Investigação Científica Tropical, 13-14.

péssimas condições de salubridade, para as quais contribuía os pântanos e a lagoa existente, para além do crescente clima de insegurança imposto por constantes ataques. Ponderou-se a mudança da capital para Mormugão, tendo como base a convicção de vantagens inequívocas: defensável no plano militar, à latitude conveniente, com um porto tão ou mais capaz e dotada de melhores condições de vida. Se ao longo dos anos Goa se foi apresentando como uma cidade cada vez mais abandonada, Mormugão permitia a manutenção dessa função unificadora; além disso, manter a soberania deste território significava salvar o Estado da Índia, de onde saíam todos os socorros para as restantes praças. Chegou a fazer-se obra, a desmontar alguns edifícios de Goa para ali se reutilizarem os materiais, mas a resistência por parte das ordens religiosas foi mais forte. O mesmo não sucedeu com os habitantes, que se foram mudando para Ribandar, até ao momento em que se ergueu a Ponte-Açude do Conde de Linhares (1630), ligando Ribandar a Pangim e aumentando o fluxo migratório, ao longo de dois séculos, até à designação oficial da capital aí instituída (em 1843, passando Goa a ser velha Goa). Ainda antes e ao longo de várias décadas, a evolução das armas de fogo anunciava estragos na capital a partir de distâncias exteriores a este território, tendo sido fundamental o processo das Novas Conquistas, decorrido ao longo de grande parte do século XVIII (1713-1788).

Cartografia e Iconografia como bases de trabalho

Conhecido o objeto de estudo e sintetizados alguns dos episódios mais relevantes entre a chegada e instalação portuguesa em Goa, serão identificadas bases de trabalho que nos auxiliem na compreensão da evolução territorial.

Adotando um compêndio cronológico destes testemunhos de transformação territorial de “Goa portuguesa”, o mesmo terá início em *Goa A Nova* (1538-1539), primeira representação conhecida, pintada por D. João de Castro no seu *Roteiro de Goa a Diu*, presente nas Tábuas dos Roteiros da Índia de D. João de Castro. Daqui terá sido realizado um Fac-simile, a Lithographia de J. C. Villa-Nova Vitoria (1843). O nome *Goa A Nova* surge por distinção, desse período, a “Goa Velha” (a sul da Ilha de Tiswadi). As imagens mostram a geografia e a cidade com a muralha islâmica (na qual

se concentravam os principais núcleos administrativos e religiosos), assim como a sua periferia constituída pela ribeira grande, o cais e algum aglomerado urbano.

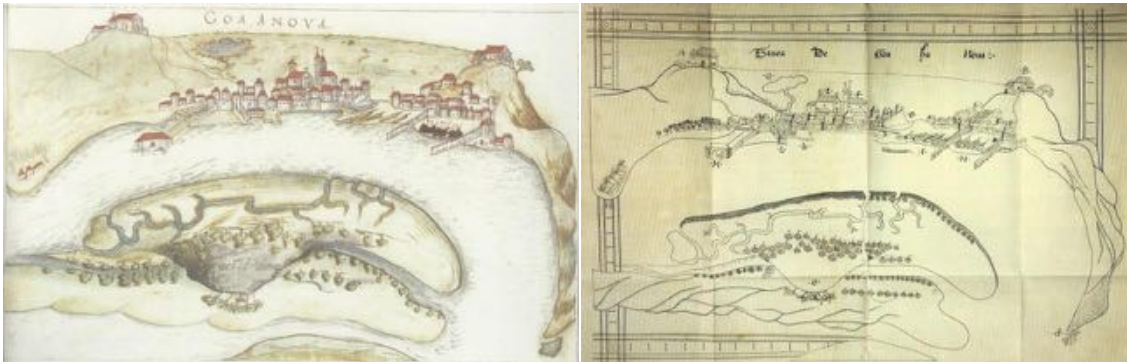
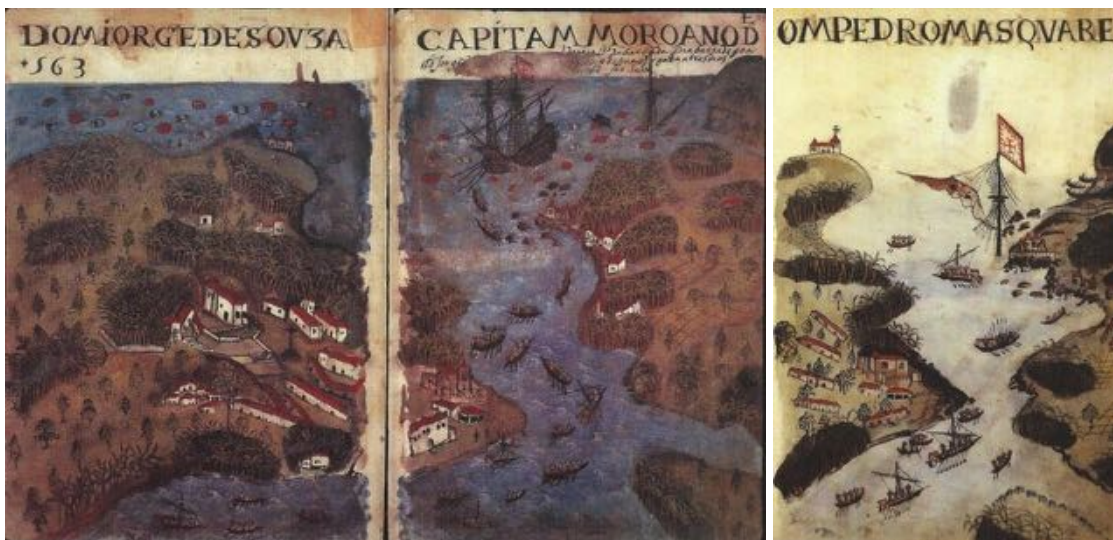


Imagem 1: (à esquerda) *Goa A Nova* | pintada por D. João de Castro no seu *Roteiro de Goa a Diu* (1538-1539) | Códice 33 do Cofre da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra;

Imagem 2: (à direita) *Tauoa de Goa Ha Noua*, de D. João de Castro no seu *Roteiro de Goa a Diu* (1538-1539) | Fac-simile - Lithographia de J. C. Villa-Nova Vitoria (Porto, 1843).

O *Livro de Lisuarte de Abreu – [Livro das Armadas, 1563]* (1558-1564), é um dos únicos códices conhecidos a apresentar uma relação ilustrada das armadas da Índia (desde Vasco da Gama, 1497-1499, até à do capitão-mor D. Jorge de Sousa, 1563). Dividido em três partes, inicia com um diário da viagem da nau Rainha de Lisboa para Goa, escrito pelo piloto da nau; segue com uma lista e retratos dos governadores e vice-reis, desde D. Francisco de Almeida a D. Constantino de Bragança; termina com a representação das armadas e os nomes da maioria dos seus capitães.



Imagens 3 e 4: Livro de Lisuarte de Abreu – [Livro das Armadas, 1563], 1558-1564.

Na Europa, Goa terá sido divulgada através das gravuras de George Braun, Franz Hogenberg e Jan Huyghen van Linschoten. A *Civitates orbis terrarum*, uma conhecida imagem panorâmica produzida em 1572 (com a cidade, a ribeira das naus e as

estruturas defensivas bem evidenciadas), revela que os autores não terão estado em Goa no período que representam (1509), dada a informação ilusória perante a realidade de então. Jan Huyghen van Linschoten terá elaborado o não menos conhecido *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou portuguesas*, com a descrição da viagem deste navegante às Índias Orientais portuguesas no período 1579-1592, uma imagem concluída em 1596, ano em que os Holandeses chegam a Goa. A cartografia mostra que a cidade se desenvolve a partir de um centro junto ao cais, expandindo-se para a periferia – muito para lá da muralha islâmica. O conjunto, embora desproporcionado, oferece-nos alguma legenda e dados sobre os edifícios entre si.



Imagem 5: *Civitates orbis terrarum* | George Braun e Franz Hogenberg, 1572.

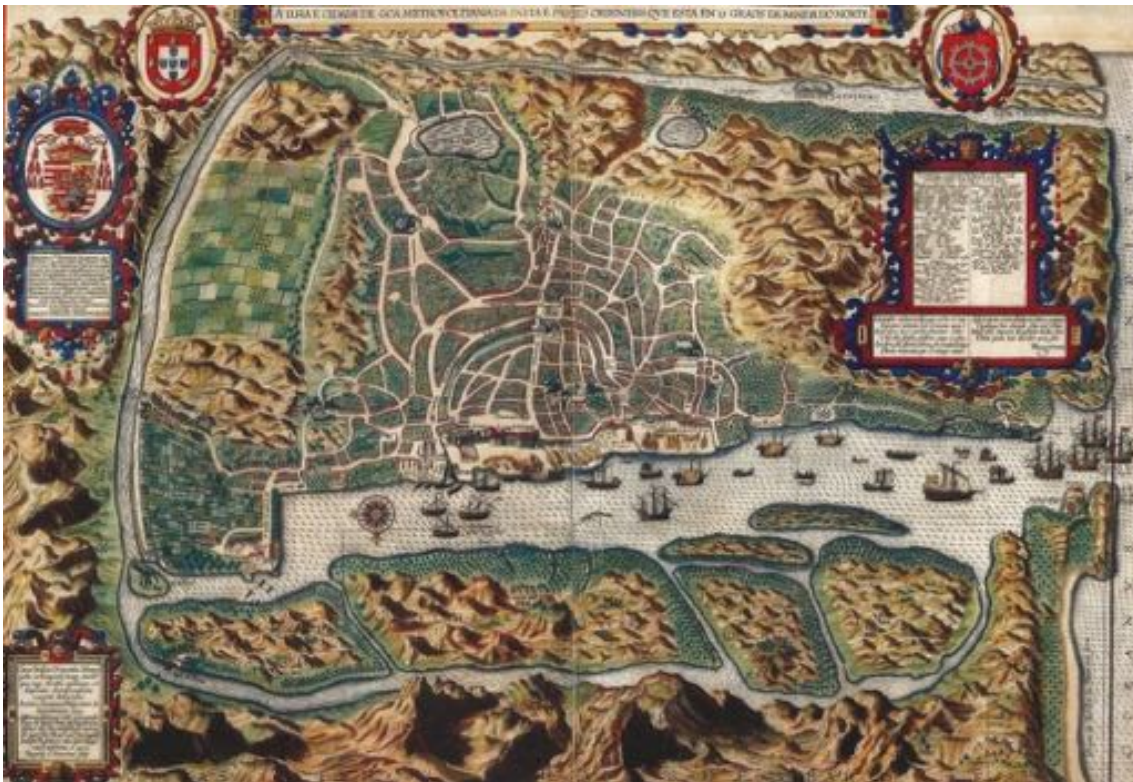


Imagem 6: *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou portuguesas* | Jan Huyghen van Linschoten, 1596

Entrando no século XVII, conhecem-se algumas representações deste território, como as de Manuel Godinho de Erédia: *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal* (1610), mostrando a ilha acompanhada dos territórios de Bardez e Salcete; ou *Ilha de Goa*, um modelo de 1612, presente no *Lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia* (provavelmente do mesmo autor), seguidas com importantes variantes em 1615-1616.



Imagem 7: (à esquerda) *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal* | Manuel Godinho de Erédia, 1610;
Imagem 8: (ao centro) *Ilha de Goa*, *Lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia* | Manuel Godinho de Erédia, 1612;
Imagem 9: (à direita) *Ilha de Goa*, carta inserida entre os livros 1 e 2 da obra *Comentarios de D. Garcia de Silva y Figueroa[...]* | Manuel Godinho de Erédia, 1615-1616 | Biblioteca Nacional de Madrid.

Num período entre 1612 e 1635 terá sido realizada a *Plantaforma da cidade de Goa*, apresentando um conjunto de legendas e detalhes que a colocam como um dos melhores instrumentos que possuímos para, em conjunto com os levantamentos atuais, trabalhar numa reconstituição do que terá sido este tecido urbano.



Imagem 10: (à direita) *Plantaforma da cidade de Goa* – *Lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia* | Manuel Godinho de Erédia, 1620 (?).

Ainda na sequência da planta de Jan Huyghen van Linschoten, surgem alguns trabalhos como a *Plantaforma da cidade de Goa* - Livro de plantaforma das fortalezas da India no atlas-miscelânea, de Manuel Godinho de Erédia (1615-1622), ou a *Planta da Cidade de Goa*, de autor desconhecido (1633).



Imagem 11: (à esquerda) Plantaforma da cidade de Goa – Livro de plantaforma das fortalezas da India no atlas-miscelânea | Manuel Godinho de Erédia (1615-1622);

Imagem 12: (à direita) Planta da Cidade de Goa | autor desconhecido (1633).

Nestes exemplares é introduzido o esforço de colocar a planta da cidade no mapa, modelo também seguido por Pedro Barreto de Resende, presente no *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, (1635-1646), de António Bocarro, da qual surgiram uma série de cópias.



Imagem 13: (à esquerda) *Bardez* – Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental (de António Bocarro) | Pedro Barreto de Resende, 1634-35 | Arquivo: COD CXV 2-1, Planta 27;

Imagem 14: (à direita) *Salcete*, mesma obra, autor e ano | Arquivo: COD CXV 2-1, Planta 28.

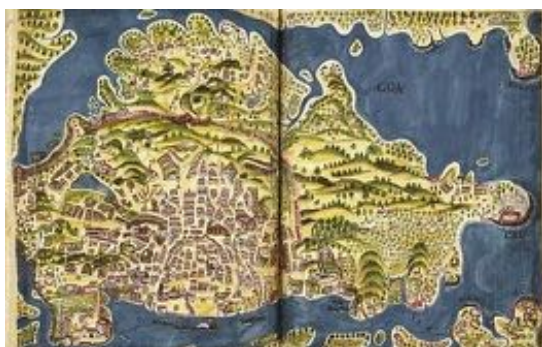


Imagem 15: (à esquerda) *Goa* – Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental (de António Bocarro) | Pedro Barreto de Resende, 1646 | Arquivo: British Museum;

Imagem 16: (à direita) *Ilha de Goa* | António de Maris Carneiro, 1639.

Realizada entre 1666 e 1675, a *Civdad de Goa* não apresenta dados muito significativos em relação às representações anteriores. Contudo, desde a *Plantaforma da cidade de Goa* que não se produziu cartografia legendada e rigorosa relativa aos edifícios que constituíam a cidade de Goa.

Já do Século XVIII, conhece-se a *Planta da ilha de Goa na India e suas terras confinantes*, de 1747, exibida parte das terras já conquistadas em torno de Goa, durante o processo das Novas Conquistas.



Imagem 17: *Civdad de Goa* – Asia Portuguesa, 1666-1675 | Arquivo: AHU_ICONI_058_I,D.606;

Imagem 18: *Planta da ilha de Goa na India e suas terras confinantes* | D^a Orgeval, 1747 | Arquivo: BNP.

Particularmente as motivações militares estimulam novas representações, como é o caso da *Vista da Terra de Goa [...]*, de 1758, publicada por Luís Silveira no *Ensaio de Iconografia das Cidades portuguesas do Ultramar*, merecendo destaque a exibição das fortificações e o perímetro amuralhado erguidos em torno de Velha Goa.

De 1770, conhece-se o *Mapa Topografico das Ilhas e Provincias de Goa*, um mapa com autor desconhecido, dedicado a Marquês de Pombal, conforme figura na própria representação: *Mapa tipografico [sic] das Ilhas e Provincias de Goa e das terras dos seus vezinhos – Dedicado ao Ill.mo e Ex.mo Sr.º Marq.es de Pombal Secr.º de Estado e Pr.º Ministro de S.M.F.* Também aqui estão representadas as Novas Conquistas, figurando o território de Goa e as terras vizinhas. Sendo um mapa topográfico, esta representação surge em perspetiva com altimetria alterada a partir da linha costeira, junto à qual se veem, entre várias embarcações europeias e nativas: a "Armada do Sul", à direita, composta por cinco naus (duas da Companhia Holandesa da Índias Orientais, segundo a bandeira), e a "Armada do Norte", à esquerda, composta por quatro naus (duas holandesas); na margem inferior, é possível ver o título, dedicatória e legenda, com remissivas numéricas agrupadas em: "Ilha de Goa", "Ilhas djacentes", "Prov.^a de Bardes", "Prov. ^a de Salcete", "Prov.^a de Põda e Zambaulim".



Imagem 19: Vista de Terra de Goa [...] | Ensaio de Iconografia das Cidades portuguesas do Ultramar | publicado por Luís Silveira | autor anónimo, 1758;

Imagem 20: Mapa tipografico [sic] das Ilhas e Provincias de Goa [...] | autor desconhecido, 1770-1777 | Arquivo: BNP.

À medida que a tecnologia foi permitindo maior rigor e facilidade na reprodução de nova cartografia, os exemplares passaram a ser mais frequentes; contudo, para o objetivo deste ensaio, perdem-se preciosos dados e, com eles, a relevância. São disso exemplo o *Mappa do Território Portuguez de Goa (...)*, de James Carling de Madrasta (1814), com o território pertencente às Velhas e às Novas Conquistas; ou a *Planta das Ilhas de Goa...*, de Faustino António Gomes da Silva (1848) com o texto:

Quando a maior parte dos Edifícios da Cidade de Goa ou não existem ou estão inteiramente arruinados a excepção dos Conventos e Hospícios que se conservão inteiros, porem em abandono pela extincção das Ordens Religiosas. Alguns dos Fortes e Postos estão tambem abandonados, ou de-molidos, por ja não satisfazerem pela sua posição aos fins para que foraõ construidos. (Gomes da Silva, 1848)

Relativamente a um período mais recente, tive acesso a alguns materiais de trabalho, como fotografias, desenhos e gravuras, de entre as quais se destacam as de Lopes Mendes em *A India Portuguesa – Breve Descrição das Possessões Portuguesas na Ásia*, publicada pela Imprensa Nacional em 1886. Dediquei especial atenção aos desenhos da cidade de Velha Goa e respetiva legenda, uma vez que se tornaram uma importante ferramenta no trabalho de campo. Com igual interesse, temos duas imagens da barra de Goa: a primeira sugere a aproximação a Goa, com Aguada à esquerda, Nossa Senhora do Cabo ao centro e Mormugão à direita; a segunda mostra

a entrada no rio Mandovi, com a Fortaleza dos Reis Magos à esquerda e o Forte de Gaspar Dias, à direita. Esta obra inclui muitas outras representações em Goa, assim como outras possessões portuguesas na Ásia, um importante parecer de edifícios já ruídos.



Imagem 21: (à esquerda) “Mapa do Território Português de Goa mostrando também os principais lugares de Sattari e Mannari” | James Carling de Madrastra, 1814;

Imagem 22: (à direita) “Planta das Ilhas de Goa” | Faustino António Gomes da Silva, 1848 | Arquivo Histórico Militar: AHM-DIV-3-47-AV2-3581.

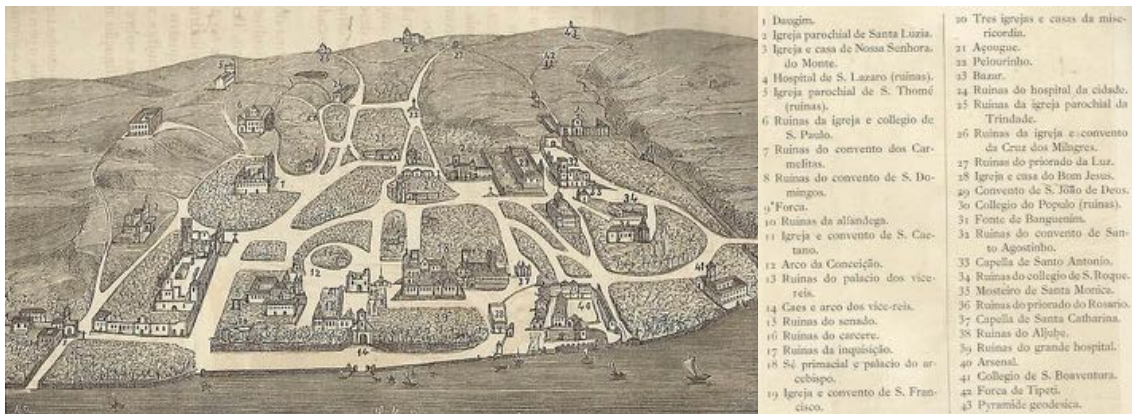


Imagem 23: A cidade de Velha Goa | *A India Portuguesa [...]*, António Lopes Mendes, 1886



Imagem 24: (à esquerda) A barra de Goa | *A India Portuguesa [...]*, António Lopes Mendes, 1886;

Imagem 25: (à direita) Rio Mandovi entre a Fortaleza dos Reis Magos e a de Gaspar Dias | *A India Portuguesa [...]*, António Lopes Mendes, 1886.

Entre a segunda metade do século XIX e 1961, foi elaborada uma série de cartografia do território português: cartas topográficas, agrícolas, hidrográficas, etc., as quais não abordarei pela dispersão de dados a que isso levaria e que, para a presente análise, considero irrelevante. Em todo o caso, este material demonstra importância a dois níveis: como base de apoio aos levantamentos das estruturas realizados no terreno, assim como testemunhos da evolução urbana neste território.

Hiperdesenho: (re)desenhar as fontes gráficas, (re)conhecer as realidades coloniais

Reconhecida, analisada e articulada a cartografia mais relevante disponível, possuímos bases que permitem demonstrar como as novas tecnologias ligadas ao desenho e à geografia se poderão tornar relevantes no melhor (re)conhecimento da realidade colonial deste território. Estas ferramentas possibilitam redesenhar e reinterpretar os processos de evolução na História, sobrepondo e compreendendo as várias representações territoriais e, por natural extensão, das estruturas das formas dos núcleos urbanos e aproximação aos elementos que os compõem, podendo-se atingir um grau de conhecimento que privilegie uma base comparativa com outros territórios e núcleos urbanos.

O grau de conhecimento de um território ou de uma cidade tem, não raramente, base no confronto das morfologias urbanas comparáveis e, nesse caso, também o deverá ser o uso do *hiperdesenho*, enquanto conjunto de *layers* (camadas de informação que se vão sobrepondo) que, de forma abstrata, representam a forma, o espaço, as movimentações e evoluções ao longo do tempo – sendo que o espaço e a forma reagem dialeticamente à mudança. A esta abordagem e coleção de dados, deverá ainda ser incluída a aprendizagem desenvolvida pelos engenheiros militares, a lógica dos seus conceitos e ações resultantes, identificando as contribuições específicas na organização defensiva de Goa. São disso exemplo a deteção de dados relativos às metodologias construtivas e tipológicas, em geral, ou à conceção do baluarte ou da canhoeira, em particular; o aparecimento do tratado de fortificação como género autónomo e se o mesmo contribuiu para uma regularização de formas de pensar o perímetro defensivo, ou se a aplicação no terreno de apoiou essencialmente

na aplicação do conhecimento das fontes clássicas, ou no pragmatismo da emergência de guerra; entre outros.

As representações de Goa colocam, ainda hoje, várias situações a equacionar: porque nos dizem mais do que aquilo que está representado, porque apresentam ideias/projetos nunca realizados, porque se desconhece a autoria, a época ou o nível de veracidade da informação. Não sendo objetivo deste ensaio destacar um objeto específico – mas antes a aplicabilidade e os seus benefícios metodológicos –, parece adequado identificar um par de exemplos para melhor compreensão deste processo.

Da primeira metade do século XVI, temos o exemplo de Rachol, a sul de Goa, que segurava a descida do rio Zuari do interior. Nesta proposta de (re)leitura, Rachol é merecedor de destaque, uma vez que é uma das estruturas da qual muito pouco se sabe, sendo escassos os vestígios para além da recuperada porta da praça e o fosso cada vez menos evidente. Com o cruzamento de dados – as descrições, os projetos, os vestígios que restam – conseguir-se-á uma maior aproximação às realidades históricas deste local.

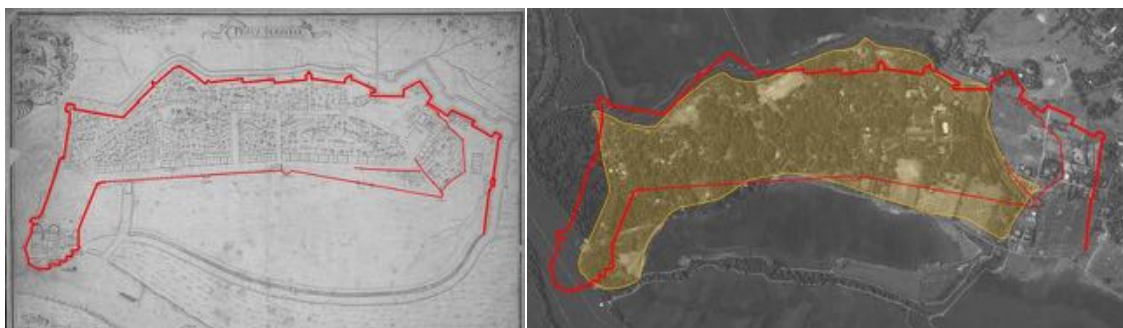
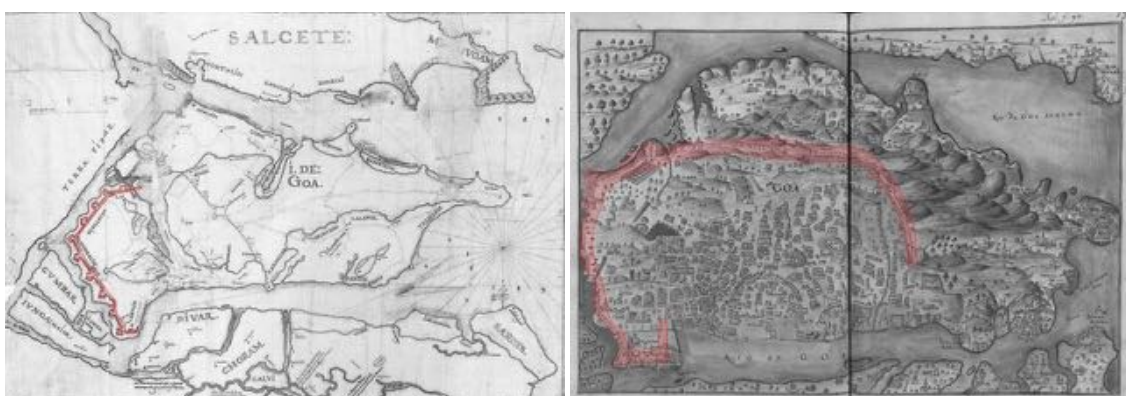


Imagem 26: (à esquerda) Desenho do autor sobre “Praça de Rachol” (autor e ano desconhecidos);

Imagem 27: (à direita) desenho do autor sobre imagem de satélite (Google Earth 2015).

Da muralha portuguesa, outro exemplo, nada se encontrava publicado desde a *separata* de Ricardo Michael Telles (“Fortalezas de Goa e as suas legendas”, 1937), assunto apenas retomado por Walter Rossa e Sidh Mendiratta, em 2011, num breve ensaio presente na obra *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e Urbanismo. Ásia e Oceania* e, um ano depois, em *A cerca adormecida: recuperação histórico-cartográfica da muralha portuguesa de Goa*, onde os autores propuseram manusear a cartografia, após trabalho de campo e cruzamento com os dados

disponíveis, apresentando informação adicional acerca desta estrutura que, antes da sua definição final, terá iniciado um perímetro que circunscrevia a totalidade a ilha. A opção mais modesta poderá ser comprovada, por exemplo, na carta *a Ilha de Goa* (1615-1616), onde é notório o abandono da ideia de cercar a ilha, continuando o perímetro iniciado ao longo do Cambarjua, onde parte da muralha é erguida. Já nas representações de Pedro Barreto de Resende verifica-se que grande parte desta estrutura estaria em vias de conclusão, embora apresente uma dimensão muito exagerada.



Desenho 28: Desenho do autor sobre: *Ilha de Goa*, carta inserida entre os livros 1 e 2 da obra *Comentarios de D. Garcia de Silva y Figueroa[...]* | Manuel Godinho de Erédia, 1615-1616 | Biblioteca Nacional de Madrid;

Desenho 29: Desenho do autor sobre: *Goa* | Pedro Barreto de Resende, 1635-1646.

A *Planta da ilha de Goa na Índia e suas terras confinantes*, de 1747, além da posição e dimensão ilusórias, mostra-nos um perímetro completamente encerrado, incluindo a frente ribeirinha, algo que se sabe não ser verdade. A muralha portuguesa nunca teve uma frente a norte, além da preexistente muralha islâmica; além disso, a configuração está claramente errada, estendendo-se demasiado a sul/sudeste e pouco a oeste, se compararmos com uma imagem da configuração conseguida na atualidade, com apoio na imagem de satélite e dados recolhidos em trabalho de campo (desenho 31).



Desenho 30: Desenho do autor sobre: “Planta da ilha de Goa na India e suas terras confinantes” | D^a Orgeval, 1747.



Desenho 31: A muralha suburbana de Goa, iniciada a 1630 | desenho do autor sobre imagem de satélite, apoiado no desenho designado “Velha Goa Suburbana” (2010), in José Mattoso (dir.) e Walter Rossa (coord.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo. Ásia e Oceania*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 233.

Com 18,5 quilómetros, é considerado o mais extenso perímetro amuralhado implementado pelos portugueses no mundo, compreendendo-se o longo processo de execução e a fragilidade geral. A perseguição pela topografia mais favorável, as ausências de fosso e de cortina dupla com terraplena, a altura relativamente baixa dos panos, os vestígios de alguns baluartes modernos (nomeadamente junto às antigas portas) são alguns dos dados que se podem recolher no terreno. Além da muralha, foram erguidos baluartes para defesa dos passos, assim como outras obras de

complemento ao sistema defensivo, nomeadamente fortes junto às barras dos rios como os dos Reis Magos, Aguada e Mormugão.

A cartografia e a iconografia, as fontes primárias escritas, a informação recolhida em arquivo e no terreno, correspondem a um conjunto de material que será cruzado e apoiado pela tecnologia atual (como da imagem de satélite, os aparelhos de levantamento a laser, etc.), numa persistente aproximação ao (re)conhecimento das realidades coloniais deste território(s), em particular a sua organização defensiva.

Notas finais

Entre a chegada a Goa (1510), a elevação a capital do Estado da Índia (1530), a soberania sobre o território das Velhas Conquistas (1543) e mais tarde a expansão às Novas Conquistas (1713-1788), a mudança da capital para Pangim (1843) até, finalmente, a reapropriação do território pela União Indiana (1961), registaram-se quatro séculos e meio de transformações neste território.

Numa tentativa de melhor compreensão destas realidades coloniais, propus uma leitura cartográfica e iconográfica (testemunhas das transformações aí ocorridas), redesenhando sobre estas bases e apoiando-me, sempre que possível, na tecnologia atual. É aliciante verificar percursos quase opostos entre a realidade atual e a capacidade da sua representação: hoje, restando cada vez menos vestígios, pode ser atingida, com maior rigor, uma identificação de cada um desses elementos, graças ao *hiperdesenho* e à tecnologia atual; algo que, quando estes se encontravam em melhor estado de conservação, não houve a capacidade de ser feito.

Em suma, a leitura das fontes primárias associadas à tecnologia e conhecimento atuais, permite o recurso a um apreciável manancial de elementos que nos permite converter dúvidas em respostas, através da narrativa dos processos de evolução no tempo, isto é, através do *hiperdesenho*, feito hoje.

Referências Bibliográficas

- Bethencourt, Francisco; Curto, Diogo Ramada (dir.) (2010), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70.
- Bocarro, António (1992), *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* (1635), 3 vol. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Bouchon, Geneviève (1999), "Les Mers de l'Inde à la fin do XVe Siècle. Vue générale" in *Inde Découverte, Inde Re-trouvée, 1498-1630. Études d'histoire Indo-Portugaise*. Paris – Lisboa: Centre Culturel Calouste Gulbenkian – CNCDO.
- Garcia, José Manuel (2009), *Cidades e fortalezas do Estado da Índia – Séculos XVI e XVII*. Matosinhos: QUIDNOVI.
- Luz, Francisco Paulo Mendes da (1954), *Livro das cidades, fortalezas, qve a coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos qve nelas ha, e da importancia deles*. Coimbra: Boletim da Universidade.
- Mattoso, José (dir.); Rossa, Walter (coord.) (2010), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo. Ásia e Oceania*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendes, Lopes (1886), *A Índia Portuguesa – Breve Descrição das Possessões Portuguesas na Ásia*. Lisboa: Ordem do Ministério da Marina – Imprensa Nacional.
- Rodrigues, Vítor (2001), *Da Goa de Albuquerque à Goa Seiscentista: Aspectos da Organização Militar da Capital da "Estado da Índia"*, Série separatas nº 242. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia – IICT.
- Rodrigues, Vítor; Costa, João Paulo Oliveira e (2008), *Conquista de Goa 1510-1512 - Campanhas de Afonso de Albuquerque, Volume I*. Lisboa: Tribuna da História.
- Rodrigues, Vítor; Costa, João Paulo Oliveira e (eds.) (2010), *O Estado da Índia e os desafios europeus: actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar.
- Rossa, Walter (coord.) (1998), *Universo Urbanístico Português 1415-1822: caderno de resumos*. Lisboa: CNCDP.
- Rossa, Walter (2002), *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*. Coimbra: Almedina.
- Rossa, Walter, Mendiratta, Sidh (2012), "A Cerca Adormecida: Recuperação Histórico-Cartográfica da Muralha Portuguesa de Goa", in Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha (coords.), *Goa: Passado e Presente*, Tomo 1. Lisboa: CEPCEP e CHAM, 413-423.
- Rossa, Walter (2015), *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Santos, Catarina Madeira (2001), *Entre Velha Goa e Pangim: a Capital do Estado da Índia e as reformulações da Política Ultramarina*, Série separatas nº 243. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia – IICT.
- Santos, Catarina Madeira (1999), «Goa É a Chave de Toda a Índia». *Perfil Político da Capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: CNCDP.
- Telles, Ricardo Michael (1937), "Fortalezas de Goa e as suas Legendas", *O Oriente Português*, revista da Comissão Arqueológica da Índia Portuguesa, vol. XXX, nº 18. Bastorá: Tipografia Rangel.

O mito do modelo perfeito da *casa popular de origem portuguesa*

Victor Mestre¹

Resumo

Num contexto sociopolítico de afirmação dos nacionalismos na sociedade ocidental, com a mudança do século XIX para o século XX emergiu um debate em redor da cultura das comunidades tradicionais rurais enquanto fieis depositárias da autenticidade e dos valores identitários da nação onde se inseriam. Este debate, que chegou a Portugal nos finais do século XIX, procurava sobretudo estabilizar um caminho de transição do passado para o presente/futuro, sem corrupção desses valores, em face da influente modernidade técnica e cultural em progressão nas cidades.

Repercorre-se neste trabalho o trajeto de interpretação da casa rural desde finais do século XIX até à contemporaneidade, com especial destaque para a sua vertente arquitetónica. O percurso aqui proposto questiona a existência do mito do modelo perfeito da casa popular de origem portuguesa, tomando em consideração a diversidade das vertentes históricas e ideológicas ao longo do tempo, nas linhas de pensamento da elite em torno de tal argumento, e nos diversificados contextos rurais.

Palavras-chave: casa popular; tradição; elite; autenticidade; identidade; hibridação; miscigenação; transição.

Contextualização da casa popular

Para melhor se perceber uma potencial origem e distinção da casa portuguesa, a partir de uma suposta correlação com os modelos da arquitetura vernacular portuguesa, proponho uma primeira abordagem histórica, que basicamente percorreu todo o século XX, desde os seus alvares, até à atualidade. Para tal, recorri a investigações desta área do conhecimento, articulando com o trabalho de campo em diversos contextos territoriais e coloniais portugueses, onde permaneci e investiguei a arquitetura vernacular local e tradicional de influência portuguesa.

¹ Doutorando da 2ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

A casa enquanto abrigo terá sucedido, num quadro supostamente evolutivo, ao abrigo enquanto casa. As ancestrais espacialidades, formas e expressões interligadas entre si e sobretudo inter-relacionadas através da sociabilidade dos seus utilizadores, terão formado as identidades tipológicas, os modelos referenciais, que atualmente identificados como *arquitetura vernacular*. Segundo Paul Oliver (1978) esta designação de origem no latim, significará a “linguagem do povo”, no sentido em que *vern* significa “povo” e *cular*, “linguagem”, pelo que *vernacular* designa edifícios construídos pelo povo para o povo, enquanto indivíduos integrados numa comunidade. Outro autor, Bernard Rudofsky, na sua obra *Architecture without architects* (1964), considera que as próprias comunidades não têm uma designação específica, pelo que, no seu entender, se poderá denominar de *vernacular, anónima, espontânea, indígena* ou *rural*, consoante o caso.

Noutras configurações culturais que não a anglo-saxónica, a designação para esta arquitetura diversifica-se, como no caso português, onde a palavra “popular” se tornou comumente aceite entre etnólogos, antropólogos e arquitetos ao longo de todo o século XX. Será significativo que o capítulo de introdução da obra *Arquitetura Tradicional Portuguesa* (Oliveira e Galhano, 1992) se inicie com o tema da “casa popular”, que se inter-relaciona com o contexto, da diferenciação regional enquanto resultado da utilização dos materiais locais. Consideram esta prática ancestral, inerente aos casos mais primitivos e antigos, razão pela qual se poderá referenciá-los através dos sistemas de construção tradicionais, não esquecendo a importância da geografia e clima que serão determinantes “às formas básicas dos géneros de economia que lhes são próprios” (Oliveira; Galhano, 1992: 13). Em escassas linhas estes autores procuram articular causas e efeitos contextuais no plano físico e construtivo, com o sentido de *habitat* referindo que:

[...] para certos autores, a casa popular, e sobretudo a casa rural, é mesmo concebida não apenas como um abrigo, mas sobretudo como um verdadeiro instrumento agrícola, que é preciso adaptar às necessidades de exploração da terra, designadamente no que se refere ao seu dimensionamento e à importância e distribuição relativa dos alojamentos das pessoas, dos estábulos e das lojas de arrumação das alfaías e ferramentas da lavoura (Oliveira; Galhano, 1992: 13).

E tal como Oliveira e Galhano, também Michelle Perrot na sua investigação *História da Vida Privada* (1990), refere no capítulo *Maneiras de habitar* a relação da casa com a exploração da terra:

A «casa» alarga-se à exploração; a casa, o oustal incluem as terras. Rudimentar e superpovoada, a casa-edifício é mais um instrumento de trabalho do que um «interior»... (Perrot, 1990: 312).

A casa, enquanto coisa inerte, terá no campo da sua caracterização, um conjunto de aspetos mais ou menos complexos que de um modo geral se analisa por via de sistemas de codificação padronizado que selecionam, descrevem e agrupam. Contudo, o que estes autores procuram valorizar enquanto cerne é a identidade em presença:

A casa é acima de tudo um produto do Homem, um facto da cultura, e será no próprio Homem e nas leis da sua criação cultural que se devem procurar a razão de ser e a sua explicação decisiva da casa que é a sua obra – a história e «correntes de civilização», movimentos de difusão e influências, componentes sociais e conceitos de família, *status* económico e profissional, tradição e traços de psicologia de grupo e gosto pessoal, etc., respeitantes a essa mesma região. (Oliveira e Galhano, 1992: 14)

Perceciona-se assim a complexidade da rede que configurará uma determinada identidade sociocultural no contexto da arquitetura popular que se suporta em processos construtivos tradicionais, portanto inerentes a uma longa e continuada prática. Por outro lado é oportuno considerar, a par de uma entidade não percecionável no plano das materialidades mas eventualmente configuradora de identidades espaço-funcionais, a dimensão cultural que funcionará em parte como elemento unificador, entre o visível e o invisível, ou seja, o que se convencionou denominar por *cultura popular*, ainda que quase sempre de forma difusa. Pedro Vieira de Almeida considera que *vernáculo* sugere “uma realidade onde a maturação expressiva não foi adulterada por um qualquer excesso de informação” (2012: 67), onde a continuidade de práticas sociais será determinante para a permanência da autenticidade uma vez que:

a ideia de «vernáculo» em arquitectura sempre significou [...] um edificado portador de uma expressão estratificada ao longo do tempo, de carácter regional, espontânea, popular, genuína, no sentido de culturalmente cândida, não demonizada por ideias eruditas (Almeida, 2012: 67).

Da mesma forma, Ernesto de Sousa ao se interrogar sobre o significado de *popular* quando utilizado na expressão *arte popular* considerou não haver “sociedade a que não corresponda uma cultura, quer encaremos este termo no modo literário, quer no sentido etnológico” (Sousa, 1970: 4). As reflexões deste autor sobre a *arte popular* estabelecerão pontes entre arte e arquitetura popular, no sentido em que colocamos o homem construtor de casas e de expressões artísticas integradas nas mesmas realidades, acreditando na existência de um sentido estético presente nas mesmas. Tal pressupõe igualmente a existência de um sentido de autenticidade nessa arquitetura, por vezes, erradamente, associada a uma ideia de primitivismo. Desta conceção não se deverá apreender um sentido de primitivismo arcaico, do povo ou comunidade sem cultura, sendo que Paul Oliver adverte para essa inadequada leitura através do contributo de Lévi-Strauss (1981). Este reporta que os meios primitivos de que uma comunidade dispõe na sua organização sociocultural, não significa que pertençam a grupos primitivos ou atrasados, que não sintam a necessidade de ter história, de ter uma identidade comum. (Oliver, 1978: 11)

Verifica-se assim o sentido da validade, do interesse das construções de apoio às atividades rurais, domésticas, piscatórias, entre outras, e da casa popular, para os seus utilizadores, como algo próprio em todos os seus estágios, da sua razão e do sentir de existir. A casa popular constrói-se, habita-se e abandona-se por falta de resposta a diversos fatores, de entre eles a impossibilidade de evoluir para novos padrões de habitabilidade, perfeccionados e desejados pelos seus utilizadores. Por isso não poderá ser interpretada como sendo a-histórica, ou seja, sem enquadramento no sentido da progressão civilizacional do homem. E será neste limite que se colocarão as questões de autenticidade, quando se retira a casa popular do contexto global – homem/atividade/habitat – e se intervém exteriormente à comunidade ancestral, numa tentativa de separar o inseparável. A lógica de existir, estará na continuidade de sucessivas linhagens de artesãos e dos utilizadores diários dessa realidade sociocultural

em contacto, mais ou menos intenso, com realidades exteriores e de influência efetiva, e não propriamente em visões moralistas, conservacionistas de outras entidades, que as julgam como comunidades e/ou expressões de identidades primitivas onde se procura selecionar pseudo-tipicizismos.

A casa popular e a casa tradicional de origem portuguesa, em 500 anos de encontro de culturas

A casa popular de origem portuguesa que importará desde já conceber enquanto particularidade inserida num contexto não estanque e, nesta circunstância, sem limites de influências nos e pelos territórios conexos, ter-se-á ampliado, num período inicial, difuso da expansão marítima. Terá viajado na mente dos que se fixaram em novos assentamentos urbanos e em dispersão no território por via de casais rurais para produção agrícola. Propomos assim, enquanto hipótese de análise, que ao se terem transposto modelos de padrão cultural do território europeu para os diferentes territórios entretanto integrados na coroa portuguesa, se terá (re)iniciado uma nova e significativa reinvenção de alguns e o surgimento de novos modelos do que codificamos como *arquitetura popular portuguesa* e em particular a *casa popular rural*.

Nesse tempo histórico de início da colonização, para além das casas e casais rurais dos colonos, introduziram-se também modelos de maior dimensão e complexidade tipológica, portadores da tradição construtiva e cultural europeia, estabelecendo estes em parte, as hierarquias sociais de então. Neste âmbito importa ressaltar que continuamos no arco conceptual relacionado com a arquitetura que convencionamos chamar de *popular* e *tradicional*, sem autoria nominal, ainda que a sua existência, principalmente no caso dos modelos mais complexos, não seja totalmente indiferente a outras arquiteturas que se afirmaram distintas na dimensão e espacialidade, na escala e proporção, na expressão e implantação territorial, como, por exemplo, as casas solarengas da aristocracia. Alguns modelos da arquitetura popular terão absorvido de modo planeado ou por intuição dos seus construtores, inovações de diversa ordem, desde logo práticas e técnicas, ou mesmo conceitos espaço-funcionais que se validaram por aceitação em sucessivas repetições, reconfigurando-se em novos modelos. Alguns destes terão ocorrido por via de um ciclo económico transformador,

potenciando a renovação, ampliação, reconfiguração, numa lógica de continuidade e raramente de construção nova.

Estas casas poderão distinguir-se pela sua expressão de casa antiga, de casa tradicional, por delas emanar uma identidade de continuidade construtiva e temporal (por abstrata percepção), algo que aparentemente se liga a um processo histórico e não apenas, ou necessariamente, a uma identidade física de contexto rural, ou urbano-rural. Será esta casa a que adquire uma identidade transterritorial e mantém uma conotação à casa de influência portuguesa. Será por isso que a encontramos em outros lugares, outros continentes, a partir do século XVI e principalmente XVII, mas quase sempre em contexto de fundação urbana ou enquanto casa distintiva, portadora de autenticidade na senda de uma linhagem identitária, que os seus proprietários ostentam como casa distinta, diferenciada das vernaculares. Esta casa tradicional é agora a casa de influência portuguesa, que se dispersa pelos territórios coloniais e que permanece enquanto moldura cultural das cidades e vilas portuguesas recetoras e difusoras do encontro de culturas. Será a casa que mediará os modelos eruditos e/ou planeados por princípios canónicos, da casa senhorial portuguesa, e ainda a arquitetura igualmente erudita de territórios com ancestral tradição arquitetónica não europeia.

Neste contexto salienta-se o caso particular da Índia, onde o sentido das culturas indutoras da influência portuguesa é evidenciado por Walter Rossa:

Em finais do século XVI seriam já vários milhares, muitos completamente emergidos nas culturas locais, alguns convertidos ao Islão, mas não deixando de transportar com eles genes culturais indutores de influência portuguesa. A vastidão do Extremo Oriente foi o seu território. Foram autores de um império informal, o «império sombra» de Charles Boxer e George Winius, ou, segundo Sanjay Subrahmanyam, um «subimpério» (Rossa, 2010: 36).

Esta casa tradicional tornar-se-á numa casa de múltiplas influências pela longevidade da sua permanência, onde as sucessivas renovações decantaram estilos, proporções, modas, etc. sem nunca perderem a sua estrutura identitária. Esta casa viajante percorre diversos territórios, assimilando novas influências e com grande probabilidade deixando igualmente contributos, regressando ao(s) território(s) de

origem. Primeiro em regiões de múltipla influência, numa espécie de regionalismo(s) e num movimento de vai e vem contínuo, em cidades-porto, onde o abastecimento, o comércio, o abrigo das intempéries e a reparação dos navios, condiciona a viagem, tal como o regime de ventos, as monções, o abrigo dos corsários, a necessidade de reparar os navios, até ao destino final onde se fixa, caldeia e se miscigenam memórias diversas.

A casa popular rural em finais do século XIX enquanto modelo identitário de um ideal esteta, primeiro romântico, depois nacionalista

No século XIX, com especial incidência na segunda metade, surge na Europa com intensidades diversas em cada país, um ideal romântico, ligado à natureza enquanto símbolo de perfeição, transportando o observador para uma ambiência bucólica, campesina e aparentemente indolente. Neste contexto cada país procurou encontrar e validar a sua mais específica e distinta identidade, acomodando o princípio que seria na vivência direta do povo que se encontraria a génese da autenticidade do mesmo e em consequência do país onde se inscreve. Esta configuração ideológica tem raízes nos finais do século XVIII, princípios do século XIX, onde figuras como Goethe (1749-1832), John Ruskin (1809-1900), William Morris (1834-1896) e sobretudo o autor do livro *Walden: Life in the woods* de Henry D. Thoreau (1854) que aprecia a vida meditativa no interior da floresta em contemplação da natureza. De um modo geral o povo que se procurou identificar seria assim o da ruralidade, o campesinato com as suas expressões artísticas do artesanato, da música, do folclore e do respetivo trajar, e em particular a arquitetura popular, a casa popular rural.

Esta preocupação de distinção para com outros países, adquire especificidades internas e regionais em Portugal por via de uma crescente movimentação de intelectuais que se opunham ao surgimento de modelos arquitetónicos “estrangeirados” que invadiam, em finais do século XIX, as vilas e cidades portuguesas. Esta reação surge sobretudo às casas ditas “de brasileiro”, mas também às casas de férias, principalmente de praia, que vão proliferando pelo litoral. Ambas alteram, pela escala, tipo de implantação, materiais e expressão, os locais onde se localizam tornando-se, segundo os seus detratores, dissonantes, caricaturais e estrangeiradas. Emerge assim um movimento pela casa regional, pela casa de identidade portuguesa,

ainda que ninguém nesses primeiros tempos a consiga definir em concreto, apesar de algumas tentativas, e em que se logrou construir o modelo adequado de que se destaca a casa do Conde Arnoso, em Cascais (1894). Contudo, estes protagonistas estariam a abordar tanto o tema como a identificação de forma parcial e moralista, não só no sentido de se encontrar o(s) pretens(o) modelo(s) exclusivo(s), que sabemos não existir, mas também pelo exclusivo pretens(o) lugar geográfico da pesquisa, ou seja, o território português europeu, ignorando séculos de múltiplas transferências.

Diversos trabalhos de investigação surgiram nas últimas décadas sobre este tema da casa portuguesa. Associada à arquitetura regional, em particular à casa popular, a diversos inquéritos executados no século XX, em particular os dos antropólogos (1959/1998) e dos arquitetos (1961), associam-na aos conceitos de arquitetura popular portuguesa de Raúl Lino. Um pouco contracorrente destaca-se o trabalho de João Leal (2009), *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos*, que de forma aprofundada e sistemática contextualizou o tema através de autores incontornáveis desde os finais do século XIX, e de todo o século XX, enquanto fundadores desta questão. O mito da origem (em terras do Portugal Europeu), parece ser a questão essencial nesta procura incessante levada a cabo pelos intelectuais do final do século XIX, princípios do século XX, como “Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Silva Cordeiro, Guerra Junqueiro, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Fialho de Almeida, Ramalho Ortigão, José Pessanha, Albrecht Haupt, Raúl Lino, etc.” (Mestre, 2002: 296), que se vão perpetuando através de investigação, de escrita e de exemplos práticos por outros seus seguidores durante praticamente todo o século XX. Transparece, contudo, a forma intermitente como foi evoluindo, para finalmente se desvanecer a ideia de repetição pretendida, dos modelos ditos exemplares, puros e identificados como “autênticos” e representativos da arquitetura genuinamente portuguesa, em alternativa a outros modelos de importação.

João Leal (2011), ao analisar e interpretar as questões de origem e de continuidade deste tema, procurou também superá-lo, em virtude do impasse a que se chegou em princípios do século XXI, ao abordar o *vernáculo* e o *híbrido*, ou diríamos, em termos da nossa investigação, o *vernáculo híbrido*. Neste contexto a crítica a modelos estrangeirados que foram surgindo e que supostamente estariam a mudar a identidade nacional, ou a corrompê-la, não só nos finais do século XIX mas em intermitentes

períodos ao longo do século XX, potenciaram transferências estilísticas. Esta argumentação legitimou o revisitar da tradição da arquitetura portuguesa, numa pertença identificação do seu mais puro estado de existência e potencial reedição de modelos, se não em réplica, incorporando traços da feição tradicional. Tal abordagem, inclusivamente no plano político, não percecionava as transferências ocorridas ao longo de séculos no espaço colonial português nos dois sentidos, mas também era resultante de outras mútuas transferências provenientes do universalismo cultural. Segundo João Leal, o antropólogo Jorge Dias terá acolhido em parte as teses de Gilberto Freyre sobre a influência da miscigenação de raças que estará na base da formação de Portugal, como fator determinante na adaptabilidade natural dos portugueses no espaço colonial por via do casamento do homem branco com nativas. Deste modo seria espetável que tal realidade também fosse visível ao nível dos objetos e da arquitetura, evidência que Orlando Ribeiro (1999) observa na sua viagem à Índia (1956) exemplificando através dos telhados de tesouro que estes teriam vindo do território Goês para Tavira, Faro e outras cidades portuguesas.

Contudo, essa discussão em redor de uma potencial *casa portuguesa* estritamente observada a partir do espaço do Portugal Europeu, assentou, enquanto observação, no inerte e não nas relações humanas, cuja vivência, comportamento, atividades e relacionamento, parece desinteressar aos intelectuais e urbanos admiradores comprometidos com o ideal nacionalista. Pressupõe-se que utilizariam uma espécie de filtro estético para retirar o homem desta apreciação. A razão de ser dessas casas, fruto de um longo período de formação e ajustamento em face das atividades e relacionamentos, não terá tido importância crucial para a sua avaliação, provavelmente por se pretender uma imagem exterior, um ícone referencial e facilmente tipificado e/ou tipificável.

Este olhar de descontextualização do objeto do homem, terá potenciado uma hibridização da casa popular rural no sentido em que se retirou o invólucro ao seu conteúdo, desumanizando a casa no sentido em que casa e homem, homem e casa seriam dissociáveis. Consequentemente, os habitantes seriam entendidos como os objetos da cultura e não os sujeitos da cultura, no sentido antropológico. Criou-se uma falsidade a partir da ideia de que se retomava a autenticidade de uma ancestral linhagem formal captada pela alma do povo, mas que este não a compreendia,

enquanto valor abstrato e intrinsecamente nacional. Em face desta razão, estes intelectuais defensores de um ideal de casa portuguesa, seriam os legítimos intérpretes para garantir a sua continuidade, cumprindo um desígnio com estrutura ideológica.

Esta interpretação dever-se-á em parte ao anonimato dessa arquitetura, da sua nudez em termos de autoria ou da ausência no sentido em que não se reconhecia autoria à casa popular rural. O que verificamos é que esta, tal como referimos no início do texto, se inscreve numa arquitetura anónima, sem arquitetos, o mesmo quererá dizer sem autor explícito. Estamos assim numa lógica de apropriação legitimada pelo fator elitista de superioridade intelectual que decide, por direito de representação coletiva, o que é valor estético excepcional, simbólico e universal. São estes argumentos que servem simultaneamente para minorizar, de forma subtil, a exclusão do popular enquanto unidade orgânica complexa, para reconhecer apenas uma parte, selecionada e dessacralizada no contexto, para se tornar num símbolo icónico, diferencial de cultura identitária que não se pretende novo, inovador, mas reativo ao novo e de continuidade histórico-estética. Por outro lado, ao se retirar o contexto, valorizando-se a superfície arquitetónica, legitimaram-se todas as possibilidades espaço-funcionais que o tempo novo trouxera com a transformação da sociedade novecentista romântica, burguesa, nacionalista, ou outra. Este artificialismo instituiu o cerne da questão, ou seja, todo o sentido que levou à pesquisa da casa popular rural, como base de sustentação de continuidade histórica e estética de uma pretensa identidade cultural portuguesa, ficou corrompido, atraído pelos próprios pressupostos de seleção. Assim aconteceu não só por descontextualizarem o homem do seu habitat, mas também por acreditarem que a tradição se exprime por sinais de materialidade transferíveis para outros contextos socioculturais, suprimindo-lhes as ações características da vivência familiar do povo, inapropriáveis no contexto burguês e urbano.

A questão da autenticidade é aparentemente um lugar de conflito, porque a cultura não será coisa estanque, que cristalize e simplesmente se copie e repita. A cultura será uma viagem com velocidades diferentes, entre lugares e culturas, de que destacamos os lugares de fronteira onde intérpretes transferem referências sem imposições ou aparentes regras. A autenticidade vive de subtis transferências de imprevisibilidade que aportam uma espécie de permanente presente/futuro no sentido em que se acomoda, selecionando o que realmente interessa, numa natural continuidade. O que se observa

na validação dos ícones da casa portuguesa referenciar-se-á a uma melancolia histórica, sem pessoas, num impossível regresso ao passado, contextualizado, higienizado e desnaturalizado, artificializado. Esta valorização exacerbada da modernidade antiga leva à sobreposição da materialidade sobre o homem imposta por uma elite arrogante e reacionária. Esta realidade desvalorizou a própria essência da sua crença, na justa medida que na verdade nunca se aproximou do povo, no sentido de o valorizar, garantir melhores condições de vida nas atividades ou na própria valorização da sua casa. O que observamos é uma apropriação e uma subversão de identidades culturais, sem consentimento e com total e absoluto desprezo pelos seus representantes.

Reflexão sobre “A Casa Portuguesa”

Passados mais de cem anos sobre o início deste tema que tantas gerações motivou e mobilizou até ao tempo atual e após os diversos ciclos de pesquisa, interpretação, experimentação, crítica, inclusão e exclusão da casa portuguesa, questionamo-nos sobre de que forma esta será inscrita na história da arquitetura do século XX. E, sobretudo, em face da sua complexidade e da sua proliferação em territórios tão diversos como Portugal europeu e as colónias, e os contínuos refluxos entre estes territórios, questionamos igualmente sobre como se identificará esta expressão da cultura portuguesa. Estas questões ganham a sua maior pertinência quando se observa terem certas definições surgido por imposição de uma elite, combatida por outra permanecendo contudo como questão de fundo no sentido em que a casa será, enquanto objeto arquitetónico, uma reflexão maior de uma sociedade específica, distinta ainda que inevitavelmente integrada num contexto, logo numa cultura universalista. Os ciclos de afirmação pela positiva ou em inversa situação da casa portuguesa terão tido intensidades, finalidades e resultados muito díspares consoante os protagonistas que manifestam oposição de forma espontânea e/ou organizada e articulada, praticamente sempre liderada por arquitetos alinhados ou em conflito ideológico com o poder político, neste século no período pós-guerra.

Tal realidade leva-nos a perceber que a questão da casa portuguesa a dado momento está para além do objeto arquitetónico em si, para ser ele próprio um

conteúdo ideológico, no sentido de se ter tornado num objeto icónico político. Este modelo pela mão de Raúl Lino teria por objetivo regressar ao povo não fora o equívoco de afinal o destinatário ser a burguesia que se revia ideológica e esteticamente no seus modelos. Talvez possamos interpretar os distintos livros de Raúl Lino sobre a casa portuguesa, como por exemplo *A Casa Portuguesa* (1929), como uma pretensa validação de modelos diversos e de diversa dimensão, enquanto casas para todas as posses, ou seja estratos sociais em diversas realidades geográfico-culturais, no sentido da distinção regional. Esta configuração de um ideal esteta, estará também relacionada com uma ideologia nacionalista que surge enquanto matriz política e se apresenta como preservadora da identidade nacional? Esta arquitetura serve a ideologia? Ou a ideologia serve-se desta arquitetura?

Quando observamos os bairros sociais planeados e construídos pelo Estado Novo, e o espírito com que os diversos documentos governamentais os apresentam, constatamos que estes bairros e os seus modelos de casa são representações ideológicas, tal como algumas pousadas, casas de habitação unifamiliar de distintas famílias, divulgadas em revistas da especialidade. O mesmo se verifica quando em 1944 a revista *Panorama* lança um concurso de casa-modelo para campo e praia e se observam os exemplos publicados. Porém, não restam dúvidas de que o projeto ideológico não só está em marcha, como foi assimilado por um vasto espetro da população transversalmente às classes sociais, e mesmo à ideologia do Estado. Tornou-se num dado comum por ausência de discussão pública generalizada. Apenas alguns núcleos liderados por arquitetos conotados com o regime discutem e reproduzem esta linha de pensamento e atuação. Contrariamente, Fernando Távora com *O Problema da Casa Portuguesa* (1947) e João Correia Rebelo, com o manifesto *Senhor Ministro: esta arquitectura é, esta arquitectura não é* (1959), apresentavam um novo rumo. Este último, curiosamente produzido nas ilhas açorianas onde os equipamentos governamentais exprimiam uma arquitetura historicista, fantasiosa como, de resto, em praticamente todas as colónias, defende abertamente uma alternativa.

Naturalmente que a elite do poder instituído será o motor da realidade conservadora que, inevitavelmente, se estende às colónias onde os governadores, quase todos com formação militar e fiéis depositários de ideais nacionalistas, procuraram assegurar essa vertente. Como é o caso paradigmático do governador de

Angola, Norton de Matos que, segundo Maria Manuela Fonte, recomendava a importação dos “modelos construtivos portugueses para Angola” (Fonte, 2013: 386). No entanto, Norton de Matos tinha as suas ideias próprias do que seria a casa ideal para atrair novos colonos nos anos 20:

[...] cada família terá de encontrar à sua chegada, uma casa modesta e simples, mas confortável e higiénica, onde se possa instalar: e essa casa do Estado deverá tornar-se, com um pequeno quintal anexo, passado um período de permanência que terá que ser longo, de 10 a 15 anos pelo menos, propriedade do colono, constituindo um casal de família (Fonte, 2013: 328).

Verifica-se assim a intenção de aportuguesar a arquitetura colonial na senda do que ocorria no então Portugal europeu. Com a criação do Gabinete de Urbanização das Colónias (1944), posteriormente renomeado para Gabinete do Ministério do Ultramar (1951), vão não só confirmar-se e intensificar-se os modelos de casa portuguesa, como curiosamente surgir duas outras correntes: uma de invulgar profusão numa gramática modernista radical, alicerçada por uma pretensa arquitetura tropical, e uma outra de que resultaram exemplos entre um pragmatismo igualmente tropicalista, mas reinterpretado em formalismos rebuscados.

No ultramar e na metrópole a classe profissional dos arquitetos dividiu-se por via de um posicionamento político-social entre os apoiantes do regime e os que se lhe opunham, sobretudo os que procuravam outras respostas para a modernização do país, sendo portadores de um ideal modernista, e um segundo grupo que procurava uma alternativa a esse ideal que se veio a configurar em redor do *Inquérito à Arquitectura Regional* (1955-1961), inaugurando, mais tarde, uma nova era no campo da discussão pública. Debateu-se o quanto possível, dentro e fora da classe dos arquitetos, a “casa portuguesa”, que continuava com um muito expressivo número de apoiantes e propagandistas, de certo modo mobilizados por Raúl Lino que nunca desistiu da sua luta por um ideal de arquitetura de feição portuguesa.

No entanto, a discussão continua a incluir a arquitetura popular e em particular a casa popular, como expressão plástica e não enquanto unidade habitacional, onde o homem e as suas inerentes atividades eram a sua identidade, pelo que julgamos que este tema terá de ser reposicionado no âmbito das arquiteturas de autor, tal como

Sandra Xavier propõe (2011). Por um lado desvinculando a arquitetura popular e a arquitetura erudita de um pretensão purismo. Por outro lado, de uma pertença modernidade, ambos em face do sentido em que se entende o homem como agente e centro geométrico do lugar da arquitetura, seja ela popular ou erudita, desmontando-se a ideia de que a arquitetura popular existe por oposição à erudita e vice-versa.

Importará contextualizar a forma como este tema chegou à opinião pública especializada e/ou interessada, precisamente por via de algumas investigações que na sua especificidade e cronologia permitiram um pensamento articulado, nomeadamente o *Inquérito à Habitação Rural* (1943), da autoria de engenheiros agrónomos, o *Inquérito à Arquitectura Tradicional Portuguesa*, que teve uma primeira e parcial publicação na *Arte Popular em Portugal* (1959) tendo sido revisto, ampliado e publicado em 1992, o *Inquérito Arquitectura Popular em Portugal* (Sindicato dos Arquitectos Portugueses, 1961), e *Casas de Sonhos* (Villanova, Leite e Raposo, 1994). Neste processo surge a pergunta: que pressupostos orientavam estes trabalhos? Que filtragens involuntárias e voluntárias terão ocorrido?

No caso dos arquitetos, João Leal questiona: “até que ponto há de facto um grau de manipulação no Inquérito em termos antropológicos e científicos. [...] Eu não creio que o olhar do Inquérito fosse forjado”, considerando que “aos arquitectos foram buscar [...] as luzes dos critérios modernistas e por isso estiveram mais atentos àquilo que o olhar andava à procura” (Leal, 2011: 110). Segundo Silva Dias (Mestre, 2011) este olhar, voluntária ou involuntariamente, era influenciado pela vontade de ver a modernidade no vernacular. Tal atitude transparece do relato que fez de uma visita de campo no âmbito do *Inquérito*. Estando a observar uma casa, com uns elementos salientes formando um determinado alinhamento e proporção, que aparentemente só ele via, imediatamente relacionou este “extraordinário exemplo de regra” com o número de ouro *corbusiano* confidenciando em voz alta esta observação ao seu colega de levantamento. Logo de seguida a dona da casa, não percebendo nada do que ouvia retorquiu “pois a semana anterior passou aqui uma camioneta e deixou isto neste estado” (Mestre, 2011).

Aliás, será curioso observar no livro do *Inquérito* alguns dos exemplos seleccionados como modelos paradigmáticos, ou seja, constituindo um determinado padrão cuja identidade integra aspetos eventualmente indutores de uma nova arquitetura de

arquitetos, do pós-*Inquérito*, de que será um dos exemplos maiores o dos telhados desencontrados ou, se quisermos, de volumes autônomos com telhados desencontrados. Nesse sentido soçobra a questão do que é popular e do que é erudito em configurações arquitetônicas desenvolvidas nesse período histórico, e realizadas por diversos protagonistas.

Sandra Xavier interpreta o que seria para os arquitetos da geração do *Inquérito* e para os antropólogos seus contemporâneos, a arquitetura popular portuguesa, através de um conjunto de dicotomias que simultaneamente identificaram, separaram e circunscreveram o que era e não era popular. A sua análise procura desmontar qualquer abordagem de compromisso potencialmente antropológico, ligada à observação, registo e interpretação arquitetónica por parte dos arquitetos do *Inquérito*. Considerava ainda que se terá entendido que, sendo rural, não incorporaria a “arquitetura erudita, e com ela, a arquitetura de autor, de raiz urbana, datável, com história universal, mas também introduções recentes provenientes de uma sociedade industrial e de consumo de massas uniformizada e vulgar” (Xavier, 2011: 139). Com esta análise a autora enfatiza que não só não existirá uma arquitetura popular pura, como por idênticas razões não existirá uma arquitetura erudita pura e autoral em face de que “[...] a arquitetura moderna nunca foi exclusivamente erudita, urbana, de autor, do seu tempo, universal e autêntica” (Xavier, 2011:139). Segundo a autora, toda a arquitetura é coletiva na justa medida em que o ato de projetar, será plural, por ser integrador de diversos contributos diretos e indiretos.

Diríamos que à partida concordamos deixando contudo em reserva o sentido abstrato como reforçamos que a autoria, de um modo geral, no sentido da criação de algo inédito no plano da estética, só o é aparentemente, por via de um conjunto de fatores conhecidos ou “fortuitos” que em convergência com a experimentação, manipulação, miscigenação programada ou acidental para ao surgimento de algo inédito e absolutamente útil. Ora, em arte a “questão” do sentido útil, será no mínimo discutível se considerarmos que as emoções não serão fatores quantificáveis.

Quando os investigadores dos diversos inquéritos à arquitetura popular, procuram o(s) modelo(s) perfeito(s), terão tido provavelmente o impulso da seleção da forma, isolando-a do contexto social, expurgando-a de excrescências inestéticas, segundo um padrão comumente aceite. Terão procurado a essência de uma casa básica,

necessariamente desprovida de excessos, ou antes, de coisas desnecessárias ao sentido da vida utilitária, reservando a expressão artística aos objetos, ao traje, ao canto do folclore e não atendendo às expressões de proporção e de detalhes técnicos elaborados com sentido estético. No caso dos arquitetos, terão estes ido mais longe, articulando as funções e espaços enquanto sentido tipológico, talvez agora em demanda do espaço puro daquele que excluía o supérfluo que era criativo/imaginativo, no sentido não só da fruição, mas também das harmonias que proporcionavam, através de desníveis, balcões interiores ligados por escadas, patamares que esculpam espacialidades vivenciais. Nesse sentido, a pesquisa dos arquitetos será tendencialmente globalizante por uma percetividade espaço-funcional e espaço-criativa no sentido artístico, absoluto, numa conjugação de útil e belo. Os arquitetos do *Inquérito* perceberam a invenção total, porventura com alguma admiração e até espanto pela modernidade das soluções observadas, através do filtro da sua formação e respetivo movimento estético onde se integravam. A sua leitura, contudo, apoiava-se também na análise dos antropólogos, como se observa particularmente na equipa da zona 5 (Alentejo), onde os seus autores citam Jorge Dias:

Hoje está inteiramente provado que a criação é sempre individual – o que lhe confere aparentemente carácter anónimo – é mais a atitude mental do povo (vulgar) que se costuma apropriar do que lhe interessa sem se dar ao cuidado de fixar o nome do autor. Não só se apropria como modifica, aperfeiçoa ou deturpa, conforme a fidelidade da memória ou a própria capacidade criadora (Aa.Vv., 1980: 511).

Conclusão

A casa popular rural, tradicional, erudita ou simplesmente casa, será, porventura, a que representará com maior aproximação a cultura comunitária. Será essa a razão de se terem efetuado tantos levantamentos, cujo sentido e objetivo permanecerá em aberto. O seu interesse será o de potenciar a discussão pública de interesse coletivo, onde se incluiu a contribuição para um olhar crítico da(s) arquitetura(s). O tema da casa portuguesa deixa um rasto moralista na opinião pública, cujas consequências perduram através de uma profunda estigmatização de modelos considerados inadequados (apesar de acolhedores para os seus utilizadores), não só de casas, mas

também de urbanidades, como as periferias onde se criou coesão social e formas inovadoras comunitárias, em oposição à cidade formal, envelhecida e deserta, com inerentes consequências para os seus utilizadores. Receio que parte desta discussão apenas assegure a continuidade da estratificação social que a elite estabeleceu, com o apoio dos poderes administrativos, para sua mútua defesa e domínio.

Referências bibliográficas

- Aa.Vv. (1980), *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato dos Arquitectos Portugueses.
- Almeida, Pedro Vieira de (2012), *Dois parâmetros de Arquitectura postos em surdina. Leitura crítica do Inquérito à arquitectura regional. Caderno 1*. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo – Escola Superior Artística do Porto.
- Basto, Eduardo Lima; Barros, Henrique (1943), *Inquérito à Habitação Rural*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Fonte, Maria Manuela (2013), *Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução*. Lisboa: Caleidoscópio/Faculdade de Arquitectura UTL.
- Leal, João (2009), *Arquitectos, engenheiros, antropólogos: estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*. Porto: Fundação Instituto Arquitecto Marques da Silva.
- (2011), “O Vernáculo e o Híbrido: Concepções da Arquitectura Popular Portuguesa entre 1960 e 2000”, in Paulo Providência; Sandra Xavier; Luís Quintais (coord.), *Joelho*, 2(2), 39-57.
- Lévi-Strauss, Claude (1981), *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70.
- Lino, Raúl (1929), *A Casa Portuguesa*. Lisboa: Comissariado Geral Exposição Sevilha.
- Mestre, Victor (2002), *Arquitectura Popular da Madeira*. Lisboa: Argumentum.
- (2011), Entrevista a Francisco Silva Dias. [DVD]. Lisboa.
- Oliver, Paul (1978), *Cobijo y Sociedad*. Madrid: H. Blume Ediciones.
- Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando (1992), *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Garcia, Fernando (1944), *Concurso da Casa Panorama*, in *Panorama*, vol. 4, n.20, abril de 1944, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, s/ pp.
- Perrot, Michelle (1990), “Maneiras de habitar”, in Philippe Ariès; Georges Duby (dir.), *História da vida privada*. Lisboa: Edições Afrontamento, 307-323.
- Rebelo, João Correia (1959), *Senhor Ministro: esta arquitectura é, esta arquitectura não é*. Ponta Delgada: edição do autor.
- Ribeiro, Orlando (1999), *Goa em 1956: Relatório ao Governo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

- Rossa, Walter (2010) "Enquadramento geral: os quês deste volume", in José Mattoso (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo*. Vol. Ásia e Oceania. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 20-61.
- Rudofsky, Bernard (1964), *Architecture Without Architects*. New York: Doubleday & Company, Inc.
- Sousa, Ernesto de (1970), "Arte Popular e Arte Ingénua", *Separata do Colóquio 2 - Tomo III - Das publicações do XXIX Congresso Luso-Espanhol*. Lisboa: Associação Portuguesa para o progresso das Ciências.
- Távora, Fernando (1947), *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Cadernos de Arquitectura.
- Thoreau, Henry (1854), *Walden, or Life in the Woods*. Consultado a 22/12/2015, em <http://www.eldritchpress.org/walden5.pdf>
- Villanova, Roselyne; Leite, Carolina; Raposo, Isabel (1994), *Casas de sonhos*. Lisboa: Edições Salamandra.
- Xavier, Sandra (2011), "Para lá da oposição entre arquitectura de autor e arquitectura sem architectos" in Paulo Providência; Sandra Xavier; Luís Quintais (coord.), *Joelho*, 2(2), 139-144.

Desconstrução da cidade portuguesa num discurso a três: Luísa Trindade, Margarida Tavares da Conceição e João Horta

Vera Domingues¹

Resumo

A *cidade portuguesa*, tema de toda uma linha investigação cujo ponto de partida para o conhecimento da *cultura do território* e dos espaços urbanizados portugueses foi o estudo da sua expressão material – o urbanismo – constituiu, desde 1980, um conceito consagrado com a constatação de existir uma maneira portuguesa de “fazer cidade”. Contudo, a construção e evolução científica do conhecimento sobre o tema tem vindo a desmontar a validade do conceito, expondo-lhe a inconsistência cultural que encerra, ao mesmo tempo que amplia a fortuna crítica do universo urbanístico português, quando analisado à luz das várias e diferentes abordagens que (in)formam a área disciplinar do urbanismo. Afinal o que é a *cidade portuguesa*? É a interrogação por detrás deste ensaio. O qual não tem a ambição de contribuir com uma resposta para a sua definição. Antes, promover uma reflexão em torno do conhecimento já consolidado. Tal como o título esclarece, trata-se de compor um discurso mediante o cruzamento de assuntos produzidos por três autores, com diferentes métodos, objetos e cronologias de leitura aos espaços urbanizados, e cujas contribuições, sobretudo pela atualidade, pelas novidades sobre a urbanística e ferramentas de interpretação histórica, alargam substancialmente as hipóteses de investigação e compreensão do processo de construção do universo urbanístico português, auxiliando a convicção ou caducidade do conceito *cidade portuguesa*.

Palavras-chave: urbanismo português; urbanística portuguesa; cidade portuguesa.

Introdução

Este texto nasce do desafio lançado por Walter Rossa no seminário “Desconstrução da cidade portuguesa: urbanização e conceito” integrado no programa

¹ Doutoranda da 1ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>; Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

de doutoramento *Patrimónios de Influência Portuguesa*. O qual consistiu na elaboração de um ponto de situação ao tema da *cidade portuguesa*, que concorra com algumas estratégias para a sua construção ou desmistificação. Arquitecta que sou, a minha contribuição incorpora deliberadamente a linha de investigação que tenho vindo a trabalhar: o conhecimento da cultura urbanística e os fenómenos do urbanismo português nos núcleos urbanos no Oriente, e aos quais a historiografia nacional acoplou o tema em questão.

Assim se explica porque é que considero que a expressão *cidade portuguesa* não seria tão problemática para o conhecimento da *cultura do território* e do urbanismo dos espaços de matriz portuguesa se a sua forma não estivesse no singular. Ou seja, se o título que sintetiza as características da complexa realidade do universo urbanístico português não encerrasse, na sua raiz, um exclusivismo identitário e um modelo que facilmente se transformam em pré-conceitos.

Basta lembrar que o universo urbanístico português não se construiu (e quiçá constrói ainda?) apenas no território que é hoje Portugal, muito menos em lugares vazios de culturas próprias, somente pelo génio e mãos de portugueses puros de sangue, ou que a identidade portuguesa é de facto o resultado de todo um processo de mistura civilizacional e contaminação cultural desde a sua origem. Mas a discussão destas questões não cabe aqui, nem é este o propósito do ensaio. Importa sim relembrar, ainda que resumidamente, a origem da problemática, que foi aliás fundamental para a formulação dos assuntos que moveram os autores seleccionados para integrar a discussão.

O uso da expressão *cidade portuguesa* ao invés de *cidades portuguesas*...

...surgiu pela primeira vez em 1987 no texto “O lugar da cidade portuguesa”, do arquitecto José Manuel Fernandes. Neste ensaio defenderam-se algumas características morfológicas fundamentais e comuns aos casos urbanos que nos vários territórios compõem o universo urbanístico português, mediante o aprofundamento dos fatores e razões, quer geográficos quer civilizacionais, que condicionaram os seus processos de fixação e urbanização.

Hesitando entre o uso do plural e o do singular, o arquitecto optou pelo último, não só no título, mas quando concluiu que “[...] a cidade portuguesa adquire então

aspetos que a vão cristalizar num modelo bem claro com dimensão de intemporalidade” (Fernandes, 1987: 86). Porque o fez não é claro, e só por si é um paradoxo se se tiver em mente que uma das conclusões do texto foi a inexistência de um tipo urbano português puro. Mas de uma forma tão-só especulativa, pode ser explicado pela circunstância em que o texto saiu a lume.

O texto do arquiteto maturou as linhas de investigação de autores que já nas décadas de 50 e 60 contribuíram para o arranque da historiografia do urbanismo português,² abrindo contextos académicos e metodologias de análise aos objetos basilares para se ultrapassar o paradigma, também ele metodológico, de que as cidades, ou melhor, o urbanismo português por comparação ao hispânico, era orgânico, desprovido de ordem e pitoresco. Consequentemente, o estudo em questão foi redigido e publicado ainda num momento embrionário do estudo das cidades portuguesas, marcado pelo carácter de isolamento científico onde decorriam as investigações, com resultados por regra polémicos e contraditórios, e onde mais que convicções se apuraram pistas.

A *cidade portuguesa* de José Manuel Fernandes, contrariou, no entanto, o plural da expressão que os autores até então usaram, parecendo articulada enquanto resposta viciada no próprio paradigma. Caso o artigo não tivesse sido escrito com o igual sentido de procurar no contraste com o modelo espanhol de implantação urbana as características mais assinaláveis das cidades portuguesas, talvez o equívoco sequente da expressão tivesse sido evitado.

Mas esta discussão não cabe na economia deste texto. E o que no fundo aqui importa deixar claro é que na sua matriz de conhecimento a *cidade portuguesa* tem vícios de uma pretensa originalidade, consagrados após o despertar do interesse pelo urbanismo português na década de 1990, e com a constatação de existir uma maneira portuguesa de “fazer cidade”, com linhas de continuidade desde a Idade Média ao fim do consulado do Marquês de Pombal, perceptíveis nas cidades e trechos de cidade

² Por entre os autores portugueses que se dedicaram ao tema na cronologia entre 1950/60, e os quais José Manuel Fernandes cita frequentemente no texto em questão, destacam-se os títulos de Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1962; 2002), de Jorge Gaspar (Gaspar, 1968; 1969), de Mário Tavares Chicó (Chicó, 1956) e de Luís da Silveira (Silveira, 1956).

implantados no território que é hoje Portugal, bem como naqueles implantados nos mais diversos espaços do Império.³

Contudo, já desde os estudos iniciais pontualmente se anotavam tanto questões relativas a influências e contaminações induzidas pelos fenómenos não só expansionista e colonial, mas também relativos à própria identidade/cultura portuguesa, quanto práticas e elementos urbanísticos não exclusivos. De resto, não é por acaso que a geração de 1990, maioritariamente composta por arquitetos, e que com mais afinco contribuiu para a estabilização da *cidade portuguesa* tenha dado início ao desmontar da validade do conceito.⁴

Em suma, as releituras e aprofundamento do conhecimento feitos por e a partir desta geração verificaram que o que está em causa na especificidade das cidades portuguesas não são conceitos, elementos ou tipos morfológicos puros e singulares. Nem estes tão pouco são capazes de definir, e portanto distinguir, “uma” *cidade portuguesa* no meio da história do urbanismo global. Existem, sim, diversidades morfológicas, continuidades, influências e tempos longos. Por outras palavras, ao invés de modelo existe regra, que em função de uma realidade específica constrói um resultado concreto, e cujo uso de padrões repetitivos permite manter o “ar de família”, inclusive quando a regra é posta ao desafio ou alterada.

³ Não se pretende deixar aqui traçado o *estado da arte* da história do urbanismo português, o que só por si implicaria a redação de um novo e longo ensaio, dado a vasta produção sobre o assunto. Opta-se assim por deixar anotados quatro títulos de referência, não por maior valia que outros, mas porque foi neles onde primeiro se coligiu uma leitura geral do conhecimento sobre a temática da cidade portuguesa, se encontraram testadas e esquematicamente listadas as *invariantes* ou características da cultura espacial portuguesa e, por fim, se reuniram e reeditaram uma série de estudos de vários investigadores afetos ao tema. Ver respetivamente: (Rossa,1995); (Rossa, 2002: 426-443) – onde consta republicado o título anterior; (Araújo e Carita, 1998) e (Rossa *et al*, 2001).

⁴ Leia-se a título de exemplo, que se de alguma forma já em 1969 num dos textos pioneiros sobre a urbanística portuguesa o geógrafo Jorge Gaspar concluía que “do exame da planta de uma série de vilas portuguesas fundadas no reinado de D. Dinis, na sua maior parte próximas da fronteira ou em áreas despovoadas, encontrámos frequentemente um padrão geométrico que as assimila a fundações da mesma época e de idêntico significado noutros países da Europa, não deixando dúvida da sua intencionalidade e modernidade” (Gaspar, 1969: 208), no *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, decorrido em Coimbra em 1999, o arquiteto Hélder Carita, após uma reflexão sobre a legislação, administração municipal e a praxis arquitetónica e urbana de Lisboa no século XVI, que incluiu algumas digressões a vários casos urbanos portugueses nos territórios da Expansão, revelou, não obstante o atual caráter maioritariamente desatualizado da matéria em geral, a existência de “qualidades urbanísticas de flexibilidade capaz de se adaptar às lógicas de gestão do território e às mais diversas situações impostas pelo alargamento progressivo do espaço do Império” (Rossa *et al*. 2001: 178).

Desta leitura, deduz-se que mais que encontrar modelos ou exclusivismos que suportam e justificam o conceito, é fundamental perceber a cultura urbanística, os meios, as personagens, os tempos e os métodos de execução que construíram o universo urbanístico português. Em suma, desconstruir o *processo de produção de espaço urbano* a fim de questionar-se como fizeram os portugueses cidade, e daí se depreender as práticas de construção com as quais atuaram na constituição da(s) forma(s) urbana(s). É nesse “modo de fazer”, aliás, onde está para os autores que aqui serão os alicerces científicos do discurso, a verdadeira matéria de fundo da *cidade* traçada por portugueses e quiçá a própria essência que lhe confere a especificidade.

Contextualizado o assunto proposto para o ensaio, passemos agora ao desenvolvimento do discurso, cruzando as três leituras do arquiteto e das duas historiadoras da arte.⁵

Desconstrução da cidade portuguesa num discurso a três

Sentem-se então “à mesa”, João Horta, Margarida Tavares da Conceição e Luísa Trindade,⁶ com as respetivas dissertações de doutoramento, *Vila Real de Santo António: forma limite no urbanismo histórico português* (Horta, 2006); *Da Cidade e Fortificação em textos portugueses 1540-1640* (Conceição, 2008); *Urbanismo na Composição de Portugal* (Trindade, 2009), começando por questionar-se o porquê dos temas, dado terem em comum uma linha de investigação onde há um claro afastamento metodológico do conceito de *cidade portuguesa* e uma proximidade ao *processo de produção dos espaços urbanos*.

JH – Penso [...] que o arquiteto, por formação e proximidade profissional tanto à conceção como à execução da obra edificada, está em condição privilegiada de contribuir para se

⁵ Importa deixar claro que o desafio lançado para a produção deste texto foi “pôr os autores a falar entre si”. Tendo isto em consideração, as páginas que se seguem devem muito à articulação de várias ideias e excertos coligidos de entre as suas dissertações de doutoramento, onde se encontrou desenvolvido e sustentado o conhecimento sobre o processo português de produção de espaço urbano de cada um. Por questões científicas e éticas, mas também de aferição das ideias aqui sintetizadas, importa desde logo afastar qualquer manipulação ou erros de interpretação que o método usado possa carrear, daí que à exceção da “narrativa de mediação” e pontos de união de frases feitos por mim, tudo quanto se refere aos autores cumpre as devidas normas de citação. Para a maturação da construção do discurso foi ainda essencial conhecer outros textos de produção dos autores, também as principais linhas, pilares e fontes do seu percurso de investigação. Essa informação aparecerá, quando necessária, pontualmente no corpo do texto, ou quando auxiliar do assunto, em nota de rodapé.

⁶ Doravante JH (João Horta), MTC (Margarida Tavares da Conceição) e LT (Luísa Trindade).

cumprir a interdisciplinaridade que a área científica da História da Arquitetura e Urbanismo exige. [...] [S]endo a forma da coisa edificada um registo leal dos pré-conceitos, ideias e processos de concretização dos planos, como instrumentos da definição antecipada e de cotejo dos cumprimentos, correções ou alterações, a sua análise é uma metodologia imperativa que passa necessariamente pela Geometria como ciência exata e não dispensa as competências da formação e atividade do arquiteto. (Horta, 2006: 1-2)

Posição apoiada por Luísa Trindade e Margarida Tavares da Conceição, para as quais:

LT – o investimento no estudo da forma justifica [-se] apenas na medida em que é a expressão do processo histórico que a determinou e a consciência de que, do ponto de vista operativo, a forma também não é mais do que um veículo para o conhecimento desse processo. [...] [As formas] quando devidamente descodificadas [...] permitem compreender como numa determinada época se pensou a cidade e como sobre ela se operou. [...] os levantamentos cadastrais desempenham no âmbito da história do urbanismo um papel idêntico ao que o documento tem para o historiador, exigindo, da mesma forma, todo o processo de “*decifrar e transcrever*”. (Trindade, 2009: 95-98)

MTC – [Mas sendo] a cidade [...] o produto mais complexo da produção urbana [...] torna-se útil não perder de vista algumas linhas de circunscrição entre as diversas áreas disciplinares. [...] Não sem razão, é com muita frequência que uma parte da história da arquitetura e do urbanismo precisa de se radicar na história da cultura e das ideias. (Conceição, 2008: 14)

LT – [A] cultura urbanística [é] o tema central [...]. Com o papel da cidade já claramente identificado pela historiografia recente [...] Interessa-nos a norma, a regra, a repetição de soluções. [...] os mecanismos de execução necessariamente rotinados que tornaram operacional a formação de uma rede urbana. (Trindade, 2009: 11)

Aproveitando-se a deixa de “rede urbana”, é útil reforçar que as teses em conjunto sintetizam três momentos fortes do processo de urbanização português: o período pombalino, moderno e medieval. Cerca de dois séculos e meio, portanto, distam entre o trabalho de Luísa Trindade e o de Margarida Tavares da Conceição, e cerca de século e meio entre este último e o de João Horta. As análises à forma urbana foram realizadas, no caso de João Horta mediante um núcleo urbano particular e o seu

confronto com a Geometria. Margarida Tavares da Conceição privilegiou a cultura escrita, descodificando nos textos e tratados de fortificação escritos por portugueses ou estrangeiros ao serviço da Coroa Portuguesa, eixos de uma teoria urbanística capaz de sustentar uma prática urbanizadora portuguesa. E Luísa Trindade varreu o território português medieval, procurando na análise morfológica das vilas de fundação e ensanches de núcleos já consolidados, os fatores e programas base subjacentes ao ato de urbanização que admitissem demonstrar inquestionavelmente a existência de um padrão modelador do espaço. Quando elencados com outros títulos da vasta literatura portuguesa e de outros estudos realizados no âmbito do urbanismo português, estas três teses oferecem uma leitura quase contínua do modo de fazer cidade, desde os tempos de fundação da portugalidade.

A questão que se levanta é saber porquê a opção por estas balizas cronológicas e objetos/instrumentos urbanos? João Horta responde:

JH – [N]o âmbito da tese de doutoramento do Prof. Doutor Horta Correia – *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*⁷ – embora já antes quer naturalmente como vila-realense [...] o meu interesse por esta cidade nova de Setecentos raiava a paixão [...]. Depois, na chefia de 12 anos do Gabinete do Plano de Reabilitação da Zona Histórica Pombalina de VRSA, a dedicação passou a dever [...] à crescente opacidade da entidade camarária no entendimento e resposta aos problemas de salvaguarda [...]. Mais tarde, já na docência da Licenciatura de Património Cultural da Universidade do Algarve tive o dever e a oportunidade de me candidatar ao Doutoramento [...]. Horta Correia convenceu-me e mais, não se importou de ser o orientador da tese. (Horta, 2006: IX-X)

Acrescentando que por detrás do tema a desenvolver sempre esteve a convicção de que:

JH – Vila Real de Santo António conteria [conterá] necessariamente, porque uma criação limite, toda a gramática (ou, pelo menos, a sua essência) – morfologia, sintaxe e semântica – da «escola» portuguesa de edificação. (Horta, 2006: 5)

Mas para conhecer o epítome da cultura urbanística de 1776 foi necessário pender um olhar aos episódios urbanizadores coevos a VRSA e antecedentes. Daí o autor ter

⁷ Onde colaborou na produção de material de interpretação morfológica. Ver: (Correia, 1997).

alargado a pesquisa ao período balizado entre a data da Conquista de Ceuta (1415) e a promulgação da Primeira Constituição Liberal (1822). E para o qual concorreu a coorientação de Walter Rossa.⁸

Partilhando da importância do magistério de Horta Correia, Margarida Tavares da Conceição conta que, da sua matriz historiográfica:

MTC – [...] formou-se a noção de uma escola portuguesa não apenas limitada à engenharia militar dos séculos XVII e XVIII, mas de uma outra *escola*. Uma escola não restrita ao sentido institucional ou letivo, mas na significação mais flexível de *escola* definido por um método de fazer arquitetura e cidade [...]. Como por nós foi observado no estudo da formação do espaço urbano da praça de Almeida [...].⁹ [E que] refletirá também linhas de conhecimento mais ou menos sedimentadas na tradição arquitetónica e urbanística portuguesa, quer se pense numa perspetiva teórica ou prática. [...] Quer o problema da formação da escola portuguesa de arquitetura e urbanismo, quer a maneira como formatou o programa de praça de guerra, obrigou a um inquérito às linhas anteriores [...]. Até porque era necessário não perder de vista como antecedente, como eventual fator explicativo de uma especificidade portuguesa, o papel da engenharia

⁸ Quase a par do início de desenvolvimento da dissertação de João Horta, Walter Rossa encerrava a sua tese de doutoramento, também sob a orientação de Horta Correia, *DiverCidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade* (Rossa, 2001), concluindo que “da análise feita ao processo da Reforma do Ensino de D. João III, um dos resultados mais importantes para a História do Urbanismo Português foi a constatação do carácter experimental dos métodos adotados ao longo do processo, o que, contra o que é mais comum dizer-se, nos revelou uma evolução em continuidade e não a adoção de modelos de uma virtual vanguarda europeia [...] Neste domínio [referindo-se à relação entre a Arquitetura e o Urbanismo] foi especialmente gratificante verificar como o suporte para esse desiderato é, invariavelmente do século XIII ao XVI, o estabelecimento de uma matriz geométrica com a qual se administra a distribuição do espaço [...] como ponto de partida o quadrado [...], sendo frequente a sua evolução para o retângulo através do rebatimento da sua diagonal – a proporção de $\sqrt{2}$ ” (Rossa, 2001: 845). Estes dados seriam cruciais para o aprofundamento da tese de João Horta e um olhar aos antecedentes urbanos. Uma vez ter já pressuposto com Horta Correia, que à malha geradora do tecido urbano de VRSA presidia a fórmula $1+\sqrt{2}$. Além disso, anos antes, Walter Rossa terminou a tese de mestrado, *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista* (Rossa, 1998), revelando que “Com a reforma urbana para a cidade de Lisboa a escola portuguesa de urbanismo ensaiou definições e, paradoxalmente, quase apurou o exercício da utopia. A continuidade metodológica que sempre fomentou levou à manutenção dos princípios estéticos sem conservadorismo estilístico mas resistindo às modas. [...] Nesta doutrina reside a novidade essencial daquilo a que convencionalmente se chama pombalino. Este é mais o corolário de um processo urbanístico de continuidade, que finalmente encontra o seu contexto doutrinário ideal” (Rossa, 1998: 134). Contexto doutrinário ideal que também o plano de VRSA encontrou: “estava-se no auge do pombalismo, tratava-se de uma cidade localizada no Reino, dirigida pela Casa do Risco das Obras Públicas, ex-nihilo, formalmente muito exigente, rapidamente edificada, portanto sem dar ao tempo oportunidade de se afastar do seu desígnio ideal” (Horta, 2006: 48). Não obstante outros vínculos entre os autores, por ambos se explica o quão basilar era a participação de Walter Rossa para o desenvolvimento da dissertação de João Horta.

⁹ Refere-se à dissertação de mestrado que apresentou em 1998 sob a orientação de Horta Correia. Ver: (Conceição, 2002).

militar na cultura arquitetónica e urbanística portuguesa desde a época sebástica. [...] A pesquisa ganhou por isso um horizonte cronológico [entre] aquela que se considerou ser a viragem de 1540, num enquadramento geral relacionado com a maior visibilidade da tratadística em ambiente português e na coincidência de dois elos militares: os desenhos que Francisco de Holanda fez das fortificações italianas e o início da fortaleza de Mazagão. [...] Igualmente, é preciso não esquecer que a conjuntura desta viragem amarrada a 1540 não é apenas portuguesa e particularmente visível na fortificação, mas corresponde a uma inflexão cultural e ideológica mais profunda e europeia. [...] Esse ponto de viragem ideológico marcou profundamente a sociedade portuguesa [...] incentivando o arranque em força da nova escolástica. O processo de transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra e as seguintes reformas foram disso um sintoma maior. (Conceição, 2008: 121)

Tudo isso urgia apurar. “Do outro lado o recomeço de 1640, uma marca forte e tradicionalmente clara” (Conceição, 2008: 18-20). Tal como evidenciavam os estudos do orientador da presente dissertação.¹⁰ Porém, alertando para a existência de linhas de continuidade urbanística e não ruturas, e para uma espécie de impermeabilidade da cultura portuguesa às vanguardas vindas do exterior.

Linhas de continuidade ininterruptas no processo histórico do “fazer cidade” que também foram identificadas por Luísa Trindade, no estudo que dedicou à casa corrente medieval em Coimbra e na elaboração do artigo sobre a estrutura urbana da cidade na primeira metade de Quatrocentos.¹¹ Do mesmo modo a participação na unidade curricular *História da Arquitetura Portuguesa* da Universidade de Coimbra, à regência de Walter Rossa, a fez aproximar às *invariantes* apontadas pelo arquiteto, sobretudo pelos resultados que a análise à morfologia urbana de Angra, de Antonieta Reis Leite, exibiam,¹² e aos métodos de leitura e teste à forma urbana.¹³

Tornou-se assim clara a necessidade de perscrutar os “antecedentes”. Impondo à pesquisa um recuo no tempo e um alargamento de enfoque. Como refere:

¹⁰ Veja-se o título de Walter Rossa referenciado na nota 8, (Rossa, 2001).

¹¹ Refiro-me, respetivamente, à obra *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna* (Trindade, 2002) e ao artigo publicado em (Rossa et al, 2001: 57-67).

¹² Os resultados ensaiados por Antonieta Reis Leite, que conduziram à produção da sua tese de licenciatura, *Angra: um porto no percurso da cidade portuguesa* (Leite, 2002), e depois à dissertação de doutoramento, (Leite, 2012) , reforçaram a questão da existência das *invariantes*, ou continuidade de práticas urbanísticas portuguesas, quando detetadas na malha urbana de fundação, na Rua Direita e numa das habitações de arquitetura ordinária. Ver: (Leite, 2000).

¹³ Para o qual contribuiu a integração, de 2005 a 2008, no grupo de trabalho coordenado por Walter Rossa, no âmbito do projeto *História e análise formal na definição do conceito de intervenção em contexto urbano histórico* (CEARQ, financiado por III/UC). Ver: (Rossa e Trindade, 2006).

LT – [...] a todos os níveis, o período balizado entre 1250 e 1325 foi efetivamente o da consolidação e apropriação do espaço nacional [...] Em todo esse processo coube aos núcleos urbanos o papel estratégico central. Diretamente sob a alçada do monarca constituíram verdadeiros polos ordenadores, sendo neles e através deles que a coroa progressivamente [...] “compôs” o reino. [...] Foi sobretudo a partir do mundo urbano, pela uniformidade das leis e da escrita, da linguagem e dos símbolos, dos usos e costumes, que paulatinamente se construiu a noção de identidade e de pertença. [...] o urbanismo então praticado foi naturalmente dirigido. E, como invariavelmente sucede nessas ocasiões, as marcas dessa atuação rápida e conduzida ficaram impressas de forma indelével no território sendo ainda hoje facilmente reconhecíveis nos cadastros atuais. (Trindade, 2009: 9-10)

Dos dados que apontam, infere-se na *cidade portuguesa* a presença de um conjunto de normas e procedimentos, com raiz no urbanismo medieval e uma forte linha de continuidade, que sustentou a praxis e a operacionalidade urbanística antes da constituição do *corpus* formal da Engenharia e Arquitetura portuguesas. No tempo longo precedente, este conjunto de normas e procedimentos atingiu uma maturação tal, a ponto de possibilitar a construção de exemplos urbanos tão geometrizados como VRSA. Daqui é possível deduzir outras duas características da urbanística portuguesa: um saber prático e um desígnio planeado (dirigido) continuados. Tomem-se então os resultados testados por João Horta como base de debate para esclarecer esta última questão, já que a história da arquitetura ou engenharia militar saídas da “Aula do Risco” – da qual o plano de VRSA foi o ícone do desígnio – para Margarida Tavares da Conceição “[...] incorporam outras leituras, outras personagens e outros tempos” (Conceição, 2008: 429).

Do então método interpretativo da Geometria, que transformou num tão complexo quanto rigoroso uso do instrumento analítico, João Horta comprovou a importância que a tríade trigonometria-navegação-urbanismo/arquitetura teve no desenho de VRSA. Evidenciando a aplicabilidade da rosa-dos-ventos-e-rumos – um dos instrumentos mais comuns à arte da navegação – enquanto objeto de projeto urbano e arquitetónico.

Mas a conclusão mais relevante do ponto de vista do que aqui importa tratar, está no avanço da hipótese da aplicabilidade da rosa dos ventos ter sido herdada de uma

longa e diversificada prática projetiva, com origem na aprendizagem da navegação aquando os primórdios da Expansão. O que só por si poderia ir contra a leitura de Margarida Tavares da Conceição. Ao invés, a historiadora consolida esta hipótese, explicando que no contexto português compreendido entre 1540-1640:

MTC – [...] vários aspetos relacionados com as obras matemáticas permitem observar um nexos direto entre a geometria e a náutica; em especial no que se refere à necessidade de saber situar os objetos e medir as distâncias ao nível da *Esfera*, dos territórios marítimos e terrestres, das estruturas edificadas e por edificar, em suma, a medição do espaço. Os instrumentos usados nessas operações, por fortificadores, engenheiros, arquitetos, topógrafos, etc., é em grande parte comum à navegação marítima, partilhando os princípios gerais da trigonometria. (Conceição, 2008: 425)

Informando porém, que:

MTC – [...] a historiografia ainda não demonstrou inequivocamente até que ponto a ciência náutica fornecia os instrumentos operativos que poderiam habilitar um projetista para atuar à escala urbana [...] A trigonometria estava no século XVI ainda em formação enquanto disciplina [...] Todavia, sendo a trigonometria parte da geometria, cujo conhecimento elementar se encontrava sedimentado desde longos séculos atrás, as suas leis mais simples seriam usadas com alguma facilidade pelos “geómetras práticos”, com a régua e o compasso no papel, com a groma e as cordas no terreno, técnicos que não precisavam de conhecer em profundidade os princípios abstratos que estavam por detrás de tais operações (Conceição, 2008: 91-92).

Por sua vez, Luísa Trindade chama a atenção para a validade de um conjunto de práticas identificadas como de atuação recorrente na Idade Média assentes num conjunto de princípios elementares e rotinados, alegando que:

LT – [...] a análise formal de alguns casos, todavia, permite equacionar se o processo de composição dos diversos quarteirões entre si e destes com a rede viária não seria algo mais aprimorado, sem chegar a ser complexo [...] estabelecendo entre si um sistema de relações formais com base em regras algébrico-aritméticas. Da análise morfológica de Caminha, Monção ou Arronches, constata-se que o dimensionamento de toda a malha tem subjacente uma modulação [...] [e] pelo menos nalguns casos, as matrizes regulares

resultavam da aplicação de harmonias aritméticas, que embora simples, implicaram um raciocínio geométrico como base do processo de atuação sobre o território. Neste âmbito, a prática que parece deter a primazia é a parte do quadrado como módulo, progredindo para formas retangulares. (Trindade, 2009: 185)

Trata-se, portanto, de uma das *invariantes* identificadas na *cidade portuguesa* por Walter Rossa e demonstrada por João Horta em VRSA. Seriam no entanto, relações mais elementares do que aquelas verificadas por João Horta, pesando a par da praticabilidade, o nível técnico dos instrumentos. Luísa Trindade explica que, como aos “geómetras práticos” de Margarida Tavares da Conceição:

LT – [bastava] uma corda como instrumento e uma só dimensão como padrão – e por isso ao alcance de qualquer “povoador”, [para] [...]estabelecer séries e ritmos próprios, cuja aplicação se estende do lote ao quarteirão e à rua, assegurando de forma eficaz a perpendicularidade. (Trindade, 2009: 186)

Exemplificando:

LT – Viana da Foz do Lima, Monção, Caminha, Bragança, Viana do Alentejo, Nisa ou a expansão do casario de Arronches para poente demonstram, mesmo à vista desarmada, resultarem de um processo dirigido de ocupação do território onde a geometria atuou como instrumento. (Trindade, 2009: 194)

Do cruzamento destas observações que vincam a pertinência que o conhecimento dos antecedentes tem quando se trata de descortinar a cultura urbanística portuguesa a fim de entender-se a lógica, a maturação, ou eventualmente a rutura no modo português de se fazer cidade, há um outro aspeto a considerar dentro da questão da tradição arquitetónica e urbanística portuguesa enquanto saber executivo pragmático: a hipótese da existência de uma longa e diversificada prática projetiva com origem na *epopeia portuguesa* da Expansão, levantada por João Horta, e à qual Luísa Trindade está apta para responder, referindo-se à análise que efetuou ao *programa urbano*:

LT – [...] a cidade de fundação constituía, desde o primeiro momento, a resposta a três funções elementares: a defesa de corpos e bens, o apoio espiritual, as estruturas de

suporte ao povoamento concentrado. Estruturas militares (castelo e/ou cerca), igreja e um conjunto de parcelas (urbanas e rurais), determinado em função da população esperada são, por isso, os três elementos fundamentais de qualquer vila nova. [...] Mas, talvez mais importante do que isso, é a forma como esses mesmos três elementos se relacionam entre si ou, em bom rigor, a autonomia de cada elemento face ao conjunto. [...] [Porque] não decorrem de uma conceção unitária onde a disposição de cada um se encontra à partida formalmente dependente da dos outros (Trindade, 2009: 139). Como se os homens responsáveis pelo “fazer cidade” partissem para o terreno munidos não de uma qualquer peça desenhada, rígida e pré-concebida mas de um programa livre – composto pelas três partes referidas – cuja execução assentava sobre um conjunto de procedimentos práticos e rotinados. Da soma das partes, cuja articulação se fazia no entendimento concreto do terreno, resultaria a cidade. (Trindade, 2009: 141)

Esta resposta pode indiciar uma rutura de práticas quando lida em confronto ao plano de fundação de VRSA, esse sim com autoria e plano desenhado, e à intuição de um novo modo de fazer cidade com raiz *ca.* 1415. Contudo, como já computado pela manipulação estrita da geometria aquando os processos de urbanização, o que se lê, entrecruzando os dois assuntos, é uma maturação da prática projetiva e urbanizadora consequente do tempo, sociedade, evolução do saber erudito e da técnica a que responde. Exemplo justificativo disso é a *casa da câmara* verificada também por Luísa Trindade, pois:

LT – [...] permite compreender como a adoção de um novo modelo de gestão urbana [...] foi determinante no aparecimento e vulgarização de um espaço próprio ou “*apartado*”, reservado à administração concelhia. (Trindade, 2009: 743)

Indicando que se tratou de “[...] um processo que, iniciado ainda na primeira metade do século XIV, só nos finais do reinado de D. Manuel alcança o seu total desenvolvimento” (Trindade, 2009: 761) a autora recorre ao caso de Setúbal, esclarecendo que:

LT – a data tardia [...] entre 1526 e 1537, permite vê-lo como culminar de um longo processo. Porque, em bom rigor, tudo quanto lhe diz respeito – da procura de um espaço central ao carácter nobre do edifício, com varanda e coroamentos ou colunas inspiradas nas do paço do Duque, passando pela concentração dos diversos equipamentos ou pela

especialização e orgânica da distribuição dos espaços – apresenta claras analogias com os exemplos elencados para datas anteriores [...] denunciando o caráter dirigido e programado de um conjunto de transformações de inegável impacto na vila. Que terá tido paralelo em muitos outros casos anteriores, executados pelo menos a partir de meados do século XV. [...] Processos que, sobretudo, identificam o caráter indissociável entre a evolução registada para os edifícios de gestão concelhia e a consolidação da praça na cidade tardo-medieval portuguesa. (Trindade, 2009: 799-800)

A praça como hoje a conhecemos – na condição de espaço urbano público e com limites configurados – evidencia, de igual modo, uma evolução do “fazer cidade” sem ruturas mas ajustável às circunstâncias do tempo e da sociedade. O que é aliás claro na intenção do plano e urbanização de VRSA. Como refere a autora:

LT – [...] na Idade Média portuguesa, o programa de fundação de uma cidade não contemplava *ab initio* uma praça [...] E contudo, ela encontra-se em qualquer cidade portuguesa da Época Moderna. (Trindade, 2009: 687)

[A]s referências elencadas parecem indicar que, no decorrer da Idade Média, o termo praça associou à característica de espaço desafogado, uma maior complexidade funcional, passando a designar o local onde, por excelência, confluía a atividade mercantil, política, judicial e lúdica. Não sendo atividades novas no mundo urbano tal facto reflete que, em cronologia mais recuada, a sua realização ocorreria em locais designados por terminologia diferente. (Trindade, 2009: 690)

[No fundo] a praça era, uma vez mais, uma ação que decorria num determinado espaço, sem que uma se confundisse com o outro. [...] Curiosamente, a utilização de praça como sinónimo de mercado não ocorre em nenhum outro país. [Mas o que importa reforçar é] a existência, desde cedo, de um espaço de mercado a par da inexistência de praça enquanto espaço físico. [...] Na realidade, salvo raras exceções, até aos finais do século XIV é em vão que se procura no interior da urbe espaços centrais e expressamente pensados como vazios, ou seja, sem caráter residual e de perímetro minimamente configurado. [...] Com o avançar da Idade Média e com a complexidade crescente da vida urbana, a praça, no sentido atual do termo, inicia um processo de consolidação até atingir, na passagem entre os séculos XV-XVI, um papel preponderante no plano urbano. [...] A construção de novos edifícios, exclusivamente permitida em redor da praça, indicia uma nova conformação espacial, mais desafogada e própria da centralidade do espaço onde continua a realizar-se o mercado. (Trindade, 2009: 707-708)

Uma evolução maturada de princípios e formas urbanas, foi também o que identificou Margarida Tavares da Conceição nos textos que analisou para o período entre as cronologias dos autores atrás intervenientes, concluindo que:

MTC – [é] este o cerne da natureza dos textos militares: o caldeamento entre a solidez dos grandes princípios já codificados pelos antigos e a realidade crua da experiência. (Conceição, 2008: 426)

Segundo a autora a perscrutação dos textos permitiu perceber que a conduta urbanística, quer na definição dos conteúdos das cidades, quer nos relativos à arte militar e da fortificação, revelam um vínculo matricial com os princípios já codificados nas teorias clássicas e a prática corrente, consolidada ao longo do tempo por “aprender fazendo” e através da transmissão oral. Com efeito, ainda de acordo com a historiadora, a passagem de uma cultura urbanística medieval à moderna terá acontecido paulatinamente, e sobretudo após a Restauração (1640), sublinhando o momento experimental que ocorreu entre o século XVI e a última vintena do XVII. Neste momento foi rotina o uso simultâneo da conduta urbanística e arquitetónica medieval e as inovações da conduta urbanística e arquitetónica pré-modernas, como intitula, e para o qual Mazagão foi um caso paradigmático. A autora revela que:

MTC – [...] se deverá evitar ler o caso de Mazagão (1541) — ponto de viragem na fortificação portuguesa e mesmo internacional (Conceição, 2008: 114). [Já que sendo a] primeira fortaleza abaluartada ao modo moderno nos territórios sob soberania portuguesa, encerrando uma cidade fundada (quase) de novo [...] [excluí] um traçado geométrico rigoroso, que o próprio perímetro também não possui. [Deixando ver] os limites e os avanços de uma fase de profunda aprendizagem e experimentação no ajuste entre os recintos abaluartados e o seu núcleo urbano. (Conceição, 2008: 425)

Tome-se ainda em consideração o contexto de ambiguidade cultural que rondou o processo projetual, entre uma fase medieval e moderna, embora alguns preceitos do Renascimento se tenham imiscuído por influência dos engenheiros contratados à ordem régia na cultura urbanística, não se patenteando ao ponto de ultrapassar a antecedente.

Desta prática urbanística, também visível nos textos teóricos, “[...] pode resultar tudo, nada ou muito pouco” (Conceição, 2008: 426). O que deve ser interpretado como a prova de que não existe na cultura urbana portuguesa, e assim urbanismo, um tipo puro. Ao contrário, como Luísa Trindade demonstrou para o período medieval – enquanto também a leitura diacrónica da historiografia portuguesa vinha adiantando – existem tipos, padrões, ou, a bom rigor, práticas que operam uma lógica de atuação com linhas de força pragmáticas. Estas, invariavelmente, realizam-se na constituição da forma urbana, cuja constância sempre evolutiva e adaptada a cada situação, passe-se o paradoxo, reproduz um mesmo raciocínio subjacente.

Em consequência, não existe uma singularidade formal, uma *cidade ideal*, sequer “uma” cidade portuguesa, mas sim realidades concretas que resultaram das práticas sobre uma realidade particular: cidades concebidas por uma urbanística portuguesa. Neste sentido, cabe questionar a título de conclusão, porventura, desafio...

...estará na cultura urbanística a essência que confere uma originalidade às cidades traçadas por portugueses?

Tudo leva a crer que não. Antes, trata-se do que lhe é comum mas não específico, como se tentou amplamente demonstrar pelo cruzamento do conhecimento apurado pelos autores. Convém contudo, deixar aqui alguns pontos que desconstroem a pretensa ideia de originalidade apontada por cada um. Já que para uma maior evolução e profundidade científica sobre o tema, como o ensaio demonstrou, implica sempre olhar os antecedentes.

Neste sentido, note-se que quando João Horta referiu e aplicou a rosa-dos-ventos-e-rumos como um instrumento primordial de conceção urbana, concluiu, embora sem poder afirmar em absoluto que o instrumento terá sido efetivamente esse, que a mesma prática serviu para o desenho de Laparelli para La Valetta (1566), deixando claro que essa prática urbanística não é necessariamente exclusiva da cultura portuguesa. Já para Margarida Tavares da Conceição:

MTC – [a]pós este conjunto de considerações para um enquadramento e que de alguma maneira desmontam a ideia de (um) modelo urbanístico fechado, importará destacar [...] [que] nem sempre é evidente (e documentado) o que leram e escreveram os portugueses,

e no acertar das contas não é fácil perceber a fronteira entre duas margens: uma efetiva e compaginada influência dos tratados (de fortificação) italianos ou, pelo contrário, o registo da sua mera coexistência no tempo com as estruturas intelectuais portuguesas (Conceição, 2008: 423). [Mas,] do ponto de vista doutrinário e nos textos portugueses estudados, não se observa significativa influência teórica e/ou escrita dos tratados de fortificação na cultura portuguesa da época considerada. Ao contrário, o peso do universo vitruviano e os princípios civilistas do tratado de Alberti afigura-se mais evidente e duradouro [...] Por tudo quanto ficou dito, torna-se quase difícil não depreender que os conteúdos urbanos e o conceito militar da praça de guerra, tal como formulada no *Método Lusitânico* por Luís Serrão Pimentel algumas décadas mais tarde, incorporam outras leituras, outros personagens e outros tempos. (Conceição, 2008: 429)

Por outro lado, e concluindo, a resposta de Luísa Trindade é categórica:

LT- No objetivo como nos resultados, é em vão que se procura uma “originalidade portuguesa”. Trata-se inevitavelmente de uma cultura urbanística europeia, de origem difusa. [...] [Porque fruto de] uma urbanidade modesta, que nisso não nos é específica, mas sim ofuscada por um punhado de casos celebrados pelos compêndios de maior circulação, que, naturalmente, procuram exemplos de maior legibilidade e exceção, ignorando assim o que é corrente. (Trindade, 2009: 805-806)

Referências Bibliográficas

- Araújo, Renata; Carita, Hélder (coord.) (1998), *Colectânea de Estudos Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Chicó, Mário T. (1956), “A «cidade ideal» do Renascimento e as cidades portuguesas na Índia”, *Garcia de Orta. Revista das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, Lisboa, nº especial, 319-328.
- Conceição, Margarida Tavares da (2002), *Da Vila Cercada à Praça de Guerra: formação do espaço urbano de Almeida (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte [dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998].
- (2008), *Da Cidade e Fortificação: em textos portugueses 1540-1640*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [texto policopiado].
- Correia, José E. Horta (1997), *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*. Porto: Faculdade de Arquitetura do Porto [¹1984].
- Fernandes, José Manuel (1987), “O lugar da cidade portuguesa”, *Povos e Culturas*. Lisboa: CEPCEP; Universidade Católica Portuguesa, 2, 79-112.

- Gaspar, Jorge (1968), "A propósito da originalidade da cidade muçulmana", *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 3(5), 19-31.
- (1969), "A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média", *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 4(8), 199-215.
- Horta, João M. Gomes (2006), *Vila Real de Santo António: forma limite no urbanismo histórico português*. Faro: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve [texto policopiado].
- Leite, Antonieta Reis (2002), *Angra: um porto no percurso da cidade portuguesa*. Coimbra: prova final apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [texto policopiado].
- (2012), *Açores, Cidade e Território: quatro vilas estruturantes*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Consultado a 29/12/2015 em <http://hdl.handle.net/10316/21384>.
- Ribeiro, Orlando (1962), *Aspectos e problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar; Centro de Estudos Políticos e Sociais, 59.
- (2002), "Cidade", *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. II [1963].
- Rossa, Walter (1995), "A Cidade Portuguesa" in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. III, 233-323.
- (1998), *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: IPPAR; Ministério da Cultura [dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1990].
- (2001), *DiverCidade: Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [texto policopiado].
- ; Araújo, Renata; Carita, Hélder (coord.) (2001), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- (2002), *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina.
- ; Trindade, Luísa (2006), "Questões e antecedentes da «cidade portuguesa»: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica, *Murphy*, 1, 70-109.
- Silveira, Luís da (1956), *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 4 vols.
- Trindade, Luísa (2002), *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- (2009), *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [texto policopiado].

A salubridade nos discursos coloniais sobre Timor e as suas implicações no ordenamento do espaço

Isabel Boavida¹

Resumo

O ensaio relaciona as suposições sobre os efeitos do clima e do meio na saúde dos europeus com as políticas coloniais de ordenamento territorial em Timor. Neste sentido, apontam-se políticas de ocupação territorial e urbana (hipotéticas e concretizadas) que, a partir da segunda metade do século XIX, procuraram transformar o meio de forma a salvaguardar a integridade física do europeu. O trabalho assenta em textos de agentes coloniais responsáveis pela ocupação e ordenamento do território – governadores, militares, engenheiros, arquitetos –, bem como em relatórios médicos que, ao legitimarem, ajudando construir e consolidar, as interpretações sobre o que era nefasto ou benéfico, informavam as políticas espaciais. Embora não se ignore a vertente evolutiva da ciência, o presente ensaio foca-se na continuidade das noções sobre o meio e na sua validação científica em determinados momentos.

Palavras-chave: Timor; colonização portuguesa; salubridade; ordenamento do território.

Introdução

O presente ensaio assenta na forma como a preservação da saúde dos europeus nas colónias foi determinante nas estratégias de implantação e desenvolvimento dos estabelecimentos coloniais. A problemática da salubridade está continuamente presente nos discursos coloniais sobre Timor. Os casos de febres palustres frequentemente registados em Díli – onde se concentrava o maior número de europeus – contribuíram para que o território fosse associado à ideia de insalubridade endémica. No entanto, o conhecimento da ilha, impulsionado pelas campanhas

¹ Doutoranda da 2ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

militares de ocupação no final do século XIX, colocou em evidência a diversidade climática, cuja exploração determinaria reorganizações na ocupação territorial.

Atendendo às considerações de Anthony King (2004: 51), a geografia imaginada de “trópicos” e a teoria “miasmática” a eles associada deixaram como legado o “síndrome sanitário” do século XX e a base científica da maior parte do planejamento urbano mundial. O autor expõe o modo como as formas de conhecimento dos colonizadores eram produzidas com base em ideias eurocêntricas do mundo e se repercutiam na atuação nas colônias. Reportando ao texto “Illusory Riches: Representations of the Tropical World, 1840-1950”, de David Arnold, Anthony King refere que os “trópicos” – a “geografia imaginada” mais fundacional do imperialismo – eram interpretados como um espaço unitário oposto às, consideradas normais, regiões temperadas do norte, não só em termos geográficos, mas também climáticos e morais (King, 2004: 50), significando aqueles perda de controle e risco de doença e loucura. Aos “trópicos” associavam-se os chamados “miasmas”. Ao assumir que a origem das doenças residia nas emanações do solo e no ar poluído, apontando ainda os aglomerados populacionais nativos como focos de doença, a teoria “miasmática” influenciava decisivamente a apropriação do espaço, a implantação dos estabelecimentos, as formas sócio-espaciais, as práticas de desenvolvimento urbano e a cultura arquitetônica (King, 2004: 49-50).

Ao longo do tempo, foram sendo encontradas soluções no sentido de proteger os europeus do ambiente climático e social dos “trópicos”, como a instalação de estações de montanha em zonas altas e frescas, distantes das “povoações nativas” localizadas na planície, para repouso e recuperação do pessoal militar e administrativo colonial e suas esposas; ou a configuração arquitetônica dos quartelamentos militares, concretamente na orientação dos quartos dos dormitórios e no desenho dos mecanismos de ventilação. Foram ainda desenvolvidos o “sola topee” e o “bungalow” – resultando dos mesmos princípios médicos de encorajamento da circulação de “ar fresco” e da proteção dos corpos da incidência solar – que se tornariam nos símbolos tropicais mais reconhecidos globalmente, integrando o aparato ideológico e material disseminado pelo imperialismo em torno do conceito de “trópicos”, acabando por ajudar a consolidar sua imagem (King, 2004: 50).

O conceito de “trópicos” e a teoria “miasmática”, combinados em diferentes alturas com variáveis níveis de racismo e com políticas de controlo social colonial, tais como noções capitalistas de propriedade e princípios de ordenamento baseados em racionalidades colonialistas, estruturaram a forma das cidades coloniais (King, 2004: 51).

A preservação da integridade física dos europeus

Dilly, situada n'uma planicie e cercada de terrenos alagadiços, é fatal aos europeus [...]. Esta extensa planicie, formada de terrenos de alluvião, é em parte muito pantanosa, e é das exalações miasmaticas de taes pantanos que procedem as febres, que reinam todo o anno na cidade de Dilly, e que tornam a sua residencia fatal aos europeus [...] (Castro, 1867: 308).

Em 1867, a afirmação do então ex-governador Afonso de Castro (1859 - 1863) enquadrava-se nas conceções à época generalizadas sobre os efeitos do clima “tropical” na saúde dos europeus. Desconhecem-se relatórios científicos que tenham antecedido e servido de base ao seu texto, admitindo-se que se tenha sustentado no conhecimento construído ao longo do tempo, ainda que não cientificamente comprovado.² De qualquer forma, a perceção do ambiente insalubre da capital persistiu e acabou por ser medicamente confirmada, vinte anos mais tarde, pelo médico José Gomes da Silva:³

Em Timor ou, mais rigorosamente, em Dilly, a constituição medica do paiz é caracterizada pelas febres palustres. O europeu que ali desembarcar durante a estação secca, abril a outubro, e que observar um certo numero de prescripções hygienicas, poderá passar alguns mezes sem ter o mais leve ameaço de febre; mas na estação das chuvas [...] difficilmente poderá subtrair-se á acção do impaludismo. (Silva, 1887: 60 e 61)

² Possivelmente, os escritos que os governadores elaboravam sobre o meio (clima, fauna, flora, costumes dos habitantes) basear-se-iam em descrições feitas por militares e por missionários, não esquecendo ainda a observação das práticas holandesas nas ilhas vizinhas, mais concretamente em Batávia, na ilha de Java. No entanto, no âmbito do presente trabalho, não foi possível averiguar quais as descrições que precederam o texto de Afonso de Castro.

³ O *Relatorio do serviço de saude da provincia de Macau e Timor, em relação ao anno de 1886*, publicado em 1887, consiste numa das primeiras descrições médicas identificadas no âmbito do presente trabalho, não se excluindo a possibilidade da existência de documentos de carácter científico anteriores.

À semelhança de vários estabelecimentos portugueses noutras possessões ultramarinas, a instalação da sede portuguesa na baía de Díli, em 1769, deu-se por razões militares de defesa, vigilância e comunicação. Os fossos aquáticos que circundavam o agregado, gerados pelas ribeiras que desciam das montanhas, ajudavam na defesa contra ataques dos povos hostis à presença portuguesa, mas se revelariam, com o passar do tempo, causadores dos problemas de saúde na capital:

Cumpre-me agora fallar do pantano de Dilly, a causa supposta primordial da insalubridade do clima.

Das montanhas, que limitam ao sul a bacia de Dilly correm quatro ribeiras [...], cujas aguas trazidas torrencialmente para o mar na epocha das chuvas, estagnam durante a estação secca em varios pontos do seu trajecto atravez da planicie. (Silva, 1887: 41)

Embora o ambiente doentio de Díli e dos restantes estabelecimentos portugueses em Timor, então unicamente localizados no litoral, denegrise o imaginário construído sobre toda a colónia, a variedade ambiental da ilha era já conhecida por Afonso de Castro, que afirmava que “O clima de Timor é insalubre em quasi todo o litoral, mas mui saudavel nas montanhas” (Castro, 1867: 307). Vinte anos mais tarde, quando a presença portuguesa se cingia ainda ao litoral, o médico José Gomes da Silva desenvolvia considerações mais concretas sobre o contraste entre as condições nosológicas das diferentes posições costeiras: “Fóra de Dilly e de raros outros pontos da ilha, como Batugadé e Vemasse, as febres são desconhecidas [...]. As condições telluricas e athmosphericas de Baucau, por exemplo, são magnificas para convalescentes [...]” (Silva, 1887: 62)

Para combater os efeitos nefastos dos pântanos e das temperaturas permanentemente elevadas de Díli na saúde dos europeus, o mesmo médico sugeria “Que a capital se desloque ou o pantano desapareça, que aos funcionarios residentes seja concedido annualmente um determinado tempo em que possam reparar-se nos sanitaria” (Silva, 1887: 64), soluções estas que acabariam por se tornar em objetivos das políticas coloniais em Timor.

A transladação dos serviços administrativos e das residências dos europeus para nova localização era uma solução frequentemente apontada para o problema sanitário da capital:

[...] é nossa opinião que para séde do governo se deveria escolher logar apropriado nas montanhas que cercam Dilly, e que uma estrada pouco dispendiosa poria em communicação com o porto. A tres kilometros de Dilly encontram-se nas montanhas sitios frescos e apraziveis, em que o clima, mui semelhante ao do meio dia da Europa, seria o mais apropriado para a residencia dos europeus. (Castro, 1867: 309-310)

A construção da residência do governador em Lahane, na encosta da cordilheira montanhosa a sul de Díli, entre 1860 e 1861, por ordem de Afonso de Castro, terá consistido na primeira medida de afastamento em relação ao agregado insalubre de Díli. A deslocação da capital continuaria a ser sugerida pelos técnicos de saúde, como Augusto Pereira Tovar de Lemos que, duas décadas mais tarde, referia que a mudança de lugar traria menos despesas que as necessárias obras de saneamento (Lemos, 1886: 148). Nessa altura, começaram a ser tomadas providências no sentido de deslocar as residências dos funcionários europeus:

Uma avenida que deve ligar o caes do desembarque com a residencia suburbana do governador, em Lahane, e que se acha quasi prompta, está destinada a ser a arteria principal da cidade europeia, que a pouco e pouco, facilitadas as communicações, irá necessariamente estabelecer-se na montanha, em busca de ares mais salubres, á maneira do que succedeu em Batavia.⁴ (Silva, 1887: 38)

O período de campanhas militares de ocupação, decorrido entre 1894 e 1913, resultou na penetração da presença portuguesa no interior de Timor, permitindo não só identificar as potencialidades económicas do solo, mas também explorar a diversidade climatérica da ilha.

Em 1905, o impulsionador do período de campanhas de ocupação, governador José Celestino da Silva (1894-1908), ao mencionar que “Na sede do commando militar de Manofahi tenho conservado uma guarnição de praças europeas de artilharia mais para lhes conservar a saúde [...], do que por necessidade de manutenção da ordem publica” (Silva, 1905: 20), revelava que os destacamentos europeus eram distribuídos de forma a preservar a sua integridade física. Esta prática permaneceu até à década de 30,

⁴ As políticas relacionadas com a saúde adotadas pelos holandeses em Java eram tomadas como exemplo de sucesso, sendo frequentemente mencionadas nos escritos portugueses.

quando o major de engenharia António Jacinto Magro,⁵ deparando-se com o efeito benéfico do clima fresco no quartel do Pelotão de Cavalaria da Fronteira em Bobonaro, observava que “o clima depressivo do litoral contrastava, flagrantemente, com os frescos e saudáveis climas de altitude de muitas regiões do interior” (Magro, 1947: 12). Baseado nesta constatação, o então governador Álvaro Fontoura (1937-1939), ao pretender construir um novo aquartelamento na colónia, optou por localizá-lo nas zonas altas compreendidas entre Aileu, Maubisse e Ainaro, recaindo a escolha sobre Maubisse. Após a instalação do aquartelamento, aquele major verificava um “contraste entre a tropa cansada e definhada de Dili [...] e os robustos e desenvoltos recrutas de Maubisse” (Magro, 1947: 36), aludindo tanto às tropas europeias como timorenses:

[...] a mais fecunda lição que se colhia da experiencia de Maubisse era a da perfeita adaptação do soldado europeu à vida da montanha [...]. A lição salutar e insofismável de Maubisse abrangia os próprios soldados indígenas [...]. Assim se conseguiu uma tropa indígena vigorosa nas escolas de recrutas sucessivas realizadas em Maubisse, sem doenças nem baixas no hospital. (Magro, 1947: 32 e 33)

A criação de equipamentos de saúde com condições adequadas representava uma necessidade perante a insalubridade da capital. Em 1906, o então governador José Celestino da Silva inaugurou o Hospital D. Carlos I, em Lahane (Mora, 1917: 17). A importância da deslocação do serviço hospitalar de Díli da planície para a encosta havia sido sugerida anos antes, em 1887, pelo médico José Gomes da Silva:

O novo hospital, a meu ver, deve ser edificado, não na cidade baixa, que, por mais que sejam modificadas as suas condições telluricas, ha-de-ser sempre insalubre e impropria a estabelecimentos d'esta natureza; mas na montanha que orla ao fundo a bacia de Dilly [...]. A proximidade da ribeira de Lahane garantirá a abundancia de agua potavel, tão escassa em Dilly. A altitude, embora pouco elevada, assegurará uma athmosphera mais pura, mais rica em oxigenio, mais livre de miasmas palustres. (Silva, 1887: 39)

O governador José Celestino da Silva chamou também atenção para a inexistência de estruturas destinadas à convalescença dos funcionários coloniais em Timor. Tirando

⁵ António Jacinto Magro permaneceu em Timor entre Outubro de 1937 a Maio de 1940.

partido das campanhas de ocupação militar do interior da ilha, iniciou uma identificação das zonas com condições climatéricas amenas e com potencialidades medicinais, favoráveis à instalação de estâncias de repouso e tratamento:

[...] é aqui indispensável um sanatório [...]; já está escolhido local para elle na montanha de Bazar-Tete a 800 m de altitude, onde abundam optima agua e materiaes de construção [...], nas montanhas d'esta colonia há climas benéficos, [...] para os funcionários convalescerem [...].

[...] e umas das necessidades que se faz sentir é a de um modesto estabelecimento balnear em “Marobo”, ou em Vé-Manas (Viqueque) onde as aguas sulphososas brotam em jorros extraordinariamente abundantes [...] (Silva, 1905: 28f-29f).

As avaliações do governador sobre as potencialidades medicinais das águas de Marobo e Viqueque acabariam por ser confirmadas, anos mais tarde, por depoimentos médicos baseados na observação e na experiência de utilização pela população local:

Em 28 fui a Viqueque, indo em 29 vêr as águas Hypertermais [...] Existem aí duas nascentes [...]. Umas, as mais quentes, devem ser grandemente sulfurosas [...]. São conhecidas pelos indígenas por “Ué Lulic”. Empregam-se com frequência e, creio, com óptimos resultados no tratamento do reumatismo e afecções tórpodas de pele e úlceras. [...] São as águas minerais, caracterizadas ou pela sua mais ou menos complexa composição química, rádio-actividade, termalidade ou então pelas suas propriedades terapêuticas que a observação nos permitiu reconhecer. [...] A altitude a que se encontram é aproximadamente de 400m. segundo indicação do Sr. Comandante Militar. - Na época sêca, isto é, durante os meses de Agosto e Setembro, nunca a temperatura do local onde se encontram é demasiadamente elevada. - Oferecem pois um conjunto de circunstâncias que as tornam recomendáveis e de desejar será que o seu uso se generalize. (Lacerda, 1922b: 53 e 54)

Em Marobo instalou-se uma estância termal, cuja data precisa de início de funcionamento se desconhece, mas que evidenciava já resultados satisfatórios no início da década de 20 (Tavares, 1923: 72). O complexo termal possuía habitações temporárias, incluindo uma casa para o governador, instalações para as tropas europeias encarregadas do serviço das termas, alojamento para os doentes timorenses, um balneário, uma enfermaria e várias tinas para banhos de imersão

(Tavares, 1925: 52 e 53). Além das vantagens trazidas à governação interna da colónia, a estância termal revelava ainda potencial de atração de utilizadores das colónias europeias circundantes:

Feita a análise das águas, concluídas as instalações [...], aformoseando o local com fácil ajardinamento, e conseguido um caminho de ligação para Ermera ou litoral de maneira a fazer-se a viagem de automóvel, resta tornar estas Têrmas conhecidas fora da Província. [...] convém saber da existência de estâncias similares na parte Holandesa de Timor, na Java e restantes Ilhas Neerlandesas, Singapura, Filipinas e Austrália a caso as não haja, toda a conveniência há em tornar então as Têrmas de Marôbo conhecidas nestas terras. (Tavares, 1925: 54 e 55)

A averiguação da composição química e das potencialidades curativas das águas de Timor permaneceu uma preocupação governamental, continuando a ocupar os técnicos de saúde ao longo da década de 20, como demonstram os sucessivos relatórios dos serviços de saúde da colónia, nos quais constam os resultados das análises feitas nos laboratórios de Singapura e Batávia (Tavares, 1925: 53; Tavares, 1926b: 39). Além de Marobo e Viqueque, vários outros locais seriam apontados como adequados à convalescença, transformando-se a deslocação temporária de funcionários da capital para zonas da ilha consideradas salubres numa prática corrente:

Vários locais tem sido utilizados pelos funcionários de Dili e outras pessoas para retemperarem a sua saúde e se desviarem [...] do meio irritante da Capital e do seu clima maléfico e se esquecerem um pouco das preocupações e fadigas diárias de serviço ou dos negócios. Iam antigamente para Bazar-Tete e ultimamente para Baucau, Dare, Ermera, e para Marôbo na época balnear. Foi Boibau apontado por um antigo médico como local muito apropriado para um sanatorium. As Termas de Viqueque também já tiveram a sua época. (Tavares, 1926b: 42)

Por seu lado, o problema de insalubridade de Díli continuava por resolver. Na perspetiva de extinguir os focos de doença na cidade realizaram-se sucessivos trabalhos de saneamento e higienização. Após a implantação da I República e terminado o período das campanhas de “pacificação”, foram publicados alguns

regulamentos que procuravam melhorar as condições higiénicas da capital. Em 1916, o governador Filomeno da Câmara (1911-1913 e 1914-1917), nomeou uma comissão, por ele presidida e constituída por várias entidades, no sentido de unir esforços na execução de trabalhos de saneamento urbano e determinou várias medidas de higienização que incluíam o desbaste de vegetação arbustiva, a imposição de condutas de higiene aos proprietários de prédios urbanos e o aterro de terrenos baixos, poços e linhas de água (Moura, 1942: 189-190). Em 1920, foi publicado, em Timor, um regulamento que criou uma brigada sanitária, dependente da Repartição de Saúde, com o objetivo extinguir as fontes de desenvolvimento e propagação do paludismo,⁶ que estipulava a secagem dos focos de água estagnada e medidas antilarvárias (como a limpeza periódica dos cursos de água), medidas profiláticas (através da distribuição de quinino a baixo custo), obrigava os habitantes à adoção de hábitos de higiene – como selar os reservatórios de água potável exteriores, eliminar vasilhas suscetíveis de acumular água nos pátios e limpar os quintais e telhados –, proibia a construção de qualquer prédio sem licença da municipalidade e parecer da autoridade sanitária e determinava a demolição de casas, barracas e outras edificações que não apresentassem condições de higiene adequadas (Moura, 1942: 188 e 189).

Em 1934, o governador Raul de Antas Manso Preto (1933-1936), verificando que a ação das comissões havia esmorecido, formou uma nova comissão – composta pelo presidente da comissão municipal de Díli, pelo diretor da repartição de obras públicas, pelo delegado de saúde de Díli, pelo administrador do concelho e por dois oficiais residentes em Timor – que procedeu à limpeza e alinhamento de ruas, valetas e canais, à abertura de drenos em vários quintais de “indígenas” na parte leste da cidade, à secagem de dois pântanos, entre os quais o de Balide, e à construção do sistema de drenagem do pântano de Caicole, através da regularização das valas de escoamento e da abertura de um canal ao longo da estrada Jacinto Cândido, para receber as águas drenadas (Moura, 1942: 92-95). A partir de 1935, a comissão passou a preocupar-se também com o embelezamento da cidade, cortando os gondões seculares da rua Dr. António Carvalho cujas raízes invadiam a via, reconstruindo de

⁶O regulamento vinha na sequência da publicação do decreto de 14 de outubro de 1911 que estabelecia medidas de caráter sanitário para melhorar as condições de salubridade dos principais núcleos das colónias (Moura, 1942: 188).

seguida o pavimento, as valetas e os passeios, e plantando árvores mais apropriadas (Moura, 1942: 96 e 97).⁷

Apesar dos sucessivos esforços de saneamento e higienização, o problema da insalubridade afigurava-se irresolúvel. Após a ocupação japonesa de Timor (1942-1945), no contexto da Guerra do Pacífico, a devastação da capital surgiu como oportunidade para que o governador Óscar Ruas (1946-1950) sugerisse a deslocação dos serviços administrativos para uma localização salubre:

[...] estando a cidade assente sobre uma duna rodeada de pântanos, cujas águas não têm fáceis escoantes, [...] chegamos à ocupação [japonesa] com um índice palúdico em Dili de 80%. [...] Encontra-se Dili hoje completamente destruída, não havendo qualquer motivo de ordem política, económica ou mesmo militar, que aconselhe a sua reconstrução no mesmo lugar [...]. Nestas condições, foi proposta ao Governo da Nação a sua mudança para Cutulau, local salubre, a 800 metros de altitude mas muito próximo do actual porto de mar [...] com o qual, politicamente, continuará a fazer um todo. (Ruas, 1946: 150 e 151)

O plano da nova capital foi encomendado ao Gabinete de Urbanização Colonial do Ministério do Ultramar, sendo elaborado por João António Aguiar. Em 1946, o *Boletim geral das colónias* publicou uma entrevista, na qual o arquiteto fazia a descrição o projeto (anónimo, 1946: 157), evidenciando uma organização funcional exclusivamente direcionada para o modo de vida europeu.

O ordenamento do “outro”

As conceções sobre as populações não europeias levaram a que fossem alvo de medidas que visavam a salvaguarda da presença dos europeus no território colonial. Tanto no meio rural como no meio urbano, a dispersão das populações nativas era encarada como um problema social, não só por estas representarem uma potencial oposição à colonização, mas também porque os seus hábitos se julgavam pouco higiénicos e eventuais causadores de epidemias.

⁷ Artur Alves de Moura, foi médico contratado do quadro de saúde de Timor por mais de sete anos, não tendo sido apurados, no âmbito do presente trabalho, os anos exatos de exercício desse cargo.

No meio rural, além de impeditiva ao domínio, a dispersão da população expunha-se também como dificuldade à evolução do estado social dos próprios habitantes por não favorecer o alcance dos serviços coloniais de educação e saúde (Duarte, 1930: 355). Em 1922, o médico José Maria Cabral de Aragão Lacerda referia a dificuldade de controlo sanitário das populações de Manufai e Suro por razões de ordem cultural, acusando a ocupação sazonal na “época da transplantação do arroz” como responsável pela falta de comparência à vacinação (Lacerda, 1922a: 52) e a ação dos curandeiros indígenas “matadoc”, generalizadamente acreditada entre os timorenses, como razão da resistência à hospitalização e às práticas curativas do colonizador (Lacerda, 1922a: 51). Desta forma, a concentração das populações nativas afigurava-se como solução para o controlo sanitário no meio rural. Em 1927, durante o governo de Teófilo Duarte (1927-1928), foi publicada a “circular n.º 4” que dava instruções para a concentração das populações nos vários comandos militares, circunscrições civis e postos do interior:

[...] cada Comandante de pòsto deverá escolher já, na sua área, o local para a construção duma povoação de 40 casas, segundo o modêlo que será enviado por esta Repartição; aquele local será junto ao pòsto, ou em qualquer outro ponto da sua zona, tendo-se em atenção os núcleos já existentes, a maior ou menor pròximidade das hortas, várzeas ou plantações, água, salubridade, etc., notando-se que as casas, embora construídas de palapa, com seu baque de pedra e cobertas de capim, deverão ficar arruadas e com o respectivo quintal; 9.º, todos os moradores em tais povoações ficarão isentos de trabalhos públicos durante dois anos. Recomenda-se o maior cuidado na escolha dos locais das ditas povoações a fim de evitar na medida do possível as resistências que tais determinações provocam, devendo os comandantes de postos combinarem tal, com os principais chefes. (Duarte, 1930: 359 e 360)

Segundo o governador, a organização do espaço, “a construção das casas, as suas divisões, os arruamentos”, ao obedecerem “a normas [...] impregnadas dum cunho civilizador”, constituiriam em si mesmos mecanismos de transformação e “mudança radical de hábitos no indígena” (Duarte, 1930: 356).

As autoridades administrativas podem vigiar mais eficazmente se os seus habitantes se apresentam regularmente trajados [...]; podem zelar por que em cada habitação haja um

número mínimo de peças de mobiliário que substituam a esteira que serve de cama, de mesa e de manta; podem os enfermeiros visitar repetidas vezes êstes núcleos, prestando os seus socorros e os seus conselhos ao indigena refractário aos nossos costumes [...]. (Duarte, 1930: 357)

No entanto, o apego dos habitantes à terra, que assentava na dependência das hortas e na ligação aos antepassados sepultados nas aldeias (Duarte, 1930: 356), levou a que as medidas de concentração populacional de Teófilo Duarte acabassem por se resumir a melhoramentos em aldeias preexistentes (Martinho, 1945: 157). Desta forma, em 1945, voltando a remeter para a concentração das populações rurais, o capitão José Simões Martinho⁸ sublinhava a obrigatoriedade da instalação dos novos aldeamentos “obedecer [...] à vida agrícola dos seus habitantes, [...] e aproximar-se [...] do clima das regiões onde até então êles tenham vivido [...]” (Martinho, 1945: 155). Quanto ao controlo sanitário, continuava a salientar as vantagens de “isolar a aldeia, combater a doença, tratar dos doentes [...], do que procurá-los pelo mato, em pontos inacessíveis [...]”, mencionando ainda que os aldeamentos deveriam possuir “água canalizada, fontes, lavadouro, esgotos, ou fossas” e habitações com “o seu quintal, a sua horta, capoeira e curral dos animais domésticos” (Martinho, 1945: 156).

No espaço urbano, onde a população europeia coabitava com as populações não europeias, era comum a associação dos hábitos das últimas a falta de higiene. Procurando prevenir eventuais propagações de doença causadas pelas habitações não europeias, o regulamento de 1920, já referido, impedia a existência de barracas e palhotas “indígenas” na área urbana da cidade e impunha a demolição de edificações que não apresentassem adequadas condições de higiene. No entanto, por não prever alternativas para realojar as populações, esta medida não chegou a ser implementada (Moura, 1942: 197) e o estado das construções manteve-se:

As casas da habitação são pouco confortáveis e pouco higienicas designadamente as da população indigena e as dos chinas na quasi totalidade. [...] um grande número de casas, não falando já das típicas palhotas indígenas, são falhas de gosto, são de mau aspecto ou velhas. (Tavares, 1926a: 17 e 18)

⁸ José Simões Martinho cumpriu comissão em Timor nas primeiras décadas do século XX.

Em 1935, foi demarcada a área de implantação de um “bairro indígena”, que terá consistido na primeira forma regulamentada de concentrar a população timorense da capital, embora nunca se tenham iniciado as obras (Moura, 1942: 197).

Também os trabalhos de planeamento de João António Aguiar, no pós-guerra, seriam influenciados pela noção de carência higiénica das populações não europeias em meio urbano, sendo evidente uma tentativa de restrição da convivência entre os habitantes nos planos de urbanização de Nova Díli e Díli. Como verificado anteriormente, Nova Díli foi desenhada como um núcleo europeu livre da presença da população indígena, que apenas contactava com a cidade planeada através do mercado, “situado num ponto em que os nativos para transaccionarem os seus produtos não têm necessidade de entrar na parte europeia da cidade” (anónimo, 1946: 157).

Por seu lado, o Plano Geral de Urbanização de Díli, de 1951, determinava a distribuição das populações por áreas habitacionais consoante a sua cultura. Esta forma de separação era justificada pela necessidade de “[...] acomodação de uma população heterogénia constituída por europeus, assimilados, chineses, árabes e nativos cujos usos e costumes convém respeitar” (Aguiar, 1951: 2-3), bem como pelo inconveniente que a dispersão das construções não europeias, sobretudo timorenses e chinesas, representava para a higiene e estética da cidade (Aguiar, 1951: 5 e 9). Desta forma, enquanto para os europeus e assimilados – timorenses e alguns indianos adaptados à cultura europeia – se reservavam três bairros dispersos pela área urbana e funcionalmente integrados no centro da cidade, as populações com hábitos não europeus eram concentradas (Aguiar, 1951: 5-13).

A comunidade muçulmana era pouco numerosa, não merecendo lugar na elaboração do plano, mas os habitantes timorenses e chineses eram respetivamente agrupados numa Unidade Residencial de Nativos e numa Unidade Residencial de Chineses, que possuíam centros e equipamentos próprios (Aguiar, 1951: 12 e 13) – religiosos (igreja católica para os timorenses e templo para os chineses), desportivos, educativos e parques –, o que evitava uma dependência funcional do resto da cidade. Em cada uma das Unidades permitia-se o emprego de técnicas construtivas tradicionais das respetivas culturas, que ajudaria a conferir um ambiente característico a estas zonas da cidade, embora o plano definisse que a construção de casas na

Unidade Residencial de Nativos obrigava uma orientação e fiscalização rigorosa por parte da autoridade municipal de forma a garantir o cumprimento das normas de higiene e a evitar a sobrelotação dos terrenos. Fora das Unidades a construção de casas timorenses e chinesas era proibida (Aguiar, 1951: 32 e 33).

Conclusão

O “síndrome sanitário” do século XX, referido por Anthony King, afetou também os governantes de Timor e os seus técnicos, refletindo-se nas práticas de ordenamento espacial.

Durante o período abordado verifica-se a continuidade da noção de contraste entre a insalubridade nos pontos do litoral, onde a presença portuguesa era mais antiga, e os climas amenos e terapêuticos das zonas montanhosas, que começaram a ser explorados durante o período de campanhas militares de ocupação, a partir do final do século XIX.

As conceções sobre os efeitos do clima e do meio na saúde impulsionaram a criação de novos equipamentos de saúde, a transferência dos núcleos de vivência europeia – serviços da administração, habitações de funcionários, aquartelamentos para contingentes militares europeus – para zonas amenas e políticas de ordenamento dos espaços rural e urbano. Neste contexto, foi criada uma estância termal em Marobo, tirando partido das propriedades sulfurosas das águas, e um novo hospital em Lahane, resguardado do clima insalubre de Díli; os funcionários da administração colonial passaram a residir também em Lahane, enquanto em Maubisse se instalou um novo aquartelamento militar; Díli foi alvo de sucessivos trabalhos de saneamento e higienização, nomeadamente a regularização dos cursos de água, a secagem dos terrenos pantanosos, a aplicação de políticas de limpeza do espaço público e a imposição de condutas de higiene aos habitantes.

Muitas medidas que objetivavam a melhoria das condições de saúde europeia não tiveram o sucesso desejado devido aos exíguos meios económicos da colónia, aliados a outros bloqueios de ordem variada. A concentração dos serviços administrativos numa nova sede construída de raiz em Cutulau nunca chegou a ser concretizada. As políticas de concentração das populações não europeias em espaço urbano e rural – como a

separação populacional determinada pelo Plano Geral de Urbanização Díli, de 1951, ou a criação de aldeamentos nativos – com vista à aplicação eficaz de medidas sanitárias também não resultaram, embora no último caso tenham pesado ainda questões de ordem cultural. As próprias termas de Marobo, que inicialmente foram alvo de grandes investimentos, não se transformaram na estância termal economicamente rentável que se pretendia, possivelmente pela falta de vias de acesso eficazes.

Em conclusão, as diversas medidas expostas ao longo deste ensaio demonstram como a colonização portuguesa de Timor foi marcada por preocupações com a saúde, que se mostraram determinantes na ocupação e ordenamento do território a partir do final do século XIX.

Referências Bibliográficas

- Aguiar, João António de (1951), *Plano de geral de urbanização de Díli. Memória descritiva*. Lisboa: Gabinete de Urbanização do Ultramar (documento datilografado). [Arquivo Histórico Ultramarino: IPAD-CDI - MU/T/Cx15,2].
- [anónimo] (1946), “Revista de imprensa (secção portuguesa): Reconstrução de Timor”, *Boletim Geral das Colónias*, 22(257), 156-161.
- Castro, Afonso de (1867), *As possessões portuguesas na Oceania*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Duarte, Teófilo (1930), *Timor (ante-câmara do inferno?!)*. Fimalicção: Tip. Minerva de Gaspar Pinto de Sousa e Irmão.
- King, Anthony Douglas (2004), “Cultures and spaces of postcolonial knowledges”, in Anthony Douglas King, *Spaces of Global Cultures. Architecture Urbanism Identity*. London: Routledge, 45-64.
- Lacerda, José Maria Cabral de Aragão (1922a), “Relatórios: Delegação de Saúde de Manufai. Mês de Agosto”, *Boletim Sanitário*, 1922(2), 49-53.
- (1922b), “Relatórios: Delegação de Saúde de Baucau. Mês de Setembro”, *Boletim Sanitário*, 1922(2), 53 e 54.
- Lemos, Augusto Pereira Tovar de (1886), “Relatório do serviço medico da provincia de Macau e Timor referido ao anno de 1885”, *Boletim da Província de Macau e Timor*, 32(17), 148 e 149.
- Magro, António Jacinto (1947), *Tropa e aquartelamentos de Timor: Subsídios para a história das unidades militares da colónia. Outubro de 1937 a Maio de 1940*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Martinho, José S. (1945), “II Congresso da União Nacional: Aldeamentos indígenas. Um dos problemas da colonização de Timor”, *Boletim Geral das Colónias*, 21(238), 148-169.
- Mora, António Damas (1917), *O serviço de saúde de Timor nos anos de 1914 1915 e 1916*. Díli: Imprensa Nacional de Timor.

- Moura, Arthur Alves de (1942), "Saneamento de Dilly", *África médica: Revista mensal de higiene e medicina tropicais*, 7, 181-198.
- Ruas, Óscar Freire de Vasconcelos (1946), "Informações e notícias (secção portuguesa): A transferência da capital de Timor (portaria n.º 1: 177)", *Boletim Geral das Colónias*, 22 (251), 150-152.
- Silva, José Celestino da (1905), [Ofício] nº 76: *Organização militar do districto*. Dilly: Districto Autonomo de Timor (documento manuscrito). [Arquivo Histórico Ultramarino: AHU_ACL_SEMU_DGU_RM_005_Cx 0003 – Processo 63]
- Silva, José Gomes da (1887), *Relatorio do serviço de saude da provincia de Macau e Timor, em relação ao anno de 1886*. Macau: Typographia Mercantil.
- Tavares, Abel Teixeira da Costa (1923), "Relatórios: Relatório. Estado Sanitário", *Boletim Sanitário*, 1923(2), 64-76.
- (1925), "14 a 31 de Julho de 1925. Visita Médica à Zona Oeste e Serviço Clínico das Têrmas de Marôbo", *Boletim Sanitário*, 1925(1), 51-55.
- (1926a), "Capítulo I: Saúde Pública", *Boletim Sanitário*, 1926(2), 1-22.
- (1926b), "Capítulo IV: Assuntos diversos", *Boletim Sanitário*, 1926(2), 29-47.

Imaterialidades Patrimonializadas: um percurso

Inês Carvalho Matos¹

Resumo

Este artigo pretende analisar o apelo à preservação do património imaterial segundo a definição e orientações da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003); apresentar os vetores de desenvolvimento de uma noção holística de património; e compreender a contribuição específica de noções de património, identidade e memória histórica vindas do Japão. Integrando o diagnóstico de nostalgia como o fenómeno cultural preponderante na conceção de património histórico ao longo dos anos 60 e 70, procuramos mostrar como se superou a crise provocada pela transformação abrupta da realidade no pós-guerra. O diálogo entre a tradição de estudos do património no Ocidente e a experiência japonesa permitiram que conceitos fundamentais tais como autenticidade e Tesouro Vivo integrassem a discussão acerca dos valores do património cultural imaterial para as comunidades, para as nações e para a nova ordem mundial.

Palavras-Chave: Património Cultural Imaterial ou Intangível; UNESCO; Japão.

Parte I. Europa, de 1950 à atualidade

A Convenção Para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, cujo texto tem a data de 17 de outubro de 2003,² é o documento de referência para a UNESCO³ no que diz respeito à definição de conceitos, valores e políticas para esta categoria de património. Trata-se de um documento alinhado com a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e com outros textos de semelhante natureza: direitos cívicos e, por extensão, direitos patrimoniais. Na Conferência Geral que teve lugar em Paris entre 29 de setembro e 17 de outubro desse ano foi tido também em conta “o

¹ Doutoranda da 1ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: http://www.ces.uc.pt/doutoramentos/patrimonios/?action=info&id_investigador=479

² Portugal ratificou a Convenção a 26 de março de 2008.

³ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, UNESCO

processo de globalização e transformação social” (UNESCO, 2003) das últimas décadas, pelo que esta Convenção consolida uma lógica de entendimento do património como algo intrinsecamente ligado à coexistência pacífica de diferentes identidades comunitárias. Para esse efeito salientou-se a “profunda interdependência entre o património cultural imaterial e o património material cultural e natural”, bem como a urgência de legislar sobre a sua salvaguarda, visto “ainda não existir até ao momento qualquer instrumento multilateral com carácter vinculativo destinado a salvaguardar o património cultural imaterial” (UNESCO, 2003). À semelhança de outros textos também da UNESCO, a Convenção alude à posição da Instituição como baluarte de valores cuja aplicação recai depois sob a responsabilidade dos estados legisladores, e como mentora de iniciativas tais como a Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade.

Este artigo pretende analisar o apelo à preservação do património imaterial segundo aquilo que dele se compreende nesta Convenção; apresentar os vetores de desenvolvimento de uma noção holística de património; e compreender a contribuição específica de noções de património, identidade e memória histórica vindas do Japão, nomeadamente através da Carta de Nara (UNESCO, 1993).

O património cultural imaterial é transmitido de geração em geração, sendo constantemente recriado pelas comunidades e grupos, em resposta ao ambiente envolvente, à sua interação com a natureza, e à sua história. Proporciona às pessoas um sentido de identidade e continuidade, promove o respeito pela diversidade cultural e a criatividade da humanidade. A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial define o património cultural imaterial como um conjunto de práticas, representações e expressões, bem como o conhecimento e os saberes práticos (incluindo os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais) que as comunidades, grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte da sua herança cultural. Por vezes é chamado património cultural vivo, e manifesta-se nos seguintes domínios: tradições orais, incluindo a linguagem, artes performativas; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimento e práticas que dizem respeito a concepções de natureza e universo; artesanato tradicional.⁴

⁴ Traduzido pela autora a partir da definição apresentada pela UNESCO na sua página oficial: UNESCO, consulta 20/11/2015, http://www.unesco.org/services/documentation/archives/multimedia/?id_page=13. Esta definição corresponde ainda àquela que se definiu pela Convenção, em 2003. No entanto esta

O património cultural imaterial encontra-se definido desde 2003 segundo uma perspetiva holística. Bens, materiais e pessoas integram uma plataforma performativa na qual se inscrevem preocupações de ordem pedagógica (salvaguardar um património para que seja legado às gerações futuras, tendo o texto da Convenção indicado explicitamente a necessidade de sensibilizar a população mais jovem para esse património), a exortação ao exercício cívico (partindo do princípio que apenas um membro efetivo e integrado de uma comunidade exerce de modo pleno a sua cidadania, e tendo o património cultural um papel relevante nesse processo identitário), e por fim a revitalização de tradições, ou pelo menos o travão à obsolescência dos saberes que lhe estão na base (em evidente reação às forças da dita globalização). Ao indicar, na sua definição, que o Património Cultural Imaterial configura o ser, o estar e o agir de comunidades e indivíduos em contexto com o seu meio e de um modo que privilegia o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, esta noção holística é também uma manifestação da ecologia de saberes (Santos, 2007).

Para além de ser um texto vocacionado à teorização sobre o património cultural, esta Convenção – tal como qualquer documento da UNESCO – é um exemplar do diálogo entre os estados membros da ONU no sentido de fazer compromissos sobre as linhas que orientam a convivência preferencialmente pacífica entre os povos. Assim sendo, um dos seus principais objetivos é o reconhecimento da diversidade cultural como um valor positivo e construtivo, associada também ao potencial para a melhoria das condições de vida das populações.

Ao atribuir uma definição holística ao património cultural imaterial os estados membros presentes na assembleia geral de 2003 reconheceram ainda que se trata de uma categoria de pensamento sobre o legado cultural intergeracional, a qual poderia não existir, ou não existir dessa forma, nas comunidades que exibem esse mesmo património. Consequentemente, o texto foi criado de modo a ter a capacidade de integrar a diversidade interpretativa acerca de qual é a relação entre a identidade de

definição não se liga tão claramente aos objetivos implicitamente políticos que se apresentaram no texto de 2003, a saber: “o respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos” e “um desenvolvimento sustentável” (citação a partir do documento em português, ver nota 1)

um grupo e as suas manifestações culturais, sem se limitar ao nacionalismo étnico. Se, por um lado, o reconhecimento de um determinado conjunto de práticas como herança cultural não se pode autonomizar dos seus valores identitários, sob pena de perder legitimidade quanto à essência da cultura que exemplifica, por outro lado esta mesma definição reconhece a coexistência de diversos sistemas de conceção do mundo e do ser identitário, e portanto diversos sistemas de atuação do património.

O património cultural imaterial não é só mais um tipo de património, não se trata da criação de uma nova lista ao lado das já existentes. Aliás, se assim fosse, a arbitrariedade da inscrição nessas listas não poderia ser resolvida, visto que a inscrição de um determinado bem (leia-se agora “bem” como objeto ou como saberes) compreende quase sempre dimensões possíveis de incluir numa das outras listas (Kirshenblatt-Gimblett, 2004).

A definição encontrada em 2003 e ainda hoje vigente agrega domínios tão diversos como a ontologia (o que o património cultural imaterial é, a sua fundamentação), a agência (sobre *quem* é, quem está incluído na própria matriz desse património e quem o atua), e ainda a ética (que propósito vem servir, já que se encontra ligado aos preceitos morais mais profundos de cada comunidade e, conseqüentemente, à sua maneira de estar no mundo e de coexistir com outros).

Esta é, portanto, uma definição muito ambiciosa. Em primeiro lugar porque marca um ponto de viragem definitivo em relação à tradição de identificar o património (o termo) com os testemunhos monumentais e materiais. Em segundo lugar porque retoma algumas das intenções fundamentais dos primeiros textos e iniciativas em prol da salvaguarda do património (europeu), nomeadamente o sentido de urgência em preservar e em legar valores culturais à geração seguinte face a uma situação de transformação profunda.

A Convenção para a Proteção da Propriedade Cultural em Situação de Conflito Armado, também chamada simplesmente Convenção de Haia, de 1954, é porventura o texto mais evidente do afã defensivo e reconstrutivo do património em caso de conflito armado, uma consequência da mentalidade protecionista em contextos de guerra. Mas não é a única iniciativa nesse sentido, expressa um movimento mais amplo tanto ao nível dos profissionais da gestão do património como dos Estados. Em muitas situações de pós-guerra, para além da necessidade de restaurar imediatamente

o património cultural, assiste-se também ao crescimento de um movimento popular (ou, pelo menos, apoiado por largos setores da população) no sentido de reviver tradições que antes do conflito se encontravam já em declínio. Este fenómeno pode considerar-se como a resposta à necessidade psicológica de restabelecer aquilo que é familiar e reconstituente após uma fase de interrupção abrupta dos ritmos de vida quotidianos (Stanley-Prince, 2005). O impacto da Segunda Guerra Mundial para este tema, inédito na sua dimensão catastrófica e fecundo nas respostas que foram encontradas, tem sido considerado como a origem de todo o pensamento sobre o que é o património cultural nacional e internacional, bem como as implicações éticas sobre a sua salvaguarda (Prochaska, 2005).

Depois de quase duas décadas em que as convenções UNESCO foram no sentido das práticas educativas, da partilha de documentação e da regulamentação de outros dados sobre o acesso à informação e à formação de uma consciência do património pelas populações, surge em 1972 a Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural. Ao definir “monumentos”, “conjuntos” e “locais de interesse” sem hierarquia esta Convenção marca o início da ampliação do conceito de património, diversificando os seus tipos, bem como os conteúdos e valores nele reconhecidos. Os “locais de interesse” de “valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” tornar-se-iam durante a década de 80 em *contextos* e já não apenas *topos*. Esta foi, portanto, a Convenção que indicou o vetor fundamental para facilitar a absorção da teoria performativa que serve de base à noção de património imaterial atual.

É necessário ter em conta também o panorama dos estudos históricos, artísticos e culturais durante os anos 60 e 70 do século XX. A formação de nacionalidades e sociedades na nova ordem mundial exigia uma consideração dos bens do passado como mais do que monumentos, precisamente porque aquilo que monumentalizavam já não correspondia nem ao presente nem às projeções e desejos que reformulavam as impressões do passado. Como um passado inexistente, superexistente ou inoperante não podia ser reconhecido, reconheceu-se em vez dele ou para além dele um passado orientado para a vocação de testemunho e de ferramenta de cidadania, isto é, despojado das tendências nacionalistas (e progressivamente despojado das imperialistas) e revestido de intenções multiculturalistas. Paralelamente, esse mesmo

passado era o conteúdo da História, uma disciplina em luta pelo seu reconhecimento científico num mundo em inícios de enamoramento pela tecnologia e projetado para o futuro. O peso do património tornava-se cada vez mais o contrapeso da inovação e do progresso, num sistema em que as nações se hierarquizavam quanto ao prestígio que lhes era reconhecido segundo a preponderância que davam ao conhecimento e valorização do seu património. O bloco político-ideológico formado por EUA, Inglaterra e França tomou o papel de liderar a produção literária e académica que levou às noções de património da segunda metade do século, e nestas estava incluída uma novidade: a valorização (do ponto de vista patrimonial e também nas práticas de turismo) de um conjunto difuso de artes visuais e performativas designadas genericamente como artesanato e folclore.

Os folcloristas americanos⁵ tinham já colocado os artefactos materiais e anónimos não necessariamente de excelência estética no mapa dos objetos com potencialidade académica, recolhendo aquilo que os historiadores não viam como um documento e os historiadores de arte não viam como arte. O corpo informativo que resultava da classificação e da dedução a partir desses objetos continuava contudo a remeter para um passado estático, como se às comunidades das quais provinham apenas se pudesse reconhecer um excesso de passado quando comparado com um escasso futuro. Mas quando essas mesmas comunidades passaram a produzir o discurso da minoria, do setor socialmente legítimo, ou seja, nos anos 60, os próprios folcloristas e o seu setor da Antropologia, reformularam-se:

Desde cedo os folcloristas procuraram classificar o material recolhido. De fato, a maior mudança nos estudos de folclore (na década de 60) foi a transferência de paradigma, da coleção para a categorização, sendo este último já predominando tanto entre os folcloristas literários como nos antropológicos deste o início do século. Deste modo emergiu como novo foco a síntese. A nova geração de folcloristas reconhecia a interação entre o modo como um indivíduo conta uma estória e o modo como a audiência reage e atua, a inter-relação entre arte, arquitetura e outros elementos expressivos da cultura. Nos dias de hoje, os folcloristas observam as relações dinâmicas entre o que é socialmente dado-adquirido, o que é tradicional, e o que é a criatividade individual. O campo foi-se redefinindo, de um enfoque no tradicional e no *ready-made* para um enfoque no

⁵ Franz Boas e seus estudantes, para além do grupo que se formou na Universidade de Columbia e que editou o *Journal of American Folklore*: Benedict, Sapir, Kroeber, Jacobs, Radin, Mead, etc

equilíbrio entre o que é tradicional e o que é emergente, entre o que é socialmente considerado um dado-adquirido e o que é criatividade. Este tipo de trabalho de síntese procura compreender melhor o mundo, reconhecendo que o indivíduo, o grupo e a expressão são um sistema circular.⁶ (Magoulick, s/data)

O corpus dos folcloristas era agora um território para aqueles que, vindos de uma formação de Ciências Sociais e Humanas, desejassem explorar as fronteiras entre História, Arte e Antropologia, numa perspetiva de síntese. O termo “património” perdeu transparência, e passou a ser mais operativo especificar “património X” para indicar exatamente sobre que bens, práticas, lugares ou heranças incidia a perspetiva do investigador. O que se entendia por património tornou-se portanto cada vez menos uma “coisa” e cada vez mais uma plataforma onde se dá a confluência de saberes, competências e objetos (não apenas de arte). Os estudos de folclore, baseando-se no método comparativo, enfrentaram inevitavelmente problemas causados por esta necessidade de presente (e mesmo de futuro). As comunidades estudadas, as suas práticas e artefactos, não podiam realmente ser separadas da evolução, transformação e exposição a pressões externas (e depois às da globalização), que tinham em si mesmo levado a mudanças que já estavam a ser estudadas e que continuavam a operar-se, nomeadamente na relação dessas comunidades com o seu próprio reportório patrimonial (Wolf-Knuts, 1999).

Em causa estava aquilo que se concordava ser o passado, os patrimónios (agora no plural) e a memória, um consenso que se fazia no seio de uma comunidade ou civilização (em círculos integrados e/ou sobrepostos), consenso esse que exigia o esclarecimento e a participação das populações e sobretudo dos seus órgãos de gestão educativa e cultural. Já não se tratava de um cenário de pós-guerra nem de reestruturação de códigos sociais, mas sim do planeamento para o ideário do fim do século com implicações no legado moral que se queria deixar do séc. XX. Os pós-modernismos, a dissolução de nacionalismos ou outras comunidades imaginadas, a par com a intensificação da prática migratória e o conhecimento sobre as comunidades diaspóricas pós Guerra-Fria, pediam aos investigadores que formulassem um modelo conceptual apropriado.

⁶ Tradução da autora, a partir do original em inglês.

Parte II. Japão, de 1950 à atualidade

A resposta veio a emergir de um diagnóstico insuspeito: o tempo presente (anos 60 e 70), reconhecido como “pós-guerra” por um Ocidente cada vez mais uniformizado, teria produzido a rebelião face ao presente e um forte desejo de passado. Estes produtos culturais, recentes, manifestavam-se num largo espectro de sintomas que vão desde o desejo de escapar ao presente (a fuga) até à nostalgia como estado mental preponderante (a resignação) (Lowenthal, 1985: 10-12). No século XX, e particularmente no contexto em questão, a nostalgia é um estado psicológico. No entanto, originalmente entendia-se por nostalgia um conjunto de comportamentos patológicos, que de modo direto ou indireto conduziam à doença ou mesmo à morte: a recusa em alimentar-se, febres, mutismo, alienação, etc.

A nostalgia como ação, como comportamento manifesto no corpo e pelo corpo, dá então lugar à nostalgia como estado invisível, oculto no funcionamento social e familiar do indivíduo. Contudo, um dos traços fundamentais da nostalgia não se alterou: a imaginação de um outro lugar ou um outro tempo no qual o indivíduo não sofre deste mal e, conseqüentemente, o apelo para fugir do presente (e do lugar presente) com o fim de alcançar esse refúgio. O que era dado como garantido acerca do homem, mulher, hábitos, leis, sociedade e deus foi abalado pelo turbilhão da história recente, provocando feridas ao nível da identidade do indivíduo e das comunidades (Lowenthal, 1985: 13). É precisamente a essas feridas e a essa insegurança que a nostalgia se dirige, agindo como um tónico restaurador. A fixação num ponto do passado, real ou imaginado, através da contemplação ou da experiência permitiria ao indivíduo reconhecer-se (identificar-se) no seu tempo presente. A nostalgia é portanto o esquema de apropriação do passado para servir uma necessidade do presente: o desconforto perante a intensidade das transformações da realidade. Mesmo em períodos da história da humanidade nos quais a referência ao passado foi fundamental para as criações artísticas e culturais, como por exemplo o Renascimento ou o Iluminismo, ainda assim o impulso fundamental teria sido a concretização do presente, nas suas próprias circunstâncias (Lowenthal, 1985: 372).

O livro de David Lowenthal vai buscar o seu título à primeira frase da obra literária de Leslie Poles Hartley: “The Go-Between”, publicada em Londres em 1953. A famosa

expressão com a qual o livro se inicia – “The past is a foreign country: they do things differently there” - pega nas noções de tempo e de espaço do leitor e mistura-as para obter uma poção que abre as portas da percepção e da memória. Tal como sucedeu protagonista do romance, que ao encontrar um diário e alguns outros objetos mergulha na sua própria história, os estudos sobre património, folclore e história realizaram a premonição de Lowendal: o modo como as pessoas fazem as coisas passou a ser estudado (e criticamente analisado) em relação com aquilo que cada comunidade ou indivíduo reconhecia como a sua herança cultural, logo, como o *seu* património. Esta parecia ser a resolução do processo iniciado pela viragem da Antropologia folclorista dos anos 60 mas seria necessário esperar até aos anos 90 para que se realizassem o Fórum Mundial de Protecção do Folclore (World Forum on the Protection of Folklore) da UNESCO, que teve lugar em Phuket (Tailândia) entre 8 e 10 de abril de 1997, e os Simpósios Regionais sobre a Protecção dos Saberes Tradicionais e Expressões das Culturas Indígenas, que tiveram lugar em 1999, em Pretória, Hanoi, Tunes, e Quito, contando com a presença de representantes num total de 83 Estados.

Quanto à produção de documentos internacionais a respeito do património cultural imaterial, nostalgia que afligia o Ocidente no pós-guerra não era um estado produtivo, pelo que o empasse foi resolvido através das contribuições vindas de outras escolas de pensamento, noutras geografias. Foi também no pós-Segunda Guerra Mundial que, no Japão, se reformularam noções de passado, história e, por extensão, do papel dos sítios, monumentos e artefactos na contemporaneidade, bem como a reflexão sobre a relevância do seu estudo e preservação. Em 1950 o estado elaborou o Ato para a Preservação da Propriedade Cultural, um diploma com valor de Lei semelhante à Lei-quadro ou Lei-base do sistema português. A adenda de 1954 veio acrescentar as expressões “património cultural intangível” ou “imaterial” (depende da tradução), e explicando que “aqueles indivíduos que atingiram mestria técnica” passariam a ser considerados “repositórios/guardiães” (a tradução para inglês a partir do original japonês é “holders”) desse património que é o saber-fazer em si mesmo.

O documento que o Governo do Japão editou incluiu pois a propriedade cultural intangível, tal como o teatro, a música, o artesanato, e outros que foram reconhecidos como tendo, para o país, grande valor histórico e artístico, sendo portanto elegíveis para protecção. Deve ainda notar-se que este documento não apresenta os bens

culturais a proteger como um património (herança, legado) mas sim como propriedades, bens com um valor mensurável na economia cultural e que estariam em risco de desaparecer se não fossem suportados pelo Estado, nomeadamente através de programas de financiamento ao ensino dos saberes que lhe são específicos. São bens num sentido alargado e incluindo os saberes tradicionais nas mais elevadas formas de artes de corte, mas são sobretudo manifestação da cultura do Japão, isto é, da cultura através da qual o estado japonês pretendia reconhecer-se⁷. O folclore, o artesanato ou as manifestações culturais dos grupos minoritários não estava abrangidos por este Ato até uma nova emenda, em 1975, que se estendeu pouco depois na forma de um sistema de classificação dos Bens Culturais Intangíveis do Folclore (Aykawa-Faure, 2014: 39).⁸

Entre 1952 e 1954 foram selecionados 155 bens culturais imateriais, dos quais 113 dizem respeito às artes performativas e 43 a técnicas de artesanato. Em 1953, dando resposta a críticas que alegavam a arbitrariedade da seleção e a confusão acerca do valor dos bens indexados, foi necessário publicar um sistema de avaliação que visava hierarquizar os bens elegíveis, esclarecendo o seu valor relativo e funcionando assim, na prática, como um ranking entre eles. O critério de “excelência” do valor exibido pelo bem cultural imaterial deveria então ser examinado não só em si mesmo e no seu contexto mas também em relação com os outros, com o fim de ser apresentado claramente na descrição da sua integração na listagem e perante a opinião pública.

Em 1955, na sequência da criação de organismos que fariam a gestão governamental sobre estes valores culturais, os quais teriam também a responsabilidade de efetuar o registo e promover o ensino dos mesmos, um artigo de jornal explicava o Ato de 1950 com termos mais coloquiais e que eram também mais caros à mentalidade nacionalista japonesa (comum na população nesse pós-guerra).

⁷ Deve ter-se em conta o contexto: o Japão estava sob ocupação norte-americana, a sua constituição tinha sido recentemente criada, o sistema educativo tinha sido completamente reestruturado, as coleções de antiguidades nas mãos de privados estavam a ser delapidadas para suportar a difícil reconstrução do país (muitas foram vendidas aos próprios americanos), e a sociedade japonesa esperava do (novo) Estado que afirmasse em que termos – e com que identidade cultural – iria o Japão reconstruir-se como nação, tanto internamente como no sistema internacional.

⁸ Ainda assim, enquanto os indivíduos que representam um nível elevado de mestria numa determinada arte de corte podem ser considerados “Tesouros Vivos” (desde que a sua área de criação ou de performance seja um dos patrimónios culturais imateriais reconhecidos pelo estado), um indivíduo com um nível igualmente elevado de mestria numa forma de folclore não pode ter esse título (mesmo que a sua prática folclórica esteja listada como bem cultural importante e a salvaguardar).

Foi esse artigo de jornal que criou a expressão “Tesouros Vivos do Japão” (Living National Treasures), que não se encontra em nenhuma parte do texto do Ato de 1950 nem na adenda de 54. Os Tesouros Vivos seriam os seres humanos que detinham esses saberes que se atuam (ex.: o teatro) ou traduzem em objetos (ex.: cerâmica). Visto que a população adotou esta designação, o setor educativo, a promoção do país interior e exteriormente e mesmo o Turismo tornaram-na um dado adquirido.

Entre 1955 e 1963 o reconhecimento de certos indivíduos como Tesouros Vivos correspondia sensivelmente à emergência de determinado património cultural imaterial a salvaguardar, mas a partir de 1964 passou a fazer-se a nomeação anual de Tesouros Vivos. A cerimónia na qual se anunciam os de cada ano passou a ser também a ocasião na qual se atribui a cada um deles uma soma elevada (começou por ser dois milhões de yenes, em 1964), destinada (mas não limitada) a proporcionar a oportunidade de fazer o registo da sua perícia, ensinar os seus sucessores, e aprofundar as suas competências. Nos dias de hoje os Tesouros Vivos do Japão estão mesmo listados em duas categorias: guardiões dos saberes artesanais e dos saberes de artes performativas.

Alguns setores, como a produção artesanal de cerâmica, por exemplo, manifestaram algum descontentamento para com a eleição anual dos Tesouros Vivos tal como esta tem sido feita pelo menos desde a viragem do milénio, pois o anúncio dos “vencedores” indica a pessoa e não a técnica ou estilo em causa. Com efeito, a principal crítica ao modo como o Japão passou a enumerar alguns dos seus Tesouros Vivos prende-se com o cargo que alguns deles ocupam na estrutura de grandes empresas, sendo na verdade mais gestores de topo do que mestres artesãos. O título serviria então o propósito de empolar o prestígio de uma determinada corrente estética ou escola de produção que, por sua vez, já se teria convertido numa empresa e deixado para trás a sua natureza artesanal. A perda de autenticidade do processo produtivo, da estética ou da técnica não está em causa, mas a relação entre cobertura mediática, estratégias de *soft-power* (interno) e receitas/nível de vendas de um certo produto mancham o propósito primeiro da classificação.

As pessoas que são designadas com esta distinção não são Património Cultural Intangível em si mesmas. Kaneshige e Arakawa são guardiães e protetores de uma propriedade

cultural intangível de grande importância para o Japão. [...] Dito de modo mais simples, o sistema do Tesouro Vivo é apenas uma lei que designa algo que está em risco, de modo a preservá-lo, tal como se protegem as florestas ou se salvam as baleias; só que neste caso o que se procura salvar é imaterial, trata-se da importância cultural, a qual reside nas mãos de certos indivíduos. [...] O Homem não é o tesouro, o tesouro é o estilo de cerâmica.⁹ (Wahei, 2004)

Longe de prever a tensão que a eleição dos Tesouros Vivos poderia causar, o Ato de 1950 e as adendas de 1954 e de 1975 trouxeram a ideia de preservação de saberes e de práticas para o plano da produção de convenções de salvaguarda do património cultural, o que se ajustou com os estudos folcloristas e com as vozes das minorias étnicas que, no extremo ocidente, reclamavam o direito de reconhecimento cívico e cultural. No Japão a motivação para a salvaguarda de bens culturais imateriais veio da urgência de proteger o saber-fazer com um nível de excelência, e esse saber não é concebido sem o indivíduo que o atua nem sem o sistema de aprendizagem mestre-discípulo que o permitirá passar à geração seguinte. Em vez de uma perspectiva centrada na preservação do objeto, o Japão mostrou às potências ocidentais que a legislação para a salvaguarda do património cultural podia definir como “bem” um conteúdo imaterial e, ainda assim, não o desarticular do plano concreto da vida humana e da economia cultural. E foi precisamente nesse processo que um outro conceito essencial aos estudos do património necessitou de ser tido em conta: a autenticidade.

A autenticidade como um valor fundamental para o reconhecimento do património cultural já tinha marcado presença nos textos da UNESCO e volta a surgir da Carta do Turismo Cultural de 1976, em resposta ao desenvolvimento do Turismo num contexto de crescimento económico e aumento da oferta de meios de transporte à escala global. As pressões a que passaram a estar sujeitos lugares, comunidades e as práticas culturais que com eles se relacionam intimamente tornaram evidente que certas manifestações do quotidiano não escapavam ao afã da produção de recordações estandardizadas, num processo que poderia conduzir à vacuidade mas ao qual as multidões sazonais pareciam indiferentes. Nesta carta pode ler-se como os

⁹ Tradução da autora, a partir do original, em inglês.

representantes dos diversos países reunidos na Assembleia do ICOMOS¹⁰ concordaram que os especialistas que serão chamados a conceber e implementar o uso turístico do património cultural e natural deverão receber treino adaptado à natureza multifacetada do problema. O problema em questão residia na urgência em promover uma coexistência equilibrada e mutuamente benéfica entre, por um lado, os benefícios económicos, sociais e mesmo pedagógicos do turismo e, por outro, as práticas culturais em permanente transformação que constituem a autenticidade do valor patrimonial de bens e sítios em contexto com as suas comunidades e historicidade. A carta indica expressamente que a ação dos profissionais do turismo deveria respeitar e proteger a autenticidade e a diversidade dos valores culturais. Neste ponto, a Carta do Turismo Cultural de 1976 (que seria substituída em 1999 pela Carta Internacional do Turismo Cultural) aborda o mesmo problema de fundo com que o Japão se debatia: como gerir, na qualidade de património classificado, um bem cultural imaterial que é, pela sua natureza, mutável, e cuja autenticidade está dependente da atribuição de valor tanto dentro da comunidade à qual diz respeito como fora da mesma, no plano nacional e internacional?

Ao criar, em 1975, um sistema de reconhecimento dos bens culturais intangíveis do folclore ao mesmo tempo que se admitia a sua colocação numa posição hierarquicamente inferior às formas mais refinadas e clássicas de património cultural imaterial (as quais podiam ter Tesouros Vivos, enquanto o folclore não) o Japão criou o precedente de considerar que a autenticidade apenas pode ser garantida quando as manifestações de um determinado património se encontram num estado inalterável, e que a mesma não se aplica à dinâmica quotidiana das populações visto que estas estão sujeitas a transformação (ANJC, 2001) (ACA, 2001). No caso do Japão, a autenticidade foi entendida como a propriedade de apresentar *a* forma perfeita e acabada de criar um objeto, executar uma dança ou fazer a demonstração de um ritual. A autenticidade requeria a ausência de diversidade porque só existe *uma* forma perfeita de executar a performance em questão, e também requeria a ausência de transformação no modo como essa performance é executada porque não existe história no caso do bem cultural imaterial: ele demonstra um tempo que está parado e fora da história, bem

¹⁰ Internacional Council on Monuments and Sites (ICOMOS), constituído em 1965.

como uma forma que atingiu a perfeição, e aí reside a necessidade da sua salvaguarda e preservação.

O conservadorismo manifestado nesta ideia de autenticidade não foi aceite sem negociação, nem se manteve inalterado desde então, no entanto o propósito deste artigo não é analisar profunda e extensivamente as políticas patrimoniais nipónicas e bastará, no argumento que se tem seguido, ter em conta que a autenticidade era um conceito crítico tanto no plano das políticas europeias quanto ao uso do património cultural e turismo, como também no plano da evolução das políticas japonesas da sua identificação e salvaguarda.

O papel da autenticidade na definição do que se entende por Património Cultural Imaterial veio a ser configurado no Documento sobre o valor de Autenticidade redigido em resultado da Conferência sobre a Autenticidade na Convenção do Património Mundial, realizada em Nara (Japão) de 1 a 6 de novembro de 1993, uma cooperação UNESCO, ICCROM¹¹ e ICOMOS. Este documento é comumente conhecido como Carta de Nara. Nele pode ler-se:

O respeito pela diversidade cultural e patrimonial requer esforços conscientes no sentido de evitar impor mecanismos ou fórmulas através das quais processos estandardizados venham a tentar definir ou determinar a autenticidade de certos monumentos e sítios. [...] Todo o julgamento sobre os valores atribuídos aos bens culturais, bem como a credibilidade das fontes de informação sobre os mesmos, pode variar de uma cultura para outra, e mesmo dentro da mesma cultura. Portanto, não é possível basear semelhante julgamento quanto aos valores de autenticidade dentro de critérios fixos. Pelo contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que os bens patrimoniais sejam considerados dentro dos contextos culturais aos quais pertencem.¹²

Não estava em causa a apenas a autenticidade de determinado património como o que é em si mesmo (a sua autenticidade material) mas também a sua autenticidade como património, ou seja, determinado bem seria avaliado segundo os valores incluídos na noção de património (ou noção equivalente) que cada cultura tem ou que em determinado momento promove. Podemos também ler esta passagem à luz da

¹¹ International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property, ICCROM

¹² Tradução da autora, a partir do original, em inglês.

Carta de Turismo anteriormente referida, pois em larga medida foram essas mesmas práticas de turismo que levaram à imposição de mecanismos ou fórmulas estandardizadas de definição de autenticidade de determinado monumento, quer pela exposição a valores culturais, sítios e monumentos da população em geral (os turistas propriamente ditos), quer pela redação de textos, produção de documentários, reportagens e mediatização da imagem desses lugares e bens.

O artigo 15º da Convenção de 2003 com a qual se deu início a este artigo apela à “participação de comunidades, indivíduos e grupos”, abrangendo: os produtores de saber (investigadores); os divulgadores de informação e promotores da apreciação pelos valores patrimoniais (professores, guias-intérpretes e outros agentes turísticos); os que usufruem desse mesmo património, tanto os membros da comunidade que o estima e à qual se encontra genésicamente ligado como os que o visitam a título de turismo, e não só (como até então) os agentes oficiais ou estatais de gestão patrimonial. Este redireccionamento para as pessoas acontece em consequência da diversificação de tipos de património, e mais concretamente, com a aceitação de patrimónios mais próximos do indivíduo, como sejam as práticas rituais e artesanais por exemplo.

A observação do Património Cultural Imaterial como mais um tipo de património, lado a lado com o Património Edificado, com o Património Imóvel e com o Património Natural, bem como os diferendos de opinião sobre a eficiência da separação entre eles que a coexistência de tais Listas, constituem um ponto de vista menos produtivo para o investigador do que a constatação do percurso como um todo. Assim, o entendimento holístico do património que se vem operando, encontra a resistência das ferramentas de Listagem criadas para a sua própria identificação e classificação, mas não hipoteca a evolução de uma consciência patrimonial mais integrada (e integrante) entre os bens, os lugares, as práticas e as comunidades.

Referências Bibliográficas

ACA – Agency for Cultural Affairs (Japão) (2001), “Preservation and Use of cultural Property”. Página consultada a 20/2/2011 em http://www.Bunka.go.jp/English/PDF/h21_chapter_06.PDF

- Aikawa-Faure, Noriko (2014), "Excellence and authenticity: living national (human) treasures in Japan and Korea", *International Journal of Intangible Heritage*, vol. 9, 38-51.
- ANJC – Japanese National Agency for Culture (2001), *Fifty years in the history of the Law for the protection of cultural properties*. Tokyo: ANJC.
- Lowenthal, David (1985), *The Past Is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kirshenblatt-Gimblett, Barbara (2004), "Intangible Heritage as Metacultural Production", *Museum International*, nº 221-222, vol. 56 (n 1-2, 2004), 52-65.
- Magoulick, Mary (s/data), "History of Folklore", Georgia College & State University, página consultada a 25/11/2015 em <https://faculty.gcsu.edu/custom-website/mary-magoulick/history.htm>
- Prochaska, Alice (2005), "Anglo-American Attempts to protect cultural heritage during the Second World War", Paper delivered at the IFLA Preconference on Responsible Stewardship Towards Cultural Heritage Materials, Copenhagen, Denmark, 11-12 August 2005, página consultada a 08/11/2011 em Yale University, <http://www2.library.yale.edu/international/documents/prochaskaIFLA.pdf>
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Novos Estudos – CEBRAP*, 79, página consultada a 25/11/2015 em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300004&script=sci_arttext
- Stanley-Prince, Nicholas (2005), "The thread of continuity: cultural heritage in post-war recovery", in Nicholas Stanley-Prince (ed.) *Cultural Heritage in Postwar Recovery: papers from the ICCROM forum held on october 4-6 2005*, Roma: International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property, 1-17.
- Wahei, Aoyama (2004), A Critique of the Living National Treasure System. Página consultada a 9/2/2011, <http://www.e-yakimono.net/html/Int-critique-aoyama.html>
- Wolf-Knuts, Ulrika (1999), "On the history of comparison in folklore studies", *Thick Corpus*, Folklore Fellows' Summer School 1999, página consultada a 25/11/2015 em <http://www.hanko.uio.no/planses/Ulrika.html>

Cartas, Convenções e outros Diplomas de gestão do património

- ICOMOS International tourism charter, 1976, página consultada a 20/2/2011 em <http://www.japan-icomos.org/charters/tourism.pdf>
- 20th Anniversary of Nara document, 2014, página consultada a 20/2/2011 em http://www.japan-icomos.org/pdf/nara20_final_eng.pdf
- UNESCO (1972), Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, Página consultada a 20/2/2011 em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>
- UNESCO (1993), The Nara Document on Authenticity, página consultada a 25/11/2015 em <http://www.icomos.org/charters/nara-e.pdf>
- UNESCO (2003), Text of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, página consultada a 25/11/2015 em

<http://www.unesco.org/culture/ich/en/convention>

UNESCO (2008), Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, página consultada a 28/11/2015 em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>.

Representações da emigração no dia 10 de Junho: dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas. Dois textos e uma pergunta.

Martina Matozzi¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo traçar uma reflexão sobre o dia 10 de Junho a partir da análise de dois escritos que se referem diretamente ao feriado e que servirão também de auxílio para uma contextualização da sua história. Os textos são o discurso proferido em 1977 por Ramalho Eanes, então Presidente da República, em ocasião das reassumidas celebrações depois do 25 de Abril, e o livro de António Cravo, *O 10 de Junho. Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e o seu significado*, publicado em 1998. Tendo como base algumas referências dos *Diaspora Studies*, bem como as considerações de um ensaio de Eduardo Lourenço, escrito em 1977, intitulado “A emigração como mito e os mitos da emigração”, a reflexão aqui proposta tenciona interrogar a representação da emigração portuguesa no dia desta celebração a partir do presente, isto é, tendo em conta que Portugal é hoje um país de emigração numa contemporaneidade pós-imperial, pós-colonial e europeia.

Palavras-chave: 10 de Junho; emigração portuguesa; contemporaneidade.

Introdução

O principal objetivo deste trabalho é traçar uma reflexão sobre o 10 de Junho a partir da análise de duas fontes textuais que se referem diretamente a esse dia e que servirão também de auxílio para uma contextualização da sua história. Na base da análise proposta estão o pensamento e a redefinição teórica do conceito de diáspora, pensado a partir do contexto transmigratório contemporâneo, bem como as considerações de um ensaio de Eduardo Lourenço sobre o fenómeno migratório português escrito em 1977 e intitulado “A emigração como mito e os mitos da emigração” (2013a: 118-126).

¹ Doutoranda da 1ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

A interpretação aqui proposta resulta de uma leitura que advém do contexto a partir do qual se interpretam os dois textos, isto é o de um país que atravessa uma contemporaneidade pós-imperial, pós-colonial e europeia.

Analisarei primeiro o discurso oficial proferido por Ramalho Eanes em 1977, ano das reassumidas comemorações do dia 10 de Junho depois do 25 de Abril de 1974 e a que se refere Eduardo Lourenço no ensaio supracitado. A seguir, analisarei o livro de António Cravo, escrito em 1998 e intitulado *O 10 de Junho. Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e o seu significado*.

O 10 de Junho em 1977: um feriado “reciclado”²

Portugal, com o fim da ditadura e a perda do império acabava, em 1974, de regressar à Europa, atravessando um momento de grandes transformações políticas, culturais e sociais, em que o país se encontrava perante um processo de incipiente reinvenção identitária e repensamento do próprio passado.

Para alguns tratava-se de um “motivo de condenação”, como afirmava Ramalho Eanes no discurso proferido na cidade da Guarda, chamada “capital da emigração” em ocasião das comemorações do 10 de Junho daquele ano. Para outros, dizia o Presidente da República, também representava o declínio de uma pátria “[...] quase milenária”, de um império “[...] mais sonhado que feito [...]” (Eanes, 1977: 4). É, portanto, uma conjuntura de “crise de identidade” (Eanes, 1977: 4), de reformulação e de mudança, a estar patente no discurso pronunciado em 1977 por Ramalho Eanes, afirmando o seu autor que, com o regresso à Europa, findava um “[...] um ciclo importante da vida portuguesa.” (1977: 4).

Abafado nos primeiros anos pela pujança das comemorações do 25 de Abril, o 10 de Junho foi “reciclado” em 1977 (Andrade e Torgal, 2012: 132; Andrade, 2001: 20), ano em que, efetivamente, adquiriu um novo nome e uma nova imagem.³ Onde, durante o Estado Novo, a serem celebradas foram a “raça”, representada pelo seu “génio” Luís

² A expressão é retirada de um subcapítulo do estudo de Luís Oliveira Andrade e Luís Reis Torgal, intitulado *Feriados em Portugal: “A reciclagem do 10 de Junho e o 25 de Abril como ‘Dia da Liberdade’*” (Andrade e Torgal, 2012: 132). Este termo já tinha sido usado por Luís Oliveira Andrade (2001: 20), intitulado *História e Memória. A Restauração de 1640 do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*.

³ O dia 10 de Junho continua a ser considerado feriado nacional, mas nos primeiros anos pós-25 de Abril é um feriado respeitado, mas não celebrado com manifestações públicas (Andrade e Torgal, 2012: 132).

de Camões – exemplo máximo de glorificação do império – a partir de 1977 aparecem “[...] Camões, já não tanto epopeia, mas essencialmente língua e, definitivamente, não o Império, mas as Comunidades lusitanas da diáspora.” (Andrade, 2001: 20).

Não por acaso, a necessidade de uma redefinição da ideia de pátria é manifesta no discurso de Ramalho Eanes, que apelava para a projeção das comunidades portuguesas no mundo. Será importante então notar que naquele momento estas ainda careciam de um reconhecimento oficial, mas já há alguns anos eram identificadas com a designação acima indicada de comunidades portuguesas.⁴ Como ilustra o historiador Victor Pereira, esta denominação tinha começado a ser usada sobretudo a partir dos anos 60. Antes, além da designação de “emigrantes”, para representar os portugueses que vivam além das fronteiras nacionais, eram usadas expressões como “portugueses no mundo” ou “colónias portuguesas” (Pereira, 2015: 24).

Consequentemente, da mesma forma que, a certa altura, as “colónias” se tornaram “províncias ultramarinas”, a mudança de nomenclatura de “colónias” para “comunidades portuguesas” surgiu durante o Estado Novo, aquando da redefinição semântica que se deu a partir da morte do Marechal Carmona, em 1951 (Pereira, 2015: 24-25). Esta designação terá sido escolhida em 1977 para redefinir o significado da celebração do 10 de Junho e a partir dela Ramalho Eanes identificava a exigência de uma possível redefinição da ideia de pátria:

Libertos da angústia colectiva que as grandes fracturas da história geram no inconsciente dos povos, redefiniremos na base das comunidades lusíadas um novo conceito de povo e de pátria. São os homens e não só os territórios que definem os povos. E a cultura e o desempenho comum de construir um futuro solidário que em cada momento fazem as pátrias. A recuperação da identidade nacional e o relançamento de um projecto universalista de um povo que ultrapassa os limites do seu próprio território pressupõe, naturalmente, a superação dos problemas e das dificuldades com que nos debatemos. (Eanes, 1977: 4)

⁴ O Conselho das Comunidades Portuguesas como órgão consultivo do governo e representativo dos portugueses no estrangeiro foi criado em 1980. Em 1974 formou-se a Secretaria de Estado da Emigração que tinha entre os seus objetivos o do apoio às comunidades (Santos, 2004).

A nova ideia de nação que se ia formando no pós 25 de Abril e que o então Presidente da República divulgou no dia da celebração, fundava-se, portanto, numa imagem exterior à das fronteiras nacionais. Tratava-se, de facto, de uma projeção geográfica desta vez não dos territórios que fizeram parte do império, mas das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, como prolongamento de um projeto universalista:

O nosso futuro não depende agora das questões menores da conjuntura e da especulação políticas, mas sim do poder de realização do projecto universalista que foi o dos nossos antepassados e que há-de continuar a ser nosso no quadro de relações que em quinhentos sonhámos estabelecer com todo o mundo. A coesão das Comunidades Portuguesas à volta dos valores da nossa cultura e dos objectivos que constituem o nosso projecto de sociedade, há-de permitirmos encontrar a solução dos problemas que urge resolver. (Eanes, 1977: 5)

No seu discurso Ramalho Eanes quis sobretudo reforçar a coesão das comunidades portuguesas e promover o desenvolvimento das regiões do interior do país. Todavia, a figura, a importância e a reabilitação da imagem de Camões não ficou silenciada. A incumbência de reabilitação do vate protagonizou os discursos, pronunciados no mesmo dia, de Vergílio Ferreira e de Jorge de Sena, que propunham novas leituras da obra incontornável do poeta. Nas palavras de Jorge de Sena, por exemplo, tratava-se de restituir a Portugal um Camões “[...] diferente do que tinham feito dele: [...] em tudo um homem do nosso tempo, que poderia juntar-se ao espírito da revolução de Abril de 1974.” (Ferreira *et al.*, 1983: 27). Mas o então presidente da República também se debruçou sobre Camões, afirmando a importância geográfica e épica da vida e da obra do poeta:

Camões não é apenas um dos escritores maiores da língua em que se exprime uma grande parcela da humanidade. A sua vida e a sua obra são a síntese admirável das vicissitudes, da grandeza, do génio com que nos afirmamos como Nação e o exemplo da aventura e do desprendimento com que nos lançamos na tarefa de abrir, aos povos da Terra, os caminhos do seu mútuo conhecimento. (Eanes, 1977: 4)

O que o então presidente da República solicitou foi principalmente uma reflexão orientada para uma reformulação identitária, propondo, na conclusão do seu discurso, novas soluções para a recuperação económica e social que Portugal teria de levar a cabo no seu futuro imediato. Neste âmbito, o exemplo do sucesso dos trabalhadores emigrantes foi usado para demonstrar que o país teria a capacidade de resolver os problemas económicos que se encontrava a atravessar. Isto teria acontecido graças à determinação da sua população além fronteiras, como parece evidente na frase “A emigração teve o mérito de demonstrar que possuímos a condição mais importante para a edificação de uma economia próspera.” (Eanes, 1977: 5).

Em suma, com o fim da ditadura as comemorações do dia 10 de Junho voltaram a ser celebradas em 1977, na tentativa de atribuir uma nova imagem a este feriado nacional: mantém-se a imagem, agora reformulada, de Camões, enquanto a “raça” é substituída pela imagem e a amplitude das comunidades portuguesas.

Esta celebração tem, todavia, uma origem longínqua, que recua aos primeiros ímpetus republicanos, ainda durante a monarquia, com a celebração do terceiro centenário da morte do vate, em 1880. A análise do texto que se segue ajudará a aprofundar a contextualização da sua história.

O 10 de Junho: uma explicação possível

O livro *O 10 de Junho. Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e o seu significado*, de António Cravo, tem como propósito explicar o sentido deste feriado. A sua publicação resulta de uma conferência proferida em Paris, pelo autor, a 10 de junho de 1995, na Associação Cultural dos Trabalhadores Portugueses. Em papel, o discurso foi publicado na capital francesa pelas Editions *Lusophone* e concomitantemente no Porto, em 1998. Aqui António Cravo percorre a história deste dia, tendo como base argumentativa dois grandes símbolos da nação: a língua e Camões.

Objetivo principal do livro – num momento em que, como denuncia o autor do prefácio José Carlos Janela Antunes, ainda faltavam estruturas que proporcionassem a aprendizagem da língua e da cultura portuguesa no seio das comunidades emigrantes

– é divulgar mais informação sobre um dia que pode unir duas extremidades, isto é, Portugal e as comunidades portuguesas, numa comunidade lusófona (*apud* Cravo, 1998: 8-10). Ainda no prefácio, é possível ler que o público a que se destina o texto é principalmente o das “[...] pessoas simples das comunidades portuguesas” (*apud* Cravo, 1998: 5). A sua estrutura integra um grande capítulo intitulado *O dia 10 de Junho e o seu significado*, dividido em várias secções que passo a analisar.⁵

Na primeira secção, que é a *Introdução* do livro, o autor define o 10 de Junho: “Este dia, tal como hoje o celebramos, foi escolhido sob o signo da Língua, da Poesia e do Emigrante que tem como berço de origem o nosso País.” (Cravo, 1998: 11). Na segunda secção, intitulada *A Língua Portuguesa na Formação de Portugal*, o autor percorre a história da língua portuguesa definindo com as seguintes palavras o peso que esta tem na História do país: “A nossa língua é com efeito o símbolo e o reflexo da História de um povo forjado por sucessivas camadas étnicas e civilizacionais e que pouco a pouco se soube construir na Nação Portuguesa, situada nos confins deste Continente.” (Cravo, 1998: 12).

Na terceira secção, *A Poesia, o Camões e a Pátria Portuguesa*, o autor explora o percurso biográfico de Luís de Camões, destacando alguns dos grandes acontecimentos da História dos Descobrimentos até chegar ao período de decadência, iniciado em 1580, data da morte de Camões. Na quarta secção, intitulada *Camões no advento da República Portuguesa*, o autor apresenta notícias sobre o culto de Camões e o estudo da obra do poeta.

Parece então necessário acrescentar algumas informações sobre este dia, na tentativa de complementar os conhecimentos fornecidos no texto em análise. Foi sobretudo a partir de meados de 1800, como também sublinha António Cravo (1998: 22-24), que a figura de Camões começou a ser enaltecida e celebrada como maior representante de Portugal, da sua memória e identidade. Em 1867, por exemplo, foi inaugurada no Chiado a primeira estátua pública em sua honra e foi posta uma lápide na que é considerada a sua casa natal, na atual Calçada de Santana da mesma cidade

⁵ Fazem parte do livro também uma nota cronológica (Cravo, 1998: 37) e uma reflexão sobre a origem dos termos Luso e Lusitanos (Cravo, 1998: 37) que não serão aqui analisadas.

(Cravo, 1998: 23-24). Em 1894 foi dada uma sepultura condigna ao poeta, no mosteiro dos Jerónimos (Cravo, 1998: 23).

Mas o acontecimento mais relevante é, sem dúvida, a celebração do terceiro centenário da morte do poeta, em 1880, que nas palavras de Luís Oliveira Andrade e Luís Reis Torgal representou “[...] uma revivescência nacional para uma nacionalidade decaída [...]” (2012: 37). A iniciativa foi ideada principalmente pelos representantes do movimento republicano, ainda em plena monarquia, e Camões revelava ser, no contexto de crise finissecular que Portugal vivia naquela altura, a personagem mais digna para representar e regenerar a nacionalidade portuguesa (João, 2002: 52). A sua obra prima, efetivamente, cantava o facto histórico mais emblemático e enaltecendor da imagem de Portugal no mundo, não escondendo também uma reflexão profunda sobre os “[...] momentos mais graves da crise da nação” (João, 2002: 52), que acabavam por encontrar um paralelismo com a crise portuguesa no ano da comemoração, podendo assim a obra de Camões ser ideologicamente ostentada como um exemplo de civilização e de revivescência para o país (João, 2002: 52-53).

A quinta secção do livro de António Cravo, intitulada *3º centenário da Morte de Camões*, é precisamente dedicada a este acontecimento, onde o autor destaca o papel dos republicanos na sua organização, concluindo com as seguintes palavras, que merecem aqui particular destaque: “A Pátria é, na verdade, um conjunto de sentimentos derivados do lado afetivo da nossa alma que se concentram na Saudade que todos conhecemos bem e sobretudo quando vivemos numas das Comunidades Portuguesas no Mundo.” (Cravo, 1998: 27).

A sexta secção, intitulada *O Dia de Camões é também o Dia das Comunidades Portuguesas* é dedicada à celebração do dia 10 de Junho, no período que vai da instauração da República ao 25 de Abril de 1974. No livro, contudo, são omitidos alguns pormenores sobre a história desta celebração que parece oportuno aqui mencionar.

Como demonstra o estudo de Maria Isabel João (2002), depois das celebrações de 1880, o dia 10 de Junho tornou-se feriado municipal da cidade de Lisboa em 1911, isto é, logo após a implantação da República, a 5 de Outubro de 1910 (João, 2002: 131). Com a abolição dos dias santos (no caso de Lisboa, Santo António celebrado no dia 13 de junho) e a conseqüente laicização do calendário promovida pelos republicanos, este

dia começou a ser celebrado no âmbito das Festas da Cidade, que decorriam de 9 a 15 de junho, “[...] num misto de festa cívica e arraial popular.” (João, 2002: 128; Andrade e Torgal, 2012: 79-80). Em 1924, por ocasião do quarto centenário do nascimento do poeta, o dia foi proclamado “dia da Raça” (João, 2002: 131; Andrade, 2001: 74), facto que o autor do texto em análise refere, acrescentando que esta nomenclatura remonta a uma época anterior à do Estado Novo (Cravo, 1998: 30-31).⁶ No ano seguinte, a celebração foi decretada “Festa Nacional” (João, 2002: 132). O golpe de Estado de 1926, bem como o subsequente estabelecimento da ditadura, mantiveram as celebrações sob a designação geral de “Festa de Portugal”, sendo reconhecido como Feriado Nacional pelos decretos de 1929 e de 1952 (João, 2002: 133).

António Cravo passa sucessivamente a falar do uso da imagem de Camões no Estado Novo. Foi durante os anos da ditadura que o dia 10 de Junho foi decretado feriado nacional, dando continuidade à tradição instituída na Primeira República. A imagem de Camões foi adotada e enaltecida muito para além da celebração do dia da sua morte pela ideologia do regime ditatorial para a promoção de um “nacionalismo sólido” do ponto de vista político, social e económico, aspeto este que o autor refere (Cravo, 1998: 31), mencionando também a utilização de Camões como “[...] símbolo máximo do nacionalismo salazarista.” (Cravo, 1998: 30). A partir de 1963, com o início das guerras coloniais, o dia 10 de Junho passou a homenagear as Forças Armadas Portuguesas, com ações de condecoração públicas aos militares (João, 2002: 138). Esta informação também é referida no livro de António Cravo (1998: 30).

Na sétima e última secção, intitulada *No Camões Emigrante Nasceu o Dia das Comunidades Portuguesas*, o autor fala da reabilitação do 10 de Junho a partir das comemorações de 1977. A edição deste livro, publicado no mesmo ano da Exposição Internacional de Lisboa – acontecimento, de resto, não ignorado pelo autor, inclusive encerrando o livro (Cravo, 1998: 36) – além de informações históricas bastante detalhadas, proporciona outra leitura e requalificação do feriado, que é possível condensar nesta afirmação:

⁶ Em 1922 Afonso Lopes Vieira na revista “A Nação Portuguesa” esperava que também Portugal, como em Espanha acontecera no dia 12 de outubro do ano anterior (o que virá a ser o atual Columbus Day), começasse a comemorar a “Festa da Raça”. Esta festa iniciou a ser celebrada em Portugal a 3 de junho de 1924, aconteceu durante uma semana, acabando no dia 10 de Junho.

[...] se Camões resume em si uma Poesia inteira e é reconhecida a sua universalidade tanto pelos portugueses como por estrangeiros, como demonstrámos, ao longo destas páginas, nada pode sintetizar tão perfeita e completamente o cerne da Pátria e nenhum traço da união se apresenta tão perfeito entre os Portugueses como o são *Os Lusíadas* que é o imortal canto das Glórias de que se orgulha Portugal não só o de hoje como o do passado. Por isso os governantes de 1977, retomaram a consciência nacional e voltaram a atribuir ao Dia de Camões também o dia de Portugal. É um caso único que se conhece, o dia Nacional ser o dia de um Poeta, porque na sua Poesia também encerra o símbolo da Pátria. (Cravo, 1998: 34)

Considerações à margem: entre a emigração e a diáspora

Nos dois textos analisados parece emergir que nesta celebração “reciclada”, depois do 25 de Abril (Andrade e Torgal, 2012: 132), a imagem de Portugal permanece como a de um país em viagem que reencontra a sua representatividade territorial nas comunidades portuguesas de que Camões – além de poeta, agora também emigrante – é o maior representante. Como é patente no discurso de Ramalho Eanes, as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo substituem de uma forma diferente a territorialidade do império recém perdido, encontrando assim a confirmação da vocação universalista do país. Por outro lado, no livro de António Cravo o perfil de Camões e a universalidade da sua obra encontram uma correspondência com o contexto da emigração portuguesa no passado, mas também no momento presente em que o autor escreveu o seu texto.

À luz da leitura que aqui se propõe, é possível considerar que as narrativas contidas nos textos analisados podem obscurecer muitos outros aspetos relativos à emigração portuguesa passada, presente e futura. Por outras palavras, analisar estes dois discursos hoje não pode deixar de ter em consideração o facto de que os repertórios narrativos de cada comunidade se geram através de processos de negociação em que permanecem, inevitavelmente, zonas de sombra. Entendem-se, portanto, as nações como *Comunidades Imaginadas*, na aceção de Benedict Anderson (1983), assim como se interpretam criticamente os repertórios narrativos produzidos ao longo do tempo sobre estas mesmas entidades (Hall, 1999).

Por conseguinte, certas representações da emigração, consubstanciadas na imagem das comunidades portuguesas, ganham corpo nos discursos proferidos na celebração deste dia, constituindo uma entre múltiplas possibilidades existentes.

Neste âmbito, o pensamento teórico do conceito de diáspora pode abrir o campo de interpretação do contexto migratório português, as suas codificações e representações. Conceito que, até os anos 1990, tinha sido principalmente usado com referência à história judaica, com o estudo de Paul Gilroy sobre a diáspora negra intitulado *Black Atlantic* (1993) e, posteriormente, com o livro de Robin Cohen, *Global Diaspora. An Introduction* (1997), a noção de diáspora começa a ser alargada às histórias de outras comunidades em deslocação. A condição diaspórica, segundo Robin Cohen, caracteriza muitas culturas (1997: 1-31), isto é, todos os grupos humanos que vivem fora da própria terra natal, real ou imaginária e que com esta ainda mantêm uma ou mais formas de contacto.

Continuando, é interessante referir que a reflexão sobre este conceito contida no livro de James Clifford *Routes: Travel and Translation in the Late 20th Century*, vai muito além do conceito de “culturas em viagem” deste mesmo autor (1997: 3), que considera as deslocações como elementos constitutivos das culturas. A diáspora, segundo o antropólogo, tem sido objeto de uma reformulação que não é exclusiva do contexto judaico, abrangendo uma significação de larga escala que, mesmo por causa disso, seria preciso interrogar (Clifford, 1997: 245). Entre as sugestões propostas por James Clifford, as diásporas constituem uma peculiar forma de viagem e são identificáveis a partir do momento em que se definem em contraposição com as normas dos Estados-nação e dos outros povos (Clifford, 1997: 250-251).

Em suma, quer os estudos de Robin Cohen, quer os de James Clifford aqui referidos, amplificaram o campo semântico do conceito de diáspora, atribuindo-lhe uma natureza transnacional amplamente diversificada. Nesse sentido, o conceito trespassa o seu significado tradicional, necessitando de uma redefinição na qual será possível inserir também histórias migratórias que se mantêm ao longo dos séculos e que, se numa perspetiva de longa duração são homogéneas, também adquirem características diferentes com o passar do tempo.

Este propósito encontra-se no número 2 da revista *Diaspora* (2002), dedicado ao caso português, que destaca a exigência de estudar os vários circuitos migratórios

transnacionais partindo do princípio que estes se geram e dão vida a situações amplamente complexas e dificilmente encaixáveis numa narrativa única. Escrevem Andea Klimt e Stephen Lubkemann, na referida revista:

Rather than trying to formulate and apply a uniform and objectively defined set of criteria that established wither the millions of people of Portuguese descent around the globe constitute a bona fide diaspora, we want to examine how conceptualizing diaspora as a particular type of identity discourse opens up new avenues of analysis. Just as nations... must be imagined (Anderson); traditions, invented (Hobsbawm and Ranger) and notions of home, discursively constructed (Rapport and Dawson); so too, we argue, “diaspora is a particular way of imagining, inventing, constructing, and presenting the self.” (Klimt e Lubekemann, 2002: 2)

Aqui, em analogia com os dois textos em análise neste trabalho, a diáspora portuguesa é reconhecida como um elemento determinante para a definição da identidade. A diferença talvez esteja na complexificação da visão desta projeção dos portugueses no mundo em “comunidades”, porque no caso da revista *Diaspora* parece haver uma evidente dissociação com o Estado-nação, mas não com uma ideia de nação emigrante e diaspórica. Consequentemente, as comunidades portuguesas serão, por sua vez, definidoras de novas identidades, encontrando possivelmente as suas raízes numa seleção de símbolos do país de partida, bem como em outros elementos de identificação.

Os estudos históricos e sociológicos sobre a emigração portuguesa (Serrão, 1967; Godinho, 1978; Rocha-Trindade, 1995; Pereira, 2002; entre outros) tentam definir uma data de início das diferentes migrações que caracterizaram a História e a diversificação dos fluxos. Embora seja possível afirmar que a emigração portuguesa começou no período dos Descobrimentos com a política de territorialização e ocupação das terras conquistadas e colonizadas, é possível encontrar, ao longo dos séculos, diferentes modelos de emigração e um considerável acréscimo das migrações a partir de meados de 1800, fruto de uma mudança estrutural dos fluxos, determinados a nível global pelas “[...] distorções do capitalismo dependente” (Pereira, 2002: 11).

Eduardo Lourenço, por exemplo, chega a considerar a emigração de Camões uma emigração simbólica e descreve este primeiro período de “emigração” como um

momento de expansão, conquista e descoberta, enquanto fenómeno imperialista, religioso e cultural (Lourenço, 2013a: 123).

A principal corrente da emigração portuguesa foi o Brasil a partir da segunda metade de 1800 e insere-se, num primeiro momento, no contexto de um fluxo migratório em grande escala da Europa para a América, com a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre e assalariado. A emigração portuguesa continuou durante todo o século XIX e no século sucessivo, tendo como cenário um contexto mundial no qual as populações mais carenciadas escolhiam a via da emigração por causa da insuficiência de meios de subsistência no país de origem. Além do Brasil, outras principais correntes foram para os Estados Unidos, Canadá, Venezuela e África do Sul, entre muitos outros países. A partir das décadas de 60 e 70 do século passado observa-se uma viragem histórica que elege como principais destinos os países europeus, França e Alemanha em particular, em reconstrução depois da Segunda Guerra Mundial. Hoje, Portugal é também um país de imigração, mas a emigração portuguesa não terminou, nem depois de 1974, nem com a entrada de Portugal na União Europeia, podendo-se considerar a presença de um regime migratório misto (Peixoto, 2004), isto é, de imigração e de emigração, como estudos recentes sobre esta matéria revelam (Góis e Marques, 2014: 55-71).

Consequentemente, é possível falar da existência de diferentes modelos de emigração ao longo da História, situados em tempos e espaços díspares e por isso dificilmente redutíveis a uma história ou a uma narrativa única, mas que é possível incluir dentro de um contexto diaspórico mais abrangente e diversificado.

Tendo em conta a fragmentação dos espaços criados pela experiência migratória portuguesa e das correntes mais contemporâneas que complexificam a possibilidade de a mapear, a representação da emigração que transparece nos casos dos textos estudados demonstra como, através da construção de grandes narrativas, se excluem muitos outros aspetos fundamentais para uma visão mais heterogénea da História, e do presente, acerca de um fenómeno inegavelmente persistente, uma “característica estrutural” da sociedade portuguesa, usando a definição pioneira de Vitorino Magalhães Godinho (1978).

Ao mesmo tempo, porém, será preciso ressaltar que a emigração portuguesa num contexto pós-colonial e europeu, não pode ser considerada apenas como uma

característica estrutural, exigindo uma análise detalhada que tome em conta a sua diversidade ao longo dos séculos, como exemplificam as palavras do historiador Robert Rowland: “A importância da emigração na história de Portugal nos últimos séculos é tão evidente que tentar defini-la como um traço estrutural da sociedade portuguesa seria repetir um lugar comum historiográfico.” (1998: 321).

Comemorar Camões para o libertar da imagem ideológica e nacionalista a que tinha sido associado durante o Estado Novo foi um dos grandes objetivos das celebrações de 1977, numa missão inaugurada pelos discursos de Vergílio Ferreira e Jorge de Sena antes referidos. Contudo, afirma Eduardo Lourenço, apesar das boas intenções, as tentativas de reabilitação do vate português naquele contexto, não propuseram senão uma outra apropriação ideológica da sua imagem literária. Desta vez, explicava o ensaísta, tratava-se de integrar o épico de Camões “[...] numa espécie de epopeia subjacente e mais alta que a epopeia real celebrada, com sublimidade e encarecente hipérbole, no poema nacional por excelência: o da emigração, o da diáspora de corpo e alma, com a sua sombra de fatídico e duro exílio.” (Lourenço, 2013a: 122).

O prolongamento desta imagem específica da colocação do país no mundo através da vida e da obra do vate parece inegável no livro de António Cravo, bem como no discurso de Ramalho Eanes. Não obstante, a antiga e a moderna emigração portuguesa, afirma o filósofo, são contrárias. Até que ponto, portanto, a aventura histórica expansionista portuguesa, a que foi “[...] expansão, conquista e descoberta [...] um fenómeno imperialista, ao mesmo tempo religioso e cultural, de absoluta boa consciência [...]” e de que Camões foi cantor, pode ser comparada com a “[...] emigração dolorosa que há dúzia de anos converteu a população mais pobre [...] nos *soutiers de L’Europe?*” (Lourenço, 2013a: 124).

Aventura de pobre [...] é sempre a dos que buscam em longes terras o que em casa lhe falta. Contudo não se ganha nada, a não ser contribuir para novos mitos, pouco inocentes, tanto sob o plano cultural como político, em unir e assimilar o que a história separou e continua separado. (Lourenço, 2013a: 123, 124)

A emigração a que aqui se refere Eduardo Lourenço foi a de mais de 1 milhão e meio de portugueses durante as décadas de 60 e 70 do século XX principalmente para

França. Um movimento migratório que, de certa forma, ainda hoje marca o imaginário da emigração em Portugal, não se tendo esta extinguido na contemporaneidade, mas sim modificado, como comprovam estudos recentes (Góis e Marques, 2014: 55-71). Trata-se, portanto, de um fenómeno complexo, estruturante e persistente, não podendo servir de pretexto a fantasmas coletivos, mas exigindo ser estudado tendo em conta o seu passado e a sua continuidade até os nossos dias.

Dois textos e uma pergunta

A associação Camões-Emigrante e a imagem de um Portugal em expansão, antes através do império, e depois graças à projeção territorial das comunidades portuguesas que são celebradas no dia 10 de Junho, são patentes nos textos aqui analisados. Começando pela identificação de uma proposta de universalismo internacionalista e continuando com o reconhecimento de reformulações da ideia de um império perdido e recuperável através de uma presença que se poderia definir como diaspórica, será possível, finalmente, questionar também o uso desse último termo.

“Intelectuais no exílio”⁷, como Eduardo Lourenço e Jorge de Sena (Sena, 2011: 148) já tinham chamado atenção para o intrincado emprego do termo diáspora em relação ao contexto português. Atente-se, por exemplo, a esta afirmação de Eduardo Lourenço:

[...] nunca houve nem há diáspora nenhuma que toque os portugueses. [...] A nossa dispersão ao longo dos séculos e em particular o êxodo contemporâneo são de nossa exclusiva responsabilidade, determinadas pela pressão secular de uma indigência pátria a compensar, ou por uma vontade bandeirante de aceder à custa de outros a melhor vida. Tudo o resto é fábula. A única diáspora da nossa história foi aquela que por pressão da catolicíssima Espanha impusemos em tempos aos nossos judeus [...] (Lourenço, 2013b: 20)

Os dois textos analisados neste trabalho servem como (pre)textos exemplificativos, aqui analisados e interpretados no presente e tendo em conta o contexto em que foram escritos. Produzidos em temporalidades diferentes e por personalidades

⁷ A expressão é retirada de Adorno, 2001: 10.

distintas, refletem uma miríade de narrativas existentes e possíveis sobre este feriado nacional e o seu significado. A ideia de um universalismo internacionalista aplicável às comunidades portuguesas e uma nova imagem de Portugal no mundo, como defendia Ramalho Eanes. A celebração da figura de Camões como maior símbolo da pátria e das deslocações das pessoas que dela fazem parte, no livro de António Cravo.

Parece, todavia, indispensável lançar a interrogação que Eduardo Lourenço referia no ensaio de 1977: será conveniente associar os fluxos migratórios começados no século XIX e que chegaram a níveis muito elevados durante as décadas de 60 e 70 do século passado, com a figura de Camões e, num plano mais geral, com experiência imperial portuguesa começada na primeira modernidade? (Lourenço, 2013a: 119).

O filósofo comentava amargamente a comemoração do 10 de Junho de 1977, iniciando com uma dura crítica ao imediatismo político exibido durante esta celebração: o dia 10 de Junho, durante o Estado Novo celebrado como dia de Camões e da Raça, voltava a ser festejado sob a designação de dia de Camões e, pela primeira vez, das comunidades portuguesas: “[...] Convém talvez meditar mais em detalhe naquilo que a espectacular celebração do Portugal emigrante representou e de que é penhor futurante [...]” (Lourenço, 2013a: 119).

Segundo o historiador Victor Pereira, os portugueses no estrangeiro continuam, na sociedade portuguesa atual, a ser representados com um cunho “luso-tropicalista”. Isto é, eles são o elemento chave que permite prolongar a imagem e a “miragem” do império, idealizando assim “[...] a vocação universal do país” (Pereira, 2015: 27).

A emigração portuguesa é um fenómeno que, se pensado desde uma perspetiva histórica ampla, pode vir a construir grandes narrativas não totalmente partilháveis. É o que talvez aconteça nas celebrações do dia 10 de Junho, onde as comunidades portuguesas são celebradas junto com o Estado-nação e a Luís de Camões, considerado como o emigrante por excelência e podendo isto sugerir, como questionava Eduardo Lourenço, uma substituição da imagem do português-colonizador para a imagem do português-emigrante, “[...] sua versão moderna e aceitável” (Lourenço, 2013a: 119).

À complexa interrogação explicitada por Eduardo Lourenço em 1977, seria ainda necessário dar respostas na contemporaneidade, procurando uma nova definição de uma noção de diáspora aplicável ao contexto português, que o filósofo talvez

rejeitasse porque ideologicamente associada a uma ideia de dispersão universalista da qual não se reconheciam disparidades e motivações.

Referências Bibliográficas

- Adorno, Theodor (2001), *Minima Moralia*. Lisboa: Ed. 70 [tradução de Artur Morão].
- Anderson, Benedict (1983), *Imagined Communities*. New York: Verso.
- Andrade, Luís Miguel de Oliveira (2001), *História e Memória: a Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações de 1940*. Coimbra: Minerva Editora.
- ; Torgal, Luís Reis (2012), *Feriados em Portugal: Tempos de Memória e de Sociabilidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Clifford, James (1997), *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. MA & London: Harvard University Press.
- Cohen, Robin (1997), *Global Diaspora. An Introduction*. London & New York: Routledge.
- Cravo, António (1998), *O 10 de Junho. Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas*. Paris: Edition Lusophone.
- Eanes, Ramalho (1977), “Discurso de Ramalho Eanes”, *Jornal de Notícias*, Lisboa, 12 de junho: 4-5.
- Ferreira, Virgílio; et al. (1983), *Camões e a Identidade Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1978), “L’émigration portugaise (XVe.- XXe. Siècles) – Une constante structurelle et les réponses au changement du monde”, *Revista de História Económica e Social*, 5-32.
- Hall, Stuart (1999), “Un-Settling ‘the Heritage’, Re-Imagining the Post-Nation. Whose Heritage?”, *Third Text*, 13: 49, 3-13.
- João, Maria Isabel (2002), *Memória e império: comemorações em Portugal: 1880-1960*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Klimt, Andrea; Lubkemann, Stephen (org.) (2002), *Diaspora – A Journal of Transnational Studies*. 11(2), Toronto: University Press.
- Lourenço, Eduardo (2013a), “A Emigração como Mito e os Mitos da Emigração”, in Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Gradiva, 118-126.
- (2013b), *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa: Gradiva.
- Marques, José Carlos; Góis, Pedro (2014), “A Emigração Portuguesa Contemporânea e o Estado: uma Nação Dispersa, um Estado Longínquo”, *População e Sociedade*. CEPESE. Porto: Afrontamento, 55-71.
- Peixoto, João (2004), “País de Emigração ou País de Imigração? Mudança e Continuidade no Regime Migratório em Portugal”, *SOCIUS – Working Papers*, Centro de Investigação em Sociologia Económica das Organizações, Universidade Técnica de Lisboa.
- Pereira, Miriam Halpern (2002), *A Política Portuguesa de Emigração*. S. Paulo: EDUSC.

- Pereira, Victor (2015), “«Portugalidade» para Exportação? Emigração e «Comunidades Portuguesas»”,
in Bruno Monteiro; Nuno Domingos (org.), *Este País não Existe*. Lisboa: Deriva, 23-32.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1995), *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rowland, Robert (1998), “Velhos e Novos Brasis”, *in* Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dir.),
História da Expansão Portuguesa. vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores: 304-373.
- Santos, Vanda (2004), *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e sobre a
Imigração dos Anos 90 à Actualidade*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Sena, Jorge de (2011), *América, América*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Serrão, Joel (1967), *Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Vieira, Afonso Lopes (1922), “Palavras em Louvor da Festa da Raça”, *Nação Portuguesa. Rev. de Cultura
Nacionalista*, ed J. Fernandes J., n.º 4, outubro: 145-6.

Entrevista a Alcir Pecora | 25 de setembro de 2015

conduzida e editada por Martina Matozzi e Nuno Lopes

Alcir Pecora é crítico literário e professor titular de Teoria Literária no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. É autor de inúmeras publicações acadêmicas e livros, entre outros, *Teatro do sacramento* (Edusp/Editora da Unicamp, 1994); *Máquina de gêneros* (Edusp, 2001) e *Rudimentos da vida coletiva* (Ateliê, 2003). Tendo-se particularmente destacado pelo seu estudo da obra de Padre António Vieira, organizou dois volumes de *Sermões* (Hedra, 2000 e 2001).

Após ter marcado presença na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no dia 24 de setembro de 2015, como apresentador da obra *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar* (Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro, Org., 2015) o Professor Alcir Pecora aceitou o convite de dois alunos do Programa de Doutorado *Patrimónios de Influência Portuguesa*, concedendo-lhes um encontro, a 25 de setembro de 2015.

A entrevista que aqui publicamos revela a apreciação e a interpretação crítica que o Professor deixou deste livro, bem como a sua reflexão teórica acerca das questões do património que sempre nos interrogam. Na tentativa de uma melhor leitura e potencializando o seu valor didático, as perguntas foram formuladas de modo simplificado, evidenciando a negrito as palavras-chave.

NL *A obra Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar, que tem como origem o programa de doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa, sustenta uma preocupação multidisciplinar e de natureza intercultural, desafiando a nossa ação sobre várias áreas científicas. Eu, por exemplo, sou formado em Arquitetura e a minha colega Martina em Línguas Modernas e Estudos Interculturais. O livro, realizado por docentes do doutoramento, surge como uma espécie de convocatória à divulgação deste conjunto de olhares e metodologias sobre o que é esta substância dos **Patrimónios**, no plural: do linguístico ao edificado, entre todas as variantes intrínsecas. Deste modo, a partir da sua perspetiva da Teoria Literária e, sobretudo, como alguém que vê “de fora” este programa e estes **olhares** sobre os patrimónios, pergunto-lhe como os analisa: se os considera inovadores, se as **metodologias** adotadas são uma evolução ou uma rutura com as áreas científicas tradicionais; no fundo, de que modo traduz tudo isto?*

AP *Eu penso que os textos do livro são muito atualizados nas discussões de suas áreas respectivas e o conjunto é muito representativo de um esforço de atualização do tema do Património. Trata-se de uma tentativa séria de abordar, rever e organizar conceitos de vários campos disciplinares usualmente associados ao Património. Nesse sentido, o trabalho não pensa a monumentalidade dos objetos artísticos isolados, mas procura entender as suas implicações sociais e a sua disposição em favor de um futuro mais harmónico. Como alertam os organizadores, o livro não representa um gesto de nostalgia romântica, mas de ação intelectual cujo propósito é subsidiar políticas de ação favoráveis à cidadania. Cada um dos ensaios tenta reconstruir o sentido de “património” ou “patrimónios” no contexto pós-colonial. Para mim, o livro se constitui num verdadeiro tour de force, vale dizer, num esforço concentrado de especialistas em áreas muito diversas que reelaboram conceitos para dar conta dessa nova perspectiva, cujas respostas não são fáceis. O resultado desse esforço intelectual é uma coleção interdisciplinar cuidadosamente organizada no livro, que é composto por duas partes, separadas por uma entrevista dos organizadores com Eduardo Lourenço. A primeira parte discute criticamente os conceitos tradicionalmente afeitos ao património como memória, herança, identidade, comunidade, colonialismo, origem, influência, entre outros. A segunda trata das disciplinas envolvidas e dos novos instrumentos de investigação propostos por elas. A minha forma de agradecer intelectualmente este trabalho é falar dele do ponto de vista teórico, considerando a minha formação. Nesse âmbito levantaria três questões.*

A primeira diz respeito ao facto de que, entendido da forma aqui apresentado, o património tende, em certa medida, a desmaterializar-se, passando a exigir uma teoria. Não se trata de conservar obras particulares, com qualidade estética ou histórica, mas de formular um campo teórico em que o património se reinventa, estendendo-se das obras aos conceitos, mais que dos conceitos às obras. Isso é perfeitamente lógico no contexto atual, mas é também iniludivelmente problemático, já que a própria interdisciplinaridade proposta é transferência das disciplinas para um espaço de modelagem teórica, em que a prática delas perde passo para a conceitualização metalinguística e metateórica. Se essa operação de modelagem é produtiva e pode levar a dissolver vários enganos da política patrimonial do passado, é também um processo de abstratização do património que, em determinados momentos, parece depender mais da imaginação do estudioso do que da existência histórica das formas e estruturas. E o problema da imaginação do estudioso é que ele imagina por

paradigmas redundantes, de tal forma que a teoria é, ao mesmo tempo, nova e repetida.

Além da precedência teórica, os estudos deixam entrever uma perspectiva culturalista, usualmente edificante, isto é, que mostra boa vontade geral diante das relações assimétricas entre os povos recobertos pela ideia de influência portuguesa, e que favorece quase como parti pris as ideias de multiplicidade, pluralidade, diferença etc. Esse é um problema inerente aos estudos culturais: eles nascem de perspectivas que têm um grande sentido de justiça e de ética do tratamento das diferenças e pluralidades das diversas comunidades mas, além ou aquém dessa boa vontade, estão as obras, as cidades, as culturas que, em geral, existem na contradição, na concorrência por vezes insolúvel entre as partes e, mais ainda, no terreno minado da globalização. Se é óbvio que todos esses trabalhos não querem celebrar o passado nacionalista, também é importante que não incorram numa espiral de idealismo que se desprenda do solo duro em que todos vivemos e no qual invariavelmente predominam políticas muito parciais, senão muito toscas. Se não queremos que a questão do património seja uma epopeia do colonialismo, temos de estar muito atentos para não fazer dos estudos pós-coloniais uma épica da globalização.

Finalmente, é evidente o recuo da estética nessa nova perspectiva integradora do Património. Se cresce a atenção aos direitos e diferenças, diminui na mesma intensidade a nossa capacidade crítica de avaliação do que se postula como diferente. Que categorias seriam adequadas para um juízo estético quando o património se associa sobretudo à criação de comunidades plurais com direito a partilhar um espaço até então ocupado exclusivamente pelas culturas de um centro hegemónico que nunca foi compreensivo? Desse ponto de vista, fico a pensar se o custo das teorias da partilha deve significar necessariamente o sacrifício do estético, do objeto, da forma. Quando a forma deixa de ser decisiva, pode-se ter comunidades de direito, sociedades justas e que convivem bem, mas não há património artístico.

São questões que formulo não como crítica do livro, mas como desdobramento do momento tumultuado em que vivemos de que o Património – prova-o sobejamente o livro – revela os seus impasses, contradições e dilemas mais entranhados.

MM *Quem hoje estuda os “patrimónios de influência portuguesa” encontra-se perante um arco temporal vastíssimo, uma multiplicidade de identidades, culturas e geografias, legados literários e edificados que carregam as memórias de uma história partilhada repleta de contradições e violências, que nos leva a contemplar e negociar com*

elementos parciais, silêncios e ruínas. Neste âmbito, conceitos como **influência** e **história** parecem constituir uma “constelação crítica” (Benjamin, 1991: 83) necessária no âmbito da investigação sobre patrimónios. Numa contemporaneidade “presentista” (Hartog, 2013), onde a identidade – usando as palavras de Stuart Hall – é uma “celebração móvel” (Hall, 1998: 12-13), de que forma aprecia as diversas reflexões sobre os “**patrimónios de influência portuguesa**” apresentadas no livro que acabou de ser publicado?

AP Penso que a questão dos patrimónios e da influência portuguesa obriga o livro a tentar “colocar o pé em duas barcas”. De um lado recusa a ideia de património como uma coisa unívoca, determinada pelo centro colonial e pensada como uma celebração de grandes monumentos da História portuguesa, dentro do conjunto tradicional do Estado-Nação. Há uma recusa clara, em todos os trabalhos, do que se entende normalmente por património, daí já a ideia de Patrimónios no plural. Os autores estão dispostos a imaginar isso como um conjunto aberto que se pode incorporar de diversas maneiras, origens, lugares, regiões, sítios, situações sociais.

Passa-se o mesmo com a escolha do termo “influência” para associá-lo preferentemente ao plural “patrimónios”. Ao mesmo tempo em que os estudos recusam uma ideia monolítica de “património monumental” e de “celebração do Estado”, não chegam a abdicar de uma ideia de “influência portuguesa”. Não se quer abandoná-la totalmente, abdicar de uma ideia de Portugal como origem e pensar numa dispersão radical. Mas admite-se uma negociação dessa influência, tentando considerá-la de modo não unidirecional a partir da matriz portuguesa. Há um esforço para transformar a ideia de influência na ligação mais leve possível, menos autoritária possível, mais disposta favoravelmente a sofrer interferências das antigas colônias, mas é evidente que nada nunca é tão leve assim. As contradições não são menores com o emprego desse termo, e isso reaparece, como um recalçado que retorna, em vários momentos do livro.

De modo geral, individuei no livro três linhas de leitura. Uma mais dura, de crítica do colonialismo ou de anticolonialismo. A segunda é uma linha mais ecuménica, onde os patrimónios estão em construção, não há uma identidade forte a ser preservada e o que se pode fazer é tentar estabelecer elos, construir um presente a partir das fragilidades. A terceira parece ser linha de alguns autores que tendem a produzir o discurso da conciliação centrado nos autores modernistas brasileiros; é o que ocorre exemplarmente quando recorrem à noção de “antropofagia” como resolução das

contradições. Nesse caso, a ideia de “patrimónios” tende a significar a capacidade de importação da sua própria cultura, a disposição de assimilar tudo numa política de miscigenação, em que tudo se resolve, por assim dizer, num processo de osmose: o que é estrangeiro, logo vira brasileiro. A meu ver, francamente, há um bocado de mitologia aí: são integrações demasiado fáceis e rápidas, que se mostraram incapazes de dar conta das assimetrias e violências históricas, tanto as do passado como as do presente.

NL *Numa aproximação ao meu projeto de doutoramento, o sistema defensivo de Goa estabelecido pelos portugueses entre a chegada à Índia e o século e meio que se seguiu, tenho desenvolvido diferentes olhares sobre estes **patrimónios**, que contemplam também diferentes culturas. Porventura transferindo-o um pouco dos domínios da sua área de conhecimento, verifico grandes distinções entre o contexto e a influência de **Padre António Vieira** na aplicação de políticas da Companhia de Jesus para os indígenas no **Brasil** e aquilo que se passara durante a ocupação portuguesa na **Índia**, onde a cultura e a religião se encontravam já fortemente enraizadas. Qual a sua reflexão a este respeito?*

AP *Sobre isso Vieira tem uma imagem muito conhecida. Dizia que nos jardins de Príncipes que conheceu – e ele visitou várias cortes da Europa – havia dois tipos de estátuas: as estátuas de mármore e as estátuas de murta. As estátuas de mármore eram feitas sempre com muita dificuldade: os escultores sofriam para conseguir a forma que pretendiam para as suas obras mas, assim que a conseguiam, como efeito do trabalho árduo que fazia sangrar as mãos, pela dureza do material e dos instrumentos, podia depois chover e trovejar, que as estátuas ficariam lá, intatas, para sempre. Por outro lado, as estátuas feitas de murta dobravam-se com facilidade aos instrumentos do escultor, que rapidamente lhes dava a forma desejada. Pois tal seria, segundo o Padre Vieira, a diferença entre os índios brasileiros e os nativos orientais. Os Brasis – como ele chama os índios – aceitavam tudo que lhes era pregado, dispunham-se logo a ajudar na missa, confessar-se, comungar-se... Toda a gente fazia festa a cada novo ritual católico que lhes era apresentado. No outro dia, porém, estavam esquecidos de tudo. E nem sempre se podia começar de novo, porque muitas vezes os índios nem sequer estavam lá, no mesmo lugar, pois eram nómadas. Este era o desespero dos padres, à facilidade da adesão à nova fé correspondia perfeitamente o esquecimento rápido de tudo o que tinham aprendido. Vieira diz que esta era a pior das experiências da conversão, a de ter diante de si gente que não oferecia contradição. Com os Japoneses*

ou os Indianos, que tinham culturas muito formadas, crenças enraizadas, era necessário disputar, argumentar fortemente, e quando se convenciam, então era para sempre. Quando finalmente acreditavam na fé católica, eles estavam igualmente dispostos a morrer por ela, sem abjurar da fé.

Tal é o que Padre Vieira dizia da diferença entre estas duas culturas: uma que apresenta fricção, resistência, mas que oferece uma base argumentativa sólida para a conversão; outra, que lhe parecia semelhante a falar ao vento. Conclui então que não pode haver conversão sem oposição. Mutatis mudandis, penso que os brasileiros continuam um pouco com este tom: o de recusar a ideia de confronto, de imaginar que os colonizadores viraram brasileiros rapidamente.

NL *Para além de questionar a influência do referido sistema defensivo na constituição do território atual de Goa, a uma escala, importará compreender os elementos e as tipologias de cada estrutura, a outra escala, assim como os seus significados na **contemporaneidade**, para as pessoas que deles dispõem. Como diria Walter Rossa, “[...] o **património** apenas cumpre a sua função se for reconhecido por todas as partes: por quem o construiu, quem o usufruiu e quem prolonga a sua **memória**” (Rossa, 2015: 24). Pergunto-lhe: se a maioria destes objetos estão hoje ao abandono, significa que este património não cumpriu a função que aparentemente lhes estava destinada, ou será o conceito de **cultura** que ainda não determinou uma renovação gradual do conceito do património?*

AP *É difícil responder em abstrato, já que não conheço Goa. Mas posso fazer um correlato com a situação brasileira. No caso do Brasil, o impulso modernizador é muito maior do que o de recuperação das origens ou de manutenção e valorização dos passos de um trajeto histórico. Os eventos passados determinam pouco no ritmo de crescimento das cidades, que é sempre muito acelerado. As cidades, em parte, são acampamentos, sempre a construir-se e a deitar abaixo o que veio antes, como obsoleto. Os patrimónios históricos determinados por decisões oficiais não seriam capazes de deter esse impulso imediatista, desenvolvimentista, “presentista”. Na Europa, os pesos estão distribuídos de maneira diversa; não tenho ideia de como seriam na Índia. Pela minha experiência, na Itália e especialmente em Roma observo um equilíbrio admirável entre presença da herança antiga e a integração dela à vida presente. A porta do Pantheon, por exemplo, tem dois mil anos, é a porta original do templo. E ali, ao pé dela, mendigos dormem, turistas tiram fotos, atores se fazem passar por romanos antigos,*

vendem-se lembranças, e passam as pessoas todas da cidade. Há quem ache isso desleixo e que gostaria de isolar esses monumentos ou de pintá-los de dourado. Eu não. Eu amo esse tipo de promiscuidade temporal, a que não falta nunca o consenso da beleza e de haver ali uma obra de que se orgulhar. Ali, o antigo Pantheon e a urbe contemporânea estão no mesmo passo; as ruínas são parte da vida urbana do presente. Pelo que percebi da leitura do livro, a maior parte dos autores estão menos interessados nas origens do que na possibilidade de ordenação harmônica do presente. A ideia geral de património ultrapassa em muito a ideia mais tradicionalmente conhecida de “monumento”. O grande interesse do grupo de investigação é o da constituição daquilo que Walter Rossa chama de “paisagem urbana do presente”, em que a vida das pessoas é preservada. Esses conjuntos harmónicos, que ele entende por urbanismo, estão muito mais associados à constituição de formas de vida contemporâneas interessantes do que à preservação dos monumentos do passado. Portanto, nesta perspectiva de patrimónios, o abandono dos monumentos parece não ser o acontecimento mais decisivo. Infelizmente, nesse mesmo movimento de ultrapassamento do monumento também parece haver a ultrapassagem da forma artística e dos assuntos estéticos. Terá de ser assim? É uma pergunta que deixo para os autores do livro. O escritor austríaco Hermann Broch na trilogia dos Sonâmbulos diz, numa certa altura, que quando tudo se perder, as ruínas serão o mais eloquente sinal de humanidade. Existem coisas que eu não gostaria de ver perdidas de modo nenhum. Por exemplo, pensando no caso da destruição do Templo de Bel, de Palmira, seria possível dizer que a destruição produzida ali é também um património? A destruição do templo poderia significar outro princípio de património? Não é uma ausência de património, mas uma nova cultura que se insere? É talvez possível pensar nesses termos, mas destruir Palmira para mim é imperdoável, porque justamente ali, e não em outro lugar, existe uma realização material única que não poderá jamais ser substituída. Para aquele templo já não pode haver outro princípio, outro presente. É o fim, pura e simplesmente, e a sua destruição tem de ser tratada como crime.

MM **Padre António Vieira**, enquanto escritor, jesuíta, pregador, político, missionário e, sobretudo, homem de ação, deixou, com a sua obra, um vasto legado que é fundamental para a perceção do contexto europeu e americano do século XVII. A partir da sua experiência como estudioso da obra do jesuíta, de que maneira é possível olhar hoje o **património literário** que este deixou?

AP *O Padre Vieira tem uma produção imensa e intensa, com vários textos ainda inéditos. Mas se tivesse que escolher o que existe como obra definitiva, penso que o grande património vieiriano são mesmo os sermões. São o núcleo do que produziu e editou em vida. Embora ele tenha pregado durante muito tempo de sua vida longa, ele reescreveu toda a obra que nós conhecemos como sendo os seus sermões, nos últimos vinte anos da vida, por ordem do geral dos jesuítas, o italiano Giovanni Paolo Oliva, que era também ele um grande pregador. Graças a isso, talvez, ele apercebeu-se do alcance literário, e não somente místico da pregação de Vieira; assombrou-o a força de sua palavra, assim como a reconheceu a elite intelectual do período, que frequentava o salão da Rainha Cristina da Suécia, em Roma. Vieira, no entanto, ficou muito contrariado com a ordem do Geral, porque estava mais interessado na sua obra profética. Mas eu agradeço sempre ao Geral, a quem devemos essa escritura dos sermões, que é efetivamente escrita e não apenas transcrição de orações faladas, como parecem supor muitos. Eu conheci essa grandeza dos sermões de Vieira na minha própria pele, por assim dizer. É que, enquanto escrevia a minha tese de doutoramento, tive que viver diariamente esse sofrimento: ler o que Vieira escrevia e depois ter que conviver com as pobres frases que eu conseguia rascunhar a respeito do que lia. Foi uma longa e humilhante experiência. Vieira me obrigou a saber perfeitamente o quanto o meu português era miserável.*

Embora considere os sermões o material mais monumental de Vieira, não penso neles como um monumento do passado. A escrita de Vieira me parece tão viva quanto a do melhor escritor contemporâneo. As alegrias que se podem ter diante de sua obra são agora tão extraordinárias como antes.

Mas eu tenho outra forma de lhe responder sobre a ideia de Património em Vieira, e ainda mais considerando a noção de pós-colonialismo ou descolonização. Nos meus estudos sobre a obra de Padre António Vieira, o verdadeiramente descolonizador, em termos intelectuais, não é falar da resistência que ele podia representar face à uma suposta dominação portuguesa ou europeia. Ao contrário, considero descolonizador dissolver disputas identitárias e nacionalistas em torno de sua obra. Certa vez, numa experiência que tive de dar aulas para docentes latinoamericanos de Universidades norteamericanas, enquanto eu falava de Vieira, alguém me perguntou um pouco decepcionado com a forma estritamente jesuítica com que o apresentava: «Mas quais as resistências que ele apresentava face a Portugal?» Eu respondi que não apresentava resistências nenhuma, ele se sentia jesuíta e português, conquanto vivendo longos períodos no império do ultramar. E depois, em outras ocasiões, não faltou quem me

acusasse de entregar Vieira aos portugueses, em vez de reivindicá-lo para o Brasil, como patrioticamente fez Afrânio Peixoto e tantos outros acadêmicos brasileiros, mas como, se então não havia “Brasil”! Quem me colocava esta pergunta queria que se definisse uma identidade de resistência na grande obra de Vieira, mas isso é um tipo de postulação romântico-nacionalista totalmente estranha a ela. E eu sempre fico com a obra, não com as reivindicações valentes e patrióticas.

MM *Pensando no que hoje poderíamos chamar **patrimônio literário de influência portuguesa**, como vê a confluência das suas **heranças** – isto é, o patrimônio de narrativas portuguesas, de alguma forma fundadoras, que percorrem o que veio a ser historicamente a presença colonial portuguesa, bem como testemunham os processos de descoberta – e de que forma aprecia as suas **reescritas** – isto é, a revisitação em português desses mesmos textos herdados? No caso brasileiro, lembro-me, por exemplo, na Carta a El-Rei Dom Manuel de Pêro Vaz de Caminha e nas suas inúmeras reescritas, entre as quais a Carta às Içamiabas em Macunaíma de Mário de Andrade, mas também a canção de Caetano Veloso Tropicália.*

AP *A maior parte dessas reescritas são só paródia sem interesse. Você falou dos tropicalistas. Há uma recriação interessante de Caetano Veloso de um soneto do Gregório de Mattos: “Triste Bahia! Ó quão dessemelhante / Estás e estou do nosso antigo estado! / Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado, / Rica te vejo eu já, tu a mi abundante [...]”. A canção é bem feita, mas o sentido é muito diverso do original. Gregório de Mattos, ao contrário do que se costuma pensar na Bahia, era um homem próximo do poder, um jurista, não era um defensor da independência do Brasil, não era a favor da absolvição dos escravos, estava longe de ser defensor de negros. Quando falava de negro, aplicava-lhe as tópicas usuais desqualificadoras de priápico e bestializado. Quando imitava sons da fala dos índios e dos negros na sua escrita era sempre com efeito cômico e rebaixado. E muitos no Brasil tomam os poemas de Gregório como libertários e modernistas. Não eram, infelizmente.*

Gostaria de alertar para um risco: o do autoritarismo de achar que uma visão politicamente correta tem direito de rasurar a história e censurar as obras do passado. O bom mocismo decreta sem remorsos que a história não importa. Na Itália, por exemplo, uma sociedade – de que me esqueço justamente o nome – pediu que Dante deixasse de ser ensinado nas escolas com o argumento de que ele era homofóbico, racista e antissemita. Em Portugal, me admira que ainda não tenham feito o mesmo

tipo de acusação em relação a Camões, em cuja obra não faltam exemplos de tudo isso. Aqui, no entanto, é preciso ser duro na defesa do monumento. Como pensar Itália e a história da Literatura Italiana sem Dante? Ou Portugal sem Camões? Declarar que essas obras não devem ser lidas ou que têm de ser censuradas é um autoritarismo incrível: aquele que decreta que a história não conta. Nesse sentido, a ideia de património é importante, porque não abdica da história, embora esteja interessada na integração desse passado num presente mais harmónico. A ideia da qualidade estética da obra não é necessariamente contraditória em relação a uma perspetiva mais progressista de compreensão do património.

MM *Professor, no meu percurso de doutoramento no PIP, dediquei-me ao estudo da **representação** da experiência migratória na Literatura Portuguesa. Gostaria de saber se, do seu ponto de vista, na sociedade brasileira atual, com as suas múltiplas influências oriundas de diferentes e longínquas experiências migratórias, a imagem de Portugal continua a ser de “colonial”, porquanto sabemos da importância numérica da chegada em massa de portugueses ao Brasil – bem como de imigrantes de outras nacionalidades, como os italianos, por exemplo – no final do século XIX e ainda durante o século XX. Neste âmbito, qual a sua perceção do legado da **emigração portuguesa no Brasil**?*

AP *Esse património existe, claro, ainda que nem sempre reconhecido. Portugal, em especial, está em toda parte do Brasil. Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia trazem a presença portuguesa bem à vista: quem quer que olhe a cidade percebe logo que o conjunto arquitetónico tem uma implantação portuguesa. Os prédios antigos de Ouro Preto são apenas o exemplo mais óbvio. A culinária de Minas Gerais e de todo o país, a não ser em regiões mais afastadas, é toda de base portuguesa. No Rio de Janeiro, a cultura portuguesa está presente em tudo, tanto no registo popular, como no erudito; por exemplo, mantém-se lá, viva, a tradição filológica dos liceus de língua portuguesa. A comunidade portuguesa é viva e atuante em quase todas as cidades brasileiras. Mas o Brasil tem essa coisa engraçada de nunca se pensar como tendo sido colónia. Talvez porque, numa certa altura, a imagem de Portugal como pátria de imigrantes pobres prevaleceu na imaginação do país sobre a de sede do império colonial. Mas não é apenas isso, pois até os estudos de história e literatura colonial são muito poucos no Brasil. Daria trabalho dizer porque, em termos rápidos, mas o fundamental está em que, a partir da independência, houve um grande esforço das elites para se vincular à França*

e ao que consideravam mundo progressista. Um forma de demonstrar a própria modernidade foi, portanto, obliterar a relação com Portugal. Até pouco tempo atrás, havia muito departamento universitário, no Brasil, que se julgava uma espécie de departamento francês no ultramar. Não sei se acham isso mais cômico ou mais triste. O certo é que o país nunca conseguiu ser exemplo de modernidade e perdeu a oportunidade de tornar-se consciente de seu vínculo mais estreito com o país de origem.

Referências Bibliográficas

Benjamin, Walter (1991), *L'opera d'arte nell'epoca della sua riproducibilità tecnica. Arte e società di massa*. Torino: Einaudi [Trad. de Enrico Filippini].

Broch, Hermann (1988-1989), *Os Sonâmbulos*. Lisboa: Ed. 70 [Trad. de António Ferreira Marques e Jorge Camacho].

Hall, Stuart (1998), *A identidade cultural na pós- modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A [Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro].

Hartog, François (2013), *Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica [Trad. de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins].

Ribeiro, Margarida Calafate e Rossa, Walter (2015), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rossa, Walter (2015), "Patrimónios comuns", *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 16 de setembro, 24.

Relatórios de Viagem

As viagens de estudo são uma componente fundamental na investigação em Patrimónios de Influência Portuguesa, um projeto baseado na mobilidade de docentes e alunos.

De acordo com esta tendência, o projeto Patrimónios de Influência Portuguesa iniciou em 2013 um processo de internacionalização, associando-se em regime de co-tutela na Europa (Universidades do Algarve; Universidade de Bolonha; Universidade Paris-Ouest); na América do Sul (Universidade Federal Fluminense — Brasil) e em África (Universidade Eduardo Mondlane — Maputo; M_EIA de Cabo Verde; Universidade Agostinho Neto — Angola).

De momento, os estudantes do DPIIP desenvolvem trabalho de investigação em Angola, Brasil, Cabo Verde, Marrocos, Moçambique, Japão, Índia e Timor, e junto das comunidades falantes de português nos territórios tradicionalmente designados de emigração. Grande parte do/as doutorando/as tiveram portanto necessidade, e oportunidade, de realizar trabalho de campo nos locais de interesse das suas pesquisas.

Pela relevância que estas viagens representam, publicamos aqui a versão resumida de uma seleção dos relatórios das pesquisas realizadas no trabalho de campo.

Relatório de Viagem | Brasil – por Conceição Cano

abril-setembro de 2013

Título da tese: *O Bumba Meu Boi como Zona de Contato: Trajetórias e Ressignificação do Património Cultural*

Orientação: João Leal (UNL) (orientador). Sandra Xavier (CES-FCTUC) (co-orientadora)

Local: São Luís — Maranhão, Brasil

Financiamento: recursos económicos próprios

Objetivos

O trabalho de campo decorreu no Maranhão (Brasil), sobretudo em São Luís, de forma continuada entre os meses de abril e setembro de 2013 com o objetivo de acompanhar o ciclo completo da festividade do bumba meu boi. Assim, procurou-se compreender as relações estabelecidas entre a manifestação do bumba boi e o poder público, os intelectuais, a indústria cultural, o turismo e demais sujeitos envolvidos com esta festividade de modo a verificar as mediações de poder existentes. Para tal foram utilizadas as ferramentas metodológicas próprias da antropologia cultural, como a etnografia, a observação participante e por meio de um trabalho de campo prolongado que possibilitou a convivência tanto com os brincantes (integrantes dos grupos), quanto com alguns gestores culturais ligados ao poder público local.

Impacto no progresso da tese

A partir de uma presença ativa e constante foi possível conhecer o universo do bumba meu boi em profundidade, integrar-me com os grupos, acompanhar suas rotinas de trabalho, ensaios e apresentações, e assim compreender a ressignificação desta expressão cultural em diferentes contextos. Ainda, para além dos inquéritos e conversas informais com brincantes, donos de diferentes grupos de bumba meu boi, intelectuais e demais estudiosos do assunto, ao longo do trabalho de campo foi possível entrevistar pessoas ligadas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (CCPDVF) e à Secretaria de Cultura do Maranhão (SECMA).

O trabalho de campo permitiu prover insumos à análise de dados qualitativos e quantitativos para a produção da escrita da tese, e da mesma forma contribuiu para

uma melhor reflexão sobre os processos inerentes a esta manifestação cultural, nomeadamente as formas de apropriação da cultura popular pelas elites políticas e intelectuais, assim como o processo de patrimonialização. Neste sentido, por meio dos pressupostos teóricos avançados de Mary Louise Pratt (1999), procurei analisar o bumba meu boi como uma “zona de contato”, um espaço de trocas e de negociação das práticas culturais.

Relatório de Viagem | Brasil – por Martina Mancini

dezembro de 2014

Título da tese: *Memórias do escravo colonial: património de silêncios no Atlântico Sul.*

Orientação: Margarida Calafate Ribeiro (CES-III/UC) (orientadora). Roberto Vecchi (Universidade de Bologna) (co-orientador).

Local: Rio de Janeiro; Minas Gerais — Brasil

Financiamento: FCT/ CAPES

Objetivos

O projeto *Memórias do escravo colonial: património de silêncios no Atlântico Sul* tem como principal objetivo abordar a herança cultural e a memória da escravatura em comunidades afro-descendentes contemporâneas no Brasil. Procura-se contribuir para uma compreensão aprofundada dos relacionamentos entre memórias da escravidão, vivas ou silenciadas, e processos identitários contemporâneos das referidas comunidades. No mês de Julho de 2014 integrei, como Investigadora Júnior, o projeto investigação “Trânsitos Atlânticos: Mulheres e Experiência Pós-colonial” (FCT/CAPES), coordenado pela investigadora Margarida Calafate Ribeiro. Neste sentido realizei, em dezembro de 2014, uma estadia na Universidade Federal Fluminense (Niterói, Brasil).

Impacto no progresso da tese

A criação de uma rede institucional de apoio ao meu projeto de investigação, assim como os contatos estabelecidos nas comunidades e regiões citadas, foram um significativo resultado desta missão de estudo.

Foram levantadas pesquisas na Biblioteca da Universidade Federal Fluminense; na Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro; e no Complexo do Valongo (Cais do Valongo, Centro Cultural José Bonifácio, Pedra do Sal e Cemitério do Pretos Novos). Importantes foram os encontros com o Professor Silvio Renato Jorge, as Professoras Hebe Mattos e Martha Abreu, com os investigadores do Grupo de estudo e pesquisa Cultura Negra no Atlântico (CULTNA), assim como o acompanhamento das conferências realizadas pelas Universidade Federal Fluminense e pelo Centro Cultural José Bonifácio, que permitiu um aprofundamento da compreensão acerca das seguintes temáticas: *i) Diáspora Negra e Lugares de Memória. ii) Quilombos*

brasileiros contemporâneos. *iii*) Jongo, cultura popular e patrimonialização. *iv*) O mercado de escravos do Valongo. *v*) As Igrejas dos negros no Rio de Janeiro. *vi*) Devoção dos pardos no Brasil Colonial; Pombagiras: as representações da marginalia sagrada feminina. *vii*) A política de reparações. *viii*) A transformação das formas de identificação racial. *ix*) O patrimônio herdado como um local de luta política. *x*) A ideologia do branqueamento e da “democracia racial” em perspectiva histórica e contemporânea. *xi*) A política de ensino da história afro-brasileira.

A par destas atividades, foi iniciado, em Minas Gerais, o processo de recolha de informação de suporte à seleção das diversas comunidades quilombolas que irão ser parte do meu projeto de tese. Foram estabelecidos contactos com a Universidade Federal de Minas Gerais, com o Núcleo de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais (NuQ), com a Associação dos Congadeiros de Minas Gerais (ASCON-MG), com a CEDEFES, com o Instituto Nacional de Colonização e com Reforma Agrária (INCRA). Foram também estabelecidos os primeiros contatos com as Comunidades quilombolas da Serra do Espinhaço (Diamantina e São Gonçalo do rio das Pedras), da Serra do Cipó (Cardeal Mota, Jaboticatuba e Tabuleiro), de Contagem (Os Arturos) e com o Grupo de Congado e Moçambique do Bairro Aparecida da cidade de Belo Horizonte.

Relatório de Viagem | Brasil – por Martina Matozzi

novembro-dezembro de 2013

Título da tese: *Portugueses de Torna-Viagem. A Representação da Emigração na Literatura Portuguesa.*

Orientação: Margarida Calafate Ribeiro (CES-III/UC) (orientadora). Roberto Francavilla (Universidade de Genova) (co-orientador)

Orientação no local: Sílvio Renato Jorge (UFF)

Local: Rio de Janeiro; Niterói; São Paulo — Brasil

Financiamento: Doutoramento Património de Influência Portuguesa / Fundação Calouste Gulbenkian (passagem aérea); subsídio previsto na alínea a) do n.º 5 do Art.º 24º do Regulamento de Bolsas de Investigação FCT, referente à bolsa de investigação SFRH / BD / 78581 / 2011 (estadia) ;

Objetivos

O objectivo principal da viagem de estudo foi realizar um estágio doutoral no Programa de Pós Graduação em Estudos de Literatura (Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas) da Universidade Federal Fluminense (UFF), parceira do programa do doutoramento PIP. O referido estágio foi supervisionado pelo Professor Doutor Sílvio Renato Jorge, especialista nas áreas da literatura portuguesa e da literatura de migração.

A estadia na UFF teve a duração de quatro semanas (de 11/11 a 6/12 de 2013) e destinou-se a cumprir as seguintes tarefas: *i)* sessões de orientação com o supervisor. *ii)* Trabalho de pesquisa bibliográfica em: Biblioteca Geral / UFF; acervo bibliográfico do Núcleo de Estudos Portugueses e Africanos / UFF; Biblioteca Geral / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Real Gabinete Português de Leitura / Rio de Janeiro. *iii)* Frequência das atividades científicas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF e ciclos de conferências dos programas de pós-graduação desta Universidade e da UFRJ. *iv)* Escrita da tese. *v)* Visitas a lugares de patrimonialização da experiência migratória: Memorial do Imigrante e exposições temporárias desta instituição e Museu da Língua Portuguesa / São Paulo (de 14/11 a 15/11 de 2013).

Impacto no progresso da tese

A viagem de estudo e o estágio doutoral contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da investigação. Permitiram um importante aprofundamento da

matéria em estudo na referida tese, proporcionando a orientação de um especialista, o acesso a uma bibliografia à qual não poderia ter tido acesso sem esta viagem, e a sítios de interesse público, onde a experiência migratória portuguesa é patrimonializada.

Relatório de Viagem | Marrocos – por Ana Neno

regime de cotutela estabelecido com a Universidade Cadi Ayyad de Marraquexe 2012-2015

Título da tese: *Processos e Políticas de Patrimonialização na cidade de Safim*

Orientação: Filipe Themudo Barata (ECS/Universidade de Évora); Ouidad Tebaa (Universidade Cadi Ayyad de Marraquexe) (orientadores). Sandra Xavier (CES-FCTUC); Ahmed Skounti (INSAP, Rabat) (co-orientadores)

Local: Safim — Marrocos

Financiamento: bolseira FCT

Objetivos

As viagens de estudo realizadas no âmbito da tese *Processos e Políticas de Patrimonialização na cidade de Safim* não podem ser localizadas temporalmente com precisão ou como uma viagem de estudo, pois devem ser consideradas no âmbito do regime de cotutela estabelecido com a Universidade Cadi Ayyad de Marraquexe. Vários períodos de permanência em Marrocos foram garantidos através do financiamento por uma bolsa de doutoramento (BD) atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (referência SFRH/BD/73389/2010): de 1 de Fevereiro a 31 de Julho de 2012, de 1 de Abril a 31 de Outubro de 2013 e de 1 de Abril a 31 de Outubro de 2014. Outros períodos de permanência em Marrocos, nomeadamente após a cessação da BD, foram garantidos por meios próprios.

Numa primeira fase os objetivos principais foram: *i)* formalizar o regime de cotutela, que permitiu o estabelecimento de importantes relações com a comunidade académica marroquina, bem como uma melhor perceção das prioridades e condicionantes da investigação científica local a realizar-se. *ii)* Frequência do curso de árabe dialetal (darija) no Instituto Cervantes de Marraquexe, que foi essencial para facilitar a interação e a integração na comunidade local.

Numa segunda fase, o objetivo foi realizar a investigação nos arquivos, com uma perspetiva etnográfica. Os arquivos e bibliotecas consultados foram: os arquivos da Direção do Património Cultural do Ministério da Cultura em Rabat (DPC); os arquivos da Inspeção Regional de Monumentos Históricos e Sítios de Safim (IRMHSS); os arquivos do Centro de Arquivos Diplomáticos de Nantes (CADN); a biblioteca da Escola Nacional de Arquitetura de Rabat (ENA) e a biblioteca do Instituto Nacional das Ciências da Arqueologia e do Património em Rabat (INSAP).

Numa terceira fase, o objetivo foi desenvolver um período alargado de permanências e contactos em Safim, e com a comunidade local. Aqui o objetivo foi também efetuar recolhas etnográficas junto de algumas famílias locais e através da observação participante, colaborando em atividades ou colaborando com várias associações locais e com a IRMHSS.

Impacto no progresso da tese

Foram estabelecidas importantes relações com a comunidade local e académica. Foram ainda estabelecidos contatos com várias associações não-governamentais de Safim para a defesa do património local e desenvolvimento local e com instituições: o Centro de Estudos e Investigação sobre o Património Luso-Marroquino (CERPLM); o Centro de Estudos e Investigação sobre o Património do Atlas e Sub-Atlas (CERKAS); a DPC; a Delegação Regional do Património Cultural do Dukkala-Abda (DRPCDA); a Delegação Regional do Património Cultural de Marraquexe (DRPCM); a IRMHSS; o Museu Nacional de Cerâmica de Safim e a Agência Urbana de Safim.

O trabalho etnográfico permitiu compreender como dialogam entre si várias esferas da sociedade em Safim, como se posiciona a comunidade local face às políticas nacionais e como se desenvolveram continuidades e ruturas em relação às origens coloniais dos processos de patrimonialização.

Relatório de Viagem | Cabo Verde – por Fernando Pires

julho - agosto de 2014

Título da tese: *Há Vila Além da Costa. Urbanidades em Cabo Verde, século XIX*

Orientação: Luísa Trindade (CES-FLUC) (orientadora). António Correia e Silva (Universidade de Cabo Verde) (co-orientador)

Local: Ilhas de Santiago; Fogo; Brava; São Nicolau; Santo Antão; São Vicente — Cabo Verde

Financiamento: Doutoramento Património de Influência Portuguesa / Instituto de Investigação Interdisciplinar e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Objetivos

Esta viagem teve como principal objetivo a recolha de elementos para o projeto de tese de doutoramento. Durante a estadia em Cabo Verde procedeu-se, numa primeira fase, à recolha de dados no Arquivo Histórico Nacional, consultando sobretudo o fundo arquivístico da Secretaria Geral do Governo (1803 - 1927) e muito especialmente a documentação relativa às obras públicas. Na segunda fase, realizaram-se viagens às ilhas de Fogo, Brava. Depois às ilhas de São Nicolau, Santo Antão e São Vicente, finalizando com o interior de Santiago.

Impacto no progresso da tese

As deslocações às diferentes ilhas foram muito importantes não só para estabelecer o contacto direto com o objeto de estudo, assim como para se fazer o levantamento fotográfico das povoações e vilas que se pretende estudar. Foram também significativos os contactos estabelecidos com as câmaras municipais e outras entidades. A recolha documental foi crucial para o avanço da investigação. O acervo do Arquivo Nacional de Cabo Verde revelou-se precioso, tanto na documentação escrita como cartográfica. O contacto com a documentação abriu novas perspetivas e abordagens que foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Relatório de Viagem | Angola; França – por António José Sequeira Afonso de Deus
agosto de 2014 (Angola); setembro 2015 (França)

Título da tese: *A Cidade nos limites do Império. Missões e Caminhos de Ferro na construção da Cidade nos Planaltos de Angola (1870-1930).*

Orientação: Walter Rossa (CES-DARQ/FCTUC) (orientador). Miguel Bandeira Jerónimo (ICS) (co-orientador)

Local: Luanda; Malanje; Ndalatando; Lobito; Huambo; Benguela — Angola; Paris — França

Financiamento: Doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa / Instituto de Investigação Interdisciplinar

As viagens de estudo realizadas no âmbito da tese referida dividem-se em dois grupos:

1) Angola

Objetivos

O objetivo principal da viagem centra-se no reconhecimento das cidades que se formaram a partir das linhas de caminho de ferro. Na linha de Luanda até Malanje (CFL), cidade onde fiquei hospedado por 4 dias; e na linha de Lobito ao Huambo (CFB), com hospedagem em Benguela os restantes dias.

Nas cidades de Malanje e Ndalatando, primeira etapa, reconheço os elementos de composição do espaço urbano que importa relacionar, como a implantação da linha, a Estação, a Missão Católica e a Praça, bem como as principais áreas funcionais. Incluindo a deslocação ao Golungo Alto. A partir da linha de Benguela, faço o reconhecimento das cidades de Benguela e Huambo. Na deslocação ao Lobito, visito a sede do Caminho de Ferro de Benguela, onde se localiza o principal arquivo do CFB.

Impacto no progresso da tese

Esta viagem proporcionou um contato com a realidade das estruturas urbanas, que emergiram no período colonial, em particular por permitir uma comparação entre os processos de formação na relação com o território, a partir da linha, e como, a partir de um centro, da estação evoluiu a cidade.

2) França

Objetivos

O objetivo principal da viagem prende-se com a consulta do arquivo da principal congregação religiosa que se fixou em Angola, com acordo do Estado português, a partir de 1881, com a fundação da Missão da Huíla.

As pesquisas são dirigidas para as missões que foram construídas nas cidades anteriormente referidas, em particular para as “missões centrais”, como a de Malanje da Huíla e, mais tarde do Huambo. A consulta do arquivo proporcionou o contato com a atividade administrativa, na relação entre a congregação e o Estado português onde avulsa imensa documentação inédita, por revelar.

Impacto no progresso da tese

A documentação consultada permitiu consolidar um conhecimento sobre a importância das missões, dos espiritanos em particular, na afirmação territorial do domínio colonial português, na articulação com a religião, com a propagação da fé, revisitando anteriores etapas de colonização doutros territórios, nomeadamente do Brasil. O tema de investigação, centrado na formação da cidade no interior do continente, num momento de afirmação do império colonial português em África, sai reforçado após estas viagens, desejando, tanto quanto possível, consolidar esse conhecimento com novas deslocções.

Relatório de viagem | Angola — por Sara Ventura da Cruz

maio de 2014

Título da tese: *Visões territoriais do iluminismo português na África Austral*

Orientação: Renata Malcher de Araujo (FCHS-UA) (orientadora). Walter Rossa (CES-DARQ/FCTUC) (co-orientador)

Local: Luanda, Barra do Dande, Sumbe, Muxima e Benguela — Angola

Financiamento: Doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa (passagem aérea); bolsa FCT

Objetivos

No mês de maio de 2014 foi realizada uma viagem de estudo a Angola, com o objetivo de conhecer um dos territórios objeto da minha investigação e consultar os seus arquivos e bibliotecas, e procurando tirar partido da presença do co-orientador no país. Os propósitos da pesquisa de tese referida são investigar quais as visões territoriais – imagens, projetos e utopias – que construíram e são construídas pelo projeto iluminista português para o(s) território(s) da África Austral e examinar se, nas ações e reformas propostas, se pode ler um plano concreto de ligação das duas costas. Para tal, é necessário estudar a forma como foi lido e representado o território, como foi feita a apropriação do espaço e como foi pensada e construída a rede urbana e territorial ambicionada. Através desta leitura tenciono perceber as dinâmicas globais e de ligação aos outros espaços imperiais e as dinâmicas locais que impuseram, ou não, flexibilizações, adaptações e alterações às propostas da Coroa, e as razões subjacentes.

Assim, na viagem de estudo, não só foram realizadas visitas em Luanda, para identificação de espaços e edifícios importantes para a pesquisa, como também foram realizadas algumas viagens específicas, designadamente: à foz do Dande, explorando a zona a norte de Luanda; a Muxima, num percurso para conhecer a área ao longo do rio Kwanza; ao Sumbe, ex-Novo Redondo, uma povoação fundada no período em estudo; e a Benguela, uma das mais importantes povoações na estrutura administrativa de Angola no século XVIII, logo depois de Luanda. Ao fazer a deslocação a Benguela em automóvel, foi ainda possível observar as diferenças no território e na paisagem ao longo do percurso. Durante todo o período da estadia em Luanda foram igualmente efetuadas consultas no Arquivo Nacional de Angola, na Biblioteca Nacional de Angola, bem como no Arquivo Municipal de Luanda.

Impacto no progresso da tese

Da pesquisa realizada na viagem de estudo resultou a obtenção de material iconográfico e documental importante para a compreensão da evolução dos espaços urbanos de Angola e a obtenção de bibliografia fundamental para a tese, não disponível em Portugal. Foram ainda encetados contactos com uma investigadora angolana, a Arquiteta Ângela Mingas, coordenadora da Escola de Arquitetura e do Núcleo de Estudos de Artes, Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Lusíada de Angola.

A viagem permitiu perceber melhor o território em estudo, algo que se revelou muito importante para a análise da cartografia e relatos e descrições de viagens de exploração, que são fontes fundamentais na investigação que estou a levar a cabo, mas também para a obtenção de dados importantes para o desenvolvimento da mesma.

Relatório de Viagem | Itália; Moçambique — por Lisandra Franco de Mendonça
regime de cotutela estabelecido com a Universidade La Sapienza de Roma, no
Doutoramento de História e Restauro da Arquitetura
2010-2015

Título da tese: *Conservação da Arquitetura e do Ambiente Modernos: A Baixa de Maputo*

Orientação: Walter Rossa (CES-DARQ/FCTUC); Giovanni Carbonara (Universidade La Sapienza) (orientadores). Júlio Carrilho (UEM) (co-orientador)

Local: Roma — Itália; Maputo — Moçambique

Financiamento: bolsa FCT (referência SFRH/ BD / 73605/2010)

As viagens de estudo realizadas no âmbito da tese referida dividem-se em dois grupos:

1) Roma — Itália

Objetivos

No âmbito da cotutela as viagens a Roma foram, em média, cerca de cinco por ano, durante os três primeiros anos de doutoramento (2010-2013), e três a partir daí, sob a orientação do Professor Giovanni Carbonara. Estas viagens serviram para assistir às reuniões do curso de doutoramento em História e Restauro da Arquitetura e para desenrolar a pesquisa relativa à Teoria e História do Restauro, no Departamento de História, Desenho e Restauro da Arquitetura da Universidade La Sapienza e no ICCROM. Foi nessa altura que consultei também o material produzido no âmbito da Cooperação Italiana no levantamento do património das cidades de Moçambique, durante as décadas de 1980-2000.

Impacto no progresso da tese

No final do primeiro ano, encetei os primeiros contactos em Roma — através de entrevistas a professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade La Sapienza, ativos na implantação da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane — os quais me permitiram programar a primeira viagem a Moçambique e estabelecer contatos nas Faculdades de Arquitetura e Planeamento Físico de Maputo e de Nampula, que se tornaram cruciais para o desenrolar da pesquisa e para incorporar um orientador específico no processo.

2) Maputo — Moçambique

Objetivos

As três viagens a Moçambique decorreram entre os meses de agosto e de novembro de 2012 e 2013, e em Novembro de 2014 (total de seis meses). A primeira viagem foi planeada para percorrer as principais cidades estabelecidas pelos portugueses na costa de Moçambique (do Ibo a Maputo), e para estabelecer contatos em Maputo. A segunda teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a cidade e consultar os arquivos. Com a terceira viagem pretendeu-se fortalecer esse conhecimento e complementar os materiais de interesse para a pesquisa.

Impacto no progresso da tese

A primeira viagem serviu para perceber que seria impossível desenvolver a investigação que pretendia noutra cidade que não Maputo, dadas as enormes dificuldades de deslocação no território e visto que as viagens foram sempre custeadas por mim, sem a participação da Fundação para a Ciência e Tecnologia. A permanência nos vários sítios só pôde acontecer através de uma rede de contatos que me permitiu pernoitar e ter quem me acompanhasse às estações de transportes regionais com partidas nem sempre diárias e nem sempre com horários acessíveis.

A segunda viagem, já com o objeto de estudo circunscrito a Maputo e com um orientador no local, serviu para aprofundar o meu conhecimento da cidade e dos seus arquivos, tendo recolhido grande parte do material que veio a ser trabalhado na tese nesse período.

A terceira viagem foi essencial, visto que o relato da história recente de Maputo, que interessou o meu trabalho, fez-se sempre a partir da discussão com o meu orientador no local, entrevistando outros observadores participantes e confrontando as rápidas alterações em curso na arquitetura da Baixa da cidade.

Relatório de viagem | Moçambique — por Nuno Simão Gonçalves

agosto de 2014

Título da tese: *Do caniço ao cimento: A transição urbana de Lourenço Marques para Maputo (1961-1992)*

Orientação: Júlio Carrilho (UEM) (orientador). Walter Rossa (CES-DARQ/FCTUC) (co-orientador)

Local: Maputo — Moçambique

Financiamento: Doutoramento Património de Influência Portuguesa / Fundação Calouste Gulbenkian Fundação Calouste Gulbenkian

Objetivos:

O propósito desta viagem resultou de uma prévia pesquisa e análise do estado da arte e arquivos, tanto bibliográficos como cartográficos, existentes em Portugal. Rapidamente foi possível constatar que existiam várias lacunas e imprecisões, em especial no campo temporal que vai de 1974 até 1992, devido ao facto de ter sido uma fase muito conturbada da história do país, em que muito do material de interesse para a presente investigação, ou só foi publicado em Moçambique, ou ainda se encontra inédito e por tratar arquivisticamente. Desta forma, tornou-se imprescindível uma viagem de estudo à cidade de Maputo para poder recolher informações só disponíveis no local.

Na fase da preparação da viagem foram estabelecidos vários contatos com algumas entidades e “atores” locais onde se pretendia visitar os espaços urbanos com os objetivos de: *i)* visitar locais específicos da cidade, de interesse para a pesquisa, com particular incidência a bairros outrora considerados suburbanos, como a Mafalala, o Chamanculo e o Xipamanine; *ii)* realizar entrevistas aos que tenham vivido e participado de perto nas mudanças políticas, sociais, culturais e urbanas da cidade de 1974 até 1992. Planejou-se também a investigação em arquivos: *i)* pesquisa em arquivos bibliográficos e hemerotecas: Arquivo Histórico de Moçambique (AHM); Biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane (UEM); depósito de periódicos da Biblioteca Nacional de Moçambique (BNM); entre outros; *ii)* pesquisa em arquivos de cartografia e imagem: DINAGECA; Conselho Municipal de Maputo (CMM); MICOA; Ministro das Obras Públicas e Habitação (MOPH); Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade (FAPF) da

Universidade Eduardo Mondlane; Centro Documentação Formação Fotográfica Moçambique (CDFFM); ARPAC.

Impacto no progresso da tese

Apesar das dificuldades encontradas no terreno — a insegurança, a difícil mobilidade na cidade, os entraves burocráticos, as frágeis condições em que se encontram alguns arquivos, a resistência de alguns dos entrevistados perante as questões apresentadas, em parte devido ao facto de ainda tratar-se de um tema recente e polémico — foi possível realizar uma recolha exaustiva de material de grande interesse para a pesquisa de doutoramento: em termos bibliográficos nos arquivos do AHM e da Biblioteca da UEM; e na hemeroteca da BNM; em termos cartográficos, foram muito profícuas as consultas nos arquivos da DINAGECA, CMM, MICOA e MOPH. As entrevistas realizadas foram também de grande importância para a pesquisa, sobretudo às feitas a alguns habitantes do Bairro da Mafalala.

Depois de organizada e analisada, a informação reunida durante a viagem tornou-se imprescindível para a pesquisa e levou a alterações significativas na tese, tendo sido crucial para a resolução de dúvidas que tinham anteriormente surgido.

Relatório de Viagem | Índia – por Nuno Grancho

fevereiro 2012 | novembro-dezembro 2012

Título da tese: *Diu: Território, Cidade e Arquitetura*

Orientação: Paulo Varela Gomes (orientador). Rahul Mehrotra (GSD/Cambridge, Mass., USA) (co-orientador)

Local: Índia

Financiamento: bolseiro FCT

Foram realizadas duas viagens de estudo:

1) Lugares visitados: Ahmedabad; Bharuch; Gondal; Junaghad; Patan; Veraval; Surrate; Cambaia; Diu — Índia.

Data da visita: fevereiro 2012

Instituições de acolhimento: CEPT University, School of Architecture e CRDC - Centre for Research, Development and Consultancy, Ahmedabad, India.

2) Lugares visitados: Diu; Damão — Índia.

Data da visita: novembro-dezembro 2012

Instituições de acolhimento: CEPT University, School of Architecture e CRDC - Centre for Research, Development and Consultancy, Ahmedabad, India.

Objectivos:

Os principais objetivos das viagens de estudo foram: *i)* conhecimento da realidade local e regional. *ii)* Exame de cidades indianas do século XVI. *iii)* Exame e recolha de informação sobre as cidades de fundação europeia colonial. *iv)* Discussão com académicos de diferentes culturas científicas sobre alguns assentamentos portugueses na Índia, para o qual foram aplicados os regulamentos urbanos e planos urbanos inspirados na tradição mediterrânica.

Impacto no progresso da tese:

Os principais impactos no progresso da tese foram: *i)* Análise de cidades indianas do século XVI. *ii)* Análise da influência da realidade urbana oriental na fundação das cidades coloniais portuguesas. *iii)* Análise e constatação de influência e hibridismo em arquitecturas e cidades.

Ao traçar a história dos edifícios ou cidades específicas, a história da arquitetura e a história urbana deram contributo para a abordagem interdisciplinar nos domínios da história social, história política, estudos culturais, antropologia cultural, teoria social e geografia histórica.

Relatório de Viagem | Índia – por Nuno Lopes

outubro-novembro 2014

Título da tese: *O Sistema Defensivo de Goa (1510-1658). Influência e significados na constituição do território contemporâneo*

Orientação: Vítor Luís Gaspar Rodrigues (UE) (orientador). Walter Rossa (CES-DARQ/FCTUC) (co-orientador)

Local: Goa — Índia

Financiamento: Doutoramento Património de Influência Portuguesa / Fundação Calouste Gulbenkian (passagem aérea); Fundação Oriente (delegação de Pangim) (estadia).

Objetivos

A viagem teve como objetivo central conhecer e explorar o território goês, nomeadamente o seu sistema defensivo desenvolvido pelos portugueses no primeiro século e meio de ocupação, complementando o trabalho iniciado, essencialmente, entre os arquivos nacionais e troca de conhecimentos com especialistas na área.

A investigação procura examinar as realidades históricas locais ao longo dos tempos, fundamentais na identificação das dinâmicas do território atual, algo que só poderia progredir após reconhecimento *in-situ*, permitindo a adequada discussão destes patrimónios: território, comunicações, construções militares e sua interseção com a arquitetura e o urbanismo. Para além da análise da produção historiográfica, o principal investimento reside na compreensão da organização político-militar do território goês e o que resta dos elementos que compunham o sistema defensivo aí instalado, permitindo uma leitura em torno da influência e significados na constituição do território contemporâneo. Deste modo, após investigação no Arquivo Histórico de Goa e na Krishnadas Shama Goa State Central Library, procedi à exploração territorial focada na organização das principais estruturas fortificadas, elaborando um extenso conjunto de levantamentos gráficos das mesmas e relacionando este material com as bases teóricas recolhidas.

Impacto no progresso da tese

Este território foi, para mim, uma surpresa. Significativamente mais extenso e complexo do que avalei previamente, sofre grandes transformações ao longo dos anos. Estas características, associadas ao elevado grau de deterioração de grande

parte das estruturas (essencialmente do interior) e algumas reabilitações que alteraram a traça original (essencialmente a litoral), vieram a dificultar o trabalho de campo. Para a realização dos levantamentos gráficos contei com o apoio de dispositivos de localização (gps), medição (fitas e aparelhos laser), fotográficos e de arquivo de informação (computadores, discos externos, etc.).

A oportunidade desta viagem e a exaustiva prestação no terreno, permitiram um fundamental progresso na dissertação, obtendo matéria substancial e decisiva para a posterior articulação com a cartografia reconhecida e analisada, garantindo bases que permitem demonstrar como as novas tecnologias ligadas ao desenho e à geografia se poderão tornar relevantes no melhor (re)conhecimento da realidade colonial deste território. Estas ferramentas possibilitam redesenhar e reinterpretar os processos evolutivos aqui ocorridos, sobrepondo e compreendendo as várias representações territoriais.

Relatório de Viagem | Índia – por Victor Mestre

janeiro-fevereiro de 2015

Título da tese: *Arquitetura Vernacular de Goa*

Orientação: Manuel Magalhães (orientador). Walter Rossa (CES-DARQ/FCTUC) (co-orientador)

Local: Goa — Índia

Financiamento: bolseiro FCT

Objetivos

No decurso do desenvolvimento da tese subordinada ao tema *Arquitetura Vernacular de Goa* foi planeada e concretizada uma viagem a Goa entre janeiro e fevereiro de 2015. Os principais objetivos enquadravam-se no âmbito da pesquisa documental na biblioteca de Pangim, com o auxílio de um prévio guião, indicando os espécimes a consultar, nomeadamente os jornais *O Herald*, *A Vida*, *Diário do Norte* e o *Boletim Agrícola*. Complementarmente confirmou-se a possibilidade de consultar algumas bibliotecas privadas de técnicos que trabalharam para a administração portuguesa até 1961.

A consulta documental consistiu em recolher informação relacionada com a vida rural no sentido de se perceber a introdução de novas tecnologias, novas culturas e equipamentos que se relacionem com o processo de infraestruturização dos campos e das aldeias. Procurou-se também avaliar a sua direta e/ou indireta repercussão nas comunidades e na eventual transformação da organização do espaço físico das aldeias e na arquitetura vernacular.

Foram percorridos longos quilómetros a pé e de automóvel pelos campos, com especial incidência na observação das infraestruturas transformadoras do espaço produtivo, principalmente nos arrozais em regime de seródio e de várzeas de *vangana*, como também associados aos arrozais as plantações de coqueiros e, noutros contextos, a palmeira de areca os cajueiros e as árvores de madeira utilizadas na construção de casas, móveis e alfaias.

A abordagem ao território de Goa, incidiu assim nas zonas húmidas de várzea associada aos seus sistemas complexos de represas, lagoas e canais, às áreas de meia encosta, denominadas *moroas*, e de montanha de densa florestação. Neste itinerário foi ainda objetivo localizar e registar as colónias agrícolas dos finais do século XIX e do primeiro quartel do século XX. Esta tarefa revelou-se difícil mas foi superada com

a ajuda da recolha documental, testemunhos vivos, com registo gravado de técnicos relacionados com agrimensura e agronomia, e uma persistente procura no terreno.

A cartografia do século XIX e XX, com o registo dos trabalhos de topografia, agrimensura e hidrologia, entre outras áreas, previamente recolhidos nos arquivos de Portugal, foi relevante para o trabalho de campo, mesmo em situações de transformação do território, sobretudo por via do impacto da exploração mineira nas atividades rurais, e nas próprias povoações.

Impacto no progresso da tese

Com esta viagem ficou concluída a pesquisa no terreno, tendo resultado um acréscimo do acervo de material empírico / casos de estudo que, em alguns casos, constituem praticamente, e após um específico tratamento gráfico, partes relevantes da tese, enquanto que outros serão re-enquadrados numa vertente teórica globalizadora. O processo de análise comparativa irá permitir aprofundar novas pistas resultantes desta viagem de modo a consolidar a investigação e extrair as inerentes conclusões que se espera que venham a contribuir para o conhecimento científico sobre a *Arquitectura Vernacular de Goa*.

Relatório de Viagem | Macau; Malásia; Índia – por Vera Domingues

fim de Outubro-início de Novembro de 2012 Macau e Malaca (Malásia) | Fevereiro de 2013 Índia

Título da tese: *Morfologia das cidades de influência portuguesa no Oriente: 1503-1663*

Orientação: Walter Rossa (CES-DARQ/FCTUC)

Local: Macau; Malaca —Malásia. Mumbai, Baçaim, Damão, Sirgão, Danu, Mahim e Kelve, Diu, Nova Deli, Cochim (Kerala), São Tomé de Meliapor (Chennai, Tamil-Nadu), Pangim (Goa), Concelhos de Bardez, Tiswadi, Mormugão, Salcete, Perném, Bicholim, Satari, Pondá, Sanguém, Quepem, Canacona) (Goa) — Índia

Financiamento: bolseira FCT

Objetivos

As duas viagens de trabalho de campo tiveram como objetivo principal ter um primeiro contato direto com alguns dos territórios e espaços urbanos selecionados para integrar os casos de estudo da investigação.

A viagem com destino a Macau e Malaca (de 26/10 a 7/11, 2012) integrou-se no âmbito da participação no *Colóquio Internacional Relações de Portugal com a Ásia do Sueste: 500 anos de história*, decorrido em Macau (30-31/10 e 1/11). Foi uma experiência de campo pautada pela visita e registo fotográfico das estruturas (urbanas e arquitectónicas) presentes nas áreas urbanas correspondentes às anteriores zonas de implantação da ocupação portuguesa. Incluiu também a visita ao *Bairro Português* de Malaca, onde se encontra a comunidade descendente da presença portuguesa dos séculos XVI e XVII, e as organizações locais não-governamentais que têm contribuído para a manutenção da comunidade e dos seus usos e costumes.

A segunda viagem, à Índia (de 31/01 a 25/02 de 2013), aproveitou a participação no *XIV International Seminar on Indo-Portuguese History* decorrido em Nova Deli (11-13/2/2013). Foi uma viagem de trabalho de campo que percorreu um território mais vasto. Juntaram-se ao percurso definido pelas visitas aos núcleos urbanos, dois itinerários que permitiram percorrer de carro os territórios correspondentes àqueles das antigas *Província do Norte, Velhas e Novas Conquistas*, contando num primeiro momento com o acompanhamento do orientador científico. A finalidade manteve-se a mesma: a visita e o registo fotográfico das estruturas ainda existentes de influência

portuguesa (urbanas e arquitectónicas – na sua maioria militares e religiosas) e a análise das especificidades dos territórios.

Impacto no progresso da tese

As viagens de trabalho de campo foram dois momentos indispensáveis para o bom desenvolvimento do projeto em curso. O levantamento e interpretação das estruturas contextualizadas nos núcleos territorial e urbano atuais, em contato com as dinâmicas próprias dos lugares, tornaram inequívocos alguns dos problemas que o estudo foi levantando, e abriram espaço para outras problemáticas.

Destas viagens resultou também um elenco de dados relevante reunido nas visitas a exposições, institutos, bibliotecas e museus locais. Juntou-se a este outros dados, obtidos *in loco* e decorrentes da apreciação topográfica e do estudo dos detalhes e variações dos tecidos urbanos. De carácter mais operativo, foram essenciais para a composição de modelos cartográficos de interpretação, que são um dos objetivos do projeto de investigação em curso.

Por último, e não menos importante, foi a contribuição que a interação humana possibilitou, num registo mais informal, para a compreensão da (im)permanência da influência portuguesa nestes locais alicerçada nas estruturas existentes. Em alguns lugares mais que outros, é certo, são ainda marcos de um carácter identitário.

Relatório de Viagem | Timor-Leste – por Isabel Boavida

agosto-dezembro de 2014

Título da tese: *A construção de Timor colonial: Marcas políticas e administrativas na arquitetura, urbanismo e ordenamento do território (1894-1975)*

Orientação: Manuel Lobato (FLUL) (orientador). Walter Rossa (CES-DARQ/FCTUC) (co-orientador)

Local: Timor-Leste

Financiamento: Doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa (passagem aérea); Fundação Oriente (estadia).

Objetivos

Durante a permanência em Timor-Leste visitaram-se antigas sedes coloniais portuguesas em todos os atuais distritos (exceto Oecussi-Ambeno), incluindo a maioria das atuais capitais distritais — Díli, Aileu, Ainaro, Baucau, Maliana, Suai, Lospalos, Manatuto, Same, Viqueque (tendo faltado Pante Macassar (distrito de Oecussi-Ambeno), Liquiçá (distrito de Liquiçá) e Gleno (distrito de Ermera)) — e algumas capitais de subdistrito (p. ex. Ermera que chegou a ser capital do concelho homónimo durante o período colonial).

No Arquivo Nacional de Timor-Leste, procedeu-se à consulta de documentação inédita da administração portuguesa. Entre 1 de setembro e 30 de novembro, prestou-se à Secretaria de Estado da Arte e Cultura um serviço de levantamento — identificação e registo da utilização atual e estado de conservação — do edificado do período colonial português no distrito de Díli para constar na base de dados da instituição e para compor a publicação *Património Arquitectónico de Origem Portuguesa de Díli*, lançada em outubro de 2015, que combina os dados recolhidos durante o levantamento com informações históricas sobre as construções.

Impacto no progresso da tese

Da viagem de estudo resultou um conjunto de material fotográfico, desenhado, escrito e gravado, fundamental para a elaboração da tese. O contacto real e as memórias pessoais do território, antes só indiretamente conhecido, têm contribuído para o desenvolvimento de uma opinião sobre o próprio e sobre as suas especialidades e tornaram mais intuitiva a interpretação de descrições de terceiros.

A constatação da forma como os antigos espaços da administração colonial são usados ou negligenciados pelos atuais residentes, é inspiradora de conclusões sobre o papel do património português em Timor-Leste.

Relatório de Viagem | Japão – por Inês Carvalho Matos
de meados de agosto a inícios de novembro de 2012

Título da tese: *Representações da Presença Portuguesa no Japão: Objetos Artísticos, Cultura Visual e Performance.*

Orientação: Alexandra Curvelo (FCSC/UNL). António Sousa Ribeiro (CES-FLUC)

Orientação no local: Ikunori Sumida (Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto/DELB)

Local: Ilhas Kyushu, Shikoku e Honshu — Japão

Financiamento: bolseira FCT

Objetivos

Os principais objetivos da viagem de estudo foram: *i)* fazer o reconhecimento dos locais onde a presença portuguesa no Japão legou património material e imaterial, sobretudo na ilha de Kyushu, fazendo o levantamento fotográfico e realizando entrevistas e visitas. *ii)* Analisar a cultura visual associada à presença portuguesa no Japão, nomeadamente aquela que deriva diretamente da Arte Nanban. *iii)* Recolher exemplos de festivais e outros eventos nos quais se trate o tema da presença portuguesa no Japão ou impacto da mesma para a história e a cultura do Japão. *iv)* Compreender as dinâmicas das relações diplomáticas formais e informais entre os dois países, tanto através das suas instituições, como dos seus cidadãos, e compreender de que modo estas configuram a produção de discursos sobre a história e a memória histórica. *v)* Conhecer as circunstâncias nas quais o património de cristianismo é reconhecido, apresentado e manipulado pelos diversos agentes locais e nacionais no Japão.

Impacto no progresso da tese

O material recolhido ultrapassou largamente as previsões iniciais. O campo de estudo sobre os cristãos ocultos do Japão e o papel da história do cristianismo no desenvolvimento regional alargou-se substancialmente e verificou-se que a referência à Arte Nanban não é necessariamente reconhecida, embora a sua iconografia específica seja predominante.

Os festivais e outros eventos que, de algum modo, apresentam representações das personagens históricas de outras épocas tornaram-se um tema de estudo mais

complexo. Os campos da Antropologia e da Etnografia foram empolados em relação ao estudo da História da Arte e da História. Verificou-se ainda a predominância de património imaterial em relação ao material nomeadamente ao nível da gastronomia, língua, rituais e tradições.

Desta viagem de estudo e material recolhido resultaram ainda a publicação de livros (entre os quais *Património de Cristianismo no Japão*. Lisboa: Edições Vieira da Silva, 2015), bem como a participação em várias conferências (entre as quais: apresentação da comunicação “Why do you expect a «namban-jin» in the wrapping paper of your «kasutera»?” a 26-31/8/2014 no Congresso da Associação Europeia de Estudos Japoneses (EAJS) — Universidade de Liubliana; e “Teppo Denrai: o legado das armas de fogo” a 3/10/2013: conferência apresentada no Comando da Brigada de Intervenção de Coimbra, numa iniciativa de divulgação científica junto da população em geral).